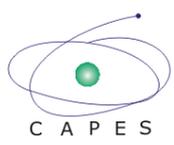




REVISTA ECOS

**LITERATURA, LÍNGUA E
IMPRESA**



Direção/Coordenação
Editora UNEMAT
Projeto Gráfico/Diagramação/Capa
Revisão

Agnaldo Rodrigues da Silva
Agnaldo Rodrigues da Silva
Editora de Liz
Equipe Editora Unemat

Copyright © 2011 / Editora Unemat
Impresso no Brasil - 2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Coordenadoria de Bibliotecas
UNEMAT - Cáceres

ISSN: 1806-0331

Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas.
Coordenação de Agnaldo Rodrigues da Silva (Revista do Instituto de Linguagem). Cáceres-MT : Editora Unemat, 2011.

265 p.

1. Literatura 2. Linguística

Semestral (Ref.: Janeiro 2011 - Julho 2011) Ano 8, n. 10

CDU: 81

Índices para catálogo sistemático

1. Literatura - 82

2. Linguística - 81

FAPEMAT

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

FAPEMAT - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Rua 03 s/n - 3º andar - C.P.A. CEP 78050-970 - Cuiabá - MT

Tel 65 3613 3500 - Fax 65 3613 3502 - Prédio do IOMAT



REVISTA ECOS - INSTITUTO DE LINGUAGEM

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres MT - Brasil - 78200000

Tel: 65 223 0104 - revistaecos.unemat@gmail.com



EDITORA UNEMAT

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres - MT - Brasil - 78200000

Fone/Fax 65 221 0080 - www.unemat.br - editora@unemat.br

Todos os Direitos Reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos de autor (Lei nº 5610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ANO VIII, Nº 10
ISSN: 1806-0331

REVISTA ECOS

Literatura, língua e imprensa

Indexação:
Sumários de Revistas Brasileiras (sumarios.org)
Fundação Biblioteca Nacional
Capes/Qualis

Universidade do Estado de Mato Grosso

Reitor	Adriano Aparecido Silva
Vice-Reitor	Dionei José da Silva
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Ana Maria Di Renzo
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Áurea Regina Alves Ignácio
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Juliana Vitória Vieira Mattiello da Silva
Pró-Reitoria de Gestão Financeira	Ariel Lopes Torres
Pró-Reitoria de Planej. e Desenv. Institucional	Weily Toro Machado
Pró-Reitoria de Administração	Valter Gustavo Danzer
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:	Francisco Lledo dos Santos

DIRETOR DO INSTITUTO DE LINGUAGEM Ana Luiza Artiaga R. da Motta

CONSELHO EDITORIAL

Agnaldo Rodrigues da Silva - UNEMAT (Presidente)
Elza Assumpção Miné - USP
Inocência Mata – Universidade de Lisboa/Portugal
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida – UFMT/USP
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP
Maria Fernanda Antunes de Abreu – Universidade Nova de Lisboa/Portugal
Mônica Graciela Zoppi Fontana - UNICAMP
Roberto Leiser Baronas - UFSCar
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT
Tânia Celestino de Macedo – USP
Valdir Heitor Barzotto – USP

CONSELHO TEMÁTICO CONSULTIVO

Agnaldo José Gonçalves – UNESP
Águeda Aparecida Cruz Borges - UFMT
Ana Antônia de A. Peterson - UFMT
Ana Maria Di Renzo –UNEMAT
Benjamin Abdala Junior –USP
Célia Maria Domingues da Rocha Reis - UFMT
Eduardo Guimarães - UNICAMP
Elizete Dall'Comune Hunhoff - UNEMAT
Elza Assumpção Miné - USP
Isaac Newton Almeida Ramos - UNEMAT
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique
José Carlos Paes de Almeida Filho - UNICAMP
Liliane Batista Barros - UFPA
Luiz Francisco Dias - UFMG
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP
Mário César Leite - UFMT
Mônica Graciela Zoppi Fontana – UNICAMP
Nelly Novaes Coelho - USP
Rita de Cássia Natal Chaves - USP
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT
Tânia Celestino de Macedo – USP
Valdir Heitor Barzotto – USP
Vera Lúcia da Rocha Maquêa - UNEMAT
Yasmin Jamil Nadaf - Academia Mato-Grossense de Letras
Walnice de Matos Vilalva - UNEMAT
Madalena Aparecida Machado - UNEMAT

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	07
----------------	----

LITERATURA

A PRESENÇA DA ALEGORIA EM “UM DIA IDEAL PARA OS PEIXES-BANANA”, DE JEROME DAVID SALINGER	11
Adolfo José de Souza Frota	
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MULHER: UM ESTUDO COM ESCOLARES	25
Alberto Carlos de Souza	
Túlio Alberto Martins de Figueiredo	
Mary Del Priore	
ENTRE IMPRESSÕES E OPINIÕES: APONTAMENTOS SOBRE MACHADO CRONISTA E A IMPRENSA PERIÓDICA NO BRASIL.....	33
Elisabeth Batista	
A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ANGOLANA NA OBRA EU À SOMBRA DA FIGUEIRA DA ÍNDIA, DE ALBERTO OLIVEIRA PINTO.....	41
Érica Antunes Pereira	
UMA FRANCESA NA TERRA DOS PAPAGAIOS: SARAH BERNHARDT NO BRASIL (1886).....	53
Ezequiel Gomes da Silva	
ACCADEMIA DELLA FAMA: ATIVIDADE LITERÁRIA, PROJETO EDITORIAL E POLÍTICA NA GÊNESE DOS DIÁLOGOS DA HISTÓRIA DE FRANCESCO PATRIZI	69
Helvio Moraes	
CONTOS MATO-GROSSENSES PUBLICADOS EM JORNAIS	87
Madalena Machado	
ESPAÇOS REGIONAIS, IDENTIDADES PLURAIS: REFLEXÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE/EM MATO GROSSO	99
Olga Maria Castrillon Mendes	
O TABU DA MATERNIDADE EM A MENINA QUE QUERIA NASCER DE NOVO	107
Rosane Salete Freytag	
CABO VERDE, DA ÁRVORE DA VIDA À ÁRVORE DAS PALAVRAS.....	119
Simone Caputo Gomes	
ESSAS REVISTINHAS QUE SE CHAMAM ALMANAQUE	131
Yasmin Jamil Nadaf	

LÍNGUA/LINGUÍSTICA

A CONTRADIÇÃO NO ENTREMEIO DOS JORNAIS: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE DISCURSO MATERIALISTA.....	141
Águeda Aparecida da Cruz Borges	
ESTADO E POLÍTICAS DE LINGUA AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA COMO PRODUÇÃO DE SENTIDOS	157
Ana Maria Di Renzo	
Francielli Carolina Durigon	
A CIRCULAÇÃO DA CIÊNCIA DA LINGUAGEM NO JORNALISMO CIENTÍFICO BRASILEIRO	167
Eliana Rosa Sturza	
Andréa F. Weber	
A PRODUÇÃO DO CONSENSO NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR.....	183
Joelma Aparecida Bressanin	

A PROSTITUIÇÃO REPRESENTADA NOS NOVOS FORMATOS TELEJORNALÍSTICOS: A ABORDAGEM DISCURSIVA DO TEMA NOS PROGRAMAS "A LIGA" E "PROFISSÃO REPÓRTER"	193
Leandro Eduardo Wick Gomes	
A DÍNÂMICA LEXICAL DA LINGUAGEM JORNALÍSTICO-POLÍTICA EM TEXTOS ESCRITOS EM LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX	201
Pedro Antonio Gomes de Melo	
BLOGS DE COMENTÁRIOS POLÍTICOS: ALGUMAS NOTAS SOBRE ETHOS SEMIOTIZADO	217
Roberto Leiser Baronas	
UMA IMAGEM VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS: A FALHA DA LÍNGUA NO INFOGRÁFICO IMPRESSO	233
Sílvia Regina Nunes	

LINGUAGEM E EDUCAÇÃO

CORPO E HISTÓRIA	245
Vani Maria de Melo Costa	

RESENHA

MARTÍNEZ PEREIRO, CARLOS PAULO. A MAN QUE CALIGRAFANDO PENSA. A CORUNHA: UNIVERSIDADE DA CORUNHA, 2010.....	261
Henrique Marques Samyn Costa	

EDITORIAL

A Revista Ecos é um periódico que publica textos científicos da área de Linguística, Letras e Artes. O periódico tornou-se um veículo de divulgação aos docentes-pesquisadores-doutores no âmbito da Literatura, da Língua e da Linguística, cuja produção acadêmica circula pelas IES brasileiras e estrangeiras, com textos inerentes aos estudos acadêmicos.

O periódico é uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Literários e do Centro de Pesquisas em Literatura, da Universidade do Estado de Mato Grosso, com financiamento recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). A publicação tem sido semestral, cujos textos reunidos atribuem à revista um caráter temático. Neste número, a temática reúne estudos sobre Literatura, Língua e Imprensa, assim como as relações entre as linguagens com as outras manifestações de conhecimento.

A excelência dos textos e o reconhecimento dos docentes-pesquisadores resultaram na indexação do periódico pelos Sumários de Revistas Brasileiras (sumários.org), pela Fundação Biblioteca Nacional (depósito legal) e pela CAPES (sistema *qualis*), dando suporte à circulação do conhecimento de forma mais consistente. Nessa direção, a coordenação da Revista recebe textos num fluxo contínuo de doutores das IES de todas as naturezas jurídicas, sejam do Brasil ou do exterior. A versão eletrônica do periódico pode ser acessada pelo link: <http://www.unemat.br/revistas/ecos/>.

Esta edição apresenta o número 10, cujas temáticas permeiam as diversas literaturas e teorias, bem como os variados estudos sobre a língua e a linguística, relacionadas a imprensa. Portanto, os Conselhos Editorial e o Temático Consultivo desejam uma boa leitura e lançam o convite àqueles que desejarem encaminhar seus artigos para publicação.

A direção



LITERATURA



A PRESENÇA DA ALEGORIA EM UM DIA IDEAL PARA OS PEIXES-BANANA,
DE JEROME DAVID SALINGER

Adolfo José de Souza Frota*

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o conto “Um dia ideal para os peixes-banana”, de Jerome David Salinger, e sugerir uma leitura alegórica para a micro-narrativa (sobre os peixes-banana) presente nesse conto. Sugerimos que essa micro-narrativa se configura como uma alegoria que servirá para representar a experiência de Seymour Glass, a personagem principal, durante a Segunda Guerra Mundial assim como antecipar o final trágico do conto. Por isso, a história dos peixes-banana também é uma *mise en abyme*.

Palavras-chave: Alegoria, conto moderno, *mise en abyme*, literatura norte-americana, J. D. Salinger.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the short-story “A Perfect Day for Bananafish”, by Jerome David Salinger, and to suggest an allegorical reading to a micro-narrative (about bananafishes) present in this short-story. We suggest that this micro-narrative configures an allegory that will represent the experience of the main character, Seymour Glass, during the Second World War. This allegory will also anticipate the tragic end of the short-story. Due to this, the story of the bananafishes is also a *mise en abyme*.

Key-words: Allegory, modern short-story, *mise en abyme*, North-American literature, J. D. Salinger.

*Professor de Inglês e Literaturas de Língua Inglesa – UEG de Campos Belos. Doutorando em Letras – UFG. Bolsista FAPEG. Email: adolfo_the-drifter@yahoo.com.br.

“Um dia ideal para os peixes-banana” é um dos contos mais conhecidos do autor Jerome David Salinger (1919-2010) por apresentar uma das personagens mais conhecidas da literatura norte-americana: Seymour Glass. A história, que narra os últimos acontecimentos antes de seu suicídio, chamou atenção da crítica especializada por apresentar uma micro-história sobre o estranho comportamento de um peixe que não existe: o peixe-banana. Em nosso artigo, pretendemos sugerir uma leitura alegórica para essa fábula identificando aspectos que “coincidem” com a própria história do protagonista, mesmo que parte significativa de sua experiência como soldado tenha sido comentada por outras personagens e não tenha sido “representada” no conto. Acreditamos que Seymour tenha feito um resumo dessa experiência ao contar para a garotinha Sybil a história do peixe em questão. Dessa forma, é uma alegoria que reflete a história principal, como se ela fosse uma repetição e antecipação do final da “macro-narrativa”.

Definição de alegoria

O termo alegoria surgiu a partir da junção de duas palavras do grego: *allós* = outro e *agourein* = falar, significando, falar de outro, ou seja, dizer *b* para significar *a*. Conforme João Adolfo Hansen, em *Alegoria: construção e interpretação da metáfora* (2006, p. 7), a retórica clássica a constituiu como um ornamento do discurso. A alegoria funciona como uma metáfora continuada, consistindo na substituição de um pensamento por outro numa relação de semelhança.

Angus Fletcher, em *Alegoria: teoria de un modo simbólico* (2002, p. 11-12), desenvolve a mesma explicação teórica ao sugerir que a alegoria menciona uma coisa e significa outra. Com isso, a alegoria “destrói” a expectativa normal que temos sobre a língua, ou seja, que nossas palavras, de fato, significam o que dizem. A alegoria tem a capacidade de subverter a própria linguagem ao transformar o significado de algo em outra coisa que lhe é distinta. É por esse motivo que a alegoria pode ser considerada “[...] un proceso fundamental para codificar nuestra habla” (FLETCHER, 2002, p. 12).

Essa posição é contestada por Tzvetan Todorov, que em *Introdução à literatura fantástica* (2007, p. 69), critica o conceito “mais aberto” de Fletcher por sua generalidade que “transforma a alegoria em quarto de despejo, em superfigura”. Há um conceito de alegoria mais restritiva, que poderia ser resumida como “[...] uma proposição de duplo sentido, mas cujo sentido próprio (ou literal) se apagou inteiramente”. Como exemplo, Todorov cita o provérbio “Tanto vai o cântaro à fonte que um dia se quebra”. Segundo ele (2007, p. 69-70), ninguém ou pouca gente pensaria no cântaro indo à fonte, ou seja, no seu sentido literal. Este é praticamente esquecido pelo sentido alegórico que é sobre o perigo de correr riscos em demasia. É por esse motivo, conforme Todorov (2007, p. 70), que a alegoria foi frequentemente estigmatizada pelos autores modernos por causa da sua oposição à literalidade.

Recapitulando, de forma breve, o conceito de alegoria de Quintiliano e Fontanier (TODOROV, 2007, p. 70), e no sentido moderno como a alegoria é concebida, a definição sustentada por Todorov se baseia em dois argumentos:

[...] Primeiramente, a alegoria implica na existência de pelo menos dois sentidos para as mesmas palavras; diz-se às vezes que o sentido primeiro deve desaparecer, outras vezes que os dois devem estar presentes juntos. Em segundo lugar, este duplo-sentido é indicado na obra de maneira **explícita**: não depende da interpretação (arbitrária ou não) de um leitor qualquer (2007, p. 71, grifo do autor).

Carlo Ceia, no verbete “Alegoria” (2011) nos informa que, etimologicamente, alegoria significa “dizer o outro” ou “dizer alguma coisa diferente do sentido literal”. O termo veio substituir, na época de Plutarco, um outro termo mais antigo ainda: **hypónoia**, que queria dizer “significação oculta”. **Hypónoia** costumava ser utilizada na hermenêutica dos mitos homéricos, como se estes fossem personificações de princípios morais ou forças sobrenaturais que estavam ocultas para serem interpretadas.

Quintiliano (apud CEIA, 2011), no **Institutio oratoria**, definiu alegoria como uma “metáfora continuada que mostra uma coisa pelas palavras e outra pelo sentido”. Ela é um dos recursos retóricos mais antigos e mais discutidos teoricamente ao longo dos tempos. Cícero (apud CEIA, 2011) no **De Oratore**, via a alegoria como um sistema de metáforas. Os autores antigos diferenciavam a metáfora da alegoria a partir do seguinte conceito: a metáfora correspondia a apenas termos isolados; já a alegoria, ampliava-se a expressões ou mesmo a textos inteiros. Sendo assim, a alegoria funciona como um dispositivo que joga com mais de um sentido.

Fletcher (2002, p. 13-14) considera a alegoria como um processo linguístico radical. A alegoria pode aparecer em todos os tipos de discurso literário: novelas de cavalaria, romance picaresco, **western**, sátiras, visões apocalípticas, contos de fadas, viagens de aventuras (como **As viagens de Gulliver**, de Jonathan Swift, por exemplo), e até poemas, pois a lírica pode transmitir a “metáfora entendida”. Não há razão alguma para que as alegorias sejam necessariamente escritas em prosa ou verso ou mesmo teatro.

Fletcher (2002, p. 14-15) considera a possibilidade da leitura alegórica para “obras de puro entretenimento”, como os **westerns**, ficção científica, os romances policiais e os melodramas baseados em casos históricos. Afirma ele que todas elas descendem diretamente de uma tradição antiga, mas séria. Esses gêneros comportam uma duplicidade de significado que tem igual valor (guardada as diferenças óbvias): a parábola religiosa. Na Idade Média, Fletcher imagina que a homilia de um sacerdote não era recebida como um exórdio vago, abstrato e entediante. Os ouvintes voltavam da igreja para casa para meditar sobre o significado oculto da parábola. Para o leitor moderno, continua Fletcher (2002, p. 15), a alegoria chega de forma laica.

A falta de familiaridade entre o simbolismo religioso e o romance policial, explica Fletcher (2002, p. 15-16), faz com que o leitor moderno pense que não haja essa característica entre os gêneros. O romance policial precisa de uma solução para o mistério, vinculando-se a um dos tipos alegóricos mais antigos: o enigma. Outro gênero popular, o **western**, não tem o mistério do primeiro, mas está dotado de uma textura superficial composta por “sublimes descripciones paisajísticas”. Utilizando o escritor Zane Grey (autor de

westerns) como exemplo do gênero, Fletcher descreve a paisagem composta por aquele autor como uma paisagem moralizada. O confronto comum entre o herói cowboy e o bandido funciona como a alegoria arquetípica da luta entre o bem e o mal.

O importante na alegoria é que ela não precisa ser lida exegeticamente. É frequente comportar um nível literal que tem sentido suficiente por si próprio. Porém, assegura Fletcher (2002, p. 17), “en cierta manera, esa superficie literal sugiere una doble intención peculiar y aunque pueda, como lo hace, pasar sin interpretación, adquiere mayor riqueza e interés cuando es interpretada”. As fábulas, que comportam em si um sentido mais do que literal, quando lidas de forma descuidada, podem parecer simples histórias.

O teórico canadense Northrop Frye, autor de *Anatomia da crítica* (1973, p. 92-93) sugere que, em literatura, toda crítica é uma interpretação alegórica. Quer dizer, no momento em que um crítico comenta um poema, ele começa a “alegorizar”. Sendo assim, Frye vê a literatura como “[...] uma alegoria potencial de acontecimentos e idéias”.

Partindo desse pressuposto, “[u]m escritor está sendo alegórico sempre que fique claro que está dizendo ‘por isto eu **também (állos)** quero dizer aquilo’. Se isso parece ser feito continuamente, podemos dizer, com cautela, que seu escrito ‘é’ uma alegoria” (FRYE, 1973, p. 93, grifo do autor). Nesse sentido, a alegoria é, de acordo com Fletcher (2002, p. 21), em comentário à teoria de Frye, “[...] um tipo de ‘contraponto’ temático que aparece com maior frequência nos romances e que um alto grau de conteúdo temático em qualquer peça literária implica, possivelmente, a intervenção de técnicas alegóricas”.

Para Walter Benjamin, em *Origem do drama barroco alemão* (1984, p. 184), a alegoria não representa apenas um modo de ilustração, de ornamentação estilística, mas consiste também em uma forma de expressão. Ela se torna um instrumento de revelação de uma verdade oculta. Uma alegoria não representa as coisas como elas são de fato, e sim nos possibilita outra versão das coisas como elas foram ou podem ser. A alegoria, em Benjamin, se torna uma categoria chave para o entendimento do estilo Barroco. Ela também serve para o entendimento da atualidade dos fenômenos da história, algo que o símbolo, ao contrário do que os românticos pensavam, não é capaz. Se por um lado, o símbolo existe na totalidade momentânea (CREUZER apud BENJAMIN, 1984, p. 187), o conceito representado por ele (símbolo) “baixa no mundo físico” para ser visto na própria imagem de forma imediata; a alegoria, por outro lado, seria apenas um conceito mais geral que dela permaneceria distinta. A alegoria incide em uma substituição da significação, ficando assim ausente o instantâneo, o elemento momentâneo.

Dessa diferenciação fica evidente que a alegoria é o significante e o símbolo, o ser. Görres, outro autor mencionado por Benjamin, afirma que o símbolo é o signo das idéias enquanto que a alegoria é a sua cópia. São palavras de Görres:

[...] Podemos satisfazer-nos perfeitamente com a explicação que aceita o primeiro como signo das idéias – autárquico, compacto, sempre igual a si mesmo – e segunda como uma **cópia** dessas idéias – em constante progressão, acompanhando o fluxo do tempo, dramaticamente móvel, torrencial. Símbolo e alegoria estão entre si como o grande, forte e silencioso mundo natural das montanhas e das plantas está para a história

humana, viva e em contínuo desenvolvimento (apud BENJAMIN, 1984, p. 187, grifo do autor).

A alegoria penetra de forma involuntária no símbolo místico. É nessa ação não intencional que consiste a sua natureza dialética. Apesar de não ser símbolo, se reveste do mesmo. Se o símbolo não comunica nada e não significa nada, tendo como competência apenas transparecer algo que está além de toda a expressão, a alegoria, pelo contrário, revela novas possibilidades de significação além da literal (BENJAMIN, 1984, p. 188).

A alegoria no Barroco é ambígua. Sua ambiguidade repousa na tentativa de se reconhecer o sagrado no profano. Esses dois elementos dialéticos formam a oposição entre o espírito e a matéria, algo que é o pano de fundo da expressão alegórica. Ela exalta e, ao mesmo tempo, desvaloriza o mundo profano: “[...] A dialética da convenção e da expressão é o correlato formal dessa dialética religiosa do conteúdo. Pois a alegoria é as duas coisas, convenção e expressão, e ambas são, por natureza, antagonistas (BENJAMIN, 1984, p. 197).

A análise comparativa entre o símbolo e a alegoria, antes mesmo de Benjamin, já havia começado no Romantismo. Em *Statesman’s Manual*, Samuel Taylor Coleridge afirma que a alegoria não passa de uma tradução de noções abstratas para um quadro linguístico que também é uma abstração de objetos sensíveis. Já o símbolo, por outro lado, se caracteriza por uma “translucidez” do particular no indivíduo, do geral no particular, ou então do universal no geral (apud CEIA, 2010).

Há em *Statesman’s Manual* uma crítica implícita da alegoria e uma teoria que a diferenciara do símbolo. A alegoria não pode ser proferida senão conscientemente enquanto que o símbolo é possível que a verdade geral seja inconsciente para o escritor durante a construção do símbolo. Em uma afirmação como “Aí vem uma vela”, a frase está, evidentemente, se referindo a um barco. É, portanto, uma expressão simbólica, construída sem uma intenção prévia. Já a afirmação “Contemple o nosso leão”, se referindo a um soldado valoroso, é uma construção alegórica por haver intencionalidade (apud FLETCHER, 2002, p. 25).

Nesse ensaio, Coleridge também procura identificar o símbolo e a sinédoque. Nesse processo, o autor está assumindo uma espécie de “participação mística” do símbolo com a ideia simbolizada, pois, com o símbolo, a mente percebe diretamente a ordem racional das coisas graças a uma visão “mediatizada”, sem nenhuma extrapolação lógica em relação aos fenômenos do mundo material, enquanto que a alegoria sempre existe a tentativa de categorizar as ordens lógicas e fazê-los coincidir com os fenômenos convenientes, ou seja, de explicar, em primeiro lugar, sistemas ideais e, posteriormente, ilustrá-los (apud FLETCHER, 2002, p. 26).

Há dois tipos de alegoria, conforme aponta Hansen (2006, p. 7-8). A primeira delas pode ser definida como um procedimento construtivo, o que a Antiguidade greco-latina e cristã, continuada pela Idade Média, chamou de a “alegoria dos poetas”. A alegoria dos poetas é uma técnica metafórica de representar abstrações, de retomar a oposição retórica entre o sentido próprio e o sentido figurado. Assim, a metáfora é um termo 2º que está no lugar de um termo 1º, sendo este próprio ou literal.

A outra não é literária, é a “alegoria dos teólogos”, recebendo, segundo Hansen

(2006, p. 8), as denominações de “*figura, figural, tipo, antítipo, tipologia, exemplo*”. A “alegoria dos teólogos” não é, de forma alguma, uma forma de expressão artística retórico-poética, e sim uma interpretação religiosa dos homens e eventos que ocorreram nos textos sagrados.

Dessa forma, Hansen (2006, p. 8-9), defende que não podemos falar simplesmente “a alegoria” pelo fato de haverem duas. Uma construtiva ou retórica, a outra interpretativa ou hermenêutica. Se a alegoria dos poetas é uma maneira de escrever e de falar, a alegoria dos teólogos é uma forma de entender e decifrar. A primeira é expressiva e está intencionalmente tecida na estrutura da ficção. A segunda é crítica. O verbo grego *állegorein* pode significar tanto “falar alegoricamente” quanto “interpretar alegoricamente”.

A alegoria dos poetas é uma “semântica de palavras”. Já a dos teólogos é uma “semântica de realidades supostamente reveladas por coisas, homens e acontecimentos nomeados por palavras”. Diante de um texto alegórico, o leitor pode analisar os procedimentos formais que lhe oferecem o sentido figurado, funcionando apenas como uma convenção linguística que ornamenta o discurso; ou então, o leitor pode analisar sua significação figurada, pesquisando, dessa forma, o seu sentido primeiro, “tido como preexistente nas coisas, nos homens e nos acontecimentos e, assim revelado na alegoria” (HANSEN, 2006, p. 9).

A alegoria dos poetas é mais antiga por fazer parte do discurso poético desde a Antiguidade. Nesse sentido, os autores greco-romanos viam-na como um recurso de ornamentação do discurso, sendo assim essencialmente linguística. Por outro lado, a alegoria dos teólogos é hermenêutica ou crítica, é cristã e medieval por excelência. Ela tem por pressuposto algo que é estranho à retórica antiga: o essencialismo, ou seja, a crença na verdade metaforizada da *Bíblia*. Dessa forma, o que é interpretado não são as palavras do texto, como acontece na alegoria dos poetas, mas as coisas, os acontecimentos e seres históricos que são nomeados por ela (HANSEN, 2006, p. 11-12).

Quintiliano (apud HANSEN, 2006, p. 29, grifo do autor), assegurava que a alegoria representava:

- a) uma coisa (**res**) em palavras e outra em sentido;
- b) algo totalmente diverso do sentido das palavras.

Conforme **a**, Quintiliano alinha a metáfora, a comparação, o enigma; conforme **b**, discute o *ateísmos* ou sarcasmo, o provérbio, a contradição. Sua definição de alegoria inclui também a *ironia*, como tropo de oposição, uma vez que a ironia afirma para dizer outra coisa, isto é, para negar, e vice-versa. Na linha dessa definição, ainda, a *paródia*, hoje transformada no verossímil neo-anti-pós-moderno, é também alegórica, bastando pensar que ela é representativa ou mimética sempre, fazendo falar o texto que cita, vampiriza e nega.

A partir dessa definição, os padres primitivos e medievais adaptaram a definição de Quintiliano à interpretação alegórica bíblica. Se antes estava aliada a ornamentação oratória e poética, para os religiosos cristãos, funcionava como a revelação dos mistérios divinos (HANSEN, 2006, p. 30).

No conto que vamos analisar, “Um dia ideal para os peixes-banana”, a alegoria estará presente na história contada pela personagem Seymour Glass sobre um tipo trágico e incomum de peixe que morre ao se comportar de acordo com a sua natureza. É evidente que a história dos peixes-banana se refere à história do próprio Seymour que é “alegorizada” para assumir uma “linguagem infantil”.

“Um dia ideal para os peixes-banana”: a alegoria da tragédia de Seymour Glass

O conto “Um dia ideal...” abre o volume de narrativas curtas de Jerome David Salinger *Nove estórias*. Além de abrir o volume, o conto também apresenta uma das personagens mais significativas de sua produção artística, Seymour Glass, que ao lado de Holden Caulfield (*O apanhador no campo de centeio*), ganhou notoriedade na literatura norte-americana. Seymour Glass também “aparece”¹ em outros livros de Salinger publicados depois de *Nove estórias* (1953)²: *Franny & Zooey* (1961) e *Carpinteiros, levantem bem alto a cumeeira e Seymour: uma apresentação* (1963). Em *Franny & Zooey*, Seymour é apenas aludido e seus ensinamentos são utilizados pelos irmãos como forma de “cura espiritual”. São dois contos: “Franny” é a história da personagem Franny, a irmã caçula da família Glass que passa por uma crise existencial e acredita que através da leitura de um livro indicado por Seymour possa entender e superar esse momento. Em “Zooey”, Zooey, irmão de Franny, discute a influência de Seymour como um fantasma. Em uma longa conversa com a irmã, Zooey consegue ajudá-la a superar o problema existencial quando retoma alguns ensinamentos de Seymour e dá a sua interpretação para eles. “Carpinteiros, levantem bem alto a cumeeira” é um conto narrado por outro irmão de Seymour, Buddy Glass. A história ocorre no dia do casamento de Seymour com Muriel. Entretanto, Seymour foge com Muriel e o casamento é cancelado. “Seymour: uma apresentação” é um conto em o mesmo narrador, Buddy, discute o suicídio de Seymour, que ocorre no conto “Um dia ideal...” e apresenta uma tese que, para ele, explica o motivo desse ato. Além desses três livros, Seymour aparece no conto “Hapworth 16, 1924” (1965), conto que ainda não foi traduzido para o Brasil e que nunca fez parte de qualquer antologia. A narrativa é uma longa carta escrita por um Seymour ainda criança (sete anos de idade) para a família quando passava férias em um acampamento.

“Um dia ideal...” apresenta as circunstâncias que precedem o suicídio de Seymour. Em uma segunda lua de mel, ele e sua esposa estão hospedados em um hotel em *Miami Beach*, Flórida. De acordo com John Wenke, em *J. D. Salinger: a Study of the Short Fiction* (1991, p. 34-35), a viagem do casal pode ser considerada mais como uma forma de restaurar a saúde debilitada do protagonista do que uma viagem de férias. Seymour sofre de trauma pós-guerra por haver participado da Segunda Guerra Mundial.

¹ Optamos por colocar o verbo entre parênteses porque, em algumas narrativas, Seymour é apenas lembrado ou aludido por causa de algum comentário feito por ele. Conforme pode ser atestado em alguns artigos de nossa autoria (vide referências), Seymour Glass ganhou notoriedade principalmente pela sua não-aparição “física”, ou seja, ele “participa” de outras narrativas mais como um “fantasma” que assombra e influencia a vida e o comportamento de seus outros irmãos do que como uma personagem que “atua fisicamente”.

² As datas se referem à primeira compilação dos contos em livros nos Estados Unidos.

A história pode ser dividida em três partes. A primeira descreve o diálogo ao telefone entre Muriel e a mãe que demonstra preocupação com a filha. Nessa conversa, ficamos sabendo que a sogra acredita ser Seymour um psicótico por ter atentado contra a vida pelo menos uma vez, quando ele jogou o carro do sogro de encontro às árvores.

A segunda parte é o diálogo entre Seymour e uma garotinha que estava hospedada no mesmo hotel que ele: Sybil Carpenter. Os dois estão na praia e é nesse momento que Seymour lhe conta a história dos peixes-banana. Ainda de acordo com Wenke (1991, p. 36), Seymour procura suporte emocional na companhia de crianças, entre elas, Sybil. Desconfiamos que isso ocorra por causa do valor simbólico da criança como a manifestação da pureza humana, algo que a liga com o divino.

A terceira parte acontece logo após a história dos peixes-banana, quando Seymour se despede de Sybil e retorna para o hotel. Dentro do elevador, seu comportamento agressivo assusta uma hóspede que pede para o ascensorista parar o elevador imediatamente. Seymour chega ao seu quarto, pega uma Ortigies automática, calibre 765 e dispara contra a própria têmpora direita.

Para entendermos a história dos peixes-banana contada para a garotinha na beira da praia, acreditamos ser necessário também discutir a possibilidade interpretativa para os nomes das duas personagens centrais: Seymour e Sybil. Foneticamente, Seymour corresponde a **see more**, em inglês, que significa “ver mais”, ou seja, aquele que vê mais. É por esse motivo que Sybil pergunta para a mãe: “– Viu mais vidro?”³ (SALINGER, 2006, p. 13). O sobrenome de Seymour, Glass, significa vidro, um material que pode sugerir várias interpretações (material frágil e que se quebra e se fragmenta facilmente, que é transparente, que distorce a visão da realidade...). Sybil, por sua vez, corresponde a **sibyl**, sibila ou profetisa. Os dois nomes podem se referir a personagens que tem a habilidade de ver o futuro, algo que será levantado a partir da interpretação da mensagem alegórica da história dos peixes-banana. O conto de Salinger questiona o significado da visão e discute, também, se ela está limitada apenas a uma faculdade física. É por esse motivo que, ao lado da habilidade física de enxergar, uma segunda possibilidade acompanha de perto o seu correspondente físico: a visão espiritual. Assim, as duas visões transitam, se cruzam e se chocam durante toda a narrativa. É por esse motivo que uma terceira visão surge como alternativa para o embate entre as outras duas: a visão interpretativa, que serve para a compreensão da alegoria dos peixes. É com essa terceira visão que trabalharemos.

Conforme antecipamos, a narrativa de Seymour é uma narrativa alegórica exatamente pelo fato de agregar outro significado além daquele que estaria mais “visível”, em um plano mais superficial. Seymour estaria, dessa forma, contando a sua própria trajetória e experiência como um peixe que morre ao agir de acordo com o seu próprio caráter.

A história é narrada quando ele estava brincando com Sybil na beira da praia:

– Senhorita Carpenter, por favor. Eu entendo do riscado. Trata só de ficar olhando para ver se descobre algum peixe-banana. Hoje está fazendo um dia **ideal** para os peixes-banana.

³ “See more glass”?

- Não tou vendo nenhum – Sybil disse.
- Isso é compreensível. Eles têm uns hábitos muito estranhos – disse o rapaz, enquanto continuava a empurrar a bóia. A água ainda não chegava à altura de seu peito. – Levam uma vida muito trágica. Você sabe o que eles fazem?
- Ela fez que não com a cabeça.
- Bem, eles entram nadando num buraco onde tem uma porção de bananas. São iguaizinhos a qualquer peixe normal quando **entram**, mas mal se vêem lá dentro eles se comportam como uns porcos. No duro. Já vi um peixe-banana entrar num buraco e comer setenta e oito bananas – ele falou. Empurrou a bóia e sua passageira um pouquinho mais em direção ao horizonte. – Naturalmente, depois disso eles ficam tão gordos que não conseguem mais sair do buraco. Não passam pela porta.
- Não vamos muito para longe, não – Sybil disse. – O quê que acontece com eles?
- O que acontece com quem?
- Com os peixes-banana.
- Ah, você quer dizer, depois que comem tantas bananas que não conseguem mais sair do buraco de banana?
- É.
- Bem, sinto muito dizer isso a você, Sybil. Eles morrem.
- Por quê?
- Porque pegam a febre da banana. É uma doença terrível (SALINGER, 2006, p. 18, grifo do autor).

A fábula contada por Seymour, sobre a trajetória trágica e comportamento curioso dessa espécie de peixe que não existe, mais do que um sentido moral, pois os peixes sofrem de “gulodice” como os porcos, gulodice essa que os leva à morte, apresenta o sentido alegórico de sua própria condição como vítima de uma experiência traumática. Seymour é veterano de guerra e quando estava no exército foi internado no hospital psiquiátrico. Na conversa de Muriel com a mãe, o leitor é informado que a mãe fez uma consulta com um médico (Dr. Sivetski) e este comentou que fora um crime Seymour ter sido liberado.

A história contada por ele, como uma alegoria, apresenta mais de um significado em sua leitura. A segunda leitura, a leitura alegórica, sugere que se trata de uma representação da própria experiência de Seymour durante o período como soldado em campo de batalha. Assim, acreditamos que se trata de uma alegoria que reflete a condição do soldado que contrai a febre da banana. O peixe-banana é o próprio Seymour e todos aqueles que se transformaram em vítimas lutando na guerra. Ele faz a substituição de uma narrativa adulta para outra que é mais apropriada para uma ouvinte criança. Entretanto, a substituição fica apenas na roupagem das personagens e enredo: o conteúdo está ali. Mais do que um adorno retórico, a mensagem de Seymour está cifrada e somente a percepção mais atenta de outra personagem poderia decodificar o seu sentido. Não será Muriel (e muito menos a mãe dela, ou mesmo um psicólogo) capaz de decifrar essa alegoria. Salinger coloca uma criança como a intérprete dos sinais psíquicos de um homem condenado ao suicídio. Po-

rém, é preciso enfatizar que a ironia do conto acontece quando Sybil, a “sibila” que prevê o futuro, descobre involuntariamente que Seymour está contando a sua própria história. Assim, Salinger “destrói” a expectativa de que o sentido da alegoria será descoberto por um adulto, “potencialmente” mais atento e capaz.

A história contada para Sybil pode ser considerada como um resumo da vida do próprio Seymour, com a antecipação do fim e da tragédia. Segundo ele, os peixes têm uns hábitos muito estranhos. A estranheza é uma alusão às pessoas que não compreendem o seu comportamento, no mínimo excêntrico (o fato de ele atentar contra a vida ao jogar o carro do sogro contra as árvores, obrigar a esposa a ler um livro de poesia de Rilke em alemão mesmo sabendo que Muriel não conhece o idioma, chamar Muriel de Miss Vagabunda Espiritual de 1948 e comentar que não gosta de tirar o roupão na praia para que ninguém veja a tatuagem dele, tatuagem essa que ele não tem).

Como um peixe-banana, Seymour tem um comportamento estranho e incompreensível para aqueles que se apóiam em um diagnóstico psiquiátrico (a mãe e o pai de Muriel, o Dr. Sivetski). O conto não apresenta qualquer explicação, por parte do narrador, em relação ao período em que Seymour esteve internado ou mesmo participando da guerra. Sabemos que se trata de um trauma de guerra, porém, não conhecemos a dimensão desse trauma ou mesmo o que especificamente o provocou. Temos apenas o resultado: o suicídio. O fato de ele se recusar a tirar o roupão para que ninguém visse sua tatuagem pode ser interpretado como uma alusão ao trauma psíquico se considerarmos o significado plausível de seu nome: “ver mais”. Na verdade, Seymour divisa aquilo que a visão física não pode enxergar, pois a tatuagem é uma marca física, algo que está na pele. A tatuagem que ninguém vê é uma tatuagem psíquica, um sinal que não fica visível porque está na “alma”. É a marca de um peixe-banana condenado a um fim trágico.

Seymour narra o estranho comportamento desse peixe que nada para dentro de um buraco cheio de bananas. Como soldado, Seymour também teve que entrar nesse mesmo local. A guerra pode ser considerada um buraco onde os peixes entram e não conseguem mais sair. De acordo com Seymour, isso acontece porque os peixes se comportam como porcos, os “porcos da guerra”. Entretanto, é preciso observar que eles se comportam como porcos apenas quando entram no buraco, visto que, do lado de fora, eles são iguais aos demais peixes: “São iguaizinhos a qualquer peixe normal quando **entram**, mas mal se vêm lá dentro eles se comportam como uns porcos” (SALINGER, 2006, p. 18, grifo do autor), comenta ele. Isso acontece porque é a situação que provoca a mudança na atitude, provavelmente colocando os homens à prova de seus próprios caracteres. Dessa forma, Seymour utiliza o discurso alegórico como instrumento de revelação de uma verdade oculta, pois ele é a voz que veio da guerra para descrever sua experiência traumática. A história dos peixes-banana apresenta outra possibilidade de significação além da literal: não é apenas uma fábula, uma história com um fundo moral, um alerta para a gulodice. É um alerta que informa o perigo de ser vítima da loucura que é a guerra.

Esses peixes que viram porcos sofrem de gulodice, pois comem tantas bananas quantas conseguem aguentar. Seymour comenta que viu um deles comer setenta e oito bananas. Quando comem muito, engordam e quando engordam, não conseguem mais

sair pelo buraco. Seguindo nossa leitura alegórica, acreditamos que Seymour se refira às vidas sendo tiradas (ou engolidas) pelos porcos. O porco é comumente considerado um animal sujo. Por esse motivo, “porco” é um termo ofensivo como “porcos de guerra”. Os peixes que comem banana e não voltam do buraco são aqueles que, como Seymour, não retornam para o mundo, que ficam aprisionados em um buraco (ou abismo).

O comportamento dos peixes que são vítimas de sua própria gulodice leva-os a uma doença provavelmente incurável: a febre da banana. Aqueles que contraem tal enfermidade acabam morrendo como Seymour que, voltando da guerra, estava morto para o mundo. Além disso, como uma alegoria da trajetória de Seymour, a morte do peixe-banana é uma antecipação da morte do próprio Seymour que acontece logo em seguida.

Antes de subir para o hotel, Sybil, que ainda brincava com Seymour, comenta que viu um peixe-banana com seis bananas na boca. Na verdade, ela confundiu o pé de Seymour que tem seis dedos com um peixe. Sybil acredita ter visto essa espécie singular de peixe e, ao apontar para o peixe, está apontando para Seymour. Como uma “profetisa”, Sybil “percebe” (e confunde) que o peixe da história é o próprio amigo. De certa forma, a garotinha atuou naquele momento como uma “profetisa” que “prognosticou” o futuro de Seymour. Finalmente, ela consegue enxergar quem é o peixe da fábula alegórica.

A alegoria dos peixes-banana funciona como uma micro-narrativa encaixada em uma narrativa maior da qual temos apenas seus momentos finais. Se ela é, conforme apontamos, uma alegoria da experiência de Seymour que, sabiamente, contou para Sybil da forma que ela poderia entender, através do uso de elementos da fábula (a presença de animais e um fundo moral), em “Um dia ideal para os peixes-banana”, esse recurso literário repete a trajetória de seu protagonista até o final, quer dizer, ele duplica e reflete a história da personagem principal.

O processo de duplicação literária e de inserção de narrativas que refletem uma narrativa englobante é conhecido por *mise en abyme*. De acordo com Lucien Dällenbach, no ensaio “Intertexto e autotexto”,

o conceito de “mise en abyme” designa um enunciado *sui generis*, cuja condição de emergência é fixada por duas determinações mínimas: 1° a sua capacidade reflexiva, que o vota a funcionar a dois níveis: o da narrativa, em que continua a significar como qualquer outro enunciado; o da reflexão, em que ele intervém como elemento duma meta-significação, que permite à história narrada tomar-se analogicamente por tema; 2° o seu caráter *diegético* ou *metadieético*. Nestas condições, nada impede, como é óbvio, que se considere a “mise en abyme” como uma *citação de conteúdo* ou um *resumo intratextual*. Enquanto condensa ou cita a matéria duma narrativa, ela constitui um enunciado que se refere a outro enunciado – e, portanto, uma marca do código metalingüístico; enquanto parte integrante da ficção que resume, torna-se o instrumento dum regresso e dá origem, por consequência, a uma repetição interna (1979, p. 53-54, grifo do autor).

Uma das principais características da *mise en abyme* é o fato de que ela contesta o desenrolar cronológico como segmento narrativo. Para que isso ocorra, a narrativa refletida precisa contrair a sua duração para que se encaixe em um espaço restrito e apresente “a matéria de um livro inteiro”. Ainda conforme Dällenbach (1979, p. 59-60, grifo do autor), a contração de uma história refletida que se encaixa em uma outra não acontece sem pôr em causa “[...] a sua própria *ordem cronológica*: incapaz de dizer a mesma coisa ao mesmo tempo que a ficção, o ‘analogon’ desta, dizendo-o noutro lado, di-lo fora de tempo, e sabota assim a progressão da narrativa”.

O autor distingue três tipos de *mise en abyme* que correspondem a três modos de discordância entre os dois tempos (passado e futuro): a prospectiva, que reflete a história futura, antecipadamente; a retrospectiva, que reflete a *posteriore* a história já consumada; e a retroprospectiva, que reflete “a história descobrindo os acontecimentos anteriores e os acontecimentos posteriores ao seu ponto de ancoragem na narrativa (DÄLLENBACH, 1979, p. 60).

A alegoria contada por Seymour, nesse caso, seria uma *mise en abyme* retroprospectiva, pois narra a sua participação na guerra e antecipa o desfecho de sua experiência traumática. Assim, essa alegoria percorre um momento passado (a guerra / a entrada dos peixes-banana no buraco, o comportamento de porco), mas também determina o que vai acontecer no futuro (a morte dos peixes-banana por causa da febre será a própria morte de Seymour por suicídio).

A narrativa contada pelo protagonista funciona como a representação de sua própria história narrada, alegoricamente, para uma criança. Em “Um dia ideal...”, a alegoria é um instrumento pedagógico, pois ensina, a partir desse recurso estilístico, uma história que pode, em nossa opinião, se desdobrar em duas: o sentido literal e o sentido alegórico. Além disso, no conto, a alegoria funciona como uma *mise en abyme* por refletir a história “principal”, resgatando experiências passadas e antecipando o seu desfecho.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CEIA, Carlos. **Alegoria**. Disponível em <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/A/alegoria.htm>>. Acesso em 20 fev. 2011.

DÄLLENBACH, Lucien. Intertexto e autotexto. In: **Intertextualidades**. Tradução de Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Livraria Almedina, 1979. p. 51-76.

FLETCHER, Angus. **Alegoria: teoria de un modo simbólico**. Tradução de Vicente Carmona. Madrid: Ediciones Akal, 2002.

FROTA, Adolfo José de Souza. Foco narrativo e (im)parcialidade nos contos da família Glass. In: Camargo, Flávio Pereira; FRANCA, Vanessa Gomes (Org.). **Estudos sobre literatura e linguagem: pesquisa e ensino**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 17-40.

_____. **O plurilinguismo em Salinger e as diversas vozes de Seymour**. CROP. Disponível em <<http://www.revistacrop.com.br/images/stories/edicao13/v13a09.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2011.

FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.

HANSEN, João Adolfo. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora**. Campinas: Hedra, 2006.

SALINGER, J. D. Um dia ideal para os peixes-banana. In: _____. **Nove estórias**. Tradução de Jorio Dauster Magalhães e Silva e Álvaro Gurgel de Alencar. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 2006. p. 7-20.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Tradução de Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WENKE, John. **A study of the short fiction**. Boston: Twayne Publishers, 1991.



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MULHER: UM ESTUDO COM ESCOLARES*

Alberto Carlos de Souza¹
 Túlio Alberto Martins de Figueiredo²
 Mary Del Priore³

Resumo: Oficina de gênero realizada com 27 crianças de 9 anos de idade, estudantes de uma escola pública municipal de Vitória–ES e que teve como propósito celebrar o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Toda a produção estética dessa oficina girou em torno da música “*Maria, Maria*”, de autoria de Milton Nascimento e Fernando Brant (1978), e constou de canto coral e elaboração de pictografias femininas (desenho com massa de modelar) a partir da questão norteadora: “Quem é essa mulher, de quem tanto fala a música?”. Maria foi representada pelas crianças principalmente como figura parental (mãe, avó), trabalhadora (cantora, feirante, lavadeira e professora) ou ente religioso (santa). A oficina culminou com a apresentação de toda a produção estética (canto coral e projeção de imagens) para as mães daquelas crianças.

Palavras-Chave: Milton Nascimento; Música Popular Brasileira; Crianças; Arte.

Abstract: Workshop on gender held with 27 children, 9 -year-old students at a local public school in Vitória - ES, which aimed to celebrate the International Women’s Day on 8 March. The whole production aesthetic of this workshop was about the song “*Maria, Maria*”, written by Milton Nascimento and Fernando Brant (1978) and consisted of choral singing and the development of female pictographs (drawing with clay), from the question question: “Who is this woman, who talks so much about the music?” Mary was represented mainly by children and parent figure (mother, grandmother), worker (singer, marketer, laundress, and teacher) or religious entity (holy). The workshop culminated with the presentation of the whole production aesthetic (choral and projection of images) for the mothers of those children.

Keywords: Milton Nascimento; Brazilian Popular Music; Children; Art.

*Parte deste estudo foi publicado pela Revista Guavira Letras em seu número 10, ano 2010.

¹Mestre em História - UNIVERSO / Professor de Arte – Secretaria Municipal de Educação de Vitória e Serra– ES. **E-mail:** acsouza71@bol.com.br

²Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. **E-mail:** tulioamf@npd.ufes.br

³Professora do Programa de Pós-Graduação em História – UNIVERSO / Membro do IHGB. **E-mail:** marydelpriore@terra.com.br

Introdução

Este estudo dá conta de relatar as representações sociais que um grupo de 23 crianças de onze anos de idade, estudantes do 3º Ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Prof. Vercenílio da Silva Pascoal, no Município de Vitória/ES -, tem sobre a mulher. Tal estudo constituiu-se como a primeira parte de um projeto que teve como motivação criar um espaço estético para comemorar, em nossa escola, o Dia Internacional da Mulher, cuja data é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1975, como o dia 8 de março.

Esta data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher foi marcada há 152 anos por uma tragédia: um incêndio no dia 8 de março de 1857, na cidade de Nova Iorque, que

causou a morte de 130 manifestantes, dentre as centenas de mulheres trabalhadoras das fábricas de vestuários e têxteis. Essas mulheres, em greve, protestavam contra os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e a jornada estafante de 12 horas diárias de trabalho (BRITO, 2003).

Sobre este relato, especificamente, trata-se de um projeto implementado à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN) – documento oficial editado pelo Ministério da Educação e que oferece as balizas para se construir uma referência curricular nacional para o ensino fundamental. Dentre as suas muitas recomendações, estes parâmetros recomendam aos educadores que

[...] as crianças e os jovens deste país desenvolvam suas diferentes capacidades, enfatizando que a apropriação dos conhecimentos socialmente elaborados é a base para a construção da cidadania e da sua identidade, e que todos são capazes de aprender e mostrar que a escola deve proporcionar ambientes de construção dos seus conhecimentos e de desenvolvimento de suas Inteligências com suas múltiplas competências. (BRASIL, 1998, p.10-11).

Tais PCN prescrevem também que os temas sociais urgentes – chamados Temas Transversais - devam ser desenvolvidos de maneira interdisciplinar no ensino fundamental (BRASIL, 1998).

De acordo com os referidos PCN, é necessário que os docentes atuem com a diversidade existente entre os alunos e que os seus conhecimentos prévios sirvam como fonte de aprendizagem de convívio social, e não apenas como um meio de aprendizagem de conteúdos específicos (BRASIL, 1998).

Assim posto, entendermos que as questões afeitas às relações de gênero – aqui incluídas a mulher e a sua relação com o trabalho - constituem um tema social urgente. Como forma de celebrar o Dia Internacional da Mulher na escola, propusemos este projeto interdisciplinar de protagonismo das crianças, deixando emergir suas representações sobre a mulher.

Conforme observam Schiele e Boucher (2001), as representações são construções simbólicas que norteiam as atividades. Tais representações são elaboradas coletiva e socialmente pelos atores sociais e servem para os mesmos nomearem, apreenderem e transformarem o seu meio ambiente. Essas representações circulam e transformam-se principalmente por meio das relações de comunicação desenvolvidas entre os atores sociais.

Sobre as representações sociais - uma forma de conhecimento prático que se inserem muito bem entre as correntes que estudam o senso comum -, Moscovici (1978, p. 26) as definem como “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos”, visto que constituem “um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, liberando os poderes de sua imaginação” (p.28).

Na elaboração do referido projeto, o nosso propósito foi o de deixar emergir as representações que as crianças – enquanto atores sociais cheios de conhecimentos prévios - tinham sobre as mulheres. Para tal, apropriamo-nos da letra da música “*Maria, Maria*”, de autoria de Nascimento e Brant (1978), como ponto de partida da nossa intervenção, por entendermos que essa letra é um hino de amor às mulheres (in) comuns brasileiras, que, assim como aquelas trabalhadoras norte-americanas de 1857, ainda lutam por fazer valer os seus direitos e participam da construção do nosso cotidiano social.

Apoiados pela musicalidade da canção “*Maria, Maria*”, na interpretação de Milton Nascimento, buscamos, por meio do desenvolvimento da tensão psíquica das crianças, dar visibilidade às representações que as mesmas têm sobre a mulher. Utilizamos para tal a linguagem estética, compreendida pela sua dimensão plástica e musical. Sobre o conceito de tensão psíquica, tão essencial ao processo de criação, Ostrower (1987) observa que

[...] Criar não representa um relaxamento ou um esvaziamento pessoal, nem uma substituição imaginativa da realidade; criar representa uma intensificação do viver, um vivenciar-se no fazer; e, em vez de substituir a realidade, é a realidade; é uma realidade nova que adquire dimensões novas pelo fato de nos articularmos, em nós e perante nós mesmos, em níveis de consciência mais elevados e mais complexos. Somos, nós, a realidade nova. Daí o sentimento do essencial e necessário no criar, o sentimento de um crescimento interior, em que nos ampliamos em nossa abertura para a vida. (OSTROWER, 1987, p. 27-28).

Metodologia

O trabalho foi realizado por meio de atividades de laboratório e constou dos seguintes momentos:

1º) Leitura compreensiva da letra “*Maria, Maria*”, buscando esclarecer termos ou expressões desconhecidas pelas crianças;

2º) Audição silenciosa da música;

- 3º) Memorização da letra da música, por meio da escuta e canto simultâneo;
- 4º) Representação da mulher, através da técnica de desenho com massa de modelar, a partir da seguinte questão norteadora: **“Quem é essa mulher, de quem tanto fala a música?”**.

Todos os desenhos foram, a seguir, categorizados, utilizando-se para tal a Análise de Conteúdo, entendida como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2000, p.42).

Para a elaboração do relatório desta experimentação estética, tomamos como suporte a Teoria das Representações Sociais, conforme proposição de Moscovici (1978).

Sobre a Teoria das Representações Sociais

A idéia de Representação Social – um termo que serve para englobar tanto um conjunto de fenômenos, quanto o conceito que os engloba e a teoria surgida para explicá-los -, surgiu no final da década de 50, na ocasião em que Serge Moscovici, um psicólogo húngaro radicado na França, procurou investigar de que forma a psicanálise passava do domínio dos especialistas para o domínio comum.

Sendo uma forma de conhecimento prático, as representações sociais inserem-se muito bem entre as correntes que estudam o senso comum. Tal posicionamento pressupõe uma ruptura com as correntes clássicas das teorias do conhecimento, publicando mudanças no estatuto da objetividade e na busca da verdade, uma vez que assumem tal saber como uma verdadeira ciência popular.

A construção desta teoria surgiu a partir da exploração do senso comum visto que Moscovici considerou, na escolha do seu objeto de estudo, haver naquele contexto duas teorias que estavam começando a penetrar na sociedade francesa: o marxismo e a psicanálise. Moscovici optou por este último objeto, por considerar que a escolha pelo marxismo era uma questão politicamente difícil para um doutorando estrangeiro e refugiado de um país comunista (MOSCOVICI, 2003).

Representações sociais são entidades quase tangíveis, circulantes nos gestos e falas do nosso cotidiano. Embora as mesmas sejam fáceis de serem apreendidas, Moscovici, entretanto, nos alerta que o seu conceito não o é. Para Jodelet (2001, p. 22), uma das principais colaboradoras de Moscovici na construção da teoria, uma representação social pode ser entendida como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Através das representações sociais nos informamos sobre o mundo à nossa volta, nos ajustamos ao mesmo e aprendemos a dominá-lo: dessa forma as representações sociais nos ajudam a identificar e resolver os problemas que o mesmo apresenta.

De maneira sucinta, podemos entender a representação social como “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26), visto que “é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação (MOSCOVICI, 1978, p. 28).

Segundo Moscovici (2003, p. 54), “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não – familiaridade”. Trata – se, portanto da passagem de um saber dos universos reificados para os universos consensuais. Afinal, “os universos consensuais são locais onde todos querem sentir – se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito” (MOSCOVICI, 2003, p. 54). Já os universos reificados são bastante circunscritos e respondem pela produção das ciências e do pensamento erudito em geral.

Nem todos os fenômenos sociais são formadores de Representação Social. Uma Representação Social surge onde houver perigo para uma identidade coletiva e traduz a relação de um grupo com um objeto socialmente valorizado. Assim, toda Representação Social é a representação de algo e/ou de alguém por alguém.

Representações das crianças sobre as mulheres

Nossa opção por esse quadro teórico ficou assim justificada: a representação de alguém – a mulher – por um grupo de crianças. Mas afinal, quem são essas crianças? São, conforme nos apresenta Del Priore (2006), crianças brasileiras como aquelas que estão em toda parte, com destinos variados e variados rostos: rostinhos mulatos, brancos, negros e mestiços. Algumas amadas e outras simplesmente usadas.

A partir das cenas de produção estética elaboradas por aquelas crianças, por meio da técnica de desenho com massa de modelar em papel branco, construímos cinco categorias analíticas que nos deram conta de compreender que, para essas crianças, Maria faz-se representar, nesta ordem, principalmente como:

- 1) figura parental (mãe = 6 referências; avó = 4 referências);
- 2) trabalhadora (cantora = 2 referências; feirante = 4 referências; lavadeira = 2 referências e professora = 1 referências);
- 3) ente religioso (santa = 5 referências);
- 4) personagem (mutante de uma novela = 2 referências) e, por fim,
- 5) simplesmente como persona (mulher feliz = 1 referências).

Podemos evidenciar que neste estudo, as representações de Maria como figura parental – mãe ou avó - ou como trabalhadora, são as que mais se sobressaem, denotando a importância da família e do trabalho feminino na vida dessas crianças.

Sobre a família, D’Inácio (2004) observa que foi a partir do século XIX, época marcada pelo início da urbanização brasileira, que a mulher ressignifica, pela primeira vez em nosso contexto histórico, o seu lugar nas relações da chamada família burguesa, fortemente

valorizada pelos sentimentos de intimidade e maternidade. Dessa forma, a mulher passa a fazer parte de um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, tendo como função o cuidar dos “filhos educados e (ser) esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigadas de qualquer trabalho produtivo, representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível” (D’INACIO, 2004, p.223).

Tal concepção de sociedade, reservando “ao homem, o universo do público, o trabalho remunerado, o papel de provedor econômico da família, a racionalidade, a fibra” (SOUZA, 1997, p. 182) e “à mulher, o universo do privado, o trabalho não remunerado do lar, o cuidado com os filhos, a sensibilidade, a fragilidade” (p. 182) foi algo que perdurou ao longo dos séculos. Trata-se, no entanto, de uma visão burguesa da sociedade brasileira, pois, nas camadas de baixo poder aquisitivo, as mulheres, em todos os tempos, sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho.

No presente estudo, as crianças referem Maria como uma trabalhadora – geralmente inserida em ocupações pertencentes ao setor de serviços: Maria é feirante, ou lavadeira, ou professora ou cantora. Em relação à inserção da mulher de classes menos favorecidas no trabalho, temos de considerar que historicamente as mesmas sempre foram pressionadas a obter remuneração: “[...] As empregadas domésticas [...] existem desde o fim da escravidão. No campo, as mulheres sempre estiveram presentes na lavoura, basta ver qualquer ilustração de colheitas de café ou cana de açúcar para constatá-lo [...]” (SOUZA, 1997, p.182).

A finalização do projeto se deu por meio de uma socialização dos resultados do mesmo com as mães das crianças: as crianças receberam suas mães cantando em coro a canção “**Maria, Maria**”. Simultaneamente, as representações elaboradas foram apresentadas em uma tela.

Considerações Finais

O ponto de partida dessa intervenção consistiu na exploração da musicalidade de Milton Nascimento, protagonista do “movimento” Clube da Esquina, que floresceu em Minas Gerais, a partir da década de 60, no auge de um dos períodos mais críticos da história contemporânea brasileira: a ditadura militar (BORGES, 1996). Dentre o seu conjunto da obra, nossa opção se deu pela música **Maria, Maria**.

As representações sociais da mulher, aqui apresentadas, são entidades quase tangíveis que “circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro” (MOSCOVICI, 1978, p.41) no universo cotidiano dessas crianças.

O estudo evidenciou que, para essas crianças, Maria se faz representar como aquela mulher comum, representada por Milton Nascimento, em sua infância de menino negro, filho adotivo, criança traquina, tão igual a muitas das crianças que frequentam as nossas escolas de periferia: Maria é mãe, ou avó, ou trabalhadora, ou santa, ou – simplesmente - uma mulher que é feliz!

Referências Bibliográficas

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BORGES, M. **Os sonhos não envelhecem**: histórias do Clube da Esquina. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRITO, M. Dia Internacional da Mulher – história. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cultura/femenina2003.htm>. Acesso em: 8.fev.2009.
- DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- D'INACIO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 223-240.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj; 2001. p. 17-44.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NASCIMENTO, M.; BRANT, F. Maria, Maria. In: **Clube da Esquina 2**. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1978. 2 CD, 2 CD, digital, estéreo. 07-01139.
- OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SCHIELE, B.; BOUCHER, L. A exposição científica: uma maneira de representar a ciência. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 363-377.
- SOUZA, B. P. Mães contemporâneas e a orientação dos filhos para a escola. In: MACHADO, A.M.; SOUZA, Marilene P.R. **Psicologia escolar**: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 181-187.



ENTRE IMPRESSÕES E OPINIÕES: APONTAMENTOS SOBRE MACHADO CRONISTA
E A IMPRENSA PERIÓDICA NO BRASIL

Elisabeth Batista¹

Resumo: Machado dedicou-se com intensidade à imprensa periódica carioca, dando conta de uma sensível proximidade estilística entre jornalismo e literatura. A perspectiva machadiana para a imprensa se abre com um produtivo campo de reconhecimento da força social da literatura e das expressões artísticas, políticas e culturais. No horizonte dessa perspectiva, a produção de Machado pode sinalizar alguns conteúdos orientadores da época e suas relações com a política nacional e internacional oferecendo alternativas de interpretação das impressões políticas que perspassam a história e o modelo homogeneizante da economia imposta pelo império. O discurso da imprensa, concebido como decorrente do imaginário social, oscila conforme os critérios e as convicções do momento de enunciação. Nos textos de Machado para imprensa carioca pretende-se investigar algumas confluências importantes, de ordem discursiva ao longo da história e da política no Brasil, particularmente a segunda metade do século XIX, período em que se estratificaram as sociedades imaginadas e a conseqüente construção da imagem do outro. Trata-se também de refletir o quanto o vínculo entre o discurso veiculado nesse espaço de difusão de saberes atrela-se à dinâmica do capital ou, de outra forma, em que medida a produção criativa de Machado para a imprensa apenas reencena indefinidamente, de forma crítica ou não, a ordem econômica.

Palavras-Chave: Machado de Assis, Imprensa, Linguagem literária, Crônica.

Abstract: Machado dedicated yourself with intensity to the carioca periodic press, giving a significant stylistic closeness between journalism and literature. The machadian prospect to the press opens with a productive field of recognition of the social strength of literature and artistic expressions, political and cultural. In the horizon of this perspective, the production of Machado may signal some guiding contents of his decade and his relations with the national and international policy offering alternatives of interpretation of policy impressions that pass the history and the homogenizing model of the economy imposed by the empire. The speech of the press, conceived as arising from the social imaginary, varies according to the criteria

¹ UNEMAT/PPGEL - Doutora pela USP, atua na área de Literatura no Departamento de Letras do Campus Universitário de Cáceres e no Programa de Pós-graduação em Estudos Literários – Campus de Tangará da Serra. Coordenadora do CEPLIT- Centro de Pesquisas em Literatura da UNEMAT- Universidade do Estado de Mato Grosso.

and the convictions at the time of enumeration. In the Machado's texts to the carioca press seeks to investigate some important confluences, of discursive order throughout history and politics in Brazil, particularly the second half of the XIX century, period in which they stratified the imagined societies and the consequent construction of the image of the other. It is also important to reflect how the relationship between talk in this space of dissemination of knowledge leads to the dynamics of capital or, in other way, to what extent the creative production of Machado to the press only react indefinitely, so critical or not, the economic order.

Keywords: Machado de Assis, Press, Language Literary, Chronicle.

A presença de Machado de Assis na imprensa periódica de seu tempo pressupõe que nos voltemos para a caracterização da sua produção criativa para os jornais, a fim de descrever as particularidades que se inscrevem na sua atividade jornalística. A imprensa periódica tem demonstrado a relevância crescente que a crônica jornalística assumiu como gênero autônomo presente em suas publicações no século XIX.

Há muitos modos de ver como os acontecimentos do século XIX no Brasil permitem visualizar e apreender a riqueza das manifestações culturais que marcaram essa época. No referido século, por exemplo, a Literatura e o jornalismo encetaram uma estreita relação tendo em conta que todos os grandes escritores colaboraram na imprensa periódica. Naquela época, o jornal destacou-se como um dos principais veículos de comunicação nos centros urbanos.

A imprensa apareceu em terras brasileiras em 1808, no período colonial. O Brasil não tinha universidade e no país a impressão das letras era proibida por Portugal. As tentativas de funcionamento de tipografias eram barradas pelas autoridades portuguesas (Lustosa, 2000: 65). Os livros eram escassos e a maioria da população, iletrada. Portanto, os intelectuais que começaram a escrever nos jornais cumpriam uma função também educativa. Eles estavam cientes desse papel. Machado de Assis, na crônica de 15/08/1876 (1957c: 106- 108), constata que setenta por cento da população brasileira não sabia ler, de acordo com o recenseamento do Império e comenta:

Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. (...) 70% de cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, - por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado (1957c: 107).

Grande parte da população, portanto, analfabeta, estava inteiramente à mercê dos acontecimentos, principalmente, dos políticos. Ao publicar o jornal **Constitucional**, por exemplo, José Joaquim da Rocha, importante personagem político, define seu objetivo como o de “educar as pessoas, preparando-as para o processo constitucional e procurando igualmente suprir-lhes as deficiências culturais e educacionais” (Lustosa, 2000: 31). Assim,

o jornal era visto como meio fundamental para a transformação da sociedade da época. A palavra mídia não era utilizada, então, naquele tempo, como a conhecemos na atualidade. Mídia refere-se ao “conjunto dos meios de comunicação existentes em uma área, ou disponíveis para uma determinada estratégia de comunicação” (BARBOSA: RABAÇA, 2001: 490).

Desta forma, a prática discursiva que mediatiza os conteúdos e em certa medida, a expressão de vida social, através das crônicas ou de outros textos jornalísticos, poder-se-ia criticá-la diariamente, visto tratar-se de um espaço de liberdade em que o cronista podia, de forma aberta e avulsa, tratar das mais diversas temáticas relativas à sociedade.

As reflexões teóricas deste trabalho têm em conta que a Literatura Comparada explora “as relações não apenas entre textos e autores ou culturas, mas se ocupa também de questões oriundas do confronto entre o literário e o não-literário, entre o fragmento e a totalidade, entre o similar e o diferente, entre o próprio e o alheio”. Em outros termos, nossa tarefa nesse campo teórico é a das travessias, das subversões de fronteiras entre línguas, culturas e áreas do saber, pretendendo ver mais longe, olhar além. Nos textos de Machado para imprensa carioca pretende-se investigar algumas confluências importantes, de ordem discursiva ao longo da história e da política no Brasil, particularmente a segunda metade do século XIX, período em que se estratificaram as sociedades imaginadas e a conseqüente construção da imagem do outro.

A Literatura Comparada, na medida em que se aproxima do que Morin (2001) denomina “ciência com consciência”, ao pretender dar conta das “articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento” revela-se como um campo muito eficaz para tal intento, pois aqui, trata-se também de refletir o quanto o vínculo entre o discurso veiculado nesse espaço de difusão de saberes atrela-se à dinâmica do capital ou, de outra forma, em que medida a produção criativa de Machado para a imprensa apenas reencena indefinidamente, de forma crítica ou não, a ordem econômica.

Uma primeira demarcação para entender as circunstâncias que proporcionaram o surgimento da Imprensa no mundo leva-nos a situar o fato no contexto do desenvolvimento histórico e econômico do mercantilismo, a partir das trocas de mercadorias e informações nas cidades originárias do capitalismo – os burgos. Importante ressaltar que estas práticas comerciais, antes incipientes, tiveram forte impulso com o surgimento dos Correios e da Imprensa, esta última concebendo a notícia como uma mercadoria que atraiu primeiramente quem se dedicava ao comércio e ao transporte marítimo.

Os primeiros “jornais” interessavam somente a quem comercializava, traziam informações sobre preços de mercadorias, abastecimento, polos de produção, etc. A imprensa surge, antes de mais, como uma necessidade de suporte ao capitalismo e, como se verifica, não deixou de sê-lo até hoje.

De origem latina a palavra jornal significa: **diurnale**, que a priori significava o mesmo que ‘diário’, jorna, a remuneração por um dia de trabalho. E do italiano, a palavra **giornale** nos remete a idéia de periódico, de um escrito para relatar os fatos do dia a dia (FERREIRA, 1986: 991).

Nosso interesse em investigar aspectos relacionados à contribuição de autores notáveis para os jornais e ao gênero periodístico no século XIX justifica-se tendo em conta que significativa parte da produção criativa de Machado de Assis, laborada na imprensa

carioca, constitui-se exemplar positivo da relação íntima entre a literatura e o jornalismo.

É, portanto, sob o olhar e a memória da crônica jornalística do escritor que importa procurar os conteúdos orientadores sobre os quais se deu o encontro do olhar estético na captação da vida social e da “alma de um povo”.

Os primeiros tempos de imprensa no Brasil, portanto, são carregados de opinião e posicionamentos dos jornalistas. Machado de Assis ciente do papel de formador cultural se sobressai como cronista na segunda metade do século XIX. Foi no Jornal periódico **Marmota Fluminense**, em 6 de janeiro de 1855, que veio a publicar o poema “A palmeira”. Texto nada excepcional, era apenas a estreia literária de Joaquim Maria Machado de Assis.

Em 21 janeiro de 1855, com 16 anos de idade, publicou o poema, **Ela**, no referido periódico. O jornal em que se publicou o poema era editado numa livraria que havia se transformado em ponto de encontro dos escritores da época. Foi lá que Machado de Assis ganhou protetores como Paulo Brito o proprietário da livraria, Manuel Antônio de Almeida, já conhecido romancista, e um padre que ensinava latim ao ainda adolescente escritor. Logo Machado de Assis já era membro da redação da Marmota Fluminense. Outros jornais passaram a publicar seus trabalhos: **Correio Mercantil**, **Diário do Rio de Janeiro**, **Semana Ilustrada** e **Jornal das Famílias**.

Os meios literários da Corte tornavam-se, pouco a pouco, território familiar para ele. E ele tornava-se cada vez mais conhecido nesse campo de atuação. Em seus textos para a imprensa, Machado de Assis escreveu sobre a vida social fluminense, as óperas, corridas, patinação, pleito eleitoral e muitas outras coisas, surpreendendo por um estilo sutilmente irônico, que logo ia tornar-se marca registrada do conjunto de sua obra.

Machado de Assis, ao estrear nos jornais era quase desconhecido pelo público leitor. Tornou-se pouco a pouco lido e apreciado pela sua obra ficcional, revelou-se progressivamente por meio dos seus textos para os jornais, com destaque para as crônicas, onde traça um quadro de toda uma realidade de uma época conturbada e em contínua evolução. O autor reconhece, quatro anos mais tarde, a força desse meio de comunicação para letrados, quando afirma no **Correio Mercantil** (10-12/01/1959), ser este a “verdadeira forma de república do pensamento, a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, literatura comum, democrática, que leva em si a frescura das ideias e o fogo das convicções”.

Machado transmitiu o seu testemunho de vida pública brasileira, nomeadamente do Rio de Janeiro, nas suas diferentes vertentes: a cultura, a política, a ideologia, a literatura e a vida social, manifestando uma versatilidade em saber falar de tudo observando continuamente o que o rodeava na demanda de algo peculiar e que, de algum modo, merecesse ser analisado e comentado.

Um exemplo desse olhar agudo sobre o seu tempo pode ser observado nas crônicas de **Balas de Estalo** publicadas em julho de 1883, isto é, durante os momentos do período de declínio do império no Brasil. Baseando-se no seu conhecimento do espaço que analisa e na sua leitura da sociedade, o cronista foca discursivamente diversos assuntos, mas mostra maior interesse pelos bastidores da política e pelos atos manifestos dos Deputados na investidura dos seus cargos como assinala o trecho da referida crônica.

O SR. DEPUTADO Penido censurou a Câmara por lhe ter rejeitado duas emendas: — uma que mandava fazer desconto aos deputados que não comparecessem às sessões; outra que reduzia a importância do subsídio.

Respeito as cãs do distinto mineiro, mas permita-me que lhe diga: a censura recai sobre S. Ex.^o não só uma, como duas censuras. A primeira emenda é descabida. S. Ex.^o naturalmente ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados os dias em que não comparecem; e, precipitadamente, pelo vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica. Não advertiu S. Ex.^o, que esse desconto é lógico e possível num país, onde os jantares para cinco pessoas contam cinco croquetes, cinco figos e cinco fatias de queijo. A França com todas as suas magnificências, é um país sórdido. A economia ali é mais do que sentimento ou um costume, mais que um vício, é uma espécie de pé torto, que as crianças trazem do útero de suas mães. [2 julho 1883]

Ao trazer para a pauta do dia um tema contundente de ordem político-econômica, o trecho acima oferece uma interpretação das manifestações no cenário político do Brasil daquela época num tipo de jornalismo irônico que satiriza e exhibe explicitamente uma crítica e um julgamento. Numa abordagem leve, o autor revela que conhece muito bem o lugar social de onde escreve, transmite a realidade em conexão com a ironia e as afirmações contundentes, e principalmente, pinta suas crônicas com certa cor local, vinculando a imagem dos deputados no Brasil ao espírito de lassidão e oportunismo em contraposição à austeridade em países de notória prosperidade econômica, como a França, onde os deputados têm o seu salário descontado mediante ausência às sessões plenárias.

É relevante observar o fato de que o autor nunca viajou à Europa, contudo, a sua crônica enceta uma relação comparativa com países de referência na época. Assim, além de concorrer para a formatação de uma imagem dos Deputados em exercício naquela altura, os conteúdos orientadores dos textos de Machado para os jornais, sem pretensão de ir para o futuro, até mesmo porque o veículo em que eram publicados era descartável, destacaram, ainda, um dos traços mais perceptíveis da formação de uma massa crítica com explícita preocupação local.

Ao apresentar tema brasileiro de seu tempo e de sua cidade, o autor destaca o que é do Brasil, reflete sobre os dilemas e equívocos históricos, os problemas, os costumes, as preocupações, os ideais, os atos dos políticos e a maiúscula dificuldade do povo que os mantém, ao mesmo tempo em que imprime, em sua obra, como forma de permanência futura, a cor local e as suas impressões, explora, para a disseminação de sua literatura naquele momento, a mídia da época: o jornal.

Assim, numa leitura atenta, é possível depreender que, a abordagem do assunto em forma de crônica jornalística, naquele veículo efêmero, pereniza-se mais tarde em

episódios similares, com seres ficcionais, na cena literária dos seus romances, como por exemplo, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). A temática como vimos, acenta-se em fatos socialmente verificáveis ainda hoje e, frequentemente retomados à pauta do dia: A elucidação da resistência apresentada pelo segmento dos representantes políticos ante a “eventual” propositura de emenda constitucional, por seus pares, de redução de sua base remuneratória, ou mesmo ao desconto em folha de pagamento pela ausência nas sessões.

A crônica machadiana ainda hoje conserva a atualidade, a matéria discursiva veiculada a 02 de julho de 1883, ao nosso olhar, postula tripla dimensão na ordem discursiva, configurando-se como confluências importantes, ao longo da história e da política no Brasil, particularmente a segunda metade do século XIX. Primeira: Ao incorporar meios técnicos da produção literária, satirizando o episódio e ficcionalizando o fato, o gênero ajudou a retrabalhar a linguagem jornalística, aproximando-o mais da oralidade, do uso linguístico do cotidiano, enfim, do português falado no Brasil; Segunda: a crônica, escrita no final do séc. XIX, recoloca a seus leitores a relação entre ficção e história, especialmente porque expressam um tempo social, um momento sócio-político de uma época de drásticas transformações e uma terceira dimensão que é a de que a produção criativa de Machado para os jornais contribuiu para a construção do significado dos acontecimentos a partir do efeito visado e o efeito produzido pela reconhecida competência comunicativa do autor.

Muitos outros assuntos sobre o espaço social, os eventos e acontecimentos sociais foram registrados frequentemente nas crônicas machadianas. Podemos citar também o destaque que mereceu, por parte do autor, a nova enfermaria de dosimetria adotada na Sociedade Portuguesa de Beneficência, e os modos de definição de um tratamento, se seria por alopatia ou homeopatia (1957d: 181-184);

SABE-SE que a Sociedade Portuguesa de Beneficência acaba de abrir uma enfermaria à medicina dosimétrica. (...) Se a dosimetria quer dizer que os remédios dados em doses exatas e puras curam melhor ou mais radicalmente, ou mais depressa, é, na verdade, grande cruzeza privar os restantes enfermos de tão excelso benefício. (...) Note-se bem que eu não ignoro que os doentes, por estarem doentes, não perdem o direito à liberdade; mas, entendamo-nos: é a liberdade do voto, a liberdade de consciência, a liberdade de testar, a liberdade do ventre (teoria Lulu Sênior); por um sentimento de compaixão, a liberdade de descompor. Mas, no que toca aos medicamentos, não! Concedo que o doente possa escolher entre a alopatia e a homeopatia, porque são dois sistemas, — ou duas escolas, — a escola cadavérica (versão Maximiano) e a escola aquática. Mas não tratando a dosimetria senão da perfeita composição dos remédios, não há, para o doente, a liberdade de medicar-se mal. Ao contrário, este era o caso de aplicar o velho grito muçulmano: — crê ou morre.

Como vemos, neste gênero textual híbrido de fronteiras fluidas onde fato e ficção se mesclam, o autor, ao transitar também pelas matérias da área da saúde, expressa a sua opinião no confronto entre a medicina hipocrática, vibracional, holística e o modelo da medicina galênica ou alopática ou química. No trecho acima o autor coloca em relevo a

inauguração da enfermaria homeopática que o Hospital da Beneficência em São Paulo coloca à disposição daqueles que necessitam de cuidados médicos. A opção, contudo, não é a do paciente, ou seja, a forma de tratamento entre a alopatia e a homeopatia parece ocorrer seletivamente. A crítica, portanto, é endereçada à referida casa de saúde.

Presente nas práticas de recuperação do bem-estar físico, mental e emocional dos brasileiros há mais de 150 anos, a Homeopatia foi criada por Samuel Hahnemann há mais de dois séculos e inegavelmente é uma terapêutica popular de cura conhecida em todo o Brasil. Desde 1980 a Homeopatia passou a ser uma especialidade médica. O médico francês Bento Mure foi o introdutor da terapêutica no Brasil.

Homeopatia (do grego *homoios*, semelhante + *pathos*, doença) é um termo criado por Christian Friedrich Samuel Hahnemann (1755-1843) que designa um método terapêutico cujo princípio está baseado na *similia similibus curantur* (“os semelhantes curam-se pelos semelhantes”). O tratamento homeopático consiste em fornecer a um paciente sintomático doses extremamente pequenas dos agentes que produzem os mesmos sintomas em pessoas saudáveis, quando expostas a quantidades maiores. Preparada em um processo chamado dinamização a homeopatia consiste na diluição e succussão da substância em uma série de passos. A título de ilustração, em Cuba, por exemplo, a dengue foi tratada e controlada com homeopatia em 2007, com resultado satisfatório.

Machado de Assis, assim como Monteiro Lobato evidenciou, ora em carta, ora em crônicas, ora em obras literárias (o caso mais notório é o de José Dias, em *Dom Casmurro*), a presença da homeopatia e refletiram sobre a sua eficácia no cotidiano dos brasileiros.

O trecho da crônica atesta a ligação do texto com a realidade cotidiana do Brasil, na qual a homeopatia tinha larga inserção institucional. Entretanto, o ponto a destacar é que o discurso da imprensa, concebido como decorrente do imaginário social, oscila conforme os critérios e as convicções do momento de enunciação.

Por mais relevância que tivesse qualquer assunto concreto, em Machado de Assis, como vimos, o fato publicado em si tinha menor importância, o que interessava era a reflexão que esse fato provocava, pois o escritor conseguia extrair reflexões profundas de fatos corriqueiros, tocando a essência daquilo que observava com um meio riso de contemplação. E quase sempre esse riso trazia, implícita ou explicitamente, uma advertência.

Referências Bibliográficas:

CARVALHAL, Tania Franco. **O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. p. 11.

FERREIRA, Marta da Piedade. **Machado de Assis – Crônicas a Mídia da Época: O Jornal**. Faculdade de Letras UFMG. 2004.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821 – 1823)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MACHADO DE ASSIS, J. A. Instinto de nacionalidade. In: **Crítica Literária**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1953.

_____. (1957a). **Chronicas** - 1º vol. (1859-1863) São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores.

_____. (1957b). **Chronicas** - 2º vol. (1864-1867) São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores.

_____. (1957c). **Chronicas** - 3º vol. (1871-1878) São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores.

_____. (1957d). **Chronicas** - 4º vol. (1878-1888) São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores.

_____. (1839-1908) Crônicas da escravidão. In: **Machado de Assis afro-descendente – escritos de caramujo [antologia]** Organização, ensaio e notas: Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas / Crisálida, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp. 176-177.

_____. **O método**. Tradução de Maria Gabriela Bragança. 2. ed., Lisboa: Europa-América, 1991, v. 1, p. 143.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

Webgrafia

www.lettras.ufmg.br/atelaetexto



A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ANGOLANA NA OBRA *EU À SOMBRA DA FIGUEIRA DA ÍNDIA*, DE ALBERTO OLIVEIRA PINTO

Érica Antunes Pereira¹

Resumo: Neste artigo, tomando como base a obra *Eu à sombra da figueira da Índia*, do angolano Alberto Oliveira Pinto, apresentamos uma análise do processo de (re)construção da identidade angolana realizado, via memória, pelo autor, e, no texto, vivenciado pela personagem Beí.

Palavras-chave: Literatura Angolana; Prosa; Identidade.

Abstract: In this paper, based on the work *Eu à sombra da figueira da Índia*, of Angolan Alberto Oliveira Pinto, we present an analysis of the (re)construction of the Angolan identity performed through the memory, by the author, and in the text, experienced by Beí character.

Key words: Angolan Literature; Prose; Identity.

Para começo de história...

Ler a obra *Eu à sombra da figueira da Índia* sem conhecer a história pessoal de Alberto Oliveira Pinto é sabê-la apenas em parte, de superfície, destituída de circunstâncias que revelam o complexo processo de (re)construção da identidade angolana experimentado pelo autor a partir da (re)criação da própria infância passada em Luanda, na confortável residência do Beco do Balão, durante a década de 1960.

Embora não se trate de uma obra autobiográfica propriamente dita, não podemos descurar que a vida do autor aparece permeada no dia a dia da personagem central do romance, o menino Beí - a começar pelo apelido, caro a ambos -, remetendo-nos, de algum modo, ao pensamento de Antonio Candido (1972, p. 803-809) acerca da função humanizadora da literatura, em que às necessidades de ficção e de fantasia é acrescido o desejo de se entender “no” e “parte do” mundo.

¹ Pós-Doutoranda em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: erica.antunes@gmail.com

Nesse sentido, e levando em conta que *Eu à sombra da figueira da Índia*², obra escrita aos vinte e um anos, em 1983, mas publicada somente em 1990, é a primeira de Alberto Oliveira

Pinto, entrevemos, nesse projeto aparentemente despretensioso³, a imprescindibilidade de expurgar algo que ainda lhe fugia ao entendimento, mas que pressentia ligado ao passado.

Partimos, assim, da “fronteira do asfalto” (VIEIRA, 1978, p. 89-97) - e, aqui, em prestamos à palavra “fronteira”, além do seu conhecido caráter físico, também uma ideia psicológica -, para observar o menino Beí à sombra da figueira da Índia de sua bela e imponente moradia localizada no Beco do Balão, na Cidade Alta, em Luanda, com vista tanto para as “barrocas debaixo da casa, para onde dava a balaustrada do jardim”, quanto para “a baía do lado esquerdo, delimitada pela marginal, e do lado direito a Rua Diogo Cão, que descia ao encontro da fortaleza” (p. 9).

O menino, a infância, a geografia...

Graças à presença do adjunto adverbial de lugar - “lá” - e ao emprego dos verbos no pretérito imperfeito, percebemos, já no primeiro parágrafo da obra, que o narrador se encontra temporal e geograficamente distante de Luanda e da casa que habitou na infância, dando passagem às “indelévels rumações da memória”, expressão cunhada por Carmen Lúcia Tindó Secco (2003, p. 176-187) e que agora tomamos emprestada porque muito pertinente também para *Eu à sombra da figueira da Índia*.

Tal como afirma Gaston Bachelard (2005, p. 33), no universo das reminiscências, “a casa natal está fisicamente inserida em nós”, de modo que, dela, podemos identificar minúcias realmente experimentadas ou apenas condizentes ao devaneio. Seguindo essa senda, se pensarmos que, na obra, há o entrelaçamento do autor com o narrador e que o primeiro foi retirado dos braços da terra-mãe aos sete anos de idade, não teremos dificuldade de aproximar Angola, sobretudo Luanda, da simbologia da casa: ambas traduzem o mais recôndito sentimento de si diante do mundo⁴.

Mas, se a imaginação fértil de Beí transparece pela invenção de amigos como a cobra branca Ximinha, o lagarto Tomé e a tartaruga Vitória ou pela transformação dos pátios da casa em aeroportos, a sensibilidade e a perspicácia do menino são ainda mais acentuadas: desde muito cedo, ele descobre que sua vida “à sombra da figueira da Índia” é muito diferente da das outras pessoas. Tanto isso tem fundamento que uma das primeiras paisagens descritas na obra é, justamente, a que contém a “casa de telhado vermelho e passareira de saibro a dar para a rua, que aparecia coberta por uma nuvem de poeira e de

² Com referência à gênese da obra, anota o autor em e-mail datado de 15 de fevereiro de 2006: “No tempo em que eu estava a concluir *Eu à sombra da figueira da Índia*, eu era, além de advogado estagiário, revisor das Publicações Europa-América. Calhou-me na altura fazer a revisão de uma obra de um autor do sul de Angola, hoje esquecido, chamado Jorge Cubango. A obra era um romance intitulado *Seiva de Sangue*. Ele apresentava um longo glossário no fim de termos angolanos e, a certa altura, deparei com o termo *tabaibo* com o significado de figo da Índia ou de fruto da figueira da Índia. Aí eu pensei: porque é que não ponho este termo no meu livrinho? Mas depois dormi sobre o assunto e vi que não dava, era ‘inestético’. Eu já tinha o texto praticamente concluído e, além disso, imagina o que era se estivesse lá escrito, em vez de ‘Zoc, que me caiu na cabeça um figo!’, ‘Zoc, que me caiu na cabeça um *tabaibo*!’.”

³ Em e-mail datado de 01 de julho de 2005, o autor assim escreve: “... quando escrevi esse livrinho, nos meus 20 anos de idade, apenas com base na memória e uns salpicos de imaginação, estava longe de imaginar que viria a teorizar sobre o assunto em teses universitárias.”

⁴ A respeito de Luanda, escreve o autor em e-mail datado de 29 de junho de 2005: “... ela é a infância, mas é muito mais. É o que faz sentido na minha vida.”

onde saíam e entravam frequentemente brancos, pretos, mulatos, cabritos, cafusos e outros muitos pequeninos da distância" (p. 9). Essa casinha, situada "nos confins do capinzal das barrocas" (p. 11), inquieta tanto o menino que, um dia, ele fugiu aos olhos da mãe e da empregada, Lurdes, só para vê-la de perto, como se um grande mistério pairasse no ar.⁵

A confortável residência com varanda "gradeada de verde" (p. 9), "relvado" e "portão principal" (p. 12), "baloiço de jardim" (p. 15), "casa de banho dos jardineiros" (p. 20), "casa dos brinquedos" (p. 23), "pátio da lavadeira" (p. 27), "terraço" (p. 31), cheia de empregados e situada no "alto da encosta" (p. 9), ou seja, na Cidade Alta, deixa bem clara a posição social privilegiada da família.⁶⁶ Opondo-se às pompas da casa estão as barrocas, ali mesmo ao alcance dos olhos, com sua feiúra e pobreza presentes principalmente a partir da descrição física de seus habitantes.

É preciso que atentemos, ainda, para a relação direcional ou geográfica estabelecida entre esses dois espaços: a casa do menino Beí, caracterizada como imponente, luxuosa, habitada por brancos e situada no "alto da encosta" (p. 9), estabelece um plano vertical sobre as barrocas que, por sua vez, são condenadas à horizontalidade. Isso, em outras palavras, é revelador, ao mesmo tempo, de um "olhar para baixo", tradutor de poder e superioridade, a que se contrapõe um "olhar para cima", fadado à submissão e revertido, em última instância, num "olhar para o lado", para os pares.

Diante desse quadro, pensamos já vislumbrar um primeiro conflito identitário: Beí se encontra "na fronteira do asfalto"; se, por um lado, está próximo da figura do colonizador à medida que é filho de brancos portugueses ricos que moram na Cidade Alta e porque - eis agora um dado infantil e talvez inocente, mas muito insinuante - gosta de "fazer chichi para as barrocas" (p. 21); por outro lado, a figura do menino se avizinha à do colonizado, já que sua naturalidade é angolana e a atração que demonstra sentir justo pelas barrocas é extrema.

Prova dessa ideia é a passagem em que Beí escapa aos cuidados da mãe e da empregada e se lança pela "rua de saibro" (p. 13) rumo à "casa amarela de telhado encarnado" (p. 12) "do fundo das barrocas" (p. 11), em que lhe invade a sensação de liberdade e, ao mesmo tempo, a de ser "estranhamente observado, ou estranhamente não observado" (p. 13), pois "agora era um daqueles transeuntes que via passar da minha [sua] varanda, a subir e a descer a rua" (p. 13). Mas o momento crucial desse episódio se dá logo adiante, quando o menino, percebendo-se sozinho, põe-se a chorar: "Fiquei parado a gritar e a chorar, já não olhava para a casinha, na minha frente só estavam as barrocas,

⁵ Indagado sobre "a casinha", explica o autor em e-mail datado de 01 de julho de 2005: "Que casinha era essa? Já me fizeram muitas perguntas a esse respeito. Já houve mesmo quem pensasse que era uma casa de prostituição, certamente sob a influência de Casa Verde de Vargas Llosa (leste?). Na verdade era uma casa particular onde morava uma família mestiça. Como todas as famílias mestiças daquele bairro, o pai era um branco e a mãe negra e os filhos de todas as cores, além dos empregados, entre os quais me lembro de uma menina que tinha os jinguidus (tranças) cheios de piolhos e se chamava Susana Espingarda. Ela ia a nossa casa apanhar os figos-da-Índia que caíam da figueira e depois a patroa dela ia vender numa pequena kitanda um pouco mais abaixo, já a caminho da fortaleza. Nesse tempo o patrão branco que lá morava era o senhor Sá."

⁶ Em e-mail datado de 29 de junho de 2005, o autor fala sobre a sensação de regressar a Luanda e de rever a casa depois de tanto tempo: "Sabes, quando voltei a Luanda, em 1996, deparei com a casa toda rebentada. Ela é mesmo ao lado daquela onde vivia o primeiro-ministro - o Marcolino Moko e depois o França Van-Dúnem - e abrigava as famílias dos guardas. Um estendal de roupa atravessava aquilo que fora o jardim, pendurado entre a figueira da Índia e uma das colunas do pátio principal - o meu 'aeroporto de Joanesburgo', por contraposição ao 'aeroporto de Luanda', que era o pátio menor que dava para a cozinha. Numa fracção de segundos pensei 'não vou voltar mais aqui'. Mas depois segui pela rua fora - a Rua Diogo Cão ou 17 de Setembro, como queiramos chamar - até à fortaleza. Saí da fortaleza e voltei a subir a rua. Quando passei pela casa já não estava nem aí. Luanda estava viva e era minha e isso é que importava. No dia seguinte, eu estava de novo a rondar a casa. No ano seguinte, tornei a rondar a casa várias vezes, assim como todo o bairro da Cidade Alta."

que já não eram barrocas em declive e sim um morro alto e abrupto, hostil, com a minha casa deserta lá em cima” (p. 13).⁷

O menino, uma casa, algumas gentes...

No entanto, essa “fronteira do asfalto” não se exaure na bela aparência da casa onde morava o menino Beí; mais que a segregação física ou geográfica, percebemos, no curso da narrativa, que ela se dá entre as pessoas. Atentemos, inicialmente, para as características que o narrador confere a Lurdes, Maurício, António, Florbela, Chica, Martins Guimarães, Antunes, Domingas, José, Zé Cozinheiro e o casal Maria e Papo Seco, ou seja, aos empregados da família.⁸

Lurdes, responsável pela limpeza da casa e por cuidar de Beí e da irmãzinha deste, Nena é vista pelo menino como “uma grande companheira”, a “cúmplice que deixava entrar lá em casa aqueles amigos das barrocas: o Zé Mata-Porco, o Tó, a Maria do Sameiro, a Belinha e outros” (p. 73). Embora o texto não faça nenhuma referência explícita a respeito, inferimos que Lurdes seja branca - e depois, ao conversarmos com o autor, tivemos a oportunidade de confirmar tal suspeita -, já que a cor da pele dos demais empregados é sempre ressaltada. Maurício, por exemplo, é gravado como “um preto baixo e magro, de bigodinho insolente, a varrer a calçada mesmo debaixo da figueira da Índia”, que “trazia vestida a farda da tropa, [pois] ainda não lhe tinham fornecido a fatiota de caqui dos jardineiros” (p. 15) e comia os figos da Índia de modo peculiar. Martins Guimarães, por sua vez, contrapõe-se a Maurício à medida que não tem nenhum “bigodinho insolente” - característica que nos leva a pensar, novamente, na “fronteira do asfalto” -, é “muito comprido e esguio” (p. 16),

um intelectual, ele andava ali a limpar a casa com o caqui amarelo, mas ao fim do dia entrava na casa de banho, lavava-se bem lavadinho como a salaia da cantiga e saía com um fato cinzento de boa fazenda que tinha sido do meu pai, uns óculos metálicos sem lentes e um maço de livros debaixo do braço. Lá ia ele pelo beco do Balão acima a caminho de casa, ter com a mulher e a filha pequena, acompanhado de alguns amigos que não lhe ficavam atrás em matéria de apresentação, conversando em bom quimbundo. Mas muito eruditos. (p. 29).⁹

⁷ Ainda no e-mail de 29 de junho de 2005, o autor escreve: “Bom, voltando ao ano de 2001. Eu estava justamente aí, ao lado dessa casa amarela - agora pintada de branco - à espera de que chamassem o número da minha senha na DEFA. E olhava lá para cima e lá estava a minha casa. Mas agora curiosamente restaurada e pintada de amarelo. Quer dizer, agora as posições tinham-se invertido.”

⁸ Quanto à propriedade da casa e à relação trabalhista estabelecida com os empregados, o autor esclarece, em e-mail datado de 12 de abril de 2006: “O José Costa (assim como o Araújo, também motorista e mulato) e os jardineiros Manuel (branco), Maurício e António não eram empregados dos meus pais e sim do Banco de Angola. Aliás a casa pertencia e pertence ao Banco de Angola e o meu pai morava nela apenas por ser então o Director Geral. A Lurdes, a Florbela, a Chica e o Martins eram empregados dos meus pais. As duas primeiras, por serem brancas, foram recrutadas por uma agência de serviço doméstico e ganhavam mais. Os dois últimos foram recrutados no musseque pelo Sr. Jardim (pai da actual ministra dos petróleos Fátima Jardim), mulato do almoxarifado que servia de intermediário entre os brancos do banco e o musseque.”

⁹ A respeito de Martins Guimarães, em e-mail datado de 05 de junho de 2005, o autor anota: “... o empregado de limpeza que aprendeu a ler ao mesmo tempo que eu (ele com vinte anos e eu com sete) e por isso se tornou contínuo, como o Mestre Tamoda de Uanhenga Xitu”. Em outro e-mail, datado de 07 de junho de 2005, escreve: “É verdade, o Martins Guimarães era o Mestre Tamoda, o indígena que quer ser assimilado. No fim da tarde, depois do serviço, ele tomava um banho e ia apanhar o maximbombo para voltar para casa, no musseque. Vestia com muita elegância o antigo fato (vocês dizem *terno*) do meu pai e seguia pela rua fora de livros debaixo do braço e óculos sem lentes. Lembro dele a recitar uma cantiga que vinha no livro da primeira classe e que eu também tinha de aprender. Mas isso tu vais ler no meu livro. Mas há outra coisa interessante a registar. Nos meus seis anos de idade, quando aprendi a ler, o Martins não foi o meu único ‘colega’. Uma outra empregada era a Lurdes, uma jovem de uns vinte e cinco anos vinda de Mangualde, na Serra da Estrela, em Portugal, que era tão analfabeta como o Martins e que também andava a estudar

A relação do menino com o *kimbundu*, aliás, merece um aparte. No capítulo em que é narrada a montagem do galinheiro, os jardineiros António¹⁰ e Maurício empregam expressões do *kimbundu*, como “monassange” (pintainho) e “kalimombo” (galo)¹¹, logo reproduzidas por Beí e provocadoras da reação materna: “Primeiro a minha mãe não gostou de eu estar a falar quimbundo. Depois achou piada e pediu ao António que me ensinasse mais coisas.” (p. 52)¹². A língua dita “dos pretos”, portanto, é, num primeiro instante, repudiada, para logo depois ser aceita: essa mudança de atitude nos leva a imaginar que se trata, talvez, de uma estratégia para que o branco - representado, neste caso, pelo menino -, ao demonstrar o domínio sobre a cultura alheia, com seus exotismos e excentricidades, acentue a segregação ou a “fronteira do asfalto” a que tanto temos nos reportado.¹³

Retomando a descrição das personagens, Antunes surge ressaltado pela deficiência física, é “coxo” (p. 27); Florbela, Domingas e Chica estão sempre às voltas com a lavagem das roupas; José, o motorista do “Mercedes” da família (p. 69) - e, como Lurdes, branco -, é muito afetivo, conta histórias “com muita mímica” (p. 66) ao menino e propõe-lhe adivinhas, além de, numa demonstração de cumplicidade, com ele trocar piscadelas através do espelho da barbearia (p. 66). Há, ainda, um outro aspecto da personalidade de José que não escapa a Beí:

... o José também é pai. Ele falava-me muito da Paulinha, que era a filha dele. Uma vez que ia só comigo e com a Nena levou-nos a casa dele a ver a filha, a mulher e, salvo erro, a sogra. A casa era pequenininha e tinha nas traseiras um quintal também muito pequenininho. O quintal tinha areia no chão e no baloiço baloiçava uma menina de tranças. Era a Paulinha, o José pegou-lhe ao colo e apresentou-nos. Ela devia ter mais dois ou três anos do que eu, tinha uns cabelos muito pretos. - Tens uns cabelos de pau muito bonitos - disse eu, que não sabia dizer tranças. E então o pai

pelo livro da primeira classe. Mas a ela, por ser branca, a minha mãe pagava mais do que ao Martins. Ambos trataram de mim, ambos me pegaram ao colo e ambos são meus irmãos e compatriotas.”

¹⁰ Quanto à personalidade de António, o autor, em e-mail datado de 04 de fevereiro de 2006, escreve: “... para a avó Amélia (que me ensinou a recitar o *Preto Papusse-Papão*, lembra-te?), o António era o ‘pretinho’ submisso, similar àqueles dos filmes americanos, permanentemente a mostrar a dentuça e a sorrir sempre que se tratava de carregar malas e sempre disposto a dançar o sapateado com a menina Shirley Temple.”

¹¹ Em e-mail datado de 12 de abril de 2006, o autor observa: “Quando escrevi a *Figueira da Índia* reproduzi de ouvido o que me lembrava, ‘kalimombo’. Na verdade ‘galo’ em *kimbundu* é ‘kolombolo’ ou ‘koromboro’ (aliás é uma palavra onomatopaica, alusiva ao canto do galo). Só o descobri depois do meu primeiro regresso a Angola, em 1996, quando comecei a estudar o *kimbundu* pelos dicionários e pelas gramáticas. Então, para me redimir do meu erro na *Figueira da Índia*, escrevi um conto chamado ‘Koromboro ou como Mwana-Kalunga se tornou Ngola-Mbole’.”

¹² Atendendo ao meu pedido para que explicasse a reação da mãe, o autor, em e-mail datado de 01 de julho de 2005, escreve: “Acho que a minha mãe via no *kimbundu* algo de exótico, mas ao mesmo tempo manifestava receio por ser a língua do Outro. Ainda hoje ela insiste em dizer que os jardineiros se recusaram a ensinar-me o *kimbundu* para que pudessem ter conversas sem ser compreendidos pelos brancos. Talvez parcialmente tenha razão, mas creio que o motivo principal é outro: eles não me ensinavam o *kimbundu* porque estavam proibidos de ensiná-lo aos próprios filhos, muito menos o iam ensinar ao *mona mundele* (o filho do branco). Que te parece? Além disso a minha mãe, como todas as mães brancas, não gostava que os filhos falassem ‘à preto’ (era esta a expressão que usavam). Eu era corrigido, em casa e na escola, para não abrir as vogais nem falar cantado, isto é, para não falar com o meu sotaque. Tínhamos que falar como na metrópole, que era o ‘correcto’. Isto aconteceu com muitos angolanos. Aliás há um conto de Arnaldo Santos muito interessante sobre o assunto, *A Menina Vitória*.”

¹³ Já que nos referimos à “língua dos pretos”, parecem oportunas as palavras do autor, em e-mail datado de 12 de julho de 2005, acerca da música tocada em Angola durante o período colonial: “*Maria Kandimba* é das canções mais antigas que eu conheço ouvidas na rádio em Luanda, há muitos anos. Tocava no rádio da Lurdes, na cozinha, e lembro-me que tocava também *Ó tempo volta pra trás* de António Mourão e *E que tudo o mais vá pro Inferno* de Roberto Carlos. *Maria Kandimba*, assim como outras canções de autores angolanos, só começaram a tocar na Emissora Nacional de Angola - hoje Rádio Nacional de Angola - mais ou menos em 1967/68. Antes era proibido passar ‘música de pretos’, só eram tolerados os Ngola Ritmos - cujo líder, Liceu Vieira Dias, ainda assim, veio a ser preso pela PIDE - e o Duo Outro Negro, agrupamentos que eram considerados mulatos. Cantores que cantavam em *kimbundu*, alguns deles vindos do musseque, só chegaram à rádio em 1967/68 por iniciativa de um jornalista português chamado Sebastião Coelho. Mas ele só conseguiu que o governo colonial o autorizasse a passar essa música por um motivo plausível: o governo colonial receava que os angolanos ouvissem a rádio clandestina que a UPA e o MPLA emitiam a partir do Zaire. Em suma, usou-se o semba como o ‘ópio do povo’, do mesmo modo que aí no Brasil se usou o samba e aqui em Portugal se usou o fado. E então eu ouvi a *Maria Kandimba*. A Lurdes só dizia: ‘que horror, agora é só música dos pretos!’ e parodizava com as onomatopéias ‘uélélé, kuká-kuká.’”

da Paulinha empurrava-a no baloiço, a Paulinha com os cabelos de pau ao vento. Empurrava alto. Alto, num quintal pequenino. (p. 69)

Novamente, percebemos que Beí, apesar de tão tenra idade, já compreende algumas diferenças entre a vida no casarão da Cidade Alta - a "cidade dos brancos"¹⁴ - e em outras paragens¹⁵: a casa onde vivia José com sua família era pequeníssima, mas ele "era pai", ou seja, amor e afeto não faltavam naquele lar; além disso, o motorista "empurrava alto" o balanço da filha, "alto, num quintal pequenino", gesto que lembra a relação direcional ou geográfica a que já nos referimos e parece simbolizar o desejo de um futuro melhor para a garotinha, a vontade de ascender socialmente.

Outro dos empregados é Zé Cozinheiro, dono de um "rosto negro e enrugado" e de uma "testa dividida numa infinidade de vincos que saíam do barrete branco", sem falar na "boca grossa queimada de tabaco, de riscos nos lábios cruzados em forma de costuras" (p. 63). Como imaginamos de pronto, é ele o responsável pela cozinha, substituindo Papo Seco que já andava muito velho. Com Zé Cozinheiro, o menino Beí não guarda cumplicidade nenhuma; pelo contrário, entendemos que a relação entre ambos, apesar de se tratar de um adulto e de uma criança, é um tanto conflituosa, como vemos no trecho a seguir:

- Zé, sabias que essa faca é minha? Fui eu que dei a afiar ao amolador - o Zé olhou para os gumes cortantes, o cheiro dele era uma mistura quente de carne e vinho. - Tua faca, menino? - É - o Zé aproximou a ponta do meu pescoço. - E se eu cortasse o pescoço ao menino? Depois a lâmina assobiou e cortou o ar. (p. 63)

Finalmente, há Maria e Papo Seco, pais de Jesus, o grande amigo do menino Beí, que assim aparecem descritos na obra:

O Papo Seco era cozinheiro e a Maria lavava no tanque. A Maria lavava, esfregava, torcia, pendurava e lavava, lavava, lavava, tal qual a outra que também era mãe de um Jesus. E o Papo Seco era um velho preto gordo, de cabelo e barba brancas, muito mais velho do que a mãe dos filhos, tal qual o outro. O Papo Seco já não cozinhava porque estava muito velho e passava a vida sentado à porta da casa de baixo a fumar e a contar histórias. (p. 60)

¹⁴ A respeito das peculiaridades da Cidade Alta, o autor escreve, em e-mail datado de 01 de julho de 2005: "Mas o mais interessante nisto tudo do ponto de vista sociológico - e isso eu retive logo-logo muito criança - é a cor da pele das pessoas que moravam na Cidade Alta. Quase tudo brancos, isto é, colonos portugueses, os negros vinham do musseque para trabalhar lá. Alguns brancos eram quadros superiores da administração ou de empresas, como o meu pai, mas outros eram imigrantes recém-recrutados nos mais diversos pontos de Portugal para a construção civil assustadora dos anos 60 em Luanda. Chegavam com as famílias e eram alojados de qualquer maneira no que restava dos antigos sobradões dos comerciantes de escravos do século XIX. A família do Carlitos era uma dessas. Eu falo um pouco disso na *Travessa do Rosário*. E havia depois as famílias mestiças, mas essas contavam-se pelos dedos e tinham todas a característica comum de o elemento masculino - isto é, o 'chefe' ou o 'pai' - ser um homem branco, normalmente português."

¹⁵ Em e-mail datado de 12 de abril de 2006, o autor explica: "José é um português natural de Seia, perto da Serra da Estrela, como a Lurdes. Julgo que isso está mencionado na *Figueira da Índia* e foi depois desenvolvido na *Travessa do Rosário*. Quanto à casa onde o José morava. Trata-se de uma pequena moradia no Bairro Popular, um bairro construído de propósito para os pequenos funcionários coloniais, motoristas e outros. Esse bairro tem um aspecto que te vai agradar ouvir. Até à independência, todos os moradores que lá moravam eram brancos, excepto a família Serra Van-Dúnem, os pais e os irmãos do meu amigo José Octávio, que aliás moravam, como ainda moram, numa vivenda construída em 1962, no ano em que o José Octávio e eu próprio nascemos, e que se chama "Vivenda José Octávio". Foi ao irem para lá que deixaram a tal casinha amarela das barrocas, para onde depois foi o senhor Sá, e por isso já não os conheci lá. Mas com a independência, todos os brancos saíram do bairro para voltar a Portugal (entre eles o José Costa, o motorista) e, segundo a mãe do José Octávio, a D. Alice, eles, os Serra Van-Dúnem, que eram até então as únicas pessoas 'de cor' (foi a expressão que ela usou ao contar-me isto em 1997) a lá morarem, tiveram que se habituar a uma nova vizinhança africana."

Uma certa magia ronda Papo Seco: ele representa, para Beí, o mais-velho contador de histórias, mas, sobretudo, aquele que detém a sabedoria, aquele que não precisa se apressar para nada porque já cumpriu todos os seus deveres de vida.¹⁶ Em outras palavras, à medida que Papo Seco se reconhece como parte do meio e tem garantido o respeito e a sabedoria própria dos mais-velhos, pensamos que advém daí a admiração do menino Beí pelo *kota*: nenhuma ameaça os fere; independentemente da cor ou da condição social, os dois são filhos da mesma terra.

O menino, a família, dois amigos...

Ainda na seara dos relacionamentos interpessoais, notamos que, em *Eu à sombra da figueira da Índia*, a figura paterna quase não aparece, a não ser enquanto provedor e pertencente ao quadro superior do Banco de Angola. Mas, antes que se espalhe a ideia de pouca proximidade entre Beí e o pai, consideremos que os espaços de inserção de ambos são diversos: se o daquele está adstrito à casa, o deste se volta para a rua. Tanto isso é certo que a primeira personagem singularizada na obra é, exatamente, o pai, que, diante do perigo de uma queda do menino, ficou "lívido, dizia não te mexas não te mexas" (p. 9) até agarrá-lo "com força" - "Tu nunca mais faças isso" - e mandar cobrir "o gradeamento verde" "por uma rede de arame" (p. 10).

São, no entanto, as figuras femininas - a mãe, a avó Amália e até mesmo a Lurdes, que é como da família - as que melhor representam o universo do menino. Tarefas como a gerência da casa e dos empregados, as saídas para as compras no Kinaxixi, a criação das galinhas e os cuidados dispensados aos objetos cortantes são vividas intensamente por Beí, que, unindo-as ao que conhece do espaço paterno, tenta reproduzir a vida da família quando brinca com a irmãzinha Nena:

A Nena, que era a minha mulher, tinha ficado em casa a cuidar das crianças, que eram as bonecas dela, e eu ia trabalhar para o banco no meu automóvel predilecto. Era o maior de todos, parecia um mercedes. Mas eu tinha vários. Havia um de corrida, que era para os domingos, havia um triunfe mais pequeno que era de senhora e a Nena é que usava, mas no qual eu pegava de vez em quando para poupar gasolina. (...) la para o trabalho ou levava a minha senhora a passear ou a fazer compras. Eu ia sentado ao volante a pedalar, ela sentada no capot da frente com os pés no pára-choques. (p. 23)

A avó, sobretudo, exerce um enorme fascínio sobre o menino: é ela quem lhe traz coisas do Kinaxixe - "ou chupa-chupas, ou palitos-de-la-reine, ou chocolates" (p. 27) -, quem leva os netos para passear no aeroporto, quem cultiva o espírito do Natal ao estilo

¹⁶ O autor, em e-mail datado de 07 de junho de 2005, afirma que Papo Seco é "o velho cozinheiro cabinda que me persegue por tudo quanto eu escrevo." Em outro e-mail, datado de 03 de julho de 2005, afirma: "Imagino que a família de Papo Seco seja uma dessas de cabindas de viajeiros, ou seja, não são descendentes de grandes senhores da nobreza cabindense e sim dos antigos escravos ou dependentes dos grandes senhores de Cabinda, por isso as suas histórias linhageiras transmitidas pela tradição oral podem levar as suas origens muito para o interior do continente africano."

português – “ - No céu cai muita neve...” (p. 31) -, quem cura com álcool as picadas de formiga e quem inicia a criação das galinhas a partir dos dois pintinhos dados a Beí e a sua irmãzinha Nena.

Dentre os amigos, destacam-se Jesus - o filho de Maria e Papo Seco - e Carlitos:

O meu grande companheiro era o Jesus, tinha aproximadamente mais dois ou três anos do que eu. Devia ter a idade do Carlitos, mas era a antítese dele. O Carlitos era branco e o Jesus era preto, o Carlitos andava mascarrado e sujo e o Jesus andava sempre limpo e asseado, as roupas do Carlitos eram rotas, desbotadas e pálidas e andava descalço, o Jesus usava sempre roupas garridas e vistosas, ainda que não fossem novas, e via-o sempre calçado. Se o Carlitos me inspirava a aventura e a irreverência das barrocas, o Jesus convidava ao sossego e à harmonia da gaita de beijos, mesmo quando as melodias faziam mexer os pés. O Carlitos era indesejado lá em casa, e eu apercebia-me disso, ainda que mo ocultassem. Mesmo quando ele me trouxe são e salvo das barrocas, se não se tivesse eclipsado imediatamente, o olhar de reconhecimento da minha mãe teria sido de soslaio. Já ao Jesus a minha avó chegava a entregar-me para que ele tomasse conta de mim ou me levasse a passear. E recomendava-lhe expressamente que me corrigisse se eu me portasse mal, o que Jesus fazia e eu obedecia sempre. Mas nunca me bateu nem gritou comigo, repreendia-me sempre com aquela voz harmoniosa dele. (p. 61)

Nesse trecho, encontramos alguns aspectos bastante significativos a respeito da personalidade dos dois meninos, amiguinhos de Beí. Considerando a situação colonial, com toda sua carga segregacionista, o natural seria observar um Carlitos bem querido por ser branco e um Jesus repudiado por ser preto; entretanto, as posições se invertem e o que encontramos é um Jesus dócil, educado, alinhado na medida do possível e calçado, o que parece sinalizar “a recusa de si mesmo e o amor do outro” (MEMMI, 1989, p. 107), ou seja, a assimilação.¹⁷ De outra feita, Carlitos tem as roupas rotas, é arredio e sempre anda descalço, demonstrando uma rebeldia que, se não se justifica quando o quesito “cor da pele” é posto em tela, torna-se legítima se pensarmos que a Cidade Alta, além dos colonos abastados ou de quadros superiores, abrigava também os imigrantes - inclusive os oriundos de Portugal - recrutados para o trabalho pesado na construção civil: esse parece ser o caso da família do menino.

Em meio a esses dois amigos¹⁸, Beí se comporta à sua maneira: tem alguma noção da intolerância dedicada a Carlitos pela avó Amália e pelos pais - muito embora nunca ninguém tenha explicitado tal fato -, mas, nem por isso, deixa de gostar ou de brincar com o garoto. Quanto a Jesus, cujo comportamento é aprovado integralmente pela família, Beí o tem como o “grande companheiro” (p. 61), ainda que dele discorde algumas vezes; é o caso, por exemplo, do dia em que desejava tocar “harmónica” e Jesus “queria correr”

¹⁷ É esse também o entendimento do autor a respeito do comportamento de Jesus, conforme e-mail datado de 01 de julho de 2005: “Quanto à preferência pelo Jesus em relação ao Carlitos, creio que, no fim de contas o Jesus representava aqui o ‘bom selvagem’ submisso, ‘civilizado’ e ‘asseado’. Disso eu trato na minha tese. Não é por acaso que Jesus é filho de um cabinda, o Papo Seco.”

¹⁸ Em outra obra do autor, *Travessa do Rosário* (Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2001), as personagens Carlitos e Jesus reaparecem adultos e a figura tutelar de Papo Seco também é retomada.

(p. 62): Beí não se demoveu do próprio intento, permanecendo “sozinho ao pé da balastrada, a ver o mar e a cantar cantigas”, enquanto o amigo “descia o montinho a correr, com uma flor na mão. Depois tornava a subir, ao alto, ao alto.” (p. 62). Será que estamos diante, novamente, da relação direcional que aponta para a verticalidade e para o desejo de ascensão social? Ou será essa vontade desenfreada de correr que atacou, de repente, o menino Jesus um indício de revolta quanto à sua candidatura à assimilação? (MEMMI, 1989, p. 108-112).

O menino, o autor, um diálogo...

Para encerrar, propomos que o menino Beí segure a mão do autor para que, juntos, como a unir as duas pontas da infância, possam percorrer Luanda. De nossa parte, desejamos, a ambos, sucesso no resgate de suas identidades, ao mesmo tempo em que nos posicionamos ao longe, evitando constrangê-los em tal (a)ventura.

Seguem pela Rua Diogo Cão e, de repente, param junto ao pátio da escola: Beí estremece ao se lembrar da experiência do primeiro dia de aula, em que lhe deram “um joguinho com peças de madeira com formatos geométricos” para “fazer construções”, o que era impossível porque “a mais pequenina delas escangalhava-se logo com os abalos constantes” (p. 49) provocados pelos colegas. Logo depois, tomam o caminho de volta e param mesmo à frente do portão principal da casa, em dia de desfile da “Mocidade Portuguesa”. Beí treme, tem “medo da Mocidade” porque ela “é aquilo ali, aquele batalhão de rapazes e raparigas vestidos de verde, de bivaque na cabeça, a marchar” pela rua “de braço estendido”, “ao som dos tambores e dos clarins, como os soldados do quartel lá de cima”, “são feios”, “carrancudos, querem meter medo quando marcham”, “têm uma cara má, que mete medo. E, contudo, a cara deles também é de medo, marcham ao som do medo. Eles têm medo da Mocidade.” (p. 89). O autor compreende o menino, diz que também temeu a “Mocidade Portuguesa”, por si definida como “uma espécie de Juventude Hitleriana do regime de Salazar e Caetano”, e é feliz porque não chegou “a ingressar nela, a Revolução de 25 de Abril de 1974” o livrou (PINTO, 2005a).

E, tentando deixar Beí contente, o autor o convida para um passeio no Parque Heróis de Chaves, o mesmo que brincava em criança e que revê muitos anos depois:

Foi o parque infantil onde brinquei, ia lá quase todos os dias porque era perto de minha casa. Luandino Vieira imortalizou-o em *Nós, os do Makulussu*. Quando em cheguei em 96 ele parecia uma selva com todas as árvores murchas e a vegetação seca. Já não havia baloiços, os bancos do jardim estavam partidos e as arcadas de um anfiteatro similar ao da Gulbenkian em Lisboa pareciam as ruínas da Lost City. Só em 97 tive coragem de entrar nele e de o atravessar, como quem reconhece um cadáver. Foi essa mesmo a sensação que tive. Entrei pela porta da Rua do Casuno, uma das mais bonitas de Luanda, e atravessei o parque, que sobe até à Cidade Alta. Não havia quase ninguém, só um mutilado de guerra sentado nas bancadas do anfiteatro a falar sozinho. Mas em dado

momento vi crianças a brincar. Não havia baloiços, mas havia crianças que brincavam. Pertenciam a uma creche, ali mesmo onde eu também freqüentei um atelier de tempos livres. E mais adiante... Que maravilha! Um par de namorados beijava-se e davam-se as mãos, sentados num cepo ou no que restava de um antigo banco de jardim. Afinal ainda há crianças e pares de namorados no Parque Heróis de Chaves! Foi então que eu compreendi que a vida continua, Luanda continua, Angola continua. (PINTO, 2005b).

O menino se anima, conhece o Parque Heróis de Chaves (p. 11) e, além disso, adora histórias, passa horas seguidas a ouvir Papo Seco e José; o autor, muito astuto, percebe a queda do pequeno pela literatura e, tentando ganhar um novo leitor, convida-o para, no próximo domingo, ir consigo ao “Restaurante Vilela, no Cacuaco”, a apenas “20 quilómetros de Luanda”, e experimentar “cacusso acabadinho de sair do Rio Dande”. E, para aguçar ainda mais a curiosidade de Beí, lembra que “no tempo colonial ia-se comer bacalhau”, caracterizando-se, “o Vilela, a típica transposição colonial da ‘tradição portuguesa’ inventada e convencionada.” (PINTO, 2005c).

Beí continua ávido pela história do autor que, por sua vez, está sedento por retomar a palavra:

Tenho excelentes recordações em Luanda quando a minha mãe, ao domingo, preparava uma caixa frigorífica cheia de sanduíches e bebidas e a gente passava o dia inteiro na Ilha, no Mussulo ou no Morro dos Veados, uma praia ainda hoje muito tranqüila que fica defronte do Museu da Escravatura - o qual, por sua vez, se situa numa casa no alto desse morro e essa casa foi a casa de um negreiro já no tempo do tráfico clandestino. Um dia ele foi descoberto pelos ingleses, cujo consulado e observatório se situava a 20 km, justamente na Cidade Alta onde eu morava, mas dava para ver tudo para lá por um óculo através da baía da Corimba. Esse consulado, perto do qual morei - fica logo a seguir à tal casinha amarela de telhado encarnado, portanto logo abaixo da DEFA (ou PIDE) -, é hoje a Embaixada da Grã-Bretanha, mas o terreno já pertence aos ingleses desde 1842. (PINTO, 2005d).

Ao ouvir a menção à “casinha amarela de telhado encarnado”, o menino bate palmas de alegria e mal contém os gritos: as pontas da infância da personagem e do autor estão, finalmente, reunidas!

O autor sorri e, para concluir a conversa com a cria de si mesmo, desabafa:

Sabes, às vezes identifico-me com o escravo mudo de Pepetela em A Gloriosa Família, pois do lugar onde morava conseguia ver os pontos principais de Luanda, onde respirava aquela cidade enorme, encantadora, mas também quotidianamente envolvente de modo infernal, como ainda hoje o é. É isso, ser criança branca em Angola no tempo colonial talvez fosse um pouco como ser escravo mestiço mudo, um misto de colonizador e colonizado. (PINTO, 2005).

Beí pensa em dizer algo, mas não sabe o quê, já descobriu que há momentos em

que o silêncio fala mais que qualquer palavra. Já ao autor, o verbo não escapa:

Quanto a Luanda, já percebeste que a consigo entender de todas as perspectivas. Vejo-a como um natural da cidade, um verdadeiro kaluanda, mas compreendo a divergência de perspectivas. Logo que [lá] voltei em 96 vi que era impossível [lá] levar os meus pais, pois percebi que eu via coisas que sempre tinha visto, que faziam parte de mim e da cidade, e eles viam outras quando lá viveram. (PINTO, 2006a).

E, abrindo o portão da antiga casa para a criatura, o criador apresenta:

Este é o jardim onde passei a minha infância como príncipe e zé ninguém ao mesmo tempo, na qualidade de filho do Director Geral do Banco de Angola ou, como me chamavam, Monandele ou Monamundele (o filho do branco). (PINTO, 2006).

Até que, finalmente, arremata:

Recordar a infância é importante, mas só faz sentido se servir o futuro. Eu compreendi que só fez sentido ter escrito a Figueira da Índia como um modo de acreditar no futuro de Angola, uma Angola livre. (PINTO, 2005b).

Com esse desfecho, ficamos realmente convencidos de que as duas pontas da infância não se desfarão jamais, de modo que, com um enorme *kandandu*, saímos de cena, muito educadamente, deixando criador e criatura refazerem, tantas vezes quantas forem necessárias - e sem espectadores -, a fabulosa viagem pelos cursos da memória.

Referências Bibliográficas

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 1. ed., 7. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, 1972.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PINTO, Alberto Oliveira. **Eu à sombra da figueira da Índia**. Porto: Afrontamento, 1990.

_____. Re: orgulho! [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 05 jun. 2005.

_____. Re: estou emocionada demais... [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 29 jun. 2005a.

_____. Re: de panelas e tampas e um tanto mais! [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 01 jul. 2005b.

_____. Re: bem grandão, este... [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 03 jul. 2005c.

_____. Re: Montanha (e Praia!). [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 12 jul. 2005d.

_____. meu pai e meu tio. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 11 jan. 2006.

_____. Re: a tese da moça! [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 04 fev. 2006a.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Indeléveis rumações da memória. In: **A magia das letras africanas: ensaios escolhidos sobre as literaturas de Angola e Moçambique e alguns outros diálogos**. Rio de Janeiro: ABE Graph Editora; Barroso Produções Editoriais, 2003, p. 176-187.

VIEIRA, José Luandino. A fronteira do asfalto. In: **A cidade e a infância**. Lisboa: Edições 70, 1978, p. 89-97.

Ezequiel Gomes da Silva¹

Resumo: Em 1886 a atriz Sarah Bernhardt fez sua primeira excursão para o Rio de Janeiro. Essa visita significou uma oportunidade para os fluminenses assistirem, em língua francesa, dramas que já haviam sido representados em italiano e português europeu, por Eleonora Duse e Lucinda Simões, respectivamente. Com a vinda de Mme. Sarah criou-se uma grande especulação, na qual tomavam parte a imprensa, comerciantes, cambistas e falsificadores de bilhetes. No *Diário de Notícias*, além da coluna fixa “Sarah Bernhardt”, as informações sobre o dia a dia da diva eram veiculadas na seção “De palanque”, assinada por Artur Azevedo e na seção anônima “Foyer”. Com base nos textos publicados nesses três espaços, mostraremos como se deu esse grande acontecimento na capital do Império.

Palavras-chave: Artur Azevedo; crônica; imprensa; Sarah Bernhardt.

Abstract: In 1886 the actress Sarah Bernhardt made her first visit to Rio de Janeiro. This trip meant an opportunity to fluminense people watch in French language some dramas that had been represented in Italian and European Portuguese by Eleonora Duse and Lucinda Simoes respectively. With the arrival of Ms. Sarah there was a great speculation in what the press, scalpers and tickets falsifiers took part. At Diary News, besides the editorial section “Sarah Bernhardt”, the informations about the diva’s daily could also be seen at the section “De Palanque” signed by Artur Azevedo and in the anonymous section “Foyer”. Based on the texts published in these three spaces, we will show how this great event happened in the capital Empire.

KEYWORDS: Artur Azevedo, chronicle, press, Sarah Bernhardt.

A 29 de janeiro de 1886 a empresa Braga Junior levou à cena, no teatro Lucinda, no Rio de Janeiro, a revista *O Bilontra*, que passava em retrospectiva, de modo bastante satírico, como todas as revistas de ano, os principais fatos do ano precedente. Nas cenas I, II, III e IV do quadro catorze dessa revista, os autores Artur Azevedo e Moreira Sampaio construíram personagens encarregados de contar à plateia o surgimento do periódico *Diário*

¹ Mestre e Doutorando (UNESP/Assis).

de *Notícias*, cujos progenitores foram os jornais *Brasil e Folha Nova*. Infelizmente, não foi possível encontrarmos o projeto que iria nortear o trabalho do novo periódico fluminense, visto que, na coleção microfilmada do Arquivo Edgar Leuenroth, na Unicamp, as duas primeiras páginas do primeiro número, que circulou em 7 de junho de 1885, encontram-se mutiladas. No entanto, conseguimos descobrir através da revista em questão, de uma nota publicada na “Psicologia da imprensa”, do *Jornal do Comércio*, em 8 de junho, e de uma outra publicada pela redação em 25 de julho do mesmo ano, que as principais características do *Diário* eram as de ser noticioso e imparcial.

Juntamente com o novo periódico, o primeiro dos autores citados inaugurou uma seção intitulada “De palanque”, na qual se propunha a comentar sobre arte, cultura e assuntos genéricos.

Nestas colunas tratarei de tudo, menos do que não entendo, analisando frivolamente *quid debeat, quid non*. Apreciação ligeira de um quadro que se expõe, de uma peça que se representa, de um fato que se produz, de um livro que se publica; hoje uma frase lisonjeira a este artista; amanhã uma catanada naquele mau poeta; efêmeras impressões, escritas sem pedantismo nem outra pretensão que não seja a de conversar com o leitor durante alguns minutos; orgulhoso propósito de não deixar desaforo sem resposta, parta de onde partir – eis o que sempre foi o Palanque no *Diário de Notícias*, e o será nas *Novidades* (DE PALANQUE, 26/03/1887).

Devido à impossibilidade de transcrevermos o programa jornalístico das próprias páginas do *Diário de Notícias*, uma vez que a metade do primeiro número desse jornal se encontra mutilado, retiramos o trecho acima do periódico *Novidades*, para o qual o cronista migrou com sua seção em 1887.

Embora tenha apresentado um programa bastante abrangente, o jornalista mesmo viria reconhecer que seu interesse estava mais em assuntos referentes à dramaturgia:

Bem sei que há quem estranhe a minha preferência pelos assuntos de teatro, quando no primeiro número desta folha, apresentei um programa tão largo e tão genérico. Mas que quer o leitor? Temos ultimamente atravessado um período de efervescência teatral. As primeiras representações sucedem-se, e num país onde a cultura da arte dramática é ainda incipiente, parece-me que uma primeira representação é sempre um acontecimento digno do apreço de um cronista de boa fé. O teatro é espelho fiel da civilização de um povo; criticá-lo, analisá-lo, animá-lo, é a obrigação de todo aquele que, como eu, desejaria vê-lo erguido à devida altura (DE PALANQUE, 01/07/1885).

A “efervescência teatral” de que fala o cronista diz respeito à presença de uma companhia dramática italiana, da qual fazia parte a atriz Eleonora Duse, e à chegada de duas outras empresas: uma lírica, italiana, e uma francesa, de operetas. Sobre essa “invasão estrangeira”, João Roberto Faria (2001) esclarece:

Para se compreender melhor a vinda de grandes artistas estrangeiros ao Brasil, é preciso ter em mente que as temporadas nas capitais europeias começavam geralmente no final de setembro ou começo de outubro e se estendiam até o final de maio, meados de junho. Nos meses de verão, uma cidade como Paris era praticamente abandonada pela burguesia que frequentava os teatros. Sem trabalho durante três ou quatro meses, os artistas de renome convocavam alguns colegas, formavam uma companhia dramática e vinham “fazer a América”, dando representações no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Buenos Aires, Montevideú e eventualmente em outras cidades menores (FARIA, 2001, p. 180).

Apesar do entusiasmo expresso por Artur Azevedo na sua “De palanque”, o cronista olhava essas excursões com certo cuidado, já que as empresas “forasteiras” representavam uma forte concorrência para as “indígenas”. Dois dias antes da estreia da companhia Rossi-Duse-Checchi ele comentava:

Vai um rebuliço extraordinário pelos nossos teatros. Despontam no horizonte vinte mil novidades, e as empresas indígenas tremem, assustadas pela aproximação da concorrência. Pobres empresas! lutam metade do ano com o calor e a outra metade com a invasão estrangeira. Seria justo que as companhias forasteiras pagassem às permanentes um imposto pecuniário, que de alguma forma compensasse o medonho sacrifício a que são estas obrigadas. O público despreza os artistas que o divertem todo o ano, desde o momento em que lhe apareçam os outros – os que só o divertem quando faz frio (DE PALANQUE, 23/06/1885).

A companhia esteve no Rio no período de junho a setembro, apresentando aproximadamente dezenove peças, quase todas do repertório francês. Eram produções de Victorien Sardou, Alexandre Dumas Filho, George Ohnet, Meilhac e Halevy, Emilio Augier e Octave Feuillet. Apenas três autores italianos tiveram suas peças incluídas no repertório: Paulo Ferrari, Giovanni Giordano e Carlo Goldoni.

Em 1886, os fluminenses teriam a oportunidade de ver representar pela primeira vez em solo brasileiro a atriz francesa Sarah Bernhart. Um grande entusiasmo tomava conta dos amantes da arte dramática. Disso nos dá prova João Roberto Faria, relativamente ao expansivo contentamento de Joaquim Nabuco:

Nós a aclamaremos duas vezes: porque ela nos vem como Sarah Bernhardt, e nos vem como a França. Pela primeira vez em nossa história temos a honra de receber em nosso país a glória francesa. A atriz que continua a tradição de *mademoiselle* Lecouvreur, de *mademoiselle* Clairon e de *mademoiselle* Rachel, é no mais elevado caráter a embaixadora do espírito francês. Ela representa o ponto culminante do teatro da nação que, única em nossos dias, tem um teatro, e que foi a única a ter no teatro uma tradição, uma escola, uma educação NABUCO *Apud* FARIA, 2001, p. 182).

Raimundo Magalhães Junior (1966) lembra que a imprensa fluminense se ocupava da vinda da atriz francesa não nas seções de teatro, mas em rubricas especiais nas primeiras páginas. Cada folha tinha sua coluna “Sarah Bernhardt”, narrando minuciosamente as atividades da atriz. O *Diário de Notícias* não fugia à regra. Além de trazer à primeira página uma coluna com o nome da atriz em epígrafe, trazia também grandes notas na seção “Foyer” e, é claro, na “De palanque”, de Artur Azevedo. São esses os textos que constituem nosso objeto de interesse para este artigo. Por meio deles falaremos um pouco sobre esse acontecimento importante para aqueles que se interessam por assuntos referentes a teatro.

A grande movimentação em torno da vinda da atriz aconteceu porque era a primeira vez que ela vinha ao Brasil e também porque, para muitos espectadores, era a grande oportunidade de verem representados, em língua original, dramas como *Fédora* e *A dama das camélias*, que já tinham sido levados à cena em língua italiana e portuguesa, por Eleonora Duse e Lucinda Simões, respectivamente.

A promessa de trazer Sarah Bernhardt à Corte, feita pelo empresário Cesar Ciacchi, ainda no ano 1885, começava a se tornar realidade, em 26 de maio de 1886, por volta das 15:00 horas, quando ancorava no Rio de Janeiro o *Cotopaxi*, trazendo-a a bordo. No dia seguinte à chegada, a “De palanque” e a coluna “Sarah Bernhardt” dariam conta de passar o “grande acontecimento” para os leitores do *Diário de Notícias*. Publicou-se uma grande nota, dividida em várias partes, como se fossem capítulos que tentavam dar conta das minúcias do “acontecimento por excelência”. Já naquela época, os jornalistas tinham um perfil de *paparazzi*, porém, usando a palavra escrita como instrumento de trabalho. Algumas folhas, a exemplo de *O País*, contratavam repórteres especiais para fazer a reportagem da recepção e da temporada de Sarah Bernhardt no Rio de Janeiro. As informações de última hora eram transmitidas por telégrafo e as empresas jornalísticas orgulhavam-se por terem afixado “em primeiro lugar” um boletim à porta do escritório:

A ansiedade com que era esperado o *Cotopaxi* foi ontem satisfeita, quando o telégrafo anunciou a passagem daquele pacote, em Cabo Frio, pelas 10 da manhã.

Afixamos imediatamente e em primeiro lugar, à porta do nosso escritório, um boletim, comunicando ao público não só aquele fato, mas ainda que o *Cotopaxi* devia fundear às 3 da tarde, partindo da doca Ferry, às 3 ¼, uma barca, especialmente fretada para conduzir a bordo do transatlântico inglês as pessoas que desejassem receber a tão falada atriz francesa (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27/05/1886).

Mas os riscos de infecção de febre amarela fariam o pacote moderar a marcha, na altura da fortaleza de Santa Cruz, para que se fizesse a desinfecção imposta pelas autoridades de saúde. Do cais Faroux e do cais Novo atracavam barcas conduzindo jornalistas e homens de letras como Artur Azevedo, Luiz Murat, Filinto de Almeida, Valentim Magalhães e Quintino Bocaiúva para bordo do *Cotopaxi*.

O maior desejo de todos, chegando a bordo, foi descobrir Sarah Bernhardt, vê-la, admirá-la e, se possível fosse falar-lhe. Não foi muito difícil. A grande atriz estava assentada em uma cadeira no convés e mesmo sem

ter sido apontada, facilmente foi reconhecida. É verdade que os seus retratos, ultimamente afixados com prodigalidade em muitos pontos desta capital, não apresentam senão fugitivos traços da fisionomia da ilustre atriz. Nem é tão pobre de carnes como as fotografias a exibem, nem tão pouco bonita como a pintam. Entre uma magreza natural e uma gordura conveniente. Sarah Bernhardt ocupa o justo meio, de sorte que não pode sofrer os prejuízos dos extremos.

A alegria de que estava revestida, quando se viu cercada por uma grande multidão, revelava ao mesmo tempo o prazer que lhe causava a recepção simpática e ruidosa de um povo estranho e a boa impressão que até então lhe causara tudo quanto via.

A eminente atriz não podia dissimular a sua admiração pelo deslumbrante panorama da entrada do Rio de Janeiro e da Baía de Guanabara.

Aos seus companheiros de viagem chamou a atenção para mais de um ponto de vista pitoresco, que os sítios elevados da cidade oferecem de longe aos recém-chegados. Embevecida em tudo que a rodeava, enfrentou com o cavalheiro Cesare Ciacchi e depois de algumas palavras, retiraram-se para a câmara, em companhia de Mr. Maurice Grau, um dos diretores da tournée. Houve aí uma pequena conferência, seguindo-se a apresentação pessoal dos jornalistas a Sarah Bernhardt, pelo cavalheiro Ciacchi. Nessa ocasião foi-lhe entregue um belo ramo de flores naturais, com fitas com as cores franco-brasileiras.

A cada um dos jornalistas Sarah Bernhardt dispensou a mais fina atenção (grifos meus)(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27/05/1886).

Nesse trecho, convém destacar a imagem que se tenta criar da europeia simpática e educada, que se sente alegre com a cordialidade dos brasileiros e ao mesmo tempo encantada com as paisagens naturais do Rio de Janeiro. Paisagens essas que iriam despertar na atriz o desejo de pintar alguns quadros enquanto aqui estivesse, segundo informa o *Diário*. Interessante é que, dias antes, a seção “Foyer” havia publicado uma nota que denunciava outra postura da atriz:

Como o leitor sabe, Sarah Bernhardt fez um fiasco na Ofélia de Hamlet, nova adoção dos Srs. Cressonois e Samnou, que subiu à cena no Porte Saint Martin. Sarcey, Montheut, Derosne e outros críticos parisienses, consideram esse desempenho um verdadeiro *four*, e não se prendem com inúteis cerimônias para dizê-lo à atriz no seu belo francês incisivo e frisante. ‘Ofélia é a natureza, escreve Leon Derosne, e Sarah Bernhardt deu-nos a caricatura da natureza. A pequena alma de Ofélia abre-se à vida com a inconsciência de uma flor, e, se todos os seus instintos são delicados e nobres, não é menos certo que ela não tem senão instintos.

Sarah Bernhardt não compreendendo ou não querendo compreender, parecia apostada em falsear a coerência do personagem. Nunca o que há de restrito, de convencional e de faustosamente artificial no talento de Sarah Bernhardt, nos apareceu com uma tão deplorável nitidez”.

O personagem de Ofélia, vago, indefinido e sublime é um terrível escolhido de que até hoje só conseguiu triunfar a grande e singular artista, que se chama Fidés Devriés.

Sarah Bernhardt, ardendo em cólera, atirou à cara de Derosne com o seguinte *amável poulet*:

“Senhor – A sua crítica revela má fé. Assim, pois, o senhor é um homem indigno, com o duplo aspecto de um imbecil – *Sarah Bernhardt*” (FOYER, 22/04/1886).

Supondo-se que fosse mesmo essa criatura simpática e educada, a atriz também apresentava seu lado colérico, quando se sentia contrariada, principalmente se estivesse em dificuldades financeiras. Confrontando a nota transcrita com as informações de Arthur Gold e Robert Fizdale (1994), biógrafos da atriz, chegamos à conclusão de que ela estava deveras sem vintém:

A fim de agradar Felipe Garnier, o amante que despachou na Rússia quando decidiu transformar Damala em ator, no final de fevereiro de 1886 Sarah concordou em contracenar com ele em *Hamlet* no papel de Ofélia. Foi um desastre. Nos dez dias em que a peça ficou em cartaz Garnier foi vaiado. Conquanto aplaudida e elogiada por sua Ofélia, Sarah não teve melhor sorte – teve a pior, na verdade, pois era quem pagava as contas do Porte Saint-Martin. Precisando desesperadamente de dinheiro, colocou seus bens em leilão, vendeu sua luxuosa casa na avenue de Villiers e alugou um apartamento com parques móveis na rue Saint-Georges para servir-lhe de *pied-à-terre* (GOLD & FIZDALE, 1994, p. 206).

Segundo João Roberto Faria (2001), essas excursões pareciam ser um bom negócio para as empresas dramáticas, que não se intimidavam nem com a cansativa travessia do Atlântico – 22 dias, segundo correspondência da atriz ao amigo Raoul Ponchon – nem com os riscos de febre amarela. Para o estudioso, só a perspectiva de grandes lucros explicaria as três viagens que Sarah Bernhardt fez ao Brasil. Ao menos em relação à primeira, cremos que a justificativa está na questão financeira. Disso daria provas o trecho de outra carta escrita para Ponchon, quando a atriz se achava em Buenos Aires:

Buenos Aires, 17 de agosto de 1886

Escute, lord Ponchinot, neste exato momento, neste 17 de agosto às quatro horas da tarde, tenho 200 mil francos. Todas as minhas despesas estão pagas, meus vestidos, as contas de Maurice – tudo! Dê-me parabéns e conte a Richepin, sei que ele vai gostar. Na verdade levarei comigo 1 milhão. Completo. Com todo esse grande sucesso, tenho de admitir que trabalho como uma escrava e anseio por partir da Argentina para o Chile – embora a travessia de doze dias seja terrivelmente perigosa (BERNHARDT *Apud* GOLD & FIZDALE, 1994, p. 210).

Voltando à chegada da atriz ao Rio, depois de desembarcar, “entre gritos, confusão, anarquia, incômodo geral e alguma imprudência do povo”, Sarah Bernhardt seguiu para o Grande Hotel, na rua Marquês de Abrantes, onde ficou hospedada. Acompanhavam-na, “seu filho Maurice Bernhardt, Mme. Guérard, *dame de compagnie* e Mr. Stevens, um *tourist* francês” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27/05/1886).

No dia seguinte ao desembarque, também Artur Azevedo publicaria um grande artigo, no qual mostrava todo seu entusiasmo com a chegada da atriz:

SARAH BERNHARDT! – eis o nome que a estas horas todos os lábios repetem no Rio de Janeiro!

SARAH BERNHARDT! – eis o assunto de todas as conversações fluminenses, o grande acontecimento, o acontecimento por excelência!...

Descrever a balburdia que houve ontem por ocasião do desembarque da célebre atriz francesa, é tarefa que daria não um, mas muitos artigos. Logo que o *Cotopaxi* largou ferro, número considerável de lanchas, bonds marítimos e escaleres transportaram para bordo grande quantidade de indivíduos, levados uns pelo entusiasmo e outros pela curiosidade.

Eu tive a infelicidade de tomar passagem numa barca Ferry, que o Ciacchi pusera à disposição das pessoas que desejassem ir ao encontro de SARAH BERNHARDT. Essa barca bordejou durante muito tempo em torno do vapor, sem resolver aproximar-se. Afinal, nós os passageiros inquietados por semelhantes manejos, interpelamos o mestre, e este nos declarou peremptoriamente ter recebido ordem expressa de não atracar.

[...]

Minutos depois, alguns de nós, desesperados, resolvíamos chamar escaleres e saltar de dentro da barca para dentro deles, com o risco de tomarmos um banho involuntário de água salgada.

Foi desse modo que eu e alguns companheiros de infortúnio conseguimos vê-la; dois minutos mais que nos demorássemos, não teríamos esse prazer: SARAH BERNHARDT deixava o pacote logo depois da nossa chegada.

[...]

Fluminenses! não há duas Sarahs Bernhards; outros, com mais autoridade que eu, o têm dito e repetido. É preciso que vos mostreis dignos dessa inestimável ventura que Deus vos depara por intermédio do Ciacchi.

Corramos todos a aplaudi-la pressurosos e entusiasmados. Que se não diga lá fora que não demos o devido apreço ao gênio consagrado pelas nações mais civilizadas do mundo. Não a critiquemos, nem a discutamos: admiremo-la!

[...]

Viva SARAH BERNHARDT!(DE PALANQUE, 27/05/1886)

Um dos aspectos a serem observados neste trecho é o interesse do cronista em dar destaque ao nome da atriz, sempre em caixa alta. Difícil saber se o uso do pronome oblíquo átono (vê-la) também foi intencional ou apenas um erro tipográfico, já que nos outros lugares em que ele aparece está escrito com letra minúscula. Erros dessa natureza eram comuns. Não raro, nas crônicas encontram-se nomes, sobretudo de artistas estrangeiros, grafados de diferentes formas.

No afã de provocar “enchentes” no teatro São Pedro de Alcântara, aonde a companhia iria se apresentar durante a turnê, o cronista evoca o nome de Deus como responsável pelo “grande acontecimento”. Como já vinha consagrada “pelas nações mais civilizadas

do mundo”, ao brasileiro só restava aplaudi-la. Com essa observação, Artur evidencia seu espírito de homem colonizado, traço bastante presente em suas crônicas.

Nos próximos dias seriam publicados artigos que tentavam dar conta da rotina de Sarah Bernhardt: falava-se dos horários de entrada e saída dos ensaios, das *toilettes* que trajava, do figurino que usaria em cada peça a ser representada, da quantidade de malas trazidas pela atriz, do local que escolhera para almoçar, do lugar em que ficaria o camarim, dos nomes dos responsáveis pela mobília e pela decoração, e da visita ao paço da Boa Vista. Sobre esse último ponto vale a pena nos determos um pouco:

Seguiu às 4 para a Imperial Quinta da Boa Vista, onde foi recebida por S. M. o Imperador, com quem conversou durante meia hora.

A conversação entre o monarca e Sarah Bernhardt foi acerca de literatura dramática, apreciação dos trabalhos dos grandes mestres do teatro, Victor Hugo, Shakespeare, Racine, Molière e outros.

O Imperador referiu-se particularmente a cada uma das peças do vasto repertório da grande atriz, manifestando na mais desprestigiada palestra o que pensava quanto às produções dos autores franceses atualmente mais em voga.

Falou de Sardou, Dumas Filho, Ohnet, Feuillet, Goppé e vários outros. Sarah Bernhardt sentia-se perfeitamente diante de Sua Majestade que, sem as etiquetas obrigatórias de soberano, satisfaz as mais exigentes obrigações impostas aos homens de letras e de espírito superior.

Correspondendo à fidalga gentileza com que foi recebida pelo monarca, Sarah Bernhardt por algum tempo referiu-se, em lisonjeiras expressões, ao Brasil, seus homens, costumes, artes, letras, indústrias, imprensa, etc. Revelou-se conhecedora de muitas de nossas coisas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30/05/1886).

Relativamente a este trecho, convém destacar duas informações que não podem ser verdade, se considerarmos a simultaneidade de tempo: o período empregado na conversa com o Imperador – meia hora – e a gama de assuntos abordados pelos dois interlocutores. Na mesma medida, é difícil acreditar que a atriz fosse deveras conhecedora dos homens, costumes, artes, letras, indústrias e imprensa do Brasil, como nos tenta convencer o autor do texto. A nosso ver, o deslumbramento do jornalista leva-o a forjar uma imagem da atriz. Vejamos um pouco das “lisonjeiras expressões” usadas pela atriz, em suas cartas:

[...] Sua Majestade, o imperador do Brasil, parece que é pobre demais para comprar uma assinatura. Toda noite chega ao teatro numa carruagem puxada por quatro mulas ofegantes. E que carruagem! Tão absurda quanto seus guardas esfarrapados. Esses galantes brasileiros parecem que estão sempre brincando. Brincam de construir casas, de abrir estradas, de apagar incêndios, de ser entusiásticos (BERNHARDT *Apud* GOLD & FIZDALE, 1994, p. 209).

Considerando o modo pelo qual a atriz se referiu a d. Pedro II e aos guardas, não é exagero sugerir que o uso do adjetivo “galante” para caracterizar os brasileiros é um grande deboche.

Não podemos nos furtar ao direito de mostrar também as impressões de Sarah Bernhardt sobre o teatro São Pedro de Alcântara, a melhor sala de espetáculo da Corte:

A vida aqui é triste e feia – oh, muito feia. Não que as pessoas não sejam encantadoras e meu sucesso enorme. Mas que teatro! Ratos e camundongos por toda a parte. Luzes tão fracas que cenas matutinas parecem ter lugar à meia-noite. Não há acessórios, apenas um sofá tão duro que me arreventa as costas e um tapete tão pequeno que poderia ser o cachecol que o contra-regra estende para secar seu tabaco. E contudo tenho rido muito. Fiz espetáculos ótimos, e logo estaremos de partida (BERNHARDT *Apud* GOLD & FIZDALE, 1994, p. 209).

Possivelmente, as pessoas são caracterizadas como “encantadoras” porque afluíam em grande quantidade aos espetáculos, contribuindo para encher as algibeiras da francesa, que estava ávida pelo vil metal, como vimos anteriormente.

Após as primeiras comoções com a chegada de Sarah, a imprensa finalmente anunciou o grande dia: o *début* aconteceria em 1º de junho, uma terça-feira, com o drama *Fédora*, de Victorien Sardou. Em seguida subiriam à cena *Dame aux camelias* (de Alexandre Dumas Filho) e *Adrienne Lecouvreur* (de Ernest Legouvé e Eugène Scribe). Além dessas três produções dramáticas, o repertório era constituído por: *Hernani* e *Marion Deslorme*, de Victor Hugo; *Macbeth* e *Hamlet*, de Shakespeare; *Phédre*, de Racine; *L'Étrangère* e *Princesse George*, de Dumas Filho; *Divorçons* e *Teodora*, de Sardou; *Sphinx*, de Octave Feuillet; *Maitre de forges*, de Ohnet; *Martyre*, de Denney; *La tour de Nesle*, de Dumas pai e Guilhardet; e *Frou-frou*, de Meilhac e Halévy (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27/05/1886). Com esse repertório, a companhia se comprometia a oferecer quinze récitas com dramas, tragédias e comédias diferentes. Mas por circunstâncias externas à vontade de Cesar Ciacchi a promessa não foi cumprida. Tão logo a trupe desembarcou no Rio, uma atriz conhecida por Mme. Maveau foi acometida por um “sarampão”, ficando impossibilitada de tomar lugar nas representações. Esse fato foi suficiente para que a empresa Ciacchi recorresse às reprises, alternando em cartaz as peças *Fédora* e *A dama das camélias*. Somente em 11 de junho, seria representado o drama de Scribe e Legouvé.

Eis como Artur Azevedo começa sua crônica de 3 de junho, na qual se volta para a estreia da companhia:

“1º de junho de 1886: estréia com a *Fedora*, de V. Sardou, no teatro de S. Pedro de Alcântara, do Rio de Janeiro, a célebre atriz francesa Sarah Bernhardt”. Eis o que mais tarde se há de ler nas futuras efemérides da nossa história artística. A noite de anteontem ficou sendo uma data (DE PALANQUE, 03/06/1886).

Todo o texto é permeado por expressões de cunho laudatório para a atriz, que já estava “consagrada por todos os povos civilizados”.

○ teatro estava cheio de um público febricitante, inquieto, impaciente, notável tanto pela quantidade como pela qualidade. Os leitores, que

não tiveram a fortuna de assistir a esse espetáculo, imaginem que muitas famílias da nossa melhor sociedade ocupavam as torrinhãs, essa detestável eminência a que os franceses chamam *paraiso*, e a que com mais propriedade deveriam chamar *inferno*. Na orquestra, onde não houvesse um músico, havia um espectador, ou uma espectadora. Os camarotes eram invadidos por pessoas estranhas aos respectivos proprietários. Ao lado da minha cadeira, de pé, mas comodamente encostado à parede, um soldado de polícia cochilava, indiferente a tudo. Quantos, naquele momento, lamentando em casa a falta de um bilhete, invejariam a sorte daquele modesto e obscuro agente da segurança pública!

Subiu o pano no meio da maior solenidade e do mais absoluto silêncio. Depois do longo diálogo com que abre a peça, diálogo em que o público recebeu a melhor impressão do ator Fraiser no papel, infelizmente curto, do joalheiro Gretch, o pajem Dimetri anunciou a princesa Fedora Romazoff, e um ligeiro frêmito percorreu todos os corpos. Houve um sussurro ligeiro, quase imperceptível, e...

E Sarah Bernhardt surgiu, graciosamente envolta numa riquíssima capa, feita de uma fazenda que os jornais tinham anunciado como *peluche électrique*. A esse respeito confesso que fiquei na mesma.

Algumas pessoas inteligentes, entre as quais se distinguiam muitos dos nossos atores, que se achavam na orquestra, receberam a grande atriz com uma salva de palmas; mas essa demonstração naturalíssima foi imediatamente sufocada pelos *Psius!* que partiram de todas as direções. O teatro estava cheio de pedantes! Impor silêncio naquela ocasião equivaleu a dizer: – Esperem! não a aplaudam ainda! Vamos julgá-la primeiramente! Nada de comprar nabos em sacos! Como se Sarah Bernhardt já não viesse consagrada por todos os povos civilizados, e tivesse que se submeter aqui a um exame prévio de suficiência!

[...]

Os olhos de Sarah Bernhardt faiscavam e pareciam saltar das órbitas inflamadas! A primorosa cena do inquérito, (presumo que o leitor conheça a *Fedora*), a da prisão de Loris Ipanoff, que a vingativa princesa acompanha da janela com a raiva de uma hiena ferida, e, finalmente, o grito lancinante, estridulo, profundamente estudado, que ela solta, abraçada, no fundo do teatro, ao cadáver do noivo assassinado, – são verdadeiros modelos da arte de representar, levada ao último grau de perfeição!(DE PALANQUE, 03/06/1886)

Como vimos, para a segunda noite de representação a empresa escolheu o drama *A dama das camélias*, de Alexandre Dumas Filho. No papel de Margarida Gautier, Sarah Bernhardt também iria arrancar “estrepitosos” aplausos da plateia. A encenação desse drama traria conseqüências desagradáveis para Artur Azevedo. Explicando melhor, uma prática comum à crítica da época era o sistema de confronto entre as performances de artistas que desempenhavam o mesmo papel em épocas diferentes. Em junho de 1885 a italiana Eleonora Duse subiu ao palco do São Pedro de Alcântara para interpretar a heroína de Dumas Filho. Naquela ocasião, o jornalista maranhense publicou uma crônica, cujo trecho transcrevemos:

Na competente seção desta folha, outro dirá que espécie de Margarida Gautier se encarnou anteontem no corpo da eminente atriz, e como as honras da representação lhe foram brilhantemente disputadas, no final do 4º ato, por Flávio Andó. Outro transmitirá ao leitor a dolorosa impressão que lhe produziu a morte de Margarida.

Esta senhora tem morrido um sem número de vezes no Rio de Janeiro. Entre Emília das Neves e Lucinda Furtado Coelho, cinqüenta damas das camélias têm tossido no palco brasileiro o seu interessante papel. Das que eu tenho visto morrer, algumas o fizeram mais teatralmente: nenhuma o fez ainda com tanta e tão pungente verdade.

A Duse, que é, talvez, uma Margarida Gautier menos tuberculosa do que cardíaca, teve o bom senso de desprezar as *ficelles* convencionais do seu papel, e aproximá-lo da verdade o mais que lhe foi possível.

Na cena do 1º ato, quando Armando lhe diz que a ama, no grande diálogo com o velho Duval no 3º ato, em todo o 4º ato e na leitura da carta, no 5º, a grande artista encontrou efeitos novos, pequeninas coisas que escaparam às suas predecessoras. Ainda no último ato, quando a criada lhe vem anunciar a inesperada visita de Armando, o flamejar daqueles olhos, aquele desejo de viver, aquela reanimação fictícia do seu espírito, – como tudo isso foi feito debaixo de todas as regras da verdadeira arte de representar!(DE PALANQUE, 19/07/1885)

Em 1886, por ocasião da aparição de Sarah no mesmo papel, o cronista tentaria retratar sua opinião:

É possível que alguns dos meus leitores se lembrem, de que fui eu, na imprensa fluminense, um dos mais estrênuos admiradores da Duse-Checchi, a eminente atriz italiana que o ano passado a todos nós arrebatou com os lampejos do seu talento. Nessa ocasião, eu disse, profundamente convencido, que era impossível representar como a Duse o difícil papel de Margarida Gautier.

Pois bem: desdigo-me, e sabe Deus com que sentimento o faço, ó minha adorada Duse! Sarah Bernhardt é o ideal das Margaridas! Estou extasiado! O espetáculo de anteontem assombrou-me!

Tinha-me dito que era esse o “pior” dos seus papéis, e quem mo disse, tinha, reconheço, a dupla autoridade da ilustração e da arte. Mas eu sou franco: para mim, o trabalho de Sarah na *Dama das camélias* vale dez vezes o seu trabalho na *Fédora*: é um curso completo de arte dramática! O velho teatro S. Pedro transformou-se anteontem numa academia! Viva Sarah Bernhardt (DE PALANQUE, 07/06/1886).

Segundo Raimundo Magalhães Junior (1966), a súbita mudança de opinião não agradou ao secretário de redação do *Diário de Notícias*, Oscar Pederneiras, para quem, a última atriz que representasse tal papel sempre ganharia das antecessoras. A recusa à publicação da crônica foi motivo para que Artur Azevedo deixasse sua posição de cronista no *Diário*. O texto recusado foi publicado na *Gazeta de Notícias*, de 7 de junho. No artigo em questão o dramaturgo também fazia referência a uma pateada de que foi alvo o galã da empresa, Felipe Garnier. Na verdade, não somente em relação a esse ator, mas tam-

bém ao restante da companhia, os comentários da imprensa não eram muito lisonjeiros. Anteriormente à chegada da troupe à capital do Império, já havia especulações acerca da qualidade dos atores que acompanhavam Sarah Bernhardt:

Sarah está julgada. Conhecem-na, porque já a ouviram, muitos habitantes do Rio de Janeiro; os mais espectadores que vão concorrer aos espetáculos da empresa Ciacchi e aos quais não é estranho, pela leitura dos jornais, o juízo feito de há muito sobre tão falada atriz, vão ver quem tem razão, nada mais. Infelizmente, vão julgá-la quando em ela mal acompanhada. [...]

Aludindo à fraqueza do conjunto que o Sr. Ciacchi pôde conseguir para acompanhar Sarah Bernhardt, longe estamos de censurar o ousado empresário. Sarah é exigente e nem por sentir-se no declínio faz seu trabalho a *bon marché*: como o sol do inverno, vende-se cara. Por toda a parte aonde vai são os seus empresários forçados a elevar extraordinariamente os preços e ainda assim nem sempre tem sido felizes na empresa (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/05/1886).

Mas foi na noite do *début* que a fraqueza do conjunto começou a ser realmente notada, quando Garnier se ocupou do principal papel masculino em *Fédora*. Como lembram os articulistas:

Loris Ipanoff era o Sr. Felipe Garnier, ator que pertenceu ao Teatro Francês, onde entrou depois de alcançar o primeiro prêmio no Conservatório de Paris. Ultimamente o elogiaram muito nos papéis de Justiniano, da *Teodora*, de V. Sardou, e de Luiz XIII, de *Marion de Lorme*, de V. Hugo.

Francamente: a impressão geral, produzida anteontem por este artista, foi a mais desfavorável possível. No fim do segundo ato, aguardávamos todos o terceiro, convencidos de que o Sr. Garnier *cachait son jeu*, reservando-se para um geral em copas, como se costuma a dizer. Enganávamo-nos! o ex-pensionista da casa de Molière disse com extrema correção a longa narração do assassinato de Wladimiro; mas infelizmente não passou disso. Não lhe achamos sentimento, nem expressão, nem mesmo distinção de maneiras. O Sr. Garnier (que a muitos pareceu mais Serafim José Alves que Garnier) diz: *Je t'adore!* como quem diz: *Ora bolas!* Estas incorreções surpreenderam desagradavelmente, mesmo àqueles que mais ou menos habituados estão com a declamação francesa.

No terceiro ato lembramo-nos com saudades de Flávio Andó, que era inimitável na difícil cena da leitura da carta. Que frouxidão! que imobilidade!... Houve até quem tivesse desejos de gritar: Ataca, Felipe! Estamos certos de que um bom par de bigodes atenuaria o mau efeito causado por aquela cara de seminarista, que o Sr. Felipe Garnier nos apresentou anteontem. É possível, é mesmo provável que este cavalheiro seja noutros papéis o artista aclamado pela imprensa francesa; no de Loris Ipanoff não vale dois caracóis. Falta-lhe alma, falta-lhe distinção, falta-lhe paixão,... e faltam-lhe bigodes (DE PALANQUE, 03/06/1886).

Para muitos, mais de um terço talvez dos espectadores que anteontem assistiram à *Fédora*, Sarah Bernhardt não era novidade; dos restantes, raros desconheciam quanto se tem escrito, aquém e além Atlântico, sobre ela. Agora podem, uns e outros, julgar se como a muitos se afigura, o astro declina (opinião esta, tomem nota, com alguma voga entre parisienses) ou se o talento, novo Josué, fez parar aquele sol que brilhou na *Comédie Française* e não pôde aquecer a *Porte Saint Martin*. É verdade que o insucesso da atriz empresária foi levado à conta de prodigalidades e falta na administração pouco prática; muitos porém, viram a principal razão do abandono de certo público, na fraqueza dos artistas escolhidos para compor o resto da companhia.

Dessa lição não tiraram proveito os empresários da *grande tournée*, pois na fragilidade de um conjunto abaixo da crítica, encontramos a razão do desastre de anteontem.

Mme. Sarah não se apoderou, como era de esperar, do publico fluminense; e, digam o que disserem quantos tiverem contrária opinião, a verdade é que em sua estréia a empresa Ciacchi – direção Abbey & Grau – teve UMA CASA CHEIA, mas a companhia fez naufrágio.

Deste salvou-se a grande artista, mas Sarah estava de antemão aceita e julgada, e ainda quando não fosse a atriz que é, não era preciso grande merecimento para destacar-se e sobressair no meio de tão... *fracos* companheiros.

O público não se entusiasmou, e quando uns pequenos nada, feitos com perfeita naturalidade pela atriz, iam animando o espectador, vinha o Sr. Garnier deitar água fria na fervura.

Dizem que a protetora do Sr. Garnier, galã que não possui uma só das qualidades exigidas para fazer o personagem de Loris Ipanoff, impõe-lhe a barba sempre muito bem escanhoadada, e que este ator quando não está de serviço, passa o seu tempo em casa do barbeiro. Nós, porém, muito respeitosa e fazemos um pedido ao Sr. Garnier – usar bigode postiço quando representar, e assim tudo se concilia. Se do Dr. Garnier passarmos a Mme. Fontanges (Comtesse Olga) e Mr. Ângelo (De Sèreix) temos de convir que podiam ter ido pior; ao menos têm agradável presença, e seu metal de voz não irrita os nervos (FOYER, 03/06/1886).

Quando da representação de *A dama das camélias*, em que Felipe Garnier representou o papel de Armand Duval, a pateada foi inevitável:

Desde o 1º ato começou o desagrado a manifestar-se nas galerias, contra o ator Felipe Garnier. No intervalo, vários grupos se interessavam para que a má vontade de quase todo o teatro não fizesse explosão. Os movimentos se acentuaram, porém, de tal forma, que depois do 2º ato várias autoridades e particulares procuravam obstar a estrondosa pateada, que irrompeu violentíssima no 3º ato, por três vezes, sendo afinal abafada pelo público da sala, por meio de palmas e atrasos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03/06/1886).

A repugnância pelo Sr. Garnier, que já na *Fédora* havia desagradado, mas que nada sofreu então, porque atribuía-se o seu insucesso às muito conhecidas comoções de uma estréia, subiu de ponto na *Dama das Camélias*. Logo no 2º ato as manifestações de descontentamento apareceram bem salientes. A surdina de muitas vozes e a tosse de inúmeros bronquitados confundiam-se na sala, fazendo singular ruído quando Mr. Garnier falava ou as imposições do seu papel o colocavam em plano de maior notoriedade.

Ao cair do pano, no 2º ato, já não havia dúvida quanto ao aresto de condenação que a platéia lavrara contra o Armando do Sr. Grau.

A reprovação era geral, e tanto mais revelava-se o aborrecimento pelo fiasco do galã da *Comédie Française*, quanto a opinião geral, aclamava com saudosa recordação o nome do inteligente ator que na companhia Duse glorificou a segunda figura da *Dama das Camélias* (FOYER, 04/06/1886).

Nem mesmo a presença da polícia, encarregada de inspecionar os alunos da Escola Militar, foi capaz de impedir a pateada. Para excitar ainda mais os ânimos no teatro, uma ponta de cigarro, caída das galerias, ateou fogo no vestido da baronesa de Mamanguape, que se achava no camarote 24. Esses incidentes foram suficientes para que se interrompesse a representação, deixando Artur Azevedo extremamente irritado, como lembra Magalhães Junior (1966).

A título de curiosidade, durante a estada no Rio de Janeiro, o empresário Cesar Ciacchi vendeu uma assinatura com quatro récitas para “um lugarejo chamado São Paulo”, para usar as próprias palavras de Sarah Bernhardt em carta escrita para o amigo Ponchon. Mesmo naquela cidade, Felipe Garnier não conseguiu agradar. Como vemos, o artista vinha acumulando uma série de rejeições.

Segundo a imprensa, a partir da segunda representação na Corte, teria começado a haver “vazantes” nos espetáculos da empresa. Esse fenômeno era atribuído à má qualidade dos artistas, mesmo sendo eles vinculados a teatros famosos como a *Comédie Française*, *Renaissance*, *Ambigu*, *Porte Saint-Martin*, *Vaudeville* e *Gymnase*, mas também aos altos preços cobrados pelos bilhetes. Levando-se em conta as ações dos cambistas, que compravam ingressos e tentavam vendê-los com “escandaloso ágio”, acreditamos que as representações da troupe Ciacchi constituíam um negócio vantajoso, mesmo havendo o suposto afastamento do público. Como medida de segurança, o chefe de polícia, Dr. Silva Matos, permanecia no teatro desde as 4 ½ da tarde até o fim do espetáculo. Em outros pontos da cidade, como nas ruas do Espírito Santo e do Ouvidor, colocavam-se agentes de polícia encarregados de apreender os bilhetes. Também os falsificadores tentavam encher a “algibeira”. Para evitar fraude, foi preciso que a empresa adotasse um novo sistema de carimbo e substituísse, por outro de melhor qualidade, o papel em que eram impressos os bilhetes.

Nessa dinâmica toda, os comerciantes também arranjavam meios de se beneficiar, colocando o nome de Sarah Bernhardt como chamariz em seus anúncios. Vale a pena transcrever de um deles:

SARAH BERNHARDT

Depois da chegada desta celebrada artista, ninguém fala noutra coisa a não ser na importantíssima liquidação que está fazendo a

CASA DO CRUZ

Como nos anos anteriores, este grande e bem conhecido estabelecimento faz a sua liquidação de semestre, a qual durará até o fim do corrente mês; sendo esta uma excelente ocasião de comprarem fazendas, modas e armarinho por muito menos do seu valor.

APROVEITEM!

[...]

39A Rua de Uruguaiana 39A

(Antigo Alcazar)

Cruz & Viana (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/06/1886).

Este texto ocupava praticamente a página inteira do *Diário de Notícias*. Na parte por nós suprimida, havia uma longa lista de produtos em oferta. Como se vê, o nome da atriz não tem outra função a não ser a de chamar a atenção do leitor para o anúncio.

Além de protagonizar as heroínas de Dumas Filho, Victorien Sardou, dentre outros, Sarah Bernhardt ganharia destaque também na imprensa por conta de uma cena de agressão contra uma colega de elenco. O acontecimento foi parar nas páginas do *Diário de Notícias*, em 23 de junho:

DESORDENS ENTRE ARTISTAS

UM SUBDELEGADO EM APUROS

BOFETÕES NO PALCO; COMÉDIA NA ESTAÇÃO POLICIAL

Ontem às 6 horas da tarde apresentou-se na estação policial do 1º distrito do Sacramento Mme. Sarah Bernhardt, acompanhada por diversos atores da companhia do S. Pedro.

Após este grupo entrou entre policiais Mme. Berthe Noirmont, atriz da mesma companhia.

Aí chegados, o Sr. Garnier declarou que Mme. Noirmont havia esbofetado Mme. Sarah Bernhardt, na caixa do teatro, e que enquanto não chegou a polícia, que tinham ido buscar, os artistas retiveram presa a agressora. Interrogado o Sr. Garnier, declarou que Mme. Noirmont sem o menor motivo, aproximara-se de Mme. Sarah Bernhardt e dera-lhe uma bofetada. A ofendida fez o mesmo depoimento.

Mme. Noirmont, declarou que precisando de um baú maior, que tinha no teatro S. Pedro em seu camarim, levou para o teatro um outro menor, que tinha em casa, e quando retirava o outro, foi detida no Rócio e o baú reconduzido para o teatro.

Quando aí chegou para pedir uma explicação do fato, apareceu-lhe Mme. Sarah Bernhardt, que disse ter sido ela quem dera a ordem, porque na mala havia roubos e que Mme. Noirmont era uma ladra.

Nesta ocasião, ferida pela injusta acusação que lhe faziam, esbofeteou

a queixosa, sendo então esbordoada por todos os artistas que estavam presentes.

Quando o subdelegado mandou pelo intérprete, o Sr. Aquile Lénior, dizer a Mme. Sarah Bernhardt que ela devia esperar para assinar o auto de flagrante, ela levantou-se, exclamando:

– *Vous êtes des brutes, je m'en vais.*

E ato contínuo tomou o seu carro. Os outros artistas retiraram-se, ficando o empresário Ciacchi e Mauricio Grau, assinando este último com o Sr. Aquile Lénior a fiança provisória, para que Mme. Noirmont pudesse sair e tomar parte no espetáculo de ontem (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/06/1886).

De início, a manchete chama atenção pelo tom cômico do subtítulo. Essa comichade era uma característica da época. Em vários trechos do *Diário* percebe-se essa prática de misturar o “trágico” com o cômico. Ao mesmo tempo, o trecho revela um pouco mais sobre o gênio de Mme. Sarah. Nos próximos dias sairiam mais quatro notas acerca desse acontecimento. De acordo com uma dessas notas, Maurice Bernhardt, um rapaz de aproximadamente 21 anos, juntou-se a um amigo e tentou agredir Noirmont covardemente em uma rua da cidade. Os moradores socorreram a vítima.

À guisa de conclusão, a companhia Ciacchi permaneceu no Rio até 10 de julho. Pelo que foi possível investigar, durante essa temporada, a empresa ofereceu dezessete espetáculos, porém, representando apenas sete peças do repertório: *Fédora* foi encenada quatro vezes, *A dama das camélias*, *Froufrou* e *Adrienne Lecouvreur*, três vezes cada uma, *Fedra*, duas vezes, e *Mestre de forjas* e *Teodora*, apenas uma vez cada. Como podemos ver, o empresário não conseguiu cumprir a promessa de não repetir espetáculos. Mesmo assim, a atriz comemorava o sucesso e mostrava-se feliz com o dinheiro ganho para recorrer às suas despesas. A cada representação, Sarah acumulava mais elogios, enquanto que Felipe Garnier recebia mais críticas. Somente na representação de *Fedra* a imprensa começou a chamar atenção para as qualidades artísticas do ator. Havia uma certa expectativa em relação à encenação de *Teodora*, de Sardou, peça na qual Ganier obteria grande número de aplausos, interpretando o papel de Justiniano. Em relação ao conflito entre Noirmont e Sarah Bernhardt, nada mais se falou. Em 1893 esta voltaria ao Brasil para mais uma série de representações e de incidentes.

Referências bibliográficas

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1885/1886.

FARIA, J. R. **Ideias teatrais: o século XIX no Brasil**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2001.

GOLD, A.; FIZDALE, R. **A divina Sarah: a vida de Sarah Bernhardt**. Trad. Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Artur Azevedo e sua época**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.



ACCADEMIA DELLA FAMA: ATIVIDADE LITERÁRIA, PROJETO EDITORIAL E POLÍTICA NA
GÊNESE DOS DIÁLOGOS DA HISTÓRIA DE FRANCESCO PATRIZIS

Helvio Moraes¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo o estudo do programa cultural elaborado em meados do século XVI pela *Accademia Veneziana* (ou *della Fama*, como veio a ser conhecida), assim como a influência deste ambiente intelectual nos escritos de juventude do filósofo ítalo-croata Francesco Patrizi da Cherso, relacionados à sua proposta de uma nova concepção de linguagem, que nos *Dez Diálogos da História* define como sua “empresa de toda a eloquência”. Patrocinado em grande parte pela intelectualidade vêneta-veneziana, tal programa visava a difusão de um conhecimento enciclopédico, ao mesmo tempo em que buscava uma ativa participação na vida política da *Serenissima*. Fornece-nos, portanto, um interessante exemplo da convergência das atividades literária, editorial e política, que nos permite vê-lo como uma defesa de pontos centrais do movimento humanista.

Palavras-chave: História Literária; política editorial; academia; humanismo

Riassunto: Questo articolo ha come scopo lo studio del programma culturale svolto alla metà del Cinquecento dalla *Accademia Veneziana* (o *della Fama*, come è venuta ad essere conosciuta), così come l’influenza di questo ambiente intellettuale sull’opera di gioventù del filosofo italo-croata Francesco Patrizi da Cherso, rispetto alla sua proposta di una nuova concezione del linguaggio, che nei *Dieci Dialoghi della Historia* l’autore definisce come la sua “impresa di tutta l’eloquenza”. Appoggiato in gran parte dalla intellettualità veneto-veneziana, tale programma mirava alla diffusione di una conoscenza enciclopedica, ed allo stesso tempo cercava una partecipazione attiva nella vita politica della *Serenissima*; ci fornisce, dunque, un interessante esempio della convergenza delle attività letteraria, editoriale e politica, che ci permette di vederlo come una difesa di punti chiave del movimento umanistico.

Parole chiave: Storia letteraria; politica editoriale; accademia; Umanesimo

Introdução

¹ Professor do departamento de Letras da Unemat, campus universitário de Pontes e Lacerda. Doutor em Teoria e História Literária. E-mail: helviomoraes.unemat@gmail.com

Os *Dez Diálogos da História* de Francesco Patrizi da Cherso, publicados em Veneza em 1560, podem ser vistos como a tentativa empreendida pelo filósofo de apontar os limites da concepção historiográfica humanista, desenvolvida ao longo do século XV até meados do século XVI, tanto em tratados de *ars historica* quanto em outros escritos que se relacionam com esse gênero. Primeiramente, percebemos uma crítica incisiva à zelosa filiação por parte dos humanistas às *auctoritates* (Cícero, Luciano e Quintiliano, principalmente), o que os havia possibilitado estabelecer um forte vínculo entre história, poesia e retórica. Grande importância havia sido atribuída aos *exempla*, e a história, em sentido geral, se definia como um vasto repertório de grandes feitos realizados por ilustres personagens, que, manipulados de forma adequada, serviam a várias finalidades, desde a glorificação de príncipes e cidades até a edificação moral do homem. Buscando abalar, portanto, o alicerce sobre o qual fora construída toda a historiografia precedente, Patrizi se esforça em propor uma nova concepção de história – e, conseqüentemente, uma outra forma de historiografia –, de forte inspiração neoplatônica, que prescreve a união entre conhecimento histórico e filosófico como instrumentos úteis para a finalidade última de toda comunidade política, a felicidade civil.

Desde *A Cidade Feliz*, seu primeiro escrito, cuja publicação data de 1553, o filósofo defende a ideia de que o conhecimento nasce a partir dos sentidos, e todo o programa de formação intelectual do cidadão de sua utopia tem por base disciplinas que agucem suas faculdades de ver e ouvir. É bastante coerente com tal proposta, portanto, a escolha da história como disciplina basilar para suas investigações posteriores, uma vez que se trata da “narração dos efeitos que caem sob a percepção dos sentidos” (Patrizi, 1560, p. 9r). A experiência histórica dá origem às artes e às ciências: é o que parece estar implícito no alargamento do exame da matéria histórica, promovido nos diálogos de abertura, assim como no mito da decadência do homem, proscrito de uma natureza que lhe garantia o vínculo perfeito com Deus e o mundo, e açulado pelo medo e pela necessidade de sobrevivência a buscar no convívio com outros homens a esperança de que tal vínculo se reestabeleça, criando as instituições que mantêm a vida civilizada.

A história consistiria nesta espécie de percurso para a reconquista da perfeição originária, e o conhecimento histórico – que não é somente conhecimento das experiências passadas, mas também compreensão do presente e consciência do futuro –, neste percurso, se torna um instrumento útil nas mãos daqueles a quem cabe conduzir sua comunidade política à felicidade. Não é possível ser feliz fora da cidade. Isto explica a atenção que Patrizi dispensa à análise das instituições cidadinas e a criação de uma cidade utópica que espelha a forma de governo e a organização social de Veneza, ou melhor, uma cidade utópica que espelha a “Veneza utópica”, secularmente celebrada nas inúmeras versões de seu mito. É função do conhecimento histórico ajudar a construir efetivamente o que foi apenas idealizado.

Se *A Cidade Feliz* desenha esta cidade ideal, nos *Diálogos* seus interlocutores transitam (ou pensam transitar) por ela, em cenários que simbolizam a excelência do viver associado: *San Marco*, o poderoso centro político-religioso; os jardins da casa de um nobre, onde se discute com liberdade e franqueza a realidade da vida política; a biblioteca de um

respeitado patricio veneziano, que reúne em si prudência e sabedoria e, por isso, dá lições sobre a boa condução dos assuntos relacionados à república, entre outros.

Muito apropriado, portanto, o pano de fundo diante do qual se debaterá sobre a utilidade política do conhecimento histórico, que, podemos dizer, ocupa a maior parte destes diálogos, onde também surge, aliada a esta defesa das instituições venezianas, a contribuição do pensamento político florentino. Se Maquiavel ensinara, principalmente, que, diante de uma visão cíclica da história (“do mundo maior”, Patrizi diria), que encontra seu análogo na história dos “corpos políticos”, é possível a intervenção humana capaz de “renová-los” através do “retorno às origens” de suas instituições públicas, Guicciardini, por sua vez, ensinará que é preciso “ver” com mais acume os acontecimentos históricos, como se produzem, como se “repetem”, as diversas relações entre suas causas e efeitos.

É neste ponto que observamos uma relação de complementaridade entre a concepção de mundo neoplatônica e esta “abordagem política”, que toma a maior parte dos *Diálogos*, e que Patrizi apresentará como a união entre conhecimento filosófico e histórico. Tal fusão dá a esta *ars historica* um perfil único entre os vários escritos que compõem o gênero. De fato, Patrizi empreende uma busca, não de todo conclusiva, por uma “filosofia da história”. Nos seus *Diálogos*, a *ars historica* postula seu próprio fim.

O período de formação intelectual de Francesco Patrizi

Os *Dialoghi della historia*, publicados em 1560, são obra de um jovem de espírito inquieto e indagador, não raras vezes às voltas com polêmicas, que se intensificarão ainda mais nos anos de maturidade². Ex-aluno do *Studio* paduano (1547-1553), onde estudou medicina instado pelo pai, desde cedo teve seu interesse despertado pela filosofia platônica, por intermédio de Marsilio Ficino, conforme se observa na passagem de uma carta que escreve a Baccio Valori em 12 de janeiro de 1587 (famosa entre os especialistas em sua obra, por ser uma espécie de autobiografia). Nela, percebemos que a insatisfação quanto ao ensinamento oficial da Universidade de Pádua, de orientação aristotélica, é compensada pela leitura do Platão ficiniano:

E assim, ouvindo um frade franciscano sustentar conclusões platônicas, delas se enamorou e, depois, tendo com ele feito amizade, pediu-lhe que o conduzisse pela via de Platão. [O frade] lhe propôs, como ótima guia, a *Teologia* de Ficino, à que se dedicou com grande avidez. E tal foi o princípio daquele estudo que, depois, sempre seguiu (Patrizi, 1975, p. 47).

Em 1551, logo após a morte do pai, abandona os estudos médicos, vendendo “Galeno e os outros livros de medicina” e dedicando-se, predominantemente, a partir daí,

² Perceberemos, nos *Dialoghi*, um anti-aristotelismo incipiente, em meio à refutação de tantas *authoritates*, que será mais incisivo na década seguinte, quando publicará suas *Discussiones peripateticæ*, uma leitura rigorosa do pensamento aristotélico, em que se busca demonstrar a discordância entre as ideias do estagirita e as de Platão, uma discordância que invade também o campo da biografia, em que, ao contrário do mestre, se “prova” que Aristóteles roubara as ideias de seus predecessores. Na década de 1580, famosa se tornará a polêmica em que defende a poesia de Ariosto contra o “aristotélico” Tasso, com base na sua concepção de poesia como manifestação cifrada da verdade universal, a que o poeta ascende por meio do furor.

à filosofia (idem).

Após alguns anos transcorridos em sua cidade natal, Cherso (Ístria), e certo tempo em Roma, já prestes a completar 30 anos, o filósofo se estabelece, por volta de 1557, em Veneza, um dos últimos refúgios para um tipo de intelectual de formação humanista que ainda busca uma colocação próxima ao poder.

O ambiente intelectual da cidade lagunar fervilha com a intensa atividade editorial que a transformara numa verdadeira república das letras, e ainda se mostra receptivo a ideias não facilmente acomodadas ao clima espiritual que começa a se estabelecer nos centros mais importantes da península, à medida que se aproxima a conclusão dos trabalhos do Concílio de Trento. Um ambiente receptivo, ao ponto de poder ser visto também como “clandestinamente tolerante”. Um bom exemplo pode ser o de dois editores de Patrizi: Pietro Perna e Andrea Arrivabene (este, de fato, o editor dos *Diálogos*). Perna, um exilado luquense na Basileia,

por meio de uma elaborada rede de conexões e de homens de confiança, conseguia enviar a Veneza escritos heréticos [...] apesar dos esforços das autoridades em proibir a entrada de certos títulos. O sistema – com seus correspondentes dispersos e com os estratagemas que Perna havia estabelecido – funcionou, e funcionou bem por mais de duas décadas. Uma vez que os títulos clandestinos transpunham os obstáculos da inspeção na alfândega veneziana, eram levados por um *insider* [...] para uma livraria que servia como depósito para os volumes contrabandeados. Um destes lugares era a livraria de Andrea Arrivabene, um editor bastante comprometido com a reforma religiosa. Já em meados da década de 1540 ele começara a fornecer escritos de fé protestante, [...] como o *Beneficio di Cristo* e o *Summario della Santa Scrittura* (Martin, 1993, p. 81).

Uma vez em Veneza, Patrizi entra em contato com a família Contarini, primeiramente lendo a *Ética a Nicômaco* a Giorgio II, futuro conde de Jaffa (e interlocutor de Patrizi no terceiro diálogo *Della historia*). Em dezembro de 1560, já investido do título de conde, Giorgio nomeia Patrizi governador de suas terras em Chipre. Em janeiro de 1561, Patrizi parte para a ilha, e lá permanecerá até 1568, transcorrendo os quatro primeiros anos a serviço dos Contarini, e os quatro últimos, por “instância de Filippo Mocenigo, então arcebispo de Chipre, como secretário e governador de todos os povoamentos submetidos ao arcebispado” (Patrizi, 1975, p. 49).

Portanto, os *Dialoghi della historia*, publicados no momento imediatamente anterior à sua partida, podem ser considerados, em boa parte, como resultado desta estada de quatro anos em Veneza ou, talvez, uma elaboração que comporta a experiência vivida neste breve período, que ainda é o da formação intelectual do autor. Por isto, além do contato com os Contarini e do trabalho que exerce a seu serviço, pode ser interessante investigar as relações que estabelece com outras pessoas ou instituições da *Serenissima*. E o vemos, de fato, envolvido num ambicioso projeto de renovação cultural e política que, num breve período, conseguiria atrair, não somente da aristocracia veneziana, como também de diver-

sas regiões da península, mentalidades esclarecidas, relativamente tolerantes (ou abertas) ao pensamento reformado, mas, acima de tudo, dispostas a difundir escritos vinculados a correntes filosóficas não muito convencionais, ou ainda carentes de uma divulgação mais ampla. Trata-se da *Accademia Veneziana*, ou *Accademia della Fama*, como passou a ser conhecida.

A *Accademia Veneziana* e seu projeto editorial

Desde sua fundação, em setembro de 1557³, a *Accademia della Fama* gozou de um grande reconhecimento, não só em Veneza, como em outros grandes centros, e tal admiração não se circunscreveu apenas a “redutos” ou círculos intelectuais “marginais”, mas se fez manifestar pelo Senado veneziano e até mesmo pelo Papado. Sua ascensão foi tão rápida quanto o seu fim, que coincidiu com a falência econômica e política de seu fundador, Federico Badoer⁴. Segundo Bolzoni (1981, p. 72-3)

Badoer havia iniciado muito jovem a carreira política, sem descuidar dos estudos retóricos e literários, merecendo, assim, os elogios, além do infalível Aretino, de literatos como Bembo, Claudio Tolomei, Daniele Barbaro. [...] Quando, em 1557, funda a *Accademia*, Badoer acaba de voltar de uma prestigiosa missão diplomática à corte imperial, que ele ilustra e habilmente exalta em uma longa relação ao Senado. Entre os seus mais estreitos colaboradores na fundação da *Accademia*, encontramos nomes significativos [...] como Domenico Venier e Girolamo Molino.

É provável, portanto, que, ao surgir, a *Accademia della Fama* tenha buscado tornar públicos certos debates que envolviam o grupo de intelectuais que se reunia informalmente no *palazzo* de Venier⁵ que, ao deixar o cargo de senador em 1546, devido a uma doença que o impossibilitava de locomover-se, o transformara numa espécie de salão literário, que sobreviveu ao fechamento da *Accademia* e somente se extinguiu com a morte de seu patrono em 1582. Este importante reduto de uma intelectualidade de aspirações aristocratizantes foi frequentado por nomes como Dionigi Atanagi, Giovanni della Casa, Sperone Speroni, Claudio Tolomei, Bernardo Tasso e seu filho ainda adolescente, Torquato. Frequente também era a presença de poetisas, destacando-se Veronica Franco, que o teve como amigo e patrono. Venier é visto como o sucessor de Bembo e uma figura central do petrarquismo de meados do *Cinquecento*. Vários poetas a ele recorreram em busca de aconselhamento, como Celio Magno e os próprios Tasso⁶. Bolzoni elenca uma série de

³ Embora, oficialmente, a fundação se dê através do *Instrumento tra alcuni academici et ministri Interessali*, datado de 14 de novembro (Cf. Pagan, 1974, p. 359-60).

⁴ Badoer (1519-1593) pertencia a uma das mais importantes famílias venezianas. Era filho do senador Alvise Badoer e destacou-se em suas funções como embaixador de Veneza, tendo sido publicadas algumas de suas relações, muito prestigiadas durante o período, não somente por seus méritos estéticos, mas também pela relevância dos assuntos tratados (como exemplo, podemos lembrar que sua viagem à Espanha se deu justamente nos últimos dias do governo de Carlos V). Patrizi dedica um poema a Badoer, *Il Badoaro*. Escrito entre 14 de setembro e 1º de outubro de 1558, o poema testifica a data de inscrição do jovem filósofo junto à *Accademia*.

⁵ Pagan (1974, p. 359) vê a *Accademia della Fama* como “uma natural germinação” dos encontros ali ocorridos.

⁶ Torquato Tasso o procura para que faça correções em seu primeiro poema, *Rinaldo*, que será publicado em 1562. Mais tarde busca novamente seu aconselhamento, durante a polêmica em torno de *Jerusalém Libertada* (Cf. Bolzoni, 1981, p. 74, n. 14).

escritos que comprovam a relação de amizade entre Federico Badoer, Domenico Venier e Girolamo Molino⁷, e alega ser indubitável que “Badoer, empenhando-se pessoalmente, deu a este “ginásio” [como Aretino denominava as reuniões em Ca’ Venier] uma dimensão e uma importância de uma ordem e grau completamente diversos, investindo plenamente [em seu projeto] tanto o seu prestígio político como os próprios recursos financeiros” (Bolzoni, 1981, p. 73).

De fato, é Girolamo Molino que, em nossa opinião, melhor expressa as ideias e os primeiros projetos da *Accademia*, numa carta que escreve a 22 de janeiro de 1558 a Bernardo Tasso que, neste mesmo ano, se muda para Veneza, tendo aceito o convite para assumir a chancelaria da instituição⁸:

A’ giorni passati s’è congregata insieme una nobile compagnia sotto titolo di *Accademia Veneziana*, di alcuni dotti e fioriti ingegni, avendo intenzione di giovare a’ Letterati e al mondo col metter le mani così nei libri di Filosofia, come di altre facultà, e non solo purgar quegli degl’infiniti errori e incorrezioni, che nel vero portano seco attorno con molto danno degli studiosi, ma farli insieme con molti utili annotazioni e discorsi, e scolii, e tradotti appresso in diverse lingue, uscire in luce nella più bella stampa e carta che si sia ancor veduta. Oltra di ciò intendono dar fuori opre nuove e non più stampate, sì per loro, come per altri composte, e già [...] essi ne hanno gran numero apparecchiato.

O primeiro propósito da *Accademia* era, portanto, realizar este amplo projeto editorial. O catálogo das obras⁹ que a instituição pretendia publicar nos permite delinear um quadro em que se percebe o alcance de tal programa, que se estende a várias correntes filosóficas e que se atenta às mais diversas disciplinas, tanto aquelas contidas num âmbito mais pragmático, como a mecânica e a hidráulica (cujo interesse por parte dos venezianos era evidente), quanto aquelas voltadas para a investigação científica e filosófica. Além disso, a relação abrange tanto textos antigos como modernos, havendo normas bem definidas para a publicação destes, principalmente¹⁰. Rose (1969, p. 204-5) nos mostra que praticamente um terço dos mais de trezentos títulos ali contidos se refere ao campo das ciências, como a física (comentários sobre a *Física* de Aristóteles, tradução em “volgare” do *Timeu*, etc.), a medicina (Hipócrates e Galeno), a geometria (Euclides e Arquimedes, principalmente), a perspectiva (Ptolomeu, Roger Bacon, etc), a geografia (Estrabão e Ptolomeu), entre outras.

No campo da filosofia, que nos interessa mais de perto, podemos detectar uma forte

⁷ A estudiosa menciona uma carta de Aretino, um diálogo dos *Marmi* de Anton Francesco Doni e os *Diparti* de Girolamo Parabosco como fontes que comprovam a estreita ligação destes três intelectuais (Bolzoni, 1980, p. 119-20).

⁸ O trecho da carta a que tivemos acesso encontra-se em Tiraboschi (1823, vol. X, tomo VII, p. 253-4).

⁹ *Somma delle opere che in tutte le scienze et arti più nobili che in varie lingue ha da mandare in luce l’Accademia Veneziana, parte nuove e non più stampate, parte con fedelissime traduzioni, giudiziose correzioni et utilissime annotazioni riformate*, publicada primeiramente em “volgare” em 1558 e, no ano seguinte, em latim, para ser enviada aos mais importantes centros intelectuais da Europa, uma espécie de propaganda do ousado projeto editorial assumido pela *Accademia*.

¹⁰ Nos *Capitoli e conventioni fatte e sottoscritte di propria mano da alcuni de’ Signori academici*, de 13 de agosto de 1559, lemos, entre tantas prescrições: “che tutti gli Signori Academici siano tenuti à consigliar, favorir, e aiutar con ogni possibil effetto l’opera che sarà proposta da qual si voglia de l’Accademia”; “che tutte le opere, che da esser stampate saranno, tutte passino per lo giudizio di tutti gli consigli cioè de le scienza dell’iconomico e del Politico” (grifo nosso). Os *Capitoli* foram integralmente publicados no texto de Rose (1969, p. 222-4).

tendência a difundir escritos de teor neoplatônico e hermético. Na verdade, a propagação destas linhas filosóficas “não oficiais”, isto é, que não encontram espaço nos *curricula* das universidades, é frequentemente associada ao surgimento das academias no *Cinquecento*¹¹. Havia a intenção de publicar a tradução em vernáculo da *Teologia platonica* de Ficino que “deveria ser acompanhada da versão italiana de *De harmonia mundi* do teólogo cabalista veneziano Francesco Zorzi (Francesco Giorgio Veneto), [...] uma profunda influência em diversos ambientes intelectuais e religiosos não apenas venezianos, mas italianos e europeus” (Vasoli, 1983, p. 452-3). Além destes textos, consta da relação a preparação de versões latinas de Lâmblico e Proclo e, talvez mais interessante, a tradução latina, acompanhada de comentários, do *Pimandro* e do *Asclépio*, que compõem o núcleo do *Corpus hermeticum*.

Não era estranha, portanto, aos membros da *Accademia*, a crença numa *prisca sapientia*, que transforma a antiguidade egípcia no berço de todo o conhecimento filosófico e da verdadeira experiência religiosa que, posteriormente, transmitir-se-ão de forma cifrada por meio de “espíritos eleitos”, como Hermes Trismegisto, Pitágoras e Platão (Aristóteles não faz parte do rol destes sábios). Justamente no momento em que a *Poética* solidamente se constitui como parâmetro para a exegese da criação poética, a leitura proposta pelos acadêmicos (da qual teremos um exemplo na obra de Celio Magno) se pauta nesta chave interpretativa de uma sabedoria reencontrada. A poesia guarda este conhecimento antigo e, por isto, está acima de, e abraça, todos os demais campos do conhecimento, expressando a linguagem divina transmitida por meio do poeta, que a ela acede tomado pelo furor¹². Veremos como estas noções compõem a base sobre a qual Patrizi desenvolverá suas formulações acerca da história. Vasoli (1983, p. 452), de fato, afirma que esta linha neoplatônico-hermética fundamenta todo o projeto editorial da *Accademia*, uma espécie de “‘filosofia’ unificadora” para a “rica escolha de textos”. Bolzoni (1981, p. 83-4) não compactua com esta ideia, pois, em sua opinião,

Uma complexidade de propósitos, além de posições, me parece [...] caracterizar o clima cultural da *Accademia*. De resto, mesmo as suas escolhas editoriais não parecem remeter-se a um único filão, aristotélico, platônico ou neoplatônico. Por exemplo, encontramos, entre os livros publicados, alguns comentários a textos aristotélicos; entre as obras previstas, o *volgarizzamento* do *Timeu* de Platão [...]

¹¹ A este respeito, Battistini e Raimondi (1984, p. 70) vêem a academia como “uma instituição humanística que surge da necessidade de suprir o vazio deixado pela ausência de uma política da cultura ou de um trabalho produtivo que não seja somente aquele epidítico do cortesão. Os intelectuais que, fora da universidade, sentem a necessidade de se conhecerem e se reunirem, de estar juntos para buscar num espaço neutro uma identidade perdida de sujeitos autônomos, livres, ao menos aparentemente, dos vínculos do poder político e religioso, formam uma livre agregação de iguais dentro de uma esfera subtraída ao arbítrio das relações cotidianas, com a finalidade de reconstruir um estado ideal que bem cedo se torna uma hipótese normativa, praxe comum da classe culta”.

¹² Há referências, na *Somma delle Opere*, a edições de textos que prometem ser leituras de poetas como Petrarca, Dante e Ariosto, tendo como base um novo método, que é justamente este de, por meio da decodificação da linguagem e estrutura do poema, revelar-lhe os sentidos ocultos que se remetem à *prisca sapientia*. Bolzoni, num estudo mais recente, nos fornece o exemplo de um texto não publicado de Giacomo Tiepolo, mas escrito no âmbito das discussões da *Accademia* e dedicado a Badoer. Trata-se de *Il primo discorso sopra il Dante poeta*, em que “os versos iniciais da *Divina Comédia* tornam-se o pretexto para a construção de um mosaico de temas neoplatônicos, herméticos e cabalistas. A *selva oscura* de Dante, por exemplo, é interpretada como o caos (ou a primeira matéria). As árvores do Paraíso terreno, contudo, são “as árvores que conservam os frutos de ideias eternas e ilustres”. [...] Assim, o texto poético oferece um meio de se penetrar num mundo de verdades internas que o homem pode encontrar nas profundezas de seu próprio ser” (Bolzoni, 2001, p. 9).

De qualquer forma, ainda que seja provável encontrar uma espécie de sincretismo filosófico no interior da instituição, nos parece muito certo que esta se veja como continuadora – ou promotora – de ideias elaboradas pela *Accademia Platonica* de Ficino e das quais Patrizi, dentre todos os seus colegas acadêmicos, será o maior porta-voz.

Outro ponto salientado por alguns estudiosos é o caráter enciclopédico deste programa editorial¹³, o que os leva a relacioná-lo à iniciativa de uma outra academia que surgira no início do século XVI: a *Neoaccademia*, ou, como se tornou mais conhecida, a *Accademia Aldina*, com relação ao nome de seu fundador, Aldo Manuzio¹⁴. Um aspecto que as difere – embora tenhamos que levar em conta o intervalo de tempo entre suas atividades, além de diversos motivos que alteram a política editorial em Veneza –, é que a empresa de Manuzio teve, como proposta, colocar em circulação uma grande quantidade de textos clássicos, tanto gregos como latinos. Com o advento da *Accademia Veneziana*, grande ênfase será dada ao *volgarizzamento* de textos antigos e contemporâneos, assim como aos seus comentários.

Neste sentido, não podemos deixar de pensar na figura de Sperone Speroni. Acima, fizemos referência a suas visitas ao salão de Venier, quando de suas estadas em Veneza. Speroni foi a figura central da *Accademia degli Infiammati*¹⁵, fundada em Pádua em 1540 e extinta pouco mais de dez anos depois. Dentre seus frequentadores, se destacam nomes como Alessandro Piccolomini, Benedetto Varchi, Bernardino Tomitano, Daniele Barbaro, entre outros. Segundo Vasoli (1983, p. 438),

os *Infiammati* não se limitavam a ler e comentar Homero e Teócrito, Horácio e Virgílio, ou a propor para si mesmos aqueles temas relacionados à teoria da poesia e à expressão literária que foram tão típicos da madura cultura *cinquecentesca* italiana e européia; porque na *Accademia* eram tidas discussões sobre argumentos filosóficos e até mesmo teológicos, frequentemente sustentadas em vernáculo e com particular alusão ao problema do uso científico desta língua [...]

Com Speroni, a *Accademia degli Infiammati* teve um papel de grande relevância na difusão do pensamento aristotélico em *volgare*, nos moldes propostos por Pomponazzi, de quem foi discípulo. Tendo sido o uso da língua vernácula tema de alguns de seus diálogos¹⁶, é bastante provável que as ideias que sustentava tenham circulado entre os frequentadores de Ca' Venier. Ao traduzir os debates que ali se encenavam em programa cultural, os acadêmicos *della Fama* assumiram uma tarefa semelhante à dos *Infiammati*, embora em

¹³ Ver Rose (1969, p. 191); Vasoli (1983, p. 434) insiste sobre a conexão entre a instituição acadêmica e tendências enciclopédicas em alguns modelos que analisa em seu estudo, fazendo remontar sua origem à academia de Manuzio; Bolzoni (1980, p. 142-3), ao analisar a *Somma delle opere*, indica como o tema da completude está relacionado à noção de enciclopedismo, seja na forma de se organizar, em forma de catálogo e em ordem alfabética, o vasto repertório de escritos voltados a um determinado tema, seja numa forma de maior apelo visual, como as famosas “árvores” universais e particulares (influência da obra de Giulio Camillo Delminio) que, pela exposição esquemática do conteúdo, cumpre melhor sua função didática; em outro estudo (Bolzoni, 1981, p. 74), a estudiosa percebe que a própria organização interna da *Accademia* fornece as bases para sua concepção enciclopédica do saber.

¹⁴ Para uma noção do funcionamento, na prática, do programa editorial da *Accademia Aldina* (assim como do trabalho conjunto de Erasmo de Roterdã e Manuzio) é interessante a leitura do capítulo “Aldo Manuzio, Livreiro”, em Satué (2000, p. 143-172).

¹⁵ O estudo mais completo que encontramos sobre a *Accademia degli Infiammati* encontra-se em Vasoli (1983, p. 437-43).

¹⁶ É um dos temas centrais de seu *Dialogo della Istoria* (1542), sobre o qual falaremos adiante. Porém, no *Dialogo delle lingue* (1542), é o próprio Pomponazzi quem fará a defesa da língua vernácula.

chave neoplatônica e hermética, principalmente.

Promovida, portanto, em grande parte, pela própria intelectualidade aristocrática veneziana, de tal tarefa não se excluem fortes intenções de ação política. Embora seja bastante provável que o jovem e ambicioso Badoer já ansiasse pelo ingresso da *Accademia* nas questões do Estado, este propósito torna-se mais claro somente num segundo momento, em que surgem suas primeiras publicações, conduzidas “com empenho e experiência por Paolo Manuzio¹⁷, ainda que a vastidão e a amplitude das metas prefixadas não resistam à comparação com as efetivas realizações” (Pagan, 1974, p. 366).

Pagan pode estar se referindo ao exíguo número de títulos publicados, algo em torno de quarenta¹⁸, face aos mais de trezentos propostos. Pode ser que se refira, por outro lado, à aparente falta de uma diretriz quanto à prioridade das publicações que, contudo, parecem ter sido dadas ao prelo obedecendo a um fator extrínseco de seu programa editorial, que era captar a simpatia de um nome (ou grupo) ilustre. De fato, há por detrás das obras efetivamente publicadas, uma astuciosa política em busca de patronagem e divulgação do nome da instituição, que se baseava na escolha meticulosa de seus dedicatários. Rose (1969, p. 207-8) nos comprova o êxito desta estratégia, pelas cartas elogiosas recebidas do duque de Sabóia, de alguns proeminentes cardeais (das casas d’Este e Gonzaga, por exemplo) e, por fim, pela admiração de três papas: Paulo IV (Gian Pietro Carafa), Pio IV¹⁹ (Giovanni de’ Medici) e Pio V, que elogiara, numa carta, as atividades da *Accademia*, enquanto ainda era o cardeal Ghislieri.

A inserção da *Accademia Veneziana* na vida política da *Serenissima*

A esta “política de divulgação” externa corresponde uma não menos arrojada tentativa de participação bastante ativa na vida pública veneziana, das mais diversas formas. Já em 1558 (e aqui percebemos que o projeto inicial, sobre o qual Molino fizera menção a Tasso, começa a ganhar dimensões mais amplas), a *Accademia* propõe à *Signoria* veneziana que lhe conceda a incumbência de várias missões oficiais, sendo uma delas uma espécie de revisão das “*Historie di questo serenissimo Stato bisognoso di miglioramento [...] e tutte insieme orditanatamente congiungerle*”²⁰, o que podemos interpretar como uma reescritura da história da república. Além disto, a academia anseia se tornar o órgão oficial para a divulgação das leis sancionadas. De fato, uma cópia da *Somma delle Opere*, finamente preparada por Paolo Manuzio, é enviada ao doge Girolamo Priuli e tem uma excelente acolhida. Em maio de 1560, o Conselho dos Dez concede à *Accademia* o direito exclusivo de publicar os decretos da república. Interessante também é a proposta de formação do corpo administrativo e diplomático a serviço da *Signoria*, por meio de aulas públicas, o que nos faz pensar numa radical ampliação das discussões diárias tidas entre os acadêmicos e vinculadas aos mais diversos assuntos. Estas reuniões, obviamente, tenderiam a sair do

¹⁷ Filho de Aldo Manuzio e membro da *Accademia Veneziana*. É também um dos interlocutores do *Dialogo della Istoria* de Speroni, como veremos.

¹⁸ Cf. Rose (1969, p. 207).

¹⁹ Pio IV incentiva em Roma a criação de uma academia nos moldes da *Veneziana*: a *Accademia Notti Vaticane*, fundada por Carlo Borromeo, mas dirigida por dois ex-participantes daquela: o cardeal Bernardo Navagero e seu sobrinho, Agostino Valier (que será o interlocutor de Patrizi no oitavo dos *Dialoghi della historia*).

²⁰ In Pagan (1974, p. 366).

espaço circunscrito do *palazzo* de Badoer (sede da *Accademia*) e “ganhariam” a cidade, atraindo um público maior (embora mais heterogêneo).

À medida que aumenta o número de seus membros (em seu auge, a *Accademia* contará com cerca de cem nomes), mais abrangente se torna o plano de Badoer de intensificar sua relação com importantes centros intelectuais europeus²¹ e de relacionar o nome da instituição (e, conseqüentemente, o seu) ao da república. Até mesmo a estrutura como se organiza a academia se assemelha à das instituições públicas venezianas²². Obviamente, há um grande cuidado, por parte de Badoer, em traçar as linhas gerais por meio das quais ela funcionará. Contudo, poderes são delegados, e os diversos campos do conhecimento terão um lugar próprio, as *stanze* (já que diversos cômodos do *palazzo* eram destinados exclusivamente ao funcionamento da academia), cada uma ocupada e hierarquicamente gerida por membros afins àquela determinada disciplina. Há um momento em que as discussões e os interesses tornam-se comuns e, de fato, existem as reuniões diárias que são realizadas para debater os mais diversos assuntos²³. Por fim, o elemento mais “democrático” da instituição está ligado à política editorial, de que já falamos: nada se publicava sem o consentimento de todos os acadêmicos²⁴.

A breve duração do projeto de Badoer

É notável, porém, a abertura concedida pelas instituições políticas venezianas a um projeto tão ambicioso e particular como o de Badoer, ainda mais se levarmos em conta o quão zelosas se mostram as instâncias de poder em evitar que se dispense privilégios excessivamente a qualquer cidadão isoladamente. Em outro momento²⁵, analisamos uma componente do mito de Veneza – mas que, acreditamos, tenha sido uma forte marca da vida política da cidade –, que, podemos dizer, se define pela adoção de princípios que regulam a distribuição de cargos e honrarias, de modo a conservar relativamente homogênea a classe que acede ao poder.

O próprio Patrizi, em seu primeiro escrito, *La città Felice*, constrói sua ‘classe senhoril’ atendo-se a esta noção. Há uma absoluta interdição à elevação daqueles que

²¹ A *Accademia* mantém, principalmente, boas relações com intelectuais alemães e chega a enviar alguns títulos à feira de Frankfurt. Contudo, esta abertura às vias mais importantes do comércio livreiro rapidamente encontrará percalços. Veneza, é sabido, consegue defender sua posição (ou manter sua imagem) de território neutro, ou de mediadora, durante a crise religiosa e política do *Cinquecento*. Porém, esta posição tende a se debilitar nos últimos anos do Concílio e, no que diz respeito ao mercado editorial, as pressões de Roma se fazem sentir cada vez mais, e vários títulos que eram de interesse de homens de pensamento reformado terminam por desaparecer das prensas das oficinas. Bolzoni (1980, p. 163-6) analisa uma carta anônima (provavelmente escrita por Pier Paolo Vergerio) em que, de forma muito lúcida, são expostas as incompatibilidades entre duas atitudes mentais que agora se confrontam. A estudiosa nos afirma que, para o autor da carta, “os acadêmicos têm diante de si apenas dois caminhos praticáveis, igualmente inaceitáveis: o humanismo paganizante, que desnaturaliza o cristianismo, ou a violência anti-reformista da Inquisição” (Bolzoni, 1980, p. 164).

²² Benzoni (1978, p. 194-5; 2001, p. 87), em seus riquíssimos estudos sobre as academias italianas entre meados do século XVI e meados do XVII, tende a relacionar o fenômeno “academia” a uma imagem idealizada da corte. Acreditamos, contudo, que a *Accademia Veneziana* pretenda celebrar as instituições políticas da cidade a partir de sua estrutura e nas atividades às quais se dedica. O próprio Benzoni (2001, p. 90), ao analisar uma academia dos anos 40, a *Accademia dei Pellegrini*, observa o peso das instituições venezianas em seu funcionamento: “parece quase uma involuntária paródia da consolidada praxis diplomática da *Serenissima*”.

²³ A periodicidade das reuniões é um dos pontos que diferenciam a *Accademia Veneziana* da grande maioria das academias no período, e nos permite vê-la como uma instituição de intensa atividade intelectual. Segundo Benzoni (2001, p. 84), normalmente, as academias na Itália tinham reuniões semanais ou quinzenais.

²⁴ A estrutura da *Accademia Veneziana* é claramente exposta por Michele Maylender (1930, p. 441-3), ao reeditar o *Istrumento di deputazione sull'ordinamento dell'Accademia Venetiana*, escrito por Badoer em 1560, quando teve que se ausentar de Veneza por motivo de uma missão oficial.

²⁵ Ver Moraes (2005, p. 53-6).

se mostrarem precocemente aptos ao governo, pois, nas palavras do filósofo, “da prudência, parte vem da natureza e parte da experiência” (Patrizi, 2004, p. 117). Isto quer dizer que, mesmo que algum cidadão dê sinais, já na juventude, por suas qualidades naturais, de vir a ser um bom governante, o domínio total das virtudes que lhe são exigidas somente lhe ocorre numa idade *provecta*, sendo, por esta razão, impedido de governar. Devido a isto, os jovens, primeiramente, hão de “ser governados, a fim de que primeiro aprendam a ser regidos estes que hão de reger a outros” (idem). É preciso que haja tempo suficiente para que se complete uma espécie de processo formador que vai – concomitante ao aprendizado e interiorização graduais dos fundamentos mais estimados da república –, eliminando os indícios de uma potencial abertura ao desenvolvimento de uma personalidade mais desabrida.

O maior exemplo pode nos ser dado pela imagem do doge, como aquele que se destaca por melhor personificar os ideais de sua cidade, o que nos possibilita ver contemplada a noção de *unanimitas*, postulada por King (1986, p. 92): “a convergência de uma diversidade de necessidades e aspirações em um único anseio”. O equilíbrio desta imagem se efetiva por meio da restrição da liberdade individual, ou, talvez, numa noção de liberdade em que ser livre signifique ter à mão todos os requisitos para servir à república, pois tal noção é motivo de louvor entre os venezianos, que a vêem como um dos fundamentos de sua cidade. A ascensão de um indivíduo a um posto honorífico como o dogado, depende exclusivamente de seus méritos pessoais, que consistem na condição de ele ter internalizado, da maneira mais profunda, as aspirações da coletividade.

O caso de Badoer, portanto, é intrigante, ainda mais quando levamos em consideração alguns fatos ocorridos em 1560. Em julho, Badoer requer a transferência da *Accademia* de seu *palazzo* para o *Vestibolo* da Biblioteca Marciana²⁶, cujo teto havia sido recentemente pintado por Tiziano. A resposta dos Procuradores de San Marco é imediata:

[...] considerata la supp.ne [súplica] et offerte del Nobelhomo S. Federigo Badoer, Fondator della Accademia Venetiana, et essendo la sua intentione et le operationi sue degne de esser favorite per el beneficio et ornamento che ne riceverà il publico et particolarmente la nobiltà, [...] terminando tutti unanimi hanno terminato che per questa cosi virtuosa impresa li sia a beneplácito di sue Cl.e e S.e conceduto il vestibolo nel qual possa farsi le congregationi di tanti litterati huomeni con quei virtuosi modo che sonno fin’hora stati fatti et cosi comando che fosse annotato²⁷.

Outro ponto interessante da *Supplica* é a afirmação de Badoer de que

havendo ad essa academia con la voluntà del Seren.mo Principe li Clariss. mi Sig.ri Proveditori supra le fabriche del palazzo fatto una terminatione in scrittura, che da essa sia fatto uno aparato di quelle inventioni di pitture da

²⁶ Cf. Bolzoni (1980, p. 154), o *Vestibolo* era, na época, “‘Sala di lettori’”, isto é, uma sala para conferências, lugar de formação para os jovens patrícios venezianos.”

²⁷ A decisão dos Procuradores, assim como a petição de Badoer foram editadas na íntegra, como apêndice do estudo de Rose (1969, p. 228-234; o trecho citado está à p. 234).

esser poste nel luogo inanzi le porte dell'Ill.mo Collegio e Senato, Cons.o di X, e la Cancellaria, et datole il carico parimente ch'ella dovesse parimente far elletione del pittore, ha risoluto in scrittura la più bella invention e di maggior ornamento a questo Seren.mo stato ch'altra fosse mai fatta, non pur in questa città, ma in ogni altra del mondo, considerata la materia appartenente a significar la prova del reggere Christianamente, virtuosamente con sicurtà e splendor un stato (ibidem, p. 230).

Como se percebe, a influência de Badoer atinge seu ponto culminante nestes meados de 1560, momento em que Patrizi publica os *Dialoghi*. Porta-voz de um grupo já numeroso de intelectuais, políticos e patrícios venezianos, Badoer parece ter conseguido dobrar os interesses da *Serenissima* aos seus próprios interesses ou, pelo menos, fazê-los coincidirem. Impossível não pensar que fora construída toda uma trajetória com vistas ao dogado e de que, neste ponto, tal anseio podia estar prestes a se efetivar.

Não deixa de surpreender, portanto, a constatação da perda progressiva e cada vez mais rápida de todas as conquistas alcançadas pela *Accademia*. Apostolo Zeno, mais de um século depois, afirmará que “l’idea di questa accademia era nobile e da sovrano, cominciò con molto strepito e salí a passi da gigante in alta reputatione”²⁸. Luca Contile, um de seus mais ativos participantes, envolto em certo mistério, prevê seu fim ainda a 4 de fevereiro de 1560: “Si è ritrovato Messer Federico Baduaro aver fatto sotto il nome di questa honoratissima adunanza, cosa che gli torrà per giustizia l’honore, et forse la vita”²⁹.

A afirmação de Zeno é interessante, pois comprova que a *Accademia* continuou a gozar de certa reputação mesmo depois de o Senado ordenar seu fechamento, em 19 de agosto de 1561, e até mesmo proibir que fosse feita qualquer alusão ao seu nome em documentos oficiais³⁰. Por outro lado, a de Contile nos confirma uma componente ousada no plano de Badoer, e que os riscos tomados comprometiam tudo o que já havia sido construído no momento mesmo em que os êxitos do programa alcançavam seu auge.

A causa mais aventada para o colapso da academia refere-se às avultadas dívidas contraídas por Badoer em nome da instituição. Rose (1969, p. 212-4) nos oferece detalhes do montante aplicado para o seu pleno funcionamento e as cifras são admiráveis. Badoer jamais se abstinha de pagar o melhor que podia àqueles que se dedicavam à academia, assim como grande era a preocupação quanto a todas as etapas da editoração dos livros, como percebemos nos documentos que regem as atividades ali desenvolvidas, mas também nas petições feitas ao governo veneziano. Um dos “préstimos” postos à disposição da república pela *Accademia* era receber as visitas ilustres que ali iam ter. Isto também nos ajuda a formar uma ideia do quanto Badoer estava disposto a despender para alcançar o mais elevado reconhecimento para si e para a corporação que liderava.

Não há dúvida de que a bancarrota sofrida pelo nobre veneziano tenha sido muito grave e, em muitos casos, constrangedora para o poder público veneziano, visto que a

²⁸ Zeno apud Benzoni (1978, p. 194-5).

²⁹ Contile apud Bolzoni (1981, p. 86).

³⁰ Rose (1969, p. 214) nos afirma que o “voto do Senado foi unânime (138 a favor, 0 contra, 0 abstenções): “o título de *Accademia Venetiana* está proibido, e nenhum outro nome público poderá ser usado para projetos pessoais” (grifo nosso). Francesco Sansovino publica, ainda em 1561, *Cose notabili che sono in Venetia*, e nenhuma referência é feita à *Accademia Veneziana* (cf. Bolzoni, 1981, p. 86-7).

Accademia portava consigo o nome da cidade e, talvez, possa ter sido vista como uma instituição oficial do Estado, nos mesmos moldes que a *Accademia Fiorentina* havia sido incorporada ao programa político mediceu. Na verdade, esta parecia ser a tendência, caso fossem contornados tais imprevistos.

Contudo, a imagem de Badoer era por demais influente e seu projeto já havia conquistado o apoio e a proteção de vários centros intelectuais, tanto na Itália quanto em outros países. Nem todos os estudiosos parecem concordar, uma vez que não se aprofundam neste aspecto do problema, mas há um viés político, em nada irrelevante, para a condenação de Badoer à prisão (inclusive com o uso da tortura, se se fizesse necessário) e o tratamento tão rígido em relação à *Accademia* (e, como deduzimos, a quaisquer outros programas que pudessem surgir de forma semelhante).

Acreditamos que os triunfos pessoais de seu patrono, assim como seu crescente prestígio e influência possam ter incomodado (ou surpreendido) alguns venezianos zelosos em manter uma certa homogeneidade na concessão de privilégios aos cidadãos mais insígnies, como já dissemos anteriormente.

Porém, outro fator que não pode ser ignorado é o significado e a abrangência do programa cultural sustentado pela *Accademia*. Ele surge ainda no momento em que o ideal humanista de uma república de homens eruditos, acima de restrições político-geográficas ou religiosas, ainda se mostra possível (ou crível) num ambiente pouco receptivo às crescentes pressões de Roma. Dizendo de outra forma, retomando alguns pressupostos defendidos por Bouwsma, Veneza jamais cede a preeminência de sua liberdade política aos rigores impostos pela Igreja num período de crise religiosa. Esta defesa de sua liberdade se mantém, até certo ponto, no campo da cultura. Porém, como Bouwsma mesmo afirma, é com o círculo intelectual de Patrizi que Veneza começa “a fazer parte do mundo temporal” (Bouwsma, 1984, p. 164), e se torna cada vez mais debilitada aquela imagem idealizada que seu mito proporciona.

A *Accademia* é, portanto, num momento, defensora de um certo ideal irenista de unificação do saber e do livre convívio intelectual a nível europeu, tendo que afrontar, num momento imediatamente posterior, a realidade que se instaura a partir da cisão religiosa. Parece não haver conciliação possível e, se os acadêmicos sonham com o mundo reformado como espaço de diálogo e, em termos mais práticos, o mercado editorial alemão como meio de difusão de suas ideias, basta uma carta vinda do exterior, contestando-lhes o caráter ecumênico de seu programa e negando-lhes abertura em certos campos (teologia e política, principalmente), para alertá-los de que há muita veleidade em suas aspirações.

O cenário em Veneza, com o passar do tempo, tampouco se mostra auspicioso. Num momento em que a Igreja da Contra-Reforma começa a insurgir-se mais fortemente contra seus opositores, às vésperas da primeira lista do *Index* (1559) e pouco antes da decisiva reunião do Concílio de Trento (1562-3), a *Accademia* conserva uma atmosfera de significativa tolerância religiosa, abrigando ou mantendo vínculos com vários intelectuais de pensamento não ortodoxo³¹. Contudo, não basta que a academia cultive a tolerância

³¹ Cf. Rinaldi (2001, p. 13), “A orientação religiosa dos intelectuais vênéticos que se reuniam em torno desta *Accademia* era aberta às ideias da Reforma: entre os seus membros figuravam, de fato, Bernardo Tasso, uma vez secretário de Renata da França quando de sua permanência na

dentro de seus muros, se ela, cada vez mais raramente, encontra eco na vida pública, ainda mais quando a atuação na esfera pública faz parte de seu programa. Como afirma Benzoni (1978, p. 195),

a falência do incauto promotor foi, também, uma derrota eloquente para as remanescentes ilusões quanto a uma cultura autônoma, voltada, ao mesmo tempo, à projeção da própria sapiência no ambiente circunstante. [...] Nada de semelhante será tentado novamente, nem em Veneza, nem na Itália.

A asserção de Benzoni coloca uma questão importante para nossa análise. Tendo inserido quase que por completo a instituição “academia” no ambiente intelectual que se instaura com o advento do pensamento contra-reformista, a noção que formula é a de um tipo de associação à margem do poder, caracterizado, sobretudo, por uma eloquência vazia, pela estagnação intelectual. A atitude do acadêmico é a de conformação ao mundo, e não de confronto, insatisfação e, conseqüentemente, de sugestão de mudanças. Sem uma colocação junto às instâncias do poder, o homem culto se congrega com seus pares, como forma de evitar o ócio, num trabalho que, todavia, resulta inútil.

Como vimos, o caso da *Accademia Veneziana* dificilmente se adéqua a esta imagem. Sua breve existência se situa num momento em que um novo quadro histórico rapidamente se compõe. Surge como a expressão de um ideal humanista universalizante, tanto em sua concepção de homem quanto na organização de um saber enciclopédico, e se encerra quando este ideal agoniza. Portanto, não se “conforma” a este quadro, antes, se esfacela quando ainda estão sendo traçadas suas linhas gerais e, por isto, deve ser tratado como um caso particular.

Francesco Patrizi e a *Accademia Veneziana*

É provável que a inscrição de Patrizi junto à *Accademia* tenha se dado por volta de outubro de 1558. Em agosto de 1559, seu nome constava da lista de signatários dos *Capitoli e conventioni fatte e sottoscritte di propria mano da alcuni de' signori academici*, mas não do *Instrumento di deputazione, & c. di Federico Badoero*, assinado em dezembro de 1560. De qualquer forma, sabemos que nesta data Patrizi já se preparava para assumir seu cargo de governador em Chipre e, portanto, o afastamento de suas funções entre os acadêmicos era inevitável. Durante o tempo em que ali esteve, o jovem filósofo fez alguns

corte estense; Francesco Patrizi, que trazia consigo a suspeita de heterodoxia que circundava sua família; Ludovico Castelvetro, o célebre expositor da poética aristotélica, que tinha relações com a cultura protestante.” Em relação à “heresia” de Patrizi, à parte sua relação de simpatia com o clima intelectual da Basileia, algumas breves considerações: desde seus primeiros escritos, o filósofo elabora uma linha de pensamento pontilhada de elementos não ortodoxos, embora muito mais contidos no âmbito da filosofia que no da religião. Tal ideia, ele mesmo a explicita numa carta de 1562: “Quanto à fé cristã, creio-me dela ser muito bem provido, e caso fosse forçado a errar, e se me fosse concedido poder escolher entre dois erros, escolheria sempre errar em espírito filosófico e no manual de Epiteto, que podem me tornar bom e contemplativo, do que com o Espírito Santo de Lutero, incapaz de fazer alguém tornar-se bom, e que conduz à perda da saúde” (In Vasoli, 1989, p. 131). De fato, a sua crítica será direcionada à dívida da Igreja para com o pensamento e método aristotélicos, tomando-lhes como sua filosofia oficial. É na tentativa de propor uma nova filosofia que a suplante, mas tudo isto no seio da própria Igreja, que Patrizi vislumbra a possibilidade de “errare”. E este “erro” se dará em 1592, com a publicação de *Nova de universis philosophia* que, cinco anos mais tarde, será condenada pela Congregação do Index.

trabalhos de editoração: preparou e comentou as *Rime* de Luca Contile e o segundo tomo das *Opere* de Giulio Camillo Delminio, cuja *Idea del Teatro*, publicada há menos de dez anos, é um texto fundamental para a compreensão do enciclopedismo proposto pelo círculo de Badoer, além de elucidar alguns pontos da obra patriziana.

O mais importante, porém, é ressaltar a influência deste ambiente e das discussões ali ocorridas na gênese de sua “empresa de toda a eloquência”. A maior parte dos *Dialoghi della historia* se passa em Veneza. A única possível exceção é o décimo diálogo, composto por uma fala de Patrizi, em que se insere um outro diálogo que ele recorda ter ocorrido quando de seu retorno de Cherso, numa noite em que se hospedara em Bologna. Contudo, quanto ao “diálogo” que emoldura este, nada sabemos de seu interlocutor, nem do lugar em que se encontram. Como os outros, é possível que seja em Veneza.

Os protagonistas dos *Dialoghi* são, na maioria, jovens intelectuais, pertencentes ao patriciado, relacionados, direta ou indiretamente, à *Accademia*³². Dos dez interlocutores principais, conseguimos verificar que seis são mencionados em um ou mais documentos relacionados à instituição. Acreditamos que esta seja uma boa amostra, uma vez que os nomes mencionados ou as assinaturas sempre se referem àqueles acadêmicos que tinham uma função definida ou estavam vinculados a alguma atividade editorial. Tendo em vista que o número de frequentadores chegou a alcançar a casa da centena, é muito provável que Patrizi tenha conhecido boa parte de seus interlocutores enquanto também era membro.

O tema central dos *Dialoghi*, assim como a posição intelectual que o elabora, se ajustam perfeitamente às questões propostas pela *Accademia*. Dentro de seu abrangente programa de organização dos vários campos do conhecimento, ganha relevo a questão de se situar e se definir cada disciplina que o compõe, identificando os nexos existentes entre uma e outra e atribuindo-lhe as especificidades que as tornam autônomas dentro do todo. A história, disciplina aqui em questão, trazia para esta reflexão uma questão polêmica. Dentro de uma concepção neoplatônica, em que pesa o reportar-se, ou orientar-se, rumo a uma verdade eterna, transmitida de forma cifrada após a queda do homem, a história, sua compreensão e sua escrita, devem traduzir esta busca pela verdade no campo da experiência humana. Daí o choque com uma concepção de história que se apresenta como exercício retórico, um instrumento de celebração ou de formação moral que o primeiro humanismo estabelecera.

A centralidade do tema da história pode também ser percebida de forma mais direta pela própria proposta avançada pela *Accademia* de ocupar-se da historiografia oficial da *Serenissima*. A instituição de um cargo oficial para os *storici pubblici* se dá em fins do século XV (mais precisamente, 1486), com a aprovação, por parte do Senado, da obra de Marco Antonio Sabellico, a quem sucederam Andrea Navagero e ninguém menos que Pietro Bembo. Em linhas gerais, também se trata de uma historiografia celebrativa, que ainda persistiria em Veneza até por volta da década de 1550, quando Florença, por exemplo, já havia testemunhado as interpretações mais “realistas” de um Maquiavel ou um Guicciardini.

³² O maior exemplo é Leonardo Donà. Ligado, na juventude, à *Accademia*, sob a influência de seu “programa de renovação cultural”, torna-se um dos líderes (juntamente com Badoer, que volta à cena política em 1582) dos *giovani*, um movimento de reforma administrativa que culmina com a sua eleição para o dogado, em 1606. Donà é um dos interlocutores do nono diálogo *della historia*.

O que Gaetano Cozzi (1963-1964, p. 221) afirma sobre Sabellico pode, de certa forma, ser estendido à publicística historiográfica veneziana: a *Signoria* admirava

o estilo áulico, pomposo, maciço, aquele manto literário que revestia os fatos e as personagens; apreciava, sobretudo, sua maneira de modelar a história veneziana como um monumento onde resplandeciam os mitos da glória e da liberdade. Considerava-se que, assim, nesta sua solidez encomiástica, a historiografia [...] correspondesse às atuais exigências da República, acompanhasse sua ação política, estimulasse o orgulho dos venezianos e suscitasse a admiração dos outros povos.

Outro nome ligado à historiografia oficial do período é o de Daniele Barbaro, “desde 1556 patriarca da Aquileia, um patricio que já se havia afirmado por suas atividades político-diplomáticas e por seus estudos de filosofia, eloquência e arquitetura” (Cozzi, 1963-1964, p. 237). Já o mencionamos anteriormente como amigo de juventude de Badoer e intelectual ligado ao núcleo que deu origem à *Accademia Veneziana*. Em 1560, apresentou ao Conselho dos Dez os primeiros capítulos de uma *Storia veneta*, cuja composição muito em breve abandonaria, preferindo dedicar-se a seus escritos de teor religioso. Contudo, alguns elementos indicados pela análise de Cozzi nos fornecem mais um exemplo da mudança que estava se operando no campo da concepção historiográfica em Veneza:

O trabalho não deve ter agradado [ao Conselho]. Antes, apresentava-se com uma impostação mais compacta, mais orgânica, mais incisiva, mais penetrante nos acontecimentos políticos e nos retratos das personagens do que a obra de Bembo. A sua prosa “volgare” era, porém, mais enxuta, rápida, sem indulgências estilísticas e retóricas, e seu tom, franco e frequentemente polêmico. Barbaro atacava [...] duramente Júlio II e Leão X, pondo em relevo a dissimulação deste e a “insaciável vontade de reinar” do primeiro; [...] parecia colocar sobre o mesmo plano o papa e o Turco, como inimigos da tranquilidade veneziana [...] (idem)

Uma análise mais pontual da relação entre o historiador e o poder, e do compromisso que assume com sua obra historiográfica em relação à situação histórica tomada como objeto de sua reflexão, são elementos que subjazem aos *Dialoghi* de Patrizi, ainda que em várias passagens possamos encontrar traços característicos do mito de Veneza, como, por exemplo, o elogio, feito por Nicolò Zeno no sexto diálogo, a suas instituições políticas, que compõem uma junção perfeita das três melhores formas de governo postuladas pelos antigos. Mas, de fato, não é estranha aos *Dialoghi* uma atitude de inconformismo em relação aos métodos humanísticos de abordagem da história, de base aristotélico-ciceroniana, tanto os que se expressam na produção historiográfica do Vêneto quanto os que, teoricamente, haviam sido elaborados em Pádua, há menos de duas décadas, por Sperone Speroni e Francesco Robortello.

Portanto, para o jovem filósofo, a *Accademia* serviu como meio de corroboração de

seu pensamento ainda em formação e nem sempre ortodoxo, e seu ambiente intelectual, um estímulo ao amadurecimento de ideias que irão se perpetuar em seus escritos posteriores. Sua imagem como sucessora das proposições de filiação platônica, legadas pelo círculo intelectual de Ficino, é bastante evidente e sempre salientada por seus estudiosos. Na segunda metade do *Cinquecento*, Patrizi será um dos expoentes deste neoplatonismo³³, afirmando-o em diversos campos do saber, seja nas reflexões sobre a criação poética, lendo Ariosto pela chave da *prisca sapientia*, do poeta invadido pelo furor divino, expressando veladamente uma sabedoria antiga; seja no campo da exegese filosófica, pela polêmica contra Aristóteles em suas *Discussiones peripateticae*; seja na *impresa di tutta l'eloquenza*, em que busca restabelecer o vínculo entre linguagem humana e linguagem divina ou, como às vezes costuma afirmar (seguindo de perto Francesco Giorgio Veneto e Giulio Camillo Delminio), entre o mundo menor e o maior, numa abordagem em que são redefinidas as relações existentes entre filosofia, história e retórica.

Contudo, por trás desta posição filosófica que mais se ressalta, há um outro elemento que não deve ser negligenciado. Com Patrizi, o intelectual neoplatônico não se distancia dos assuntos que envolvem a comunidade política de que faz parte, e neste ponto talvez resida a maior contribuição da *Accademia della Fama* para o pensamento patriziano.

Referências Bibliográficas

BATTISTINI, Andrea & RAIMONDI, Ezio. "Retoriche e poetiche dominanti". In: ROSA, Alberto Asor (ed.). **Letteratura Italiana Einaudi, vol. III – Le forme del testo. Teoria e prosa.** Torino: Einaudi, 1984.

BENZONI, Gino. **Del dialogo, del silenzio e di altro.** Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2001.
 _____. **Gli affanni della cultura – Intellettuali e potere nell'Italia della Controriforma e Barocca.** Milano: Giacomo Feltrinelli Editore, 1978.

BOLZONI, Lina. "Il 'Badoaro' di Francesco Patrizi e l'Accademia Veneziana della Fama" In: **Giornale Storico della Letteratura Italiana.** Vol. CLVIII, Anno XCVIII, Fasc. 501. Torino: Loescher Editore, 1981.

_____. "L'Accademia Veneziana: splendore e decadenza di una utopia enciclopédica" In: BOEHM, Laetitia & RAIMONDI, Ezio (ed.). **Università, Accademie e Società scientifiche in Italia e in Germania dal Cinquecento al Settecento. Atti della settimana di studio, 15-20 settembre 1980.** Bologna: Il Mulino, 1981.

_____. "Making Knowledge Visible: The *Accademia Veneziana*" in **The Gallery of Memory – Literary and Iconographic Models in the Age of the Printing Press.** Trad. Jeremy Parzen. Toronto: Toronto University Press, 2001.

_____. **L'universo dei poemi possibili – studi su Francesco Patrizi da Cherso.**

³³ E, de fato, goza deste reconhecimento em sua própria época. Primeiramente, pelos cargos que ocupou em Ferrara e Roma, como professor de filosofia platônica. Além disto, dada sua filiação ao pensamento ficiniano, pôde estabelecer uma relação amistosa também com alguns intelectuais ligados à *Accademia Fiorentina*, de forte matriz platonizante.

Roma: Bulzoni, 1980.

BOUWSMA, William J. **Venice and the Defense of Republican Liberty – Renaissance Values in the Age of the Counter Reformation**. Berkeley: University of California Press, 1984.

COZZI, Gaetano. "Cultura politica e religione nella "pubblica storiografia" veneziana del '500" In: **Bollettino dell'Istituto di Storia della Società e dello Stato Veneziano**. Firenze: Casa Editrice Leo S. Olschki, 1963-1964.

KING, Margaret L. **Venetian Humanism in an Age of Patrician Dominance**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

MARTIN, John. **Venice's Hidden Enemies: Italian Heretics in a Renaissance City**. Los Angeles: University of California, 1993.

MAYLENDER, Michele. **Storia delle Accademie d'Italia**. Voll. V. Bologna: 1930.

MORAES, Helvio. "Percorrendo a *Cidade Feliz*: uma leitura da utopia patriziana". **Morus – Utopia e Renascimento**, n° 2. Campinas: Gráfica Central da Unicamp, 2005.

PAGAN, Pietro. "Sulla Accademia "Venetiana" o della "Fama". **Atti dell'Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti**, Tomo CXXXII. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 1974.

PATRIZI, Francesco. "A *Cidade Feliz*" in MORAES, Helvio. "A *Cidade Feliz*: a utopia aristocrática de Francesco Patrizi". **Morus – Utopia e Renascimento**, n° 1. Campinas: Gráfica Central da Unicamp, 2004.

_____. **Della historia dieci dialoghi di M. Francesco Patritio ne' quali si ragiona di tutte le cose appartenenti all'history, & allo scriverla, & all'osservarla**. Venetia, MDLX.

_____. **Lettere ed opuscoli inediti**. ed. Danilo Aguzzi Barbagli. Firenze: Istituto Nazionale di Studi sul Rinascimento, 1975.

RINALDI, Micaela. **Torquato Tasso e Francesco Patrizi – Tra polemiche letterarie e incontri intellettuali**. Ravenna: Longo Editore, 2001.

ROSE, Paul Laurence. "**The Accademia Venetiana – Science and Culture in Renaissance Venice**". *Studi Veneziani*, XI. Firenze: Leo S. Olschki, 1969.

SATUÉ, Enric. **Aldo Manuzio – Editor. Tipógrafo. Livreiro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

TIRABOSCHI, Girolamo. **Storia della Letteratura Italiana**. Vol. X, Tomo VII. Venezia: Tipografia Molinari, 1823.

VASOLI, Cesare. "Le Accademie fra Cinquecento e Seicento e il loro ruolo nella storia della tradizione enciclopedica" In: **Immagini umanistiche**. Napoli: Morano, 1983.

_____. **Francesco Patrizi da Cherso**. Roma: Bulzoni, 1989.



CONTOS MATO-GROSSENSES PUBLICADOS EM JORNAIS

Madalena Machado¹

Resumo: Contistas mato-grossenses delimitam o espaço da literatura na publicação de suas narrativas em jornais. O teor dos textos bem como o trabalho de arranjo literário demonstra a dimensão humana captada na sociedade de Mato Grosso no início do século XX. Nosso artigo pretende pensar a literatura produzida naquela época como um painel da vida mato-grossense daquele período e o quanto aquelas narrativas são singularizadas pelo conto, presente de forma cotidiana nos jornais *A Cruz* e *O Mato Grosso*.

Palavras-chave: Contos; Jornais; Mato Grosso; Estilo.

Abstract: The mato-grossenses story-writers delimit the literature space on the publication of their narratives in newspapers. The content of texts as well as the work of setting literary demonstrate the human dimension abstracted in society of Mato Grosso at the beginning of the twentieth century. Our article intends thinking the literature produced at that time as a mato-grossense life panel of that period and how those narratives are remarkable by tale, present on a daily way in the newspapers *A Cruz* and *O Mato Grosso*.

Keywords: Tales; Newspapers; Mato Grosso; Style;

A forma narrativa do conto propicia explorar a realidade sob uma perspectiva desvinculada da obrigatoriedade em seguir padrões rígidos. Narrativa que acompanhou a evolução da imprensa e publicações periódicas, o conto por meio da particularização de seu conflito tende a captar a individualidade. Assim, à medida que o modo de vida prosaico da sociedade foi ganhando mais espaço na literatura, foi o conto que traduziu anseios, vinculou o lado pragmático da vida cotidiana na expressão literária publicada em jornais. Com o desfacelamento do enredo observado no romance, o jeito de contar a vida se firma pela aproximação da dimensão poética. Percepções, sentimentos captados nos contos procuram dar conta desse uso cotidiano da palavra no qual as publicações diárias disseminaram. Um exemplo de tal premissa são os contos de Severino Queirós (1893-?) publicados em Cuiabá no jornal *A Cruz*, fundado em 1910 tendo colaborado de 1926 a 1931. As narrativas revelam uma faceta da literatura mato-grossense pouco conhecida do grande público.

¹ Doutora em Letras/Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e docente do PPGEL/UNEMAT.

Em “O cangaceiro arrependido” (1928) temos a ficcionalização de um episódio histórico no Brasil do início do século XX, o cangaço. Narrado em tom autobiográfico, a visão que se oferece é a oficial: o cangaço como sendo um bando de malfeitores que apavorava o interior do Nordeste, roubando e matando principalmente nas fazendas da região. O narrador conta de quando era criança, num dia chuvoso o pai deu abrigo a um cavaleiro desconhecido. Ele e as outras crianças de longe começaram a fazer conjectura de que o homem deveria ser um cangaceiro e quando ele desatrela o cavalo, deixa à mostra suas armas, as crianças se aterrorizaram. O pai então conversa com o recém-chegado ao que confirma as suspeitas pela confissão do homem. Este pede proteção, pois se diz arrependido de todos os males praticados, por isso abandonou o grupo e por tal motivo se vê perseguido duplamente. O pai do narrador por ver sinceridade nas palavras do cavaleiro, lhe oferece abrigo e no resto da noite ouve as palavras de seu interlocutor. Este lhe conta uma visão que teve de uma santa a qual lhe fez ver todos os males praticados e que ainda era tempo de se arrepender. Depois tira as armas, deposita na mesa um maço de notas dizendo para ser entregue à Santa Casa de Misericórdia para auxílio dos pobres. Um ano se passa quando o narrador relata que a família fica sabendo notícias de Felisberto Antão, agora um próspero proprietário de um engenho de açúcar. Por fim, o leitor fica sabendo que o homem era o Relâmpago, um dos cangaceiros mais famosos dispersos do bando do lendário Lampião. O valor moral fica nítido ao final da narrativa com o conselho: “Regenerai-vos todos, ó malfeitores!!!”

“Chico Palhaço e a Caveira” (1928) é um conto concentrado na vida de Joaquim da Aldeia e seu ajudante na roça, Chico Palhaço. À noite este entretia a todos contando suas anedotas no que era acompanhado pelo patrão, um espécie de líder dos moradores da redondeza. Geralmente nos sábados e domingos as reuniões eram compostas por tocadores de sanfona e violão que faziam desafios cantados nas ocasiões. Era a diversão daquelas pessoas sofridas pelo trabalho penoso no campo. Na véspera do dia de São Pedro, em 1915, havia uma grande festa em honra ao santo na casa de Joaquim da Aldeia; ali os repentistas Manecão e Janjão eram incentivados pelos aplausos e o desafio se estendia sem que eles se cansassem. Do desafio passou-se ao insulto entre os antigos companheiros ao que já se previa uma briga de graves consequências aos cantadores bem como para a respeitabilidade do dono da casa. A inquietação dos assistentes chega até Joaquim da Aldeia no intuito deste intervir, o que de nada serviu, levando este às lágrimas por ver seu prestígio ruir, seguido no choro por Chico Palhaço ao ver seu patrão naquele estado. A subserviência levava-o a fazer tudo para agradar Joaquim da Aldeia e quando este já não sabia mais o que fazer pediu a Chico que fosse até onde os repentistas estavam e inventasse qualquer história que fizesse rir a todos. O empregado perguntou se podia mentir, o outro consentiu inclusive formalizando que o apoiaria qualquer que fosse a história e o resultado desta. Pegou na cozinha uma cabeça de caprino espetada na parede, foi até o lugar onde os homens se desafiavam e inventou que tinha ido ao cemitério de onde trouxe aquela caveira cujo dono vinha vindo gritando, é minha, é minha! Chico atirou o embrulho no meio da sala causando enorme alvoroço e esvaziamento da sala, seguido de uma enorme gargalhada por causa de sua enorme mentira.

No conto “O doutor raiz” (1931), Severino de Queirós explora a crença popular. Dois amigos de infância se encontram já adultos, um movido pela cultura erudita e outro sem estudos, denominado João Cego. Este falava de suas curas atribuindo-as o adjetivo de “maravilhosas”, enquanto o narrador usando de um tom solene, tenta levar a conversa num nível em que seu convidado não se sentisse diminuído. Chamando-o pelo nome de batismo, logo foi avisado que seu amigo gostava do pomposo atributo de Dr. raiz, ao que usou sem receio. O interlocutor culto ouve as histórias milagrosas do médico das plantas e folhas, rebatendo-o com conselhos para abandonar tal curandeirismo, o tom é de superioridade. O desfecho acontece com a saída do cego indignado com tamanha falta de respeito pelo seu ofício, reconhecido por todos da região como o único médico do lugar.

“A vida do criminoso” (1927) no jornal **A cruz** trata da fuga de um homem que cometeu toda espécie de crime e se vê perseguido por todos os lados, até lhe vir a ideia de suicídio. Ao pé de uma árvore pensa em cometer tal ato quando lhe surge a imagem de uma espécie de anjo, seguida de outra esquelética lembrando a imagem da morte. Assim, de um tormento ao outro pela recordação das atrocidades cometidas, o criminoso chega ao arrependimento, pede perdão a Deus e se entrega à justiça dos homens. Embora lhe custe deixar a esposa, os filhos, os velhos pais, enfim sua família e a cidade onde viveu sua infância, o fim da vida fugidia foi mais importante. O encerramento do conto se dá por um tom moralista em que o narrador exorta os homens a viver longe da criminalidade.

Em “A trovoada” (1927) no jornal **A cruz**, Severino Queirós investe no valor religioso e moral da história narrada. À tarde de um dia comum, o narrador e seu irmão Dino são surpreendidos por uma tempestade quando estavam caçando rolas e seus ninhos. A chuva torrencial acompanhada por forte trovoada fez os dois temerem encontrar a morte ali, longe de sua casa e dos pais. Começaram a rezar a oração para a tempestade que a mãe lhes havia ensinado, assim, depois de muita água e medo, encerrado o temporal, ainda faltava um último obstáculo: o riacho a transpor que com a chuva ficou maior e quase impossível atravessar. O elemento religioso se faz presente mais uma vez quando gritaram por socorro, eles foram logo atendidos ao observarem do outro lado da margem a mãe acompanhada do pai a acenarem para os filhos, ao mesmo tempo em que louvavam a Deus. Chorando de alegria, antes de desfrutarem da sopa que lhes esperavam foram ao quarto agradecer à virgem Maria no oratório. Demonstração da fé dos pais e das crianças que segundo o narrador foi responsável pela salvação.

Temos uma visão política e patriótica no conto “O grande perigo” (1930) em que Severino de Queirós usa a voz narrativa em diálogo com o amigo Fidelis para discutir o que vem a ser o mal do Brasil naquele período de revoluções. A narrativa é enfática em afirmar e defender por meio dos diálogos ali presentes que o excesso de liberdade, a reivindicação dos direitos pela juventude e a pregação comunista degeneram não só o presente como o futuro da nação brasileira. O revolucionário Luís Carlos Prestes é citado como mau exemplo à juventude brasileira que, mesmo do exílio escreve seus manifestos incitando os jovens à contestação. Para o narrador, o atraso do país é evidente já que as nações desenvolvidas como França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos haviam extirpado o que arrasou a Rússia, o Brasil cedia à voragem da desordem e do crime. No final o narrador exorta o valor

religioso do povo recorrendo a Deus para livrar a nação do que ele considera uma peste.

“A inveja” (1927) é um conto que faz uma releitura de três histórias bíblicas: os episódios de Caim e Abel, Esaú e Jacó e a passagem do filho pródigo. A história contada por Severino de Queirós trata da vida de Amadeu e Diogo Aranha, irmãos cuja família tem um passado de trabalho e honestidade. Na ótica de Amadeu, o mais velho, o irmão além de contar com a proteção divina, tinha sorte e progredia a olhos vistos. Quando a narrativa inicia, Amadeu recém-saído da cadeia, depois de perder dinheiro em bebedeira e jogatina, decide procurar o irmão dono de uma fazenda onde ele podia encontrar abrigo e trabalho. Começa no caminho do bem até ser tomado pela inveja quando percebe que o irmão progredia mais que ele, mesmo sendo o mais velho nunca havia recebido nenhum tipo de benefício da família enquanto Diogo era bem visto e apreciado por todos. A inveja chega ao ponto de desejar a morte do irmão, pior ainda, planejar e executar ele próprio o assassinato, o que só não se concretizou graças à percepção de um empregado da fazenda que descobre a tempo de impedir o gesto fatal de Amadeu.

A narrativa “André Tripa” (1930) retoma o tema do cangaço. O narrador conta um episódio de sua vida quando tinha quinze anos e fizera uma viagem de trem entre Recife e Caruaru. Antes da viagem em si, temos considerações negativas a respeito da desordem e crimes provocados pelos cangaceiros. O mais afamado à época, Antonio Silvino serve de exemplo para combater o que segundo ele era um mal que integrantes do governo e os menos informados faziam de conta não existir. No dia da viagem, o narrador conhece um homem que se senta ao seu lado e começa a lhe contar as valentias de um certo André Tripa, de como este cometeu façanhas conhecidas por todos a tal ponto de se tornar tema dos livros de cordel. A viagem é interrompida na próxima estação onde, para surpresa do narrador, veio a polícia e deu ordem de prisão ao seu companheiro que, mais tarde veio a saber tratar-se do próprio André Tripa, um dos cangaceiros mais temidos de então.

Com o conto “A besta apocalíptica” (1929) Severino Queirós trata de uma superstição comum na virada do século. De cronologia fixa, os acontecimentos da noite de São João de 1899 servem de pano de fundo para a amostragem do quanto as pessoas ficam apreensivas com a mudança do século na expectativa do fim do mundo. Naquela noite em especial, quando as pessoas simples daquele lugar se reuniram ao redor da fogueira, moças, rapazes, crianças, adultos e velhos se ocupavam nos festejos, surge a história de que ninguém veria o outro século por causa da vinda da besta de pontas. O que foi ainda mais acirrado pela predição de Nhoquim, depois por Gitirana, velhos respeitados naquele lugar. Com a vinda do esperado 31 de dezembro, houve muita apreensão, principalmente das crianças que não queriam dormir. Acalmadas pelos pais e com o raiar do ano novo, tudo fica bem a não ser pelo sonho de Juquinha, o filho de Gitirana. Para o garoto, o sonho tinha sido tão real, a besta lhe aparecera de forma tão nítida que todos deveriam acreditar naquilo que vira, principalmente porque era sonho verdadeiro ordenado por seu pai. Motivo este para as gargalhadas de todos os presentes.

A história narrada no conto “Pai Domingos” (1929) ao mesmo tempo em que é histórica, patriótica, tem um valor humano surpreendente. Nela, Severino de Queirós por intermédio do personagem que nomeia o conto, fala de um episódio marcante na história

do Brasil: a escravidão. Pai Domingos já velho era quem entretinha as crianças na fazenda onde morava; na noite em que se passa a narrativa, os fatos narrados se concentram na sua vinda ao Brasil, de como foram grandes os sofrimentos daquela viagem, com vários de seus companheiros mortos no trajeto e lançados ao mar. No Rio de Janeiro, passa por um proprietário de bom coração mas com a esposa que lhe infligia maus tratos; depois foi vendido a um fazendeiro de Pernambuco onde conheceu terríveis sofrimentos. De lá, foge dos horrores vivenciados até se refugiar na fazenda onde encontra abrigo e comiseração do dono do lugar que lhe trata enfim como ser humano, é o lugar onde ele se encontra, já nonagenário e contando histórias para as crianças. Histórias tão cruéis de homens brancos contra os negros que as crianças chegam a duvidar da veracidade dos fatos. O narrador encerra o enredo louvando àqueles que tiveram coragem de levantar a voz e colocar em prática a oposição ao regime de escravidão no Brasil, como a Princesa Izabel e Castro Alves.

“O peludo” (1931) é uma narrativa concentrada num episódio da vida cotidiana de um quartel localizado no município de Cuiabá. O lugar denominado Fábrica de Pólvora do Coxipó do Ouro, era o lugar onde se daria o piquenique tão ansiado por todos. Ali se reuniam os oficiais e os subalternos, as famílias deles faziam uma confraternização regada a muita comida e vinhos para também comemorar o aniversário de um dos oficiais do Batalhão. Chega enfim o grande dia, eles se dirigem ao local montados à cavalo, passam pelas ruas mais conhecidas da capital e o comandante impedia a qualquer um fazer discurso em sua homenagem. O percurso transcorre em clima de amizade e camaradagem até chegarem à Fábrica onde foram recebidos pelos encarregados na preparação da comida, especialmente por um velho soldado cuja característica física marcante era ser muito peludo. Um dos subalternos pretendendo passar-se por comandante, dá inúmeras ordens ao soldado cabeludo, o qual reage com simplicidade pueril, acatando tudo sem discussão. O subalterno cujas iniciais são A. N. pretende ludibriar o peludo ordenando-lhe que fosse a um dos convidados e que este dissesse alguma besteira, ao que o peludo reagiu dizendo que ele mesmo podia dizer. Começou por uma “discurseira” sem nexos concluindo que o “dotô” A. N. o “imbromara” pois “num era capitão nem nada, cumo me disse o seu curunê F. R.”, motivo para gargalhadas de todos.

A escrita literária típica do escritor Severino de Queirós de um tom marcadamente doutrinário ou conselheiro tem como característico o epílogo de teor moral, impresso em itálico. Ainda narrativas de acontecimentos, não deixam, entretanto, de denotar uma revelação moral, observações filosóficas e certa finura psicológica à moda machadiana. O jeito cuiabano de ser transparece a cada publicação, ora ritmado por causos em que o narrador experiente ganha e convence o ouvinte leitor, ora pelo envolvimento traçado com o pensamento do autor sobre os temas mais variados. Queirós ao abordar assuntos como a escravidão, a diferença social, lendas e costumes populares, o jaguncismo, a inveja nas relações fraternas, o comunismo, busca no entretecer do caráter literário de seus textos, a modificação da visão de mundo do leitor. Isto é possível comprovar pelo moralismo que observamos em cada narrativa na qual predomina uma visão que é considerada a correta à qual o narrador pretende conduzir o leitor.

Cesário Prado (1891- 1969) é um caso singular em se tratando dos contos publicados

nos jornais de Mato Grosso no início do século XX. Também assina suas produções com o pseudônimo de J. Terra, ambos possuem uma profundidade filosófica capaz de apontarmos o estilo particular do escritor. Tratemos inicialmente daquelas narrativas assinados com seu nome civil. No conto “Farwell” (1928) discute a dicotomia entre a vida sedentária e a nômade, os prazeres das descobertas, paisagens, climas, pessoas. O narrador pondera sobre as vantagens e desvantagens de cada uma observando razões e interesses encontrados nelas. O sedentário segundo ele, tem a vantagem de realizar as mesmas descobertas sem sair de seu quarto, paisagens, lugares, gentes que podemos encontrar nas leituras de revistas, jornais e romances. Enquanto o viajante de turismo ou negócios pode variar sempre sem se fixar em nenhuma, tem o prazer da lembrança, das lembranças, das velhas amizades que perduram apesar do tempo e da distância. Têm histórias, emoções, experiências para contar enquanto o sedentário trabalha mais com a imaginação.

No conto “A parábola da eternidade” (1942) Cesário Prado pela voz de um pregador faz uma releitura bíblica do ensinamento de não julgar conforme as aparências. Um viajante sai pelo caminho numa região montanhosa e fria, andando a pé, rumo a uma povoação do outro lado da montanha. No percurso a cerração impedia a visão, junto dos pinheiros, penedos que formavam uma espécie de paredão. Por vezes o sol aparecia fazendo da vegetação um jogo de claro e escuro, nisso qualquer obstáculo à frente tomava ares de monstro fazendo o caminhante ficar apavorado. Assim, caminhando mais um pouco e o que parecia tão horridamente, com a menor distância foi parecendo um animal comum na sua terra, talvez um urso; mais de perto ainda pôde verificar que não era uma fera como imaginava e sim um homem agasalhado numa ampla capa e capuz. Poderia ser um salteador, mas também um outro viajante como ele, caminhando em sua direção foi tomado de surpresa quando o viajante reconheceu naquele homem o seu irmão. Então, conclui o pregador, não podemos nos deixar levar pelas aparências, sendo o melhor é vivermos nessa terra como irmãos, peregrinos enquanto não alcançamos a povoação do outro lado, já em outro país.

“Soror Martha” (1928) é um conto que Cesário Prado dedicou à veneranda senhora D. Isabel de Mesquita. Martha era uma noviça no convento que passava os dias entre os trabalhos de onde morava e a meditação quase sempre voltada à família que deixara fora do claustro. Um dia sentada num dos bancos frios de azulejos em frente à porta das celas das irmãs sóras Martha é despertada de sua concentração por Soror Piedade que lhe trazia uma carta de seu irmão mais novo, Ninito. A carta, cheia de emoção dava conta do quanto sua ausência doía no coração de seus familiares, mais ainda do mano que esperava sua volta para lhe ajudar nas lições. A casa para ele ressentia de saudade deixada por Martha e do quanto ele ansiava sua volta, pois não entendia o porquê dela se ausentar se tornando irmã de caridade. Lida a carta, Martha vai até o pé de uma estátua de Cristo para rezar e comparar o sacrifício de sua vida com a de Jesus que, de braços abertos parecia lhe dizer que era por amor a ela que ele tinha se deixado trespassar de dores.

“O carro da ilusão” (1927) é uma narrativa que trata metaforicamente da morte como uma grande viagem que se faz. Como um trem de muitos vagões, os muitos passageiros viajam cada um na esperança de encontrar algo melhor. O curioso é que todos sofrem do mesmo mal, a tuberculose que não poupa nem jovens nem velhos; aquela que nasce com

uma grande febre, provoca fadiga, frio intenso, palidez, sorve a vida daqueles que ainda restam a esperança. Assim como o trem que corre rápido e cada vez mais intensamente é a vida que lhes foge, apesar de planos e perspectivas bem delineadas. O rastro positivo deixado pela doença é justamente a bondade e o perdão que se notam naqueles cuja moléstia é comum. A esperança dentro do carro toma o nome de ilusão justamente por ser efêmera como as vidas que ele leva tais como episódios de romance contado.

O conto "A pele do teatro" trata dos sentimentos de um ator apaixonado por seu ofício. A bordo de um paquete rumo da Amazônia, junto de seu companheiro de viagem o narrador tece considerações a respeito das venturas e desventuras de ser ator. A arte de se fazer passar por um outro, ter emoções diferenciadas das suas, as intrigas, rivalidades, glória, declínio, tudo serve para que haja rejeição de uns e contentamento de outros. O pior de tudo era segundo o ator, a perda de sua própria personalidade, a ponto de tentar justamente por isso, outra profissão, vendedor. Algo não durável porque entre a venda de tecidos e congêneres, o ator começa a declamar trechos teatrais levando às lágrimas as freguesas, o que serviu para sua demissão. De volta à antiga profissão, o ator reconhece ser no palco o lugar de sua realização, apesar deste ter lhe roubado a personalidade, às vezes na pele de Otelo, Bocácio, conde de Monte Cristo, Luxemburgo, sempre com a pele do teatro.

Em "Djerane, o astuto" Cesário Prado traça o perfil de um soberano do antigo Oriente. O cognome do rei é advindo por causa dos atos de seu governo trazerem a marca da sagacidade, astúcia e finura muito mais do que a arte da guerra para o acréscimo dos seus domínios e o prestígio externo de seu reino. As medidas, os atos de governo do rei eram muito mais que generosidade, assim concluíram que Djerane era mais habilidoso que magnânimo, mais astuto que guerreiro. Uma de suas primeiras medidas foi a escolha do conselheiro-mor de seu governo que havia morrido e agora precisava de um substituto. A escolha se daria pela pessoa mais sábia e prudente que houvesse no reino. De todas as classes o soberano mandou investigar e retirou cinco dos mais famosos da época que deveriam comparecer à presença do rei para se efetivar a escolha. A prova seria aquele que falasse ao soberano com mais sinceridade ganharia o melhor de seus dedos; o primeiro começou por elogiar os anéis do rei, de cores tão vibrantes, rubis, diamantes que era impossível não atentar para a riqueza que a majestade portava. Comparando as jóias com o mais precioso na Terra começou o primeiro, seguido pelo próximo que as comparou às estrelas do céu, o outro dizendo do rei de Judá e da rainha de Sabá em ter procurado o rei Salomão ao invés de Djerane em sua glória e majestade. O quinto, Saleké que falaria ao rei, observou que em seus dedos só restava um último e menor anel. O soberano perguntou a Saleké a opinião comumente aceite sobre seu reinado, ao que ele respondeu dizendo que sobre a opinião geral não podia falar. Até porque como era costume do rei anterior, pai de Djerane, aquele que falasse a verdade era perseguido pela majestade, mas ele se manifestaria sem a preocupação do olhar alheio. Sobre a guerra não tinha opinião formada porque o rei ainda não havia enfrentado outros povos; os negócios internos, o tempo de governo era tão pouco que não havia como julgar; se os monarcas ao invés de lutas sangrentas dedicassem todo o ânimo e luzes na solução e necessidades do seu povo para

enriquecer o comércio, prosperar a indústria, instruir as populações, enfim melhorar a vida da população, aí sim a dinastia ganharia fama e glória para a posteridade. Ao dizer isso, Djerane o interrompeu dizendo ser ele o escolhido para ocupar o cargo de conselheiro-mor do rei, para desgosto dos concorrentes que mesmo assim ainda foram presenteados pelo rei com seus anéis. Entretanto, no dia seguinte se apresentaram ao rei para fazer uma reclamação, não sobre a escolha do conselheiro, mas sim sobre a falsidade das jóias que ganharam. Nisto foram retrucados pelo rei que aquilo equivaleria aos falsos elogios com que se dirigiram ao soberano, como ele ama aqueles que lhes dizem a verdade, receberam as mesmas moedas usadas.

Em relação a Severino Queirós, Cesário Prado/J. Terra, por sua perspicácia filosófica, introspectiva, produz uma narrativa mais aprofundada. Desde considerações sobre um modo de vida até ao tratar do destino humano, seus contos priorizam o lado reflexivo ainda mais que a abordagem dos acontecimentos em si. As consequências de uma opção de vida, o papel das aparências nas relações humanas, são fatores com os quais podemos identificar a peculiaridade de sua escrita literária. Ressaltada a diferença no nível estético literário entre o que se produzia nos jornais de Cuiabá no início do século XX, o que mais nos chama a atenção no estilo bastante particular de Cesário Prado é uma modernização seguindo a tendência do que era produzido literariamente nos grandes centros do país naquele período. O mato-grossense fica bem à vontade ao explorar junto à fragmentação do enredo (os acontecimentos são secundários) a fragmentação dos valores, das pessoas ao informar neste sentido a índole bem humana em seus textos.

Se considerarmos separadamente a produção contística, a tríade de autores recordados para este estudo encerra-se com a literatura de J. Terra. Em "Dreaming" (1921) o narrador faz considerações sobre o que vem a ser o sonho, segundo a ciência, os hierofantes, os astrólogos, os ocultistas, por fim recai no mistério que para ele é este fato. Ilustra seu pensamento narrando um sonho no qual estava morto, mas com as sensações de vivo. No velório, onde encontrava seu corpo, a reação das pessoas, as saudades sinceras são matéria para o narrador ponderar sobre o destino humano. Ao ouvir alguns próximos reclamarem sobre as mesquinhas da empresa fúnebre enquanto sente o arranque do funcionário ao retirar o suporte do caixão para servir a outro enterro, o narrador acorda vendo na paisagem um augúrio positivo junto do sonho que tivera.

O próximo conto de J. Terra, "Os vizinhos" trata da vida de Jesuíno e seu Antônio. O primeiro, dono de uma barbearia, um bilhar e um armazém, mudara-se há pouco tempo para o lugar onde há anos morava Antônio, de hábitos regulares. Jesuíno, por ser aposentado, tinha como maior distração olhar os passantes, principalmente no entorno do armazém porque morava justo em frente ao local. Este fato passa a chamar a atenção das pessoas, culminando assim em falatório; a esposa de um diz que Antônio havia comentado que Jesuíno era o único vadio da rua, o que chega aos ouvidos deste não atribuindo importância ao fato. O que mais irrita seu Antônio é o fato de Jesuíno todos os dias, por volta das cinco, cinco e meia da manhã acordar e fazer estardalhaço com seus bocejos. Os dias transcorrem iguais até que numa certa ocasião em que Jesuíno acorda é surpreendido pela janela aberta da casa de Antônio, fato que mais tarde fica sabendo ser a filha mais nova

deste que havia morrido vítima de sarampo. Então, Jesuíno tocado pelo acontecimento, toma seu terno negro e vai até o vizinho externar seus sentimentos assim como se encarregar pessoalmente de todos os atos necessários. Desse momento em diante surge uma longa e terna amizade entre os vizinhos não importando os mexericos anteriores.

No conto “Rosinha, a do sobrado” o narrador relembra um fato de seus quinze anos, o quanto ele era apaixonado por uma vizinha que curiosamente todos os dias enfeitava o sobrado de sua casa. Para estar sempre por perto dela, ele, apesar de ser um rapaz, se fazia de criança para brincar com os irmãos de Rosinha, chegando inclusive a convidá-la para brincar já que todos eram crianças. Na recusa dela, o narrador insiste para que ela não se faça de moça e se juntasse a eles nas brincadeiras. Em muito insistir, Rosinha dizia que não podia, ao que ele retrucava para ela dizer que não queria. A família do garoto observando sua perda de tempo em atividade inútil, recomenda a troca desta pelos estudos à noite, ao que ele, apesar de contrariado, aceita, mesmo tendo que decorar as lições, pois assim esqueceria Rosinha. Num dia em que uma vizinha vai visitar sua mãe, comenta sobre o clima e do quanto as crianças devem cuidar para não saírem com o corpo quente do banho e tomar ar frio. Tal comentário surgiu para exemplificar o caso de Rosinha que ficara parálitica por causa de um procedimento igual, o que causou espanto e pesar pela revelação que enterrara de vez o amor sentido pelo narrador.

“Entre irmãos” é um conto em que J. Terra se põe como personagem ouvinte do narrador. O caso de Daniel O’Rendell vem causar reflexões ao leitor desde as comparações a escritores famosos como Stendhal e Monteiro Lobato, por causa de pensamentos acerca do amor ou suas consequências, bem como a inutilidade do divã enquanto móvel para tratar de casos amorosos. Daniel era namorado, quase noivo de Zilka. Num certo dia foram os dois ao teatro e o namorado reclama dos olhares insistentes de sua companheira a uma roda de amigos. Zilka não reclama, mas em compensação o trata com um mutismo que o leva ao remorso por ter agido dessa forma com ela. No outro dia, Daniel fica sabendo por Esther, a irmã de Zilka, que esta havia agido assim para fazê-lo sofrer e gostar ainda mais dela. Ao saber do capricho da amada ele vê sua relação esfriar até o esgotamento enquanto se vê contemplado pela presença, doçura e meiguice de Esther. Contudo, como não poderia frequentar a mesma casa a fim de um namoro com a irmã, prefere antes cortejá-la de longe, encostado num poste em frente à janela dela. Ia tudo bem e para ficar mais à vontade, Daniel quebrava a lâmpada do poste e o fez tantas vezes quantas a empresa insistia em recolocar uma nova no lugar. Isto feito até um dia em que ele chegou perto e ainda longe viu um vulto no lugar que ocupava seguidamente, para seu espanto e decepção era seu irmão Alfredinho o outro namorado de Esther.

A narrativa “A solidão” encerra considerações filosóficas sobre o ato de estar sozinho. J. Terra tece considerações a respeito dos efeitos que a solidão provoca nas almas sensíveis. Às vulgares, ele considera que sentem repulsa por estarem sós. Seguindo Machado de Assis, o narrador considera que a solidão é a oficina do pensamento; em Poe ele pondera junto a *O homem da solidão* a torturada consciência humana que procura fugir dela; para Santo Ignácio o homem deve retirar uns momentos diários para se dedicar a estar sozinho, enfim, de sua própria opinião, o narrador reflete sobre a importância da solidão

nos tempos modernos em que o homem se agita de um lado para outro, se esquecendo do prazer de estar só. Da contemplação de momentos únicos ofertados pela natureza e que muitas vezes passam despercebidos vem a comparação com o sacerdote e o marujo, aqueles que descobrem novas terras para nossos corpos e novos horizontes para nossas almas. Ao citar Zimmermann o narrador parece contradizer tudo que havia defendido até então, dando a impressão de prevalecer os inconvenientes da solidão, ainda mais quando exemplifica seu último pensamento citando a passagem bíblica em que Deus resolve criar uma companheira para o homem na intenção de que este não esteja só.

“Os amigos” (1921) é um conto que recorta um episódio comum de amizade entre dois homens, Pedro e Manoel. Ambos trabalham na construção civil e vivem dependurados nos andaimes de uma igreja muito grande. Além de trabalharem, moram juntos, o que serviu de ciúme a Pedro ao desconfiar da maneira como Manoel se comportava perto de Martha. Olhares furtivos de um, a suspeita de correspondência por parte de sua companheira e isso atormentou tanto a Pedro que planeja como acabar com aquela situação, pois considerava muito a Manoel e este agia desta forma dentro de sua própria casa. Ambos tinham como passatempo observar do alto dos andaimes as pessoas que caminhavam na rua. Como se arriscavam sem a devida proteção no trabalho, um dia Pedro empurra Manoel lá de cima rumo à morte certa. Dissimulando seu ato, Pedro justifica-se dizendo que havia sido um acidente e que Manoel tinha o costume de se arriscar no trabalho. Ao delegado, quando é questionado sobre se era amigo do morto, Pedro confirma dizendo inclusive que o abrigava em sua casa e assim afasta qualquer suspeita de homicídio.

“Black” é um conto meditativo em que o narrador, num dia de chuva, escuta pancadas na janela que dá acesso ao jardim e suspeita ser alma de outro mundo. O que leva à considerações sobre a doutrina espírita de Allan Kardec; de Poe surge a suspeita do mistério envolto com Eleonora e o sinistro corvo; em Machado de Assis o narrador vai buscar um exemplo do mistério envolvido numa noite escura ao que recai na famosa frase de Poe: “nunca mais”. Com a insistência das pancadas ele se levanta e vai conferir se é realmente alma de outro ou deste mundo quem bate. Para sua surpresa era a gatinha da casa cujo nome é também um augúrio do mistério em que o levou às reflexões: Black.

Estevão de Mendonça no prólogo do conto “A solidão” se manifesta a respeito da literatura de J. Terra acentuando que a ideia de crítica de costumes ou resenha de fatos são os assuntos favoritos de sua produção artística dosadas com deduções filosóficas. Cabe neste sentido averiguar em que medida o jogo de aparência e essência motiva o autor a ampliar sua observação sobre o destino humano. Fatos cotidianos que marcam o início de uma amizade por meio da antipatia; amor e compaixão juntos na história de vida do narrador; o triângulo amoroso que separa irmãos; os prazeres e inconvenientes da solidão à vida humana; amizade, amor e ódio dividindo antigos amigos que leva ao ponto máximo do assassinato. Temas que movimentam a literatura de J. Terra/Cesário Prado naquele início de século, compoem junto a Severino Queirós um painel da vida cuiabana de então.

Os três contistas aqui reunidos têm em comum a capacidade de abertura para situações que, embora pareçam corriqueiras, falam alto ao destino humano e mesmo sobre a vida em continuação. Enquanto contos, seus textos flagram determinado instante que

fazem o humano se enxergar como tal; prioriza um modo de entender típico das relações em construção a cada ódio manifesto, amor em descoberta, fraternidade ilusória ou não compõem o quadro humano dos anos iniciais de 1910 em Mato Grosso. Numa época em que a maioria dos literatos ainda escrevia com tendências românticas, a modernidade das narrativas pode ser notada na observância do estado de crise em que se encontram determinados personagens. Os possíveis sentidos de cada situação, o conjunto de recursos narrativos utilizados, o teor de implicações psico-filosóficas também determinam o espírito de novidade dessa literatura publicada em jornais. O homem que procura se situar, a vazão de sentimentos, o efeito deles extraído são passos ameados possíveis de serem encontrados na contística mato-grossense.

Como enfatiza Walnice Nogueira Galvão (1983), “o conto faz parte da tomada do poder literário pela prosa de ficção impressa, e mais especificamente pela prosa publicada em jornal diário (p. 168)”. A literatura que deseja se fixar em Mato Grosso no início do século XX procura, dessa maneira, o processo de democratização da leitura; o fato de serem narrativas publicadas cotidianamente conduz às perspectivas de ampliação do olhar crítico sobre o dado social, as relações pessoais e, principalmente, a introspecção dos acontecimentos nos quais os personagens e o próprio narrador estão envolvidos.

Referências bibliográficas

- GALVÃO, Walnice Nogueira. “Cinco teses sobre o conto”. In: SANT’ANA, Afonso Romano... [et al...], **O livro do seminário** (org.) Domício Proença Filho. São Paulo: Nestlé, 1983
- NADAF, Yasmin. **Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso, séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002
- PRADO, Cesário. “A parábola da eternidade”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1942
- _____. “Farwell”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1928
- _____. “Soror Martha”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1928
- _____. “O carro da ilusão”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1927
- _____. “A pele do teatro”. **O Mato Grosso**, de Cuiabá, n.1526, 24 nov. 1918, p.2
- _____. “Djerane, o astuto ou com as mesmas moedas”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1941
- QUEIRÓS, Severino. “O cangaceiro arrependido”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1928
- _____. “A trovoada”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1927
- _____. “Chico Palhaço e a caveira”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1928.
- _____. “O doutor Raiz”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1931.
- _____. “A vida do criminoso”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1927.
- _____. “O grande perigo”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1930.
- _____. “A inveja”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1927.
- _____. “André Tripa”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1930.
- _____. “A besta apocalíptica”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1929.
- _____. “Pai Domingos”. *Jornal A cruz*. s/nº, Cuiabá, 1929.

_____. "O peludo". Jornal **A cruz**. s/nº, Cuiabá, 1931.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. et al. "Conto". **O livro do seminário** (org.) Domício Proença Filho. São Paulo: Nestlé, 1983.

TERRA, J. "Dreaming". **Correio do Estado**, de Cuiabá, n.24, 10 abril 1921, p.2.

_____. "Entre irmãos". **Correio do Estado**, de Cuiabá, n.49, 16 out. 1921, p.2-3.

_____. "Os vizinhos". Jornal **O Mato Grosso**, nº 1818, Cuiabá, s/d.

_____. "Rosinha, a do sobrado". **Correio do Estado**, de Cuiabá, n.55, [rasurado] dez. 1921, p.3.

_____. "A solidão". Jornal **O Mato Grosso**, nº 1816, Cuiabá, 1922.

_____. "Os amigos". **Jornal Correio do Estado**, de Cuiabá, n.23, 3 abril 1921, p.2.

_____. "Black". **Jornal Correio do Estado**, de Cuiabá, n.54, 20 nov. 1921, p.3.



ESPAÇOS REGIONAIS, IDENTIDADES PLURAIS: REFLEXÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO
LITERÁRIA DE/EM MATO GROSSO

Olga Maria Castrillon Mendes¹

Resumo: Nos espaços em que se configuram as culturas de “margem” estas reflexões preocupam-se, não simplesmente com os intrincados caminhos da dependência, mas com a situação da produção cultural no entrecruzar de discursos, no pacífico *entre-lugar* ou no texto da diferença (SANTIAGO, 1982), em busca de uma legítima expressão brasileira. Nesse aspecto, uma ampla discussão não ignora a tradição nem os novos padrões literários, mas reencena-os em outras temporalidades, abrindo-se para a pluralidade dos conceitos, o reconhecimento estético e a constituição do sistema literário.

Palavras-chave: Identidades. Espaços regionais. Sistema literário.

Abstract: In the spaces that constitute the culture of “margin” these reflexions are concerned not simply with the intricate paths of addition, but with the situation of cultural production in the interlacing of speeches, in-place or common ground between the text of difference (Santiago, 1982), in search of a legitimate expression of Brazil. In this respect, a broad discussion does not ignore the tradition or the new literary standards, but reenacts them in other temporalities, opening to the plurality of concepts, recognizing the system’s design aesthetic and literary.

Keywords: Identity. Regional areas. Literary system.

As idéias que trago aqui encontram-se em fase de elaboração, portanto, não conclusivas. Em parte, resultaram da minha tese de doutoramento em que rediscuto a amplitude artística e literária da obra de Alfredo Taunay (Visconde de Taunay) numa proposta de revisão do gênero paisagístico e da historiografia literária brasileira, a partir do conjunto da sua obra, fruto das experiências em situação-limite na Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), principalmente *A retirada da Laguna* (1868) e *Inocência* (1872). Agora, tais discussões imbricam-se numa perspectiva mais abrangente. Não apenas aquelas resultantes de uma escritura mais pulverizada, mas a compreensão delas e das “regiões culturais” que aproximam e distanciam os conceitos pelos quais se tem compreendido os espaços e as produções ditas de “margem”.

¹ Professora Dr^a da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus universitário “Jane Vanini”. Docente do PPGEL/UNEMAT.

Então, o que parecia ser não é mais. Os discursos se entrecruzam, reconfigurando culturas e nunca a obra de Marshall Berman esteve tão cadente. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, texto-símbolo da modernidade, levantou muitas discussões sobre as linhas de força da modernidade: tensões econômicas e políticas que provocaram profundas transformações no planeta a partir do estudo da dialética da modernização e do modernismo.

Sob essa perspectiva da observação do mundo como uma unidade em que as ilhas, as pessoas, os mares e os céus são apenas caminhos dentro de um mesmo sítio, como diz a escritora cabo-verdiana Dina Salústio, teoria e prática se interpenetram e as culturas redesenham fronteiras múltiplas. Nessas tensões, as práticas humanas não se restringem apenas ao que se faz, mas atingem outras áreas do conhecimento, articulando processos de significação dos novos tempos em que o papel dos intelectuais e da Academia está sendo rediscutido. Angel Rama (2001, p. 293) acredita no século XX como um tempo de resistências em que se encontra valiosa contribuição que reexamina a conquista e colonização do século XVI". Como Berman procurou analisar o chamado "espírito da modernidade" com suas histórias e tradições tão necessárias no mundo contemporâneo.

Então, o sentido de região pode ser importante para romper com a ideia de hegemônico, pois não há hegemonia totalizadora, como diz Stuart Hall, mas identificações porosas dentro delas mesmas (HALL, 2006). O deslocamento humano que gerou diversas práticas sociais, construíram formas de pensar (e escrever) o mundo que deram origem às idéias equivocadas sobre o que se passou a compreender como mundo subdesenvolvido (em relação ao ocidente). Sobre esse mundo (que é o nosso) é que pretendo conduzir estas reflexões iniciais que podem servir de pistas, principalmente para alunos de graduação, cujos trabalhos procuram (ou buscam) se manter plugados nas transformações pelas quais tem passado as Ciências Sociais e Humanas.

Os conceitos pelos quais se tem tentado compreender os dualismos estabelecidos pelos diferentes processos históricos, mudam paradigmas e movimentam idéias pré-estabelecidas. A cultura brasileira resulta desse processo de indagação e resistência, traçando as particularidades da literatura conhecida como "regional" e sobre a qual se questiona, procurando, de certa forma, fazer com ela o que se faz na América Latina como um todo, principalmente através das reflexões de Angel Rama. Interessa-nos, desta forma, compreender a alteridade cultural e a conseqüente construção do imaginário brasileiro no contexto do imaginário latino-americano, desmascarando a distancia que, muitas vezes se presentifica mais pela prática que pelos discursos. Perante o centro somos menores, mais empobrecidos o que tipifica a bipolaridade na América que Angel Rama denomina de "transculturação interna" em contraposição à "transculturação externa" (RAMA, op. cit., p. 295). O crítico uruguaio propôs importantes conceitos para se pensar regiões culturais no continente americano. Segundo Rama, o que se pensa sobre hegemonia cultural é bastante ideológico e está ligada à historicidade latino-americana. Ou seja, na pretensa unidade há uma diversidade interior pela qual se tem compreendido o continente.

Nesse sentido, as culturas registram particularidades nem sempre visíveis e muitas vezes mal compreendidas. Muitos críticos, dentre os quais Antonio Candido, tentaram formas de equilíbrio entre elas, valorizando a função das obras em sua relação com o papel que

podem exercer na sociedade, principalmente, quando se preocupa com aquelas consideradas “secundárias” que formam leitores de “gosto provinciano” (CANDIDO, 1997, p. 9). A posição de Candido é importante para se repensar posturas, principalmente, no momento em que se solidificam os parâmetros de uma pós-graduação em Estudos Literários, numa Universidade como a UNEMAT, que nasceu do interior para ser do interior”, sem no entanto, enclausurar-se.

No ensaio *Literatura e subdesenvolvimento*, Candido ressalta que:

o romancista do país subdesenvolvido recebeu ingredientes que lhe vêm por empréstimo cultural dos países de que costumamos receber as fórmulas literárias. Mas ajustou-as em profundidade ao seu desígnio, para representar problemas do seu próprio país, compondo uma fórmula peculiar (CANDIDO, 2006, p. 187).

Desta forma, o estado de dependência cria recursos para uma proposta de interdependência, como o que tem acontecido em Mato Grosso. Uma posição bem nossa, pois ao reconhecer a dependência somos levados a recriar, revelando um universo de produção singular, dando vida à essência que constitui os sentimentos próprios, sem riscos de repetição, mas de recriação.

Articulações/diálogos para além do ‘centro’

A produção literária em Mato Grosso tem relação com a formação de grupos pioneiros que tinham a preocupação de “resgatar” a cultura que não se podia perder, tendo em vista o processo migratório pelo qual passou a região, principalmente a partir da década de 1960. Assim, compilaram estudos anteriores e construíram a crítica, basicamente saída de dois segmentos sócio-culturais: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919) e a Academia Mato-grossense de Letras (1921). Nos primeiros tempos dessa produção, sua veiculação era feita através dos periódicos em grande número na capital e no interior².

Ao lado dessa coletânea, Rubens de Mendonça editou o compêndio de escritores regionais *História da literatura mato-grossense* (1970), constituindo referência básica para os estudiosos, que foi complementado pela *História da Cultura mato-grossense* de Lenine Póvoas (op. cit.), *História da literatura de Mato Grosso: século XX*, de Hilda Magalhães (2001) e *Panorama da literatura e da cultura de Mato Grosso*, de Carlos Gomes de Carvalho (2004). São produções que carecem de um olhar mais crítico sobre as obras e, principalmente, sobre as questões de uma literatura ‘periférica’. Não para diminuir o seu valor, mas sim demonstrar o quanto o pioneiro processo de compilação das obras e autores contribuiu para que se formasse o panorama que seria estudado posteriormente, adquirindo características próprias e possibilitando, a partir daí, a construção de um sistema literário, cujas raízes podem ser encontradas nos escritos fartamente publicados em periódicos. Observando esse veículo de divulgação, Mário César Leite mapeia a produção brasileira

² Cf. os registros feitos por Lenine Povoas em *História da Cultura mato-grossense*. Cuiabá-MT, 1982.

escrita em Mato Grosso, dizendo que “os grupos dos chamados modernistas reagem ao domínio do grupo anterior, não se opondo exatamente à produção ou ao discurso regionalista” (LEITE, 2005, p. 242-243)³.

Desta forma, os escritores que surgiram no período de construção, como Silva Freire, Wladimir Dias-Pino, Rubens de Mendonça, Gervásio Leite, Lobivar de Matos, entre outros, trazem a ideia de vanguarda, buscando certa “renovação literária”. Portanto, são discursos que começam a ser observados à luz da *diferença*, mas ainda sob os influxos de intelectuais que se formaram nos centros de excelência como Rio de Janeiro. Uns inovam no tema, outros na experimentação linguística, realizando (ou tateando) as propostas das Revistas e movimentos ditos de vanguarda.

Nesse aspecto, ainda são fortes as marcas de pertencimento em que a noção de regionalismo está impregnada, basicamente fomentada pela força dos grupos hegemônicos de poder. Somente a partir da década de 1990 é que lentamente a ideia vai-se desligando do espaço físico para um recente espaço simbólico das representações pelo qual se compreende o complexo da formação dos processos identitários.

Nessa perspectivam pensando sobre a identidade e a cultura, Néstor Canclini (2003) relativiza os conceitos. Lançando mão de uma abordagem interdisciplinar e intercultural tenta compreender o diálogo entre as culturas, estabelecendo o esforço de afirmar o fenômeno da “hibridação” cultural nos países latino-americanos. Dessa forma, a cultura é pensada na complexidade das relações da forma como se configuram na modernidade, o que para ele “não terminou de chegar”. Sem deixar de lado os termos, repensa a identidade sob novos pares como sincretismo e criouliização, permitindo-se elaborar as “tensões das diferenças”, que fazem com que o individual passa a ser universal. Então, é necessário reconhecer as diferenças, sinal que Boaventura Santos trata como “postura de auto-conhecimento” e não só de conhecimento, reacendendo as reflexões e “ultrapassando as fronteiras, o nacionalismo, a língua, a ideologia, as novas identidades regionais e locais” (SANTOS, 2003, p. 22). Por isso, o discurso regionalista acompanha o de identidade(s), não menos polissêmico e fluido, pois no momento de transição paradigmática, é preciso identificar as virtualidades e as dificuldades da sociedade e dos sujeitos, atingindo os modos de conhecer que devem estar ligados à transformação dos modos de organizar a sociedade.

Com tais reflexões, a análise dos diversos processos culturais redefine formas de conflito geradas na interculturalidade recente em meio à decadência de projetos nacionais de modernização da América Latina, cujas operações epistemológicas encontram-se enriquecidas por Homi Bhabha, vistas como recursos para reconhecer o diferente e elaborar essas tensões. Nesse aspecto, é que as fronteiras se tornam “porosas”. Ou seja, a modernidade descontextualizou a identidade, propondo revisões de paradigmas sobre os discursos e as práticas sociais. Assim, usando Fanon para interrogar a identidade, Homi Bhabha desloca a relação colonial para colocar o sujeito no momento de transição “em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente,

³ Sobre periódicos em Mato Grosso ver os trabalhos pioneiros de Yasmin Nadaf: *Sobre o signo de uma flor: estudo da Revista A Violeta*, publicação do Grêmio Literário Júlia Lopes: 1915 a 1950 (Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993) e *Rodapé de Miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (sec. XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002. Cf. ainda ALMEIDA, Maria Inês Parolin (2003).

interior e exterior, inclusão e exclusão” (BHABHA, 1998, p. 19). São recontextualizações que mudam o olhar na direção de reelaborar idéias cristalizadas, como as que se dão quando se pensa em regionalismos e identidades.

Desta forma, os movimentos de circulação e inserção de uma estética da identidade nacional abre-se para a constituição do imaginário cultural da literatura para além do hierárquico e homogêneo, para ensaiar uma perspectiva do heterogêneo e do plural na constituição da historiografia literária. Nessa linha, os textos produzidos em Mato Grosso são discursos que permitem rediscutir o alargamento das fronteiras do que se concebe por cânone, ressignificando o papel das margens na sua reconfiguração

Os *topoi* representativos do que se considera esteticamente *localizado* constroem discursos que orientam, e mesmo, determinam uns sentidos e encobrem outros, produzindo evidências que se ligam em campos de disputa e elaboração constantes. Pois não é pela classificação literária tradicional, nem pela forma estereotipada que esse *local* deve ser trazido como matéria de composição, mas pela universalidade de conceitos que operam a história da sociedade.

Ao discutir sobre os discursos culturais que redesenham práticas humanas nos espaços contraditórios, há uma tentativa de ressignificação das diferenças. As representações literárias que constituem os não lugares dos discursos homogêneos criam gestos de interpretação do sujeito em espaços que modificam o “modo de falar” sobre literatura, regionalismo e identidade (CANCLINI, 2003), traçando caminhos para compreender a porosidade dos conceitos, no sentido de reencaminhá-los por um sistema plural de significação, no trânsito das figuras complexas de diferença e identidades que contribuem (ou não) para a construção de imagens e estereótipos. Nesse sentido, é preciso analisar as convergências dos fatores locais, ao mesmo tempo nacionais e universais que identificam uma literatura brasileira autônoma (CANDIDO, 1997) que vai da noção de fundação à pluralização dos sistemas.

As fases pelas quais tem passado a produção cultural em Mato Grosso podem ser entendidas, grosso modo, por momentos significativos e que merecem cuidadoso estudo. O primeiro momento, da formação, parece ser fundamental para se compreender a manutenção do ranço colonial dos primeiros textos de criação - louvação dos ilustres, isolamento e exotismo da terra que são ressaltados pelos relatos dos cronistas e das expedições científicas⁴ que compreendo juntamente com aqueles que os tratam como *textos de fundação* da imagem de um Brasil interior que se queria conhecido e explorado e que Antonio Candido examinou como “ralas e escassas manifestações sem ressonância, mas que estabelecem um começo e marcam posições” de uma cultura em formação (op. cit., p. 15).

Num segundo momento, de esboço de um “sistema literário” envolve uma “consciência de grupo” (CANDIDO, *ibidem*) liderado, principalmente, por integrantes da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Nesse aspecto é importante verificar a função dos periódicos em número considerável que foram responsáveis pela circulação dos folhetins que adquiriram características diferenciadas, “atestando total independência do perfil consagrado do gênero nos grandes centros mun-

⁴ Em *História da cultura mato-grossense*, Lenine Povoas propõe essa divisão na primeira fase da produção colonial em Mato Grosso (Cf. PÓVOAS, 1982, p. 19-31).

diais de cultura: Paris e Rio de Janeiro” (NADAF, 2002, p. 207). Nesse período surgem os primeiros romances: *Luz e sombras*, de Feliciano Galdino de Barros (1917), *Mirko*, de Francisco Bianco Filho (1927), *Piedade*, de José de Mesquita (1928) e *Era um poaieiro*, de Alfredo Marien (1944). Personagens e espaços emblemáticos configuram a necessidade, não de divulgar o local, mas discutir questões sociais e de gênero humano que poderão ser vistos em outra discussão.

Nesse sentido de uma produção sistematicamente voltada para as singularidades, o momento de construção da crítica acadêmica é fomentada pelas universidades públicas que têm desempenhado um papel fundamental na socialização da crítica e na construção da teoria e da história literária. O exemplo mais significativo encontra-se no conjunto da obra poética de Manoel de Barros, a prosa-porosa de Ricardo Guilherme Dicke, dentre outros e a revisitação de obras raras (como as citadas acima), num esforço conjunto UNEMAT e Academia Mato-grossense de Letras, no projeto específico de revitalização das letras mato-grossenses.

Tais textos são constitutivos dos sentidos dos discursos sobre o Brasil e formam os arquivos que se fazem não só como registro e guarda de documentos, mas com diferentes gestos de leituras necessários à construção do fazer literário, definitórios dos caracteres do valor e da função das obras.

Então é necessário destruir as realidades bem constituídas em nosso imaginário como “sertão bruto”, “inculto povo”, “longínquos rincões”, como propõe Benedict Anderson e se voltar para o estudo das particularidades sem a noção de pertencimento, mas num processo de “desterritorialização”, ligando o conceito de nacionalidade à “comunidade imaginada”, no sentido de criação de novas formas de construção. Dessa maneira, nega-se a verdade absoluta e o texto sacralizado, pois os acontecimentos co-existem no mundo e são compartilhados (ANDERSON, 1983) como são propostos em projetos interdisciplinares, a exemplo, *Sociedades imaginadas: a construção da imagem do outro nas relações ibero-afro-brasileiras*. (Unemat/CNPq – 2007/2009), ocasião em que a História e a Literatura buscaram compreender como as relações de produção entre países considerados de margem construíram (e continuam a construir) novos sentidos.

Por fim, uma via de acesso se abre nesse caminho aqui questionado: pensar a produção literária brasileira produzida em Mato Grosso de forma translocalizada, ou seja, sem adjetivá-la, mas no sentido plural dos deslocamentos e das significações, possíveis pelas mudanças dos sistemas operacionais com os quais trabalhamos. Acredito que não é apenas aliar-se e/ou discutir os conceitos que surgem nas variadas linhas de discussão teórica, mas re-descobrir o papel do intelectual nas instituições de ensino e nos mais variados setores da dinâmica sócio-histórica e cultural, como a que propõe este evento acadêmico: minimizar as distâncias entre a Universidade e a sociedade, compreender a unidade nas diversidades com as quais o mundo tem operado suas transformações.

A primeira dificuldade que se apresenta ao estudioso dessa literatura “de margem” (no nosso caso específico da literatura brasileira produzida em Mato Grosso) é a precariedade das fontes. Não que elas não existam, mas porque não se encontram em circulação. Então, como fazer? De onde partir? É possível pesquisar/estudar um objeto sem a fonte crítica que

lança as luzes sobre esse objeto? O desafio, no entanto, se torna a mola propulsora do estudo, cabendo ao pesquisador a tarefa de construtor: do material e dos arquivos, nem sempre em bom estado de conservação, conformando a teoria e a própria crítica. Dessa forma, estaremos sendo originais. Não porque vamos dizer o novo (o que ninguém disse ainda), mas por irmos à origem, “inovando as formas do fazer”, como propôs Benjamin Abdala Junior em conferência proferida neste evento.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Inês Parolin. **A nação em 'A Violeta'**: um projeto de leitura. Dissertação de Mestrado. IEL/UNICAMP. Campinas-SP [s.n.], 2003.

ANDERSON, Benedict [1983]. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço L. Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor G. **A socialização da arte**. São Paulo: Cultrix, 1984.

_____. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloiza Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 2 volumes. 8 ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: **A educação pela noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006 (169-196).

CARVALHO, Carlos Gomes de. **Panorama da literatura e da cultura em Mato Grosso**. 2 volumes. Cuiabá: Verdepantanal, 2004.

HALL, Stuart [1992]. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz T. Silva & Guacira L. Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEITE Mário César Silva. Literatura, regionalismo e identidade: cartografia mato-grossense. In: _____ (Org.). **Mapas da mina**: estudos de literatura em Mato Grosso. Cuiabá-MT: Cathedral Publicações, 2005 (219-254).

MAGALHÃES, Hilda G. D. *História da literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá-MT: Unicen Publicações, 2001.

MENDONÇA, Rubens [1970]. **História da literatura mato-grossense**. 2 ed. Especial. Cáceres-MT: Ed. UNEMAT, 2005.

PÓVOAS, Lenine C. **História da cultura mato-grossense**. Cuiabá-MT: Ed. do autor, 1982.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RAMA, Angel. Regiões, Culturas e Literaturas. In: AGUIAR, Flávio & VASCONCELOS, Sandra G. T. **Angel Rama: literatura e cultura na América Latina**. São Paulo: Edusp, 2001 (281-336).



○ TABU DA MATERNIDADE EM A MENINA QUE QUERIA NASCER DE NOVO

Rosane Salete Freytag¹

Resumo: O artigo propõe uma leitura do conto “A menina que queria nascer de novo” de autoria da escritora mato-grossense Maria da Paz Sabino, focando questões em relação ao gênero feminino, seus conflitos e sofrimentos diante da maternidade apontados por uma menina que precisava entender como foi a sua chegada ao mundo e de seus irmãos. Não comungava com as explicações míticas em torno do nascimento fornecidas pela mãe e demais mulheres da família, visto que não respondiam seus questionamentos e incertezas, pois vivia num espaço onde os tabus diante do corpo feminino norteavam a vida das mulheres. O corpo era sagrado e deveria ser protegido de qualquer situação profana, toda informação sobre o físico deveria ser resguardada, porque o estigma da dor e sofrimento compunha a vida feminina.

Palavras-chave: Feminino, nascimento, maternidade, sofrimento, violência simbólica.

Abstract: The article proposes a reading of the story “The girl who wanted to be born again” authored by the writer of Mato Grosso Maria da Paz Sabino, focusing on issues in relation to female, its conflicts and sorrows of motherhood before pointed out by a girl who needed to understand how was your arrival in the world and his brothers. Not communed with mystical explanations surrounding the birth provided by the mother and other women of the family, since it did not address their questions and uncertainties, as she lived in a place where taboos on female body shaped the lives of women. The body was sacred and should be protected from any situation profane, all information about the physical should be protected, because the stigma of pain and suffering tied the women’s life.

Keywords: Female, Birth, maternity, suffering, symbolic violence.

A cultura expressa e vivida pela protagonista, ainda menina, do conto da escritora Sabino, traduz o percurso da complexidade em torno do mito da maternidade, ela queria entender como tinha vindo ao mundo “Quando criança, eu tinha um grande sonho: saber como nasci ou de onde vim” (SABINO, 2009, p.01). Logo precisaria compreender os rituais do ser mãe e as justificativas místicas em torno do parto. Os relatos são contados

¹ “Doutora em História da Literatura e Literatura Comparada. Docente da Unemat”.

sob os paradigmas de uma adolescente, que vive o nascimento do irmão, mas a partir do seu saber, da sua referência de vida, nada conhece dos tabus domésticos ocultados pelas mulheres diante do parto, assunto proibido aos olhos de uma menina.

Nós ficávamos brigando entre si, cada um olhando com mais expectativa para o céu porque era de lá que vinha a criança. Se ela vinha de avião ou nas asas de alguma ave, nós não sabíamos. A única certeza no momento era que ia nascer uma criança [...] Foi assim que João veio ao mundo. Um menino branco, careca e de cunhão. (SABINO, 2009, p.01)

A menina buscava explicação a partir da historicidade do seu conhecimento, informações ouvidas, recontadas e transmitidas de mãe para filha ao longo das gerações, estas sustentadas pelas leis naturais e pela cultura de um povo que vive uma estrutura social regada pela simplicidade e dualidade da existência humana, prescrita pelos princípios do homem religioso, o sagrado e profano. A religião é um mecanismo capaz de justificar que criança deve se limitar a assuntos específicos da infância e parto é atribuído para adultos. Logo as ideias expressas são criações da menina protagonista, são retalhos costurados sobre como ela imagina o nascimento do irmão, a partir do que ela ouve e vê.

Para compreender as atitudes da protagonista menina e suas relações sociais no cenário expresso no conto, é preciso conhecer o universo cultural vivido pela jovem, vive num espaço rural, num período em que o acesso as informações era limitado,² com uma cultura que convergia para um campo quase que particular, restrita ao que as outras pessoas tinham vivido e o mais frequente eram os ritos e dogmas religiosos, a partir deles norteava-se a vida de cada novo ser.

A obra retrata o nascimento de um menino sob uma perspectiva sagrada, protegida por códigos e crenças organizadas como verdades absolutas, repetidas no ritual do parto das mulheres daquele contexto, mas sob o olhar atento de uma menina que procura entender o inexplicável naquela conjuntura social e cultural, embora real, seu irmão estava para chegar. “Já tinha muitas mulheres falando, correndo, andando de um lado pro outro. Eu ouvia um tal de “seja forte minha comadre!” O que estava acontecendo a gente não sabia. Mas eu tinha uma grande curiosidade”. (SABINO, 2009, p. 01). As falas das mulheres preconizavam um momento difícil, embora desconhecido das crianças.

“O ser sagrado é o ser proibido que não pode ser violado, do qual não ousamos nos aproximar, porque não pode ser tocado [...] que isolam e protegem do profano.” (RODRIGUES, 2006, p.30). O mistério em torno da vida se confunde, o nascer é um ato que traduz o milagre da vida, embora explicar esse processo é algo obscuro, não se pode dizer as crianças, elas são puras, logo o nascimento percorre caminhos sagrados e simultaneamente profanos, pois envolve a sacralização da vida e a materialização do ato sexual na concepção. A mãe não consegue explicar o óbvio da maternidade, a sua formação e os quesitos dogmáticos da sua crença, limitam-na em suas prerrogativas em torno do processo que deveria ser natural na vida, bem como seus preceitos são invioláveis aos olhos dos atores

² Essas informações foram possíveis, devido o contato com a escritora que reportou a passagem do tempo cronológico da história gravada no conto, segundo ela são marcas de histórias reais assistidas no interior do Brasil no século XX.

sociais adultos da comunidade envolvida, pois vivem sob a dominação de uma determinada lógica e se comportam segundo ela, mesmo de forma inconsciente, o que conhecem preconizam como verdade única.

A cultura, distintivo das sociedades humanas, é como um mapa que orienta o comportamento dos indivíduos em sua vida social[...] Viver em sociedade é viver sob dominação dessa lógica e as pessoas se comportam segundo as exigências dela, muitas vezes sem ter consciência dela. (RODRIGUES, 2006, p.18)

No conto de Sabino, as mulheres estão reunidas em torno de um ritual do corpo feminino, o nascimento, sob um modelo clássico e rudimentar, sem assistência médica ou de algum outro recurso tecnológico que pudesse auxiliar em caso de emergência. Prepararam o cenário para o evento, todas sempre fizeram da mesma forma, num ritmo cultural delas tudo é feito no maior controle, as crianças são afastadas do interior do cenário partitivo. “A casa começava a ficar cheia de mulheres que falavam coisas que nós não entendíamos. A gente olhava pela fecha da janela pra ver o que tava acontecendo. Logo vinha alguma tia e botava a gente pra correr [...] O murmurinho aumentava e uma janela se abria! Uma das mulheres abria a janela, olhando para uma pequena estrada como se tivesse esperando alguém” (SABINO, 2009, p.01). É a visão do desconhecido, se olha o nada, parece reproduzir o vazio daquela mulher da janela, ela apenas sabe um pouco a mais da menina, sabia que a criança ia nascer do ventre da mãe, mas limitava-se a isso, não tinha argumentos para explicar as crianças o que estava acontecendo, logo cercar as informações e a participação delas era o formato mais fácil para resolver a situação vivida.

As mulheres apegaram-se aos mistérios das suas crenças e rituais difundidos no seu mundo, para ocultar a protagonista, uma menina, a origem da vida e o nascimento, visto que, na concepção das mulheres simples, camponesas e com pouca ou nenhuma escolaridade, crianças não precisavam entender o processo natural da existência humana e a chegada de um novo ser. Na concepção delas, a gravidez, o nascimento eram assuntos de adultos, em especial de mulheres experientes sexualmente, ou seja, as casadas, então, qualquer discussão ou fato em torno do tema, deveria manter-se no mais absoluto silêncio e discrição e quando forçadas a possíveis argumentações, esquivavam-se com expressões como: “Sai daí menina enxerida! Tu não sabes que criança não pode ver essas coisas?” (SABINO, 2009, p.01). É a visão do sagrado em torno do corpo feminino e tudo o que nele reflete, deve ser resguardado, temido e separado das fronteiras da profanação.

Mas na menina não povoava qualquer indício de mistério em torno da origem da vida, ela tratava o assunto com naturalidade, não percebia como algo impuro e proibido. “Alguma coisa estava acontecendo que nós não podíamos ver, mas sabíamos que o nosso irmãozinho estava para chegar” (SABINO, 2009, p.01). Era uma criança curiosa e insaciável, queria compreender o que se passava na sua ambiência familiar e as respostas ásperas e descrentes fundadas nos arcaísmos não satisfaziam suas curiosidades e continuava com suas dúvidas. “Lá de fora, nós ouvíamos: vai nascer! Se vai nascer... então temos que olhar pro céu, porque criança vem de lá! [...] porque é que uma criança tem que vim do céu, se mamãe dizia que nosso irmãozinho estava na barriga? [...] tinha que sair da barriga”

(SABINO, 2009, p.01, 02). A protagonista continuava com suas agruras e questionamentos, pois a ideia da sacralização que o bebê vinha do céu era um conceito abstrato para o olhar insaciável de uma menina observadora e atenta as fases da gestação da mãe, viu a barriga crescer e diminuir, e desconfiava do que acontecia no corpo materno, “toda vez que a criança nascia, a barriga de mamãe ficava pequena” (SABINO, 2009, p.02) também percebia que todas as crianças de sua casa só nasciam depois que “Madrinha Vitória” chegasse, era a parteira da família, “Sempre tive uma certa desconfiança de que era ela quem trazia o filho de mamãe escondido em algum lugar!” (SABINO, 2009, p.01), bem como, “Tio Manoel Sérgio” necessário na relação dos gêneros, é a imagem masculina de um ser superior capaz de proteger as mulheres, em especial a mãe da menina que daria a luz.

O tio reporta o símbolo da segurança feminina naquela casa sem a presença do pai na hora do parto. Um homem que não manifesta sua opinião, fica calado o tempo todo, mas a sua condição masculina é suficiente, não precisa fazer discursos para se mostrar, é a imposição da ordem social dos sexos. Tio Manoel Sérgio é o símbolo da dominação masculina, mesmo numa situação que envolve o nascimento de um filho que não é seu e num contexto feminino, descrito num cenário doméstico, uma ação física da mulher – parto - o homem tem seu poder instituído, basta se fazer presente.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção; a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada as mulheres. (BOURDIEU, 2002, p.09).

A ocultação e desconhecimento de informações referentes à gestação e ao parto provocavam situações contraditórias para a protagonista menina e para aquelas mulheres das camadas populares, com pouco ou nenhuma formação formal, tudo o que sabiam sobre as relações com o corpo aprenderam pelas vias da informalidade, uma cultura permeada por mistérios, repressões e tabus, “O ser humano possui uma estrutura biológica, a qual lhe permite ver, ouvir, cheirar, sentir, pensar, porém, a cultura, fornece o rosto de suas visões, sentimentos e pensamentos, criando novos cheiros, sons e visões constituindo novos universos” (RODRIGUES, 1979, p.125), a condição das mulheres limitava-se a procriação sob um paradigma instintivo, deveriam sofrer as dores do parto pela condição de serem mulheres, se algo acontecesse de grave ao seu corpo, tudo se justificava por serem mulheres, ou seja, toda mulher deveria aceitar, porque foi assim, na história de suas avós, mães, tias, irmãs.

A gravidez era tema reservado, tratado por mulheres preferencialmente casadas, essas não estabeleciam um diálogo com as paredes externas de suas casas, viviam na clausura da sexualidade, pois eram abençoadas pelos rituais sagrados da fé religiosa, elas comunhavam os cânones da união sagrada nomeadas pelo casamento, caso contrário, seriam profanas, pecadoras, não eram mulheres ‘sérias e direitas’, seriam mulheres “perdidas”,

desamparadas, excluídas, sem proteção divina ou terrena. “A condição da mulher é representada numa visão conservadora e discriminatória que engendra formas de silenciamento e exclusão” (PIRES, 2003, p.202). Essa condição excludente é reforçada pela própria mulher. Ela vive a clausura do casamento, cuida dos filhos e da casa, não abandona o reduto familiar, enquanto ao marido, é permitido buscar outros ambientes para garantir o sustento da família, é a visão patriarcal do espaço doméstico, a mulher gera, cria, educa o filho, já o homem precisa ‘trabalhar’. A vida feminina expressa no conto se reduz a maternidade. Ela deve priorizar o filho e vive para ele.

Se no mundo adulto as mulheres viviam esses arquétipos de feminilidade sustentados, na repressão e passividade do corpo, transformar o assunto em rodas de conversa para crianças era extremamente delicado e elas nem sabiam como fazer, o conhecimento era restrito aos preceitos da moral do corpo que era objeto de repressão, elas não conheciam o próprio corpo, e como explicar outro corpo dentro dela. Logo falar o que se passava no corpo feminino daquelas mulheres era um estranhamento, como se falasse de um ser externo a elas.

A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: “É um macho!” O termo “fêmea” é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível inimigo. (BEVOUIR, 1967, p.27)

No conto, o corpo feminino não tem o mesmo referencial que o masculino, a condição cultural, ao mesmo tempo em que o diviniza, a reduz a condição de fêmea, denigre a sua condição de ser humano, mãe e mulher, é uma mera procriadora, assim foi feita e descrita nos cânones religiosos, não tem a função de sentir prazer, ser amada, admirada, seu corpo é domesticado para parir e o sucesso do parto dependerá da fé e crença da mãe, que teve seu filho em casa com parto natural, sem a ajuda e cuidados médicos. É a pura tradução do mito onde o parto é a prova que a mulher deve sofrer, sentir as dores para gerar e dar a luz a seu filho, porque é uma pecadora.

O parto sempre foi cercado de mitos e crenças e, a para mistificá-lo mais ainda, a Bíblia Sagrada menciona que as dores do parto são como castigo que a mulher deve sofrer por ter cometido o pecado original, expressando, assim algo que é a realidade psíquica, tanto para a mulher crente como para a atéia: que seu filho é fruto do pecado e dar à luz a faz merecedora do castigo. (BEZERRA, 2006, p.04)

As dificuldades de entender o universo feminino descrito na narrativa perpassam pela identidade cultural, que representa o modo de viver das mulheres descritas, elas vivem descontextualizadas em relação às informações à maternidade, estão num reduto social e cultural que limita visualizar experiências novas, situações que geram mais segurança e

qualidade de vida na hora do parto. Para elas, ser mãe é sinônimo de uma cultura canônica, com base nos princípios do homem religioso ou bíblicos, onde toda mulher deve dar a luz quantas vezes Deus permitir, é uma procriação desumana, sem planejamento, como se a maternidade não tivesse uma relação humana, mas um formato orgânico, é a progenitora, a fêmea e tudo o que se passa em torno deve ter uma aceção dogmática, limitada e cerceada de liberdade, como se o corpo feminino estivesse preso às algemas canônicas.

O nascimento, o parto descrito no conto, tem funções que competem às fêmeas, um ritual obrigatório para as mulheres da narrativa, todas deveriam passar para comprovar o ciclo da vida, era inconcebível ser mulher e não procriar. Uma cobrança ao corpo feminino, porque ao homem, não havia essas exigências de ser pai, também não lhe competia às responsabilidades paternas, pois a figura masculina não é retratada, ele não era necessário após a concepção do embrião, a gestação e o parto cabiam a mulher, ela suportava sozinha todo o processo, somente na hora do parto, surgem algumas mulheres e um homem, pois uma nova vida radiará naquele ambiente, logo precisa de proteção contemplada pela força física e não afetiva, tanto da parteira como das demais pessoas. Visto que, o parto emerge um ato doloroso, assustador, um prenúncio de dor, ao mesmo tempo em que, anuncia a vida, pode ser sinônimo de morte, perigo com a vida da mãe e da criança.

A dor é vista pela mulher como essencial no processo partutivo e, ao descrever sua evolução e o comportamento assumido, mostra sentir-se em perigo, ameaçada porque revela medo diante do desconforto provocado pela dor. Acredita que supera sua própria resistência física, possa levá-la à morte e roga pelo parto como um evento que possibilitará o término de seu sofrimento. Desse modo, as dores no momento da expulsão terminam aceitas como o fim da parturição. (BEZERRA, 2006, p.05)

O conto permite visualizar o medo sentido pela mãe na hora do parto, a protagonista descreve que ela chora, e ela só chorava quando estava triste, “Lembro-me que quando os meus irmãos iam nascer, mamãe chorava, abraçava a gente e um clima muito tenso pairava no ar” (SABINO, 2009, p. 01), o processo partutivo gerou alguma situação que a menina não conseguiu descrever com precisão, pois nada entendia sobre nascimento, mas percebeu que a mãe estava angustiada e sofrendo. Ela abraçava seus filhos, um símbolo de proteção de quem quer proteger e precisa ser protegida. A mãe não pode expressar o que sente, precisa ser mais forte do que os filhos, além de tudo, era assunto para adulto, mas buscou no afago dos filhos, força e coragem para expulsar mais um filho do seu ventre e poder anunciar aos seus que era mãe mais uma vez, uma guerreira capaz de superar seus próprios limites.

A narrativa permite delinear a divisão dos gêneros na constituição familiar, apesar do nascimento acontecer no berço de uma família convencional, em casa com ajuda da parteira, a obrigatoriedade com a maternidade seria feminina. O pai não foi descrito em passagem alguma no processo do parto. A mulher gerou e deu a luz. É a expressão do mito da inferioridade feminina, a mulher responde por alguns segmentos de cunho natural pertinente ao seu gênero, dentre eles, a procriação. Não é soberana, a ela compete somente

o que a natureza lhe permite, não tinha acesso conhecer seu corpo e ter limites sobre ele, pois tudo era determinado sem o consentimento dela.

Desde a cultura greco-romana, a condição feminina é representada como passiva e inferior, tomando como parâmetro o padrão anatômico, fisiológico e psicológico masculino. Toda a carga histórica de valores e comportamentos diferenciados e discriminatórios entre homens e mulheres fundou o que se convencionou chamar relações de gênero, constituídas e perpetuadas social e economicamente e determinadas pela cultura e pela história. PIRES, 2003, p. 207).

A mulher procura superar sua dependência e inferioridade, mas no conto o único momento que a permite sentir-se estranhamente 'superior' restringiu-se a condição de gerar e dar a vida, porque transitou uma passagem independente do macho, embora solitária e sofrida, segundo o olhar da menina protagonista, "Lembro-me quando meus irmãos iam nascer, mamãe chorava, abraçava a gente [...] Era um misto de alegria e tristeza. Acho que era mais tristeza porque se mamãe chorava era porque não era coisa boa" (SABINO, 2009, p.01). Ou seja, não havia certeza de felicidade com a chegada da criança. Era um processo de incerteza que precisava ser superada e a única certeza que carregava consigo era sua fé religiosa. Assim, esse clima não traduziu uma passagem de autonomia feminina, mas limitado e sofrido. O ambiente do nascimento era tenso, e os sentimentos se mesclavam entre dor e alegria. Cabe lembrar que na cultura judaico-cristã a procriação foi uma maldição e punição de Deus, devido à origem do pecado original: "Multiplicareis sobremodo os sofrimentos de tua gravidez: em meio de dores darás a luz filhos" (ROMERO, 1995, p. 110). É como se estivesse prescrito que a mulher deve sofrer solitária a dor e os riscos do parto. Cabe salientar que a mulher do conto, é posta ao sofrimento natural e aos riscos do parto, um formato primário sem assistência médica, fator que pode comprometer a própria vida da mãe e da criança, mas tudo se justificava, por ser ela mulher, logo deveria sofrer.

Mesmo que no texto houvesse uma predisposição para um modelo social matriarcal, sem a presença masculina do pai, percebe-se a influência cultural de um universo pensado a partir do olhar andocrêntrico, onde a mulher tinha papéis definidos, a maternidade não era opção, era uma necessidade, imposição a fêmea, aquela que não procriasse não era vista mulher por inteira. Aquela que não tivesse filhos era discriminada entre as próprias mulheres, seria inferior as demais. Essa formação castradora com certeza foi pensada para que não fosse um ser capaz de pensar e tomar decisões, embora muitas vezes seus homens migrassem em busca de novas frentes de trabalho e eram elas que educavam e alimentavam seus filhos. Uma cultura contraditória, por um lado eram percebidas como incapazes, desprovidas de saber, por outro, elas geravam, administravam seus lares, e os homens se faziam presentes em poucas ocasiões, entre elas na concepção dos filhos, que poderia ser sentida como mais agruras do que propriamente momentos de intenso prazer a mulher. Essa submissão velada pode ser entendida por:

Violência simbólica, aquela violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce pelas vias essencialmente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou em última instância, do sentimento.

(BOURDIEU, 2002, p.04)

A violência simbólica feminina tornava as mulheres assujeitadas, ocultas, invisíveis e pensadas a partir do homem, e inconscientemente reproduzem essa cultura violenta, moralista e castradora às outras mulheres ainda meninas - suas filhas, assim ocultavam informações sobre o corpo feminino, porque foram educadas com reservas, determinava-se o que podiam ouvir e viver. Fato que não permitiu a protagonista menina encontrar respostas às suas dúvidas sobre a maternidade.

Dentre esses mistérios do corpo feminino, encontrava-se o parto, os tabus e mitos assombravam as tentativas frustradas de explicar a origem da vida, as mulheres não podiam revelar o que sabiam as meninas, porque se entendia que eram crianças, e invadiria os princípios da idolatria a moral da família, pois tudo que se associassem as questões sexuais eram percebidas como profanas e impuras nas vozes e atitudes das crianças. No entanto, a menina do conto, apesar de viver distante das modernidades e tecnologias, com pouco acesso a informações que ultrapassassem o entorno do seu universo rural, era questionadora, queria conhecer o mundo, a vida, embora as mulheres de sua família a percebessem como perturbadora e inquieta, ela rompia com a formação secular das mulheres que diziam : "Sai daí menina enxerida!" (SABINO, 2009, p.01). Era uma criança a frente do seu tempo, uma raridade, curiosa e desafiadora, porque não se satisfazia com as respostas prontas. No seu mundo indagava-se como se pudesse encontrar soluções para seus dissabores de menina, que apenas queria entender como seus irmãos nasciam, aparentemente nada de impuro e profano aos olhos de uma criança em fase de descobertas.

A protagonista, ainda menina, ficava injuriada, para ela a explicação que seus irmãos chegavam do céu não a satisfazia, e questionava: "Mas o que é que a gente não pode ver? E por que é que a gente não pode ver? Deve ser uma coisa muito errada! Deve ser algo muito feio. Mas que diacho e isso que não podemos ver, meu Deus?". (SABINO, 2009, p.09). É a castração do corpo feito pela própria mulher aos seus pares e sob a perspectiva da menina, tudo que a princípio era proibido à criança, era percebido por ela como errado, feio, profano.

A menina compunha um novo cenário feminino, suas interrogações traçavam um novo formato de pensar a vida e o corpo feminino, até então vivido pelas mulheres de sua família, as quais estavam sob os alofortes da dominação, opressão de uma estrutura familiar, e desconheciam que a formação dos gêneros em alguns ambientes sociais, passava por momentos de reflexão, pois viviam quase que isoladas dos fatos, realimentavam-se dos acontecimentos e informações transmitidas pelas gerações de suas mães. A partir disso, deduz-se que a menina também deveria reproduzir a mesma formação, mas as pessoas são cheias de surpresas, dentre aquele universo, havia uma menina que conseguiu refletir sobre sua ambiência, mesmo sem um conhecimento elaborado sobre o questionado, ela nem sonhava que o pensado por ela em relação ao corpo e as relações sociais, já fosse tema de intensas discussões no Brasil, era a luta pela emancipação da mulher, no entanto, um processo silencioso, lento e distante nas regiões periféricas do país, onde a mulher passou por estágios de vida que foram desde a selvageria à civilização, subjugada e explorada pelo sexo oposto consciente e até inconsciente de acordo com seus valores culturais.

A busca pela emancipação feminina, a superação dos conflitos de inferioridade do gênero como um segundo sexo, teve a matriz de promover a inserção de ambos os sexos, numa sociedade onde fossem tratados como pessoas, e não como objetos prontos com papéis pré-determinados antes mesmo de nascer.

O conceito de gênero tem o objetivo de chamar a atenção sobre a construção social dos sexos, sobre a produção do feminino e do masculino, não como algo dado e pronto no momento do nascimento, mas como um processo que se dá ao longo de toda a vida e vai fazendo com que as pessoas, os sujeitos, se tornem homens e mulheres de formas muito diversificadas, sempre de acordo com o que aquela sociedade, aquele momento histórico, a sua cultura, as suas relações étnicas, religiosas, de classe, consideram, permitem e possibilitam (CONFORTIN, 2003, p.107).

No decorrer dos tempos, a humanidade sob a observação masculina, reproduziu e transmitiu conceitos equivocados em relação às mulheres e estas sem voz, acabaram auxiliando a disseminação de ideias contra elas próprias. Viviam um mundo sob os alofortes não construídos a partir delas, mas em função do ser masculino. Aquele que não representou a identidade do gênero feminino, ou seja, foi a masculinização da imagem da mulher. Assim eram educadas para não construírem uma imagem própria de ser mulher, com desejos e aspirações, deveriam seguir dogmas.

No conto, a menina rompe com os estigmas da masculinização da mulher, ela quer saber, associou o processo da digestão com o nascimento, era algo que ela conhecia, e entendia que ao ingerir um alimento ele sairia. “Quando a gente come, a comida toda que fica sai pelo reto. [...]. Com base na minha descoberta e usando o pensamento lógico, de que se a comida da barriga sai pelo reto, logo imaginei: então a gente nasce pelo cú!” (SABINO, 2009, p. 02). Eram tentativas de entender o corpo, já que não recebia informações que a satisfizesse. E ela continuava suas indagações: “Será que alguém pode nascer por lá? Será que vem da mesma tripa junto com as fezes?” (SABINO, 2009, p.02). Uma menina sábia cheia de interrogações, no entanto sem respostas, os adultos encobriam qualquer possibilidade dela navegar por conceitos aproximados da realidade materna, pois as lendas se encarregavam de informar o processo do nascimento. Cabe lembrar que a menina parou de questionar as mulheres e começou a elaborar suas próprias proposições acerca de suas curiosidades, porque só recebia respostas insanas para quem buscava entender os fatos.

A menina estava numa fase de descobertas do seu corpo, dialogava com ele, pois não tinha a quem recorrer para sanar suas incertezas, ela criava mecanismos de defesa para entender-se, admirava até mesmo suas fezes, as personificava, e as via como arte, quase uma escultura. “Quando as fezes saíam do ânus, caindo no chão, personificava-se, como se fosse gente, transformando-se em um tolete, quase uma escultura, com um lindo formato vertical. Eu adorava minha obra.” (SABINO, 2009, p. 02). A menina não via impurezas em nada que proviesse de seu corpo, tudo era puro e lindo. Ela não tinha as máculas do preconceito, tudo era natural e assim deveria ser sentido e vivido. O retrato de um choque cultural entre as gerações de mulheres da sua família. Como ela poderia

pensar tão diferente, romper arquétipos, querer ver o mundo maternal num formato sem complexidades se ela somente tinha vivido a cultura retraída de sua mãe e das mulheres da sua comunidade. São as diferenças preconizadas que brotaram da própria menina.

Num determinado momento da vida, a protagonista viaja além do círculo familiar e conhece a escola da cidade, lá descobriu como nascia um bebê, mas não ficou satisfeita e buscou sentidos no seu corpo, única possibilidade, naquele momento.

Fiquei sabendo que criança nascia pela vagina. Dei uma olhadinha em mim, com um espelho, especificamente em minhas partes íntimas, e achei impossível que aquilo fosse verdade. Agachei-me, pus meus pés em dois tijolos, e com o espelho amarelo que vivia pendurado na parede pra gente pentear os cabelos, olhei pra baixo. Não vi nada que pudesse passar uma cabeça tão grande quanto à cabeça dos meus irmãos. (SABINO, 2009, p.02)

Ela era curiosa, investigadora e foi fazer um teste com a informação recebida, mais uma vez foram explicações incompletas, não se revelou a anatomia do corpo feminino, restringiu-se a dizer que o bebê nascia pela vagina. A menina não conhecia os mistérios em torno do seu corpo, como entender as diferenças físicas de uma criança e uma mulher adulta com o corpo desenvolvido para receber um filho, suas transformações necessárias e naturais. Tudo era silenciado.

A educação sobre a sexualidade feminina, impôs a menina uma condição de: “eu tinha que nascer de novo” (SABINO, 2009, p.02). Ela não encontrou sentido para aquilo que buscava, sua sexualidade foi tolhida, seus desejos e prazeres ocultados, instaurou-se a marginalização do ser mulher, impedindo um desenvolvimento físico e emocional natural, pois sabia que aquilo que diziam a ela não era real, mascaravam a vida, um formato mecânico de abordar os sentidos do corpo, era o controle da vida feminina exercida pela autoridade materna, aspecto grave, pois a mulher já vivia represálias e obscuridades dos seus desejos e vontades, e ela própria disseminou o protótipo da autoridade da repetição, da impossibilidade de uma menina conhecer-se, pois percebeu que aquilo que sabia de nada servia, vivia uma letargia feminina, não respondia as suas necessidades e por isso teria que nascer de novo, talvez nessa nova vida suas angústias tivessem respostas.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BEZERRA, M.G. Fatores culturais que interferem nas experiências das mulheres durante o trabalho de parto. Disponível em: HTTP: www.eerp.usp.br/rlae. Acesso em: 03 mar. 2011.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Experiência vivida. Tradução Sérgio Milliet – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

-
- BOURDEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Khuner - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. Tradução Leila Souza Mendes - São Leopoldo: EDITORIA UNISINOS, 2008.
- FERREIRA, M. L. **O que os filósofos pensam sobre as mulheres**. São Leopoldo: EDITORA UNISINOS, 2010.
- MIRCEA, E. **O sagrado e o profano**. tradução Rogério Fernandes. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- PIRES, V.L. **A identidade do sujeito feminino**: uma leitura das desigualdades. In: GUILARDI-LUCENA, M. I. **Representações do feminino**. Campinas, SP: Ed. Átomo, 2003.
- PRIORI, M. D. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- RODRIGUES, J. C. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006
- SABINO, M.P. **A menina que queria nascer de novo**. Sinop: 2009.



CABO VERDE, DA ÁRVORE DA VIDA À ÁRVORE DAS PALAVRAS

Simone Caputo Gomes¹

Resumo: A partir da viagem de Darwin e de algumas de suas descrições de sua visita ao arquipélago, o primeiro ponto do périplo que o cientista percorreu, buscaremos documentar a variabilidade da flora caboverdiana, que se metamorfoseia a partir de condições geoclimáticas de cada ilha, da proximidade de ribeiras, da qualidade de vida que lhe imprimem os governantes. As condições passadas e as possibilidades futuras a partir do aproveitamento da flora existente serão expostas nesta nossa viagem literária. A circulação das espécies vindas de outros países e levadas de Cabo Verde para outros cantos do mundo evidencia o papel do arquipélago como importante plataforma giratória.

Palavras-chave: Árvores de Cabo Verde na literatura; Darwin; espécies; plataforma. Giratória

Abstract: The trip from Darwin and some of his descriptions of his visit to the archipelago, the first point of the tour that the scientist has come, we will seek to document the variability of Cape Verdean flora, which morphs from geoclimatic conditions of each island, the proximity of streams, the quality of life that lends it the rulers. The past conditions and future possibilities from the use of existing flora be exposed in our literary journey. The movement of species from other countries and taken to Cape Verde for other corners of the world highlights the role of the archipelago as a important turntable platform.

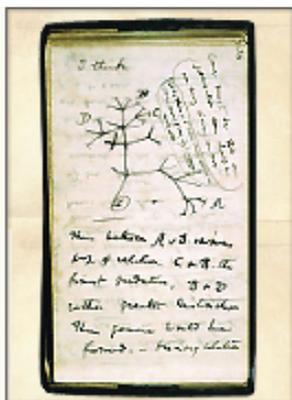
Keywords: Trees of Cape Verde in the literature, Darwin; species; turntable platform.

Aqui foi onde em vi pela primeira vez a glória da vegetação tropical.
Tâmaras, bananas e palmeiras floresciam no meu caminho. Eu voltei para o navio,
pisando rochas vulcânicas, vendo novos insectos pousando em novas flores.
Tem sido para mim um dia glorioso, como quando se dá visão a um homem cego.
(Charles Darwin, *Diário*, fevereiro de 1832)

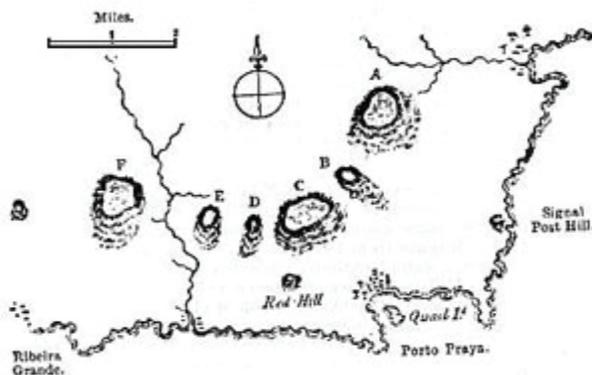
*Talvez um dia
onde é seco o vale
e as árvores dispersas
haja rios e florestas.
(Arménio Vieira, 1962)*

¹ Professora Pós-Doutora da Universidade de São Paulo - USP. E-mail: simonecaputog@usp.br

A história da viagem pelo mundo do naturalista inglês Charles Darwin, iniciada em 1831, a bordo do *Beagle*, tem como marco um minúsculo ponto no mapa: o arquipélago de Cabo Verde. De fevereiro de 1832, época da chegada à ilha vulcânica de Santiago, a janeiro de 1833, o *Diário* de Darwin começa a gerar uma teoria que revolucionará para sempre a geografia humana: a da “árvore da vida” ou *Origem das espécies*, com base no conceito de evolução.



Chegando às ilhas de Cabo Verde em 16 de janeiro, o *Beagle* ancorou em “Porto Praia” por vinte e três dias. Durante a estadia, Darwin visitou várias regiões da grande ilha e, durante o percurso, fez detalhadas observações sobre a geologia, a flora e a fauna do berço da nação mestiça caboverdiana, que abrigou a primeira cidade europeia nos trópicos. Uma nova visão da diversidade da vida no planeta se descortinaria para o estudioso a partir desse primeiro laboratório, no qual foram observados plantas e animais, assim como o modo de vida das respectivas populações e a movimentação dos navios negreiros. Visitas a cavalo ao interior da ilha, à Ribeira Grande (atual Cidade Velha, erigida a Patrimônio da Humanidade em 2009), a Fontes e a S. Domingos possibilitaram ao pesquisador a recolha de inusitadas informações. O ilhéu de Santa Maria e o Monte Vermelho, na localidade denominada hoje Palmarejo, também foram objeto de observação. Além disso, Darwin teve a oportunidade de participar das festas de Fevereiro na Várzea da Igreja de N. Sra. do Rosário (da atual Cidade Velha), onde foi homenageado com uma sessão de batuque por um grupo tradicional de moças.



Nas cartas dirigidas ao pai, Darwin referiu pequenos bosques a ladear ribeiras, repletos de coqueiros (possivelmente na Praia Negra), bananais e cafezais, no meio dos quais se sentava para escrever. Aquela vegetação contrastava com o aspecto “desolador” que constata na cidade da Praia vista do mar, o que evidencia já uma amostra da diversidade que mais tarde encontraria em macro-escala, em sua viagem ao redor do mundo.

Assim começa o relato da viagem de Darwin:

No dia 16 de janeiro de 1832 lançávamos âncora em Porto Praia, em São Tiago, ilha principal do arquipélago de Cabo Verde. É desolador o aspecto que apresentam as imediações de Porto Praia a quem as observa do mar. Em quase toda parte a terra se mostra inóspita à vegetação, um depoimento de passadas iras vulcânicas e do fogo abrasador de um sol tropical. O terreno eleva-se em platôs sucessivos, vendo-se aqui e ali colinas em cone truncado destacando-se de uma serra irregular de montanhas mais elevadas que confinam o horizonte. [...]

De modo geral, a ilha seria considerada como excessivamente desinteressante; contudo a quem está acostumado a contemplar somente paisagens inglesas, a grandiosidade de um terreno absolutamente estéril oferece uma grandiosidade de aspecto, cujo encanto a presença de vegetação mais luxuriante poderia destruir. Mal se pode discernir, sobre a extensa planície de lava, a verdura de uma simples folha, entretanto, cabras em rebanho e algumas vacas conseguem ali viver. (Grifos nossos).

É de tácito conhecimento que os momentos da série literária caboverdiana que documentam a visão dramática da estiagem são antológicos e o poema “Paisagem”, de Jorge Barbosa, denota o realismo com que este fundador da *Claridade* busca retratar o seu *Arquipélago*:

Malditos
estes anos de seca! [...]
Árvores pasmadas
sequiosas
com restos ainda
dos ninhos que abrigaram,
deixam rogativas silenciosas
no deslocamento da paisagem!

E a terra seca
cheia de sol! [...]

Em tudo
o cenário dolorosíssimo
da estiagem
_ da fome! (apud FERREIRA, 1975, p. 96)

O poema “Seca”, de Ovídio Martins, reitera, na personificação das árvores, o quadro de desolação:

Árvores
de ramos arreganhados
a pingar suor e lágrimas [...]
Árvores
sem carne (apud FERREIRA, 1975, p. 183-184).

Mas essa visão trágica da seca não permite uniformizar estereotipadamente Cabo Verde como um arquipélago isento de qualidade de vida e paciente da desolação. É claro que, conjugado à repressão e ao abandono coloniais, o quadro de estiagem foi (ou tem sido) hiperbolizado pelo discurso literário como estratégia de expressão de revolta e resistência; contudo, devemos lembrar que dez ilhas dispersas no Atlântico e de configurações geoclimáticas, orográficas e hidrográficas variadas compõem a nação caboverdiana.

Em seus manuscritos, Valentim Fernandes, um dos que primeiramente descreveu de forma sistemática a orografia, a flora e os recursos hídricos de Cabo Verde (*Cartas das Ilhas de Cabo Verde: 1506-1508*), assim caracteriza as ilhas, permitindo que as dividamos em três subgrupos: ilhas do Oriente, extremamente áridas e planas, com água salobra, quando há (Boavista, Sal, Maio); ilhas e ilhéus do Norte, pobres em cobertura vegetal, secos (São Vicente, Santa Luzia, ilhéus Raso e Má Sombra); ilhas altas ou “fragosas”, de cobertura vegetal rica e recursos hídricos provenientes de ribeiras com “boas águas” (Brava, São Nicolau, Santo Antão, Santiago e Fogo).

Da vegetação das ilhas de Santiago e São Nicolau já destacava Fernandes nos manuscritos:

Nesta ylha de Santiago ha tres meses de inverno –a saber- junho julho e agosto. E este inverno nom se chama por frialdade se nom pellas chuyuas. Esta ylha da todas as fruitas de Portugal que se nella prantam figos uvas melões açucares e todas outras fruitas ha per todo ho anno. Nom da trigo nem çeuada, Da milho e arroz como em Guynee [...].
Ylha de Sam Nicolao jaz ao norte da ylha Brava 30 legoas. He ilha alta e grande e de niuytos aruoredos e de muytas boas agoas. Ha nesta ylha ha muytas arvores dragoeyros de que fazem o sangue de dragam. Esta ilha he pouoada de cabras e nom de gente. (Fol. 192/59, grifos nossos).

Em *Xaguete*, Teixeira de Sousa, pela boca de uma personagem, traz à memória cenas de São Jorge, localidade onde se encontra o jardim botânico da ilha de Santiago:

_ Olha, lembrei-me muito de São Jorge dos meus tempos de criança. São Jorge tinha de tudo, caju, manga, papaia, cana da ilha, goiaba, ananás, sei lá que mais. Noutro dia fui lá, nem conheci o lugar. Está nu de arvoredo. Só havia as culturas de as-águas. [...] Outro exemplo. Quando saí daqui, a ribeira de São João, entre Lém e a vila, era atravancada de espinheiros,

purgueiras, bombardeiros e outras coisas. Hoje não tem nada de nada. (SOUSA, 1988, p. 321).

Do contraponto entre esses textos de Valentim Fernandes e Teixeira de Sousa, conjugados às observações de Darwin quando desembarcou em Cabo Verde, podemos depreender a extrema diversidade da flora caboverdiana, segundo as estações do ano, a localização das ilhas, a altitude dos solos. Aprofundemos mais o estudo do tema.

As chuvas que caracterizam o inverno da ilha de Santiago são sempre ansiosamente aguardadas, pois que propiciam a futura colheita do figo, do melão, do milho, do arroz e da cana sacarina (trazida da Madeira para Cabo Verde e de lá para o Brasil), entre outras espécies. Em São Nicolau, a paisagem de dragoeiros constitui uma das únicas no mundo, pela raridade da *Dracaena draco*, espécie endêmica da região da Macaronésia (ilhas de Cabo Verde, Canárias e Madeira); sua seiva vermelha (o sangue de dragão) é largamente usada na medicina popular, na tinturaria e na mistura do grogue, para “envelhecê-lo”.

Chamada “ilha dos dragoeiros”, S. Nicolau possui uma reserva natural, o Monte Gordo, título de romance de Leopoldina Barreto (natural dessa região) e uma agricultura-modelo. Como símbolo, o dragoeiro é comparado ao caboverdiano:

Espécie rara. Fóssil vivo teimosamente resistente desde a noite dos tempos. De um tronco esguio, crespo e agreste rebentam no topo braços e folhas-lanças espetadas pra o céu. O dragoeiro e o Homem cabo-verdiano, uma teimosia, dois caprichos da natureza. (LOPES, [s.d.], p. 2).

Sabe-se que, em Cabo Verde, em tempos mais afastados, a vegetação era exuberante, embora sem florestas ricas em madeira. Jorge Barbosa sintetiza magistralmente em seu poema “A terra” a correlação entre o tempo de as-águas (azáguas) e a fertilidade:

Terra fértil
 Das bananeiras, das laranjeiras,
 Dos acajus,
 Dos cafeeiros, das uvas, dos batatais;
 Do milho que dá cachupa, o cuscuz,
 A batanca, o gufongo;
 Das canas
 Que dão grogue e mel...

Terra fértil
 _ das oleaginosas,
 Das acácias, dos cardeais,
 Das roseiras,
 Dos marmeleiros, das goiabeiras,
 Das árvores resinosas,
 Das árvores de fruta.

Das árvores de sombra...

[...]

Terra fértil!...

Se não cai a chuva,

_ o desalento

A tragédia da estiagem! _ (BARBOSA, 2002, p. 41).

Fernando Pires, sobre as condições em que os primeiros povoadores encontraram a Praia Grande ou Branca (mais tarde vila da Praia), refere as “excelentes qualidades naturais do lugar”: a baía, com águas profundas e boas condições de navegabilidade, a possibilidade de construção de um bom porto, as condições favoráveis de defesa desse porto e da ilha, as várias ribeiras de água doce que percorriam a região, como a ribeira da Fonte Ana, que, pela proximidade do ancoradouro, passou a ser ponto de paragem obrigatória dos navios (PIRES, 2007).

A ação do homem sobre a natureza, porém, provocou dramáticas alterações na paisagem com a criação de campos de cultivo, com desvio de cursos de água, a introdução de novas plantas de pastagem, a instalação do gado (sobretudo cabras), o corte de árvores e arbustos tão rapidamente que não permitia à flora natural regenerar-se. E o abandono a que o governo colonial reduziu o seu principal entreposto de escravos. Desde a independência têm sido empreendidos esforços para proteger as espécies endêmicas e reflorestar as encostas, para deter a erosão dos solos. A descrição do aspecto cada vez mais desértico (e inserto no Sahel) do arquipélago tem sido uma constante nos textos literários caboverdianos, como é possível perceber neste extrato expressionista de *Chuva Braba* (capítulo I, parte II), de Manuel Lopes:

Porto Novo não tem montanhas. Ali há vento à solta, mar raso por aí fora franjado de carneirada. Há distância: um azul que navega e naufraga num mundo sem limite. [...] As árvores são torcidas e tenazes, têm a riqueza dramática das desgraças hereditárias ou das indomáveis perseveranças.

Ou no poema de António Pedro:

Eram castanhos os montes

E as árvores esgalhadas,

E atormentadas,

E nuas... (apud FERREIRA, 1975, p. 80)

Mas voltemos ao *Diário* de Darwin e à descrição que realiza do meio ambiente da ilha de Santiago, sujeito aos caprichos das chuvas temporárias:

Raramente chove, mas durante um curto período do ano desabam pesadas torrentes, e isso basta para que, imediatamente depois, de todas as fendas

e orifícios brote uma vegetação ligeira. Cedo se estiola, porém, é deste feno natural que se nutrem os animais existentes. Havia, agora, um ano inteiro que não chovia. Por ocasião da descoberta da ilha, a vizinhança imediata de Porto Praia revestia-se de árvores, e a destruição intempestiva do arvoredo causou aqui como em Santa Helena, e em algumas ilhas Canárias, a quase total esterilidade do solo. [...] Os vales amplos e planos, muitos dos quais, na estação chuvosa, servem durante alguns dias de curso as águas, acham-se atapetados de arbustos cerrados e sem folhas.

Cabe ressaltar ainda que a flora caboverdiana diferencia-se, horizontalmente, de ilha para ilha ou no interior de uma mesma ilha, e verticalmente, de acordo com as altitudes das ilhas.

Sobre as mudanças abruptas de cenário, Darwin observa a diversidade horizontal:

É espantoso como a natureza consegue sobreviver nestas condições tão secas e quentes. No outro lado da ilha, na aldeia de S. Domingos, o cenário muda notoriamente e é belo de verdade. Chegámos num dia festivo em que a população negra nativa cantava e dançava. Um pequeno ribeiro cristalino atravessa a aldeia e as plantas crescem nas imediações. Tudo é viçoso e verde. Aproveitei a oportunidade para examinar a lava vulcânica. Que maravilha poder observá-la aqui, no sítio a que pertence! Tomei várias notas para o meu livro. Mais tarde vou escrever sobre o assunto aos meus amigos de Inglaterra. (Grifos nossos).

Perto de uma ribeira ou “Depois da chuva” (título do poema de Jorge Barbosa), o aspecto desolador descrito por Darwin nas partes mais áridas da ilha reverdece. Observemos como a linguagem poética capta esta mutação:

Quando a chuva passar
Hei-de ir ao cimo do Cutelo
Para ver o cenário soberbo que a terra tem
E sentir o cheiro húmido da terra encharcada (BARBOSA, op. cit, p. 87)

Nas espécies da Macaronésia encontra-se a maior percentagem das espécies vegetais endêmicas de Cabo Verde, especialmente o marmulano, o dragoeiro, a tamareira caboverdiana (citada por Darwin), a língua de vaca, o tortolho, o lantisco e a losna. As espécies provenientes da África tropical, principalmente das zonas sudano-sahelianas, predominam nos andares baixos: é uma vegetação de transição entre a savana (estepe) arbórea ou herbácea, tipos relativamente secos não diferenciados, e a estepe arbórea com abundância de acácias ou outras espécies de zonas úmidas. Destacam-se dentre as espécies sudano-sahelianas a calabaceira, o poilão, o tamarindo, a figueira brava, o zimbrão, o espinho branco, o bombardeiro e o barnelo. Nos andares superiores, entre os 400 e os 1.400 metros, predomina a vegetação úmida ou sub-úmida, com culturas tropicais.

As plantas introduzidas pelo homem perfazem mais de 200 espécies, com procedência de quase todos os continentes, como as que constituem a base da alimentação: milho, fava, batata doce, batata comum, mandioca, abóbora (levados do Brasil para o

arquipélago e depois para os continentes africano e europeu).

Manuel Lopes, no texto em prosa que inaugura a literatura caboverdiana, *Paúl*, em seu registro da viagem à localidade da ilha de Santo Antão, um vale junto à ribeira, refere este fato:

Quem vai ao Paúl e saboreia o esplendido clima que paira sem violência em toda a sua extensão e vê com os próprios olhos a variedade de vegetação que nele se adapta; a facilidade com que as árvores frutíferas dos paízes mais distantes ali se acomodam; e avalia a prodigiosa fecundidade do seu subsolo liberal, onde se acotovelam raízes de muitas nacionalidades. (LOPES, 1993, p. 246).

A “prodigalidade da bacia hidrográfica paludense” (p. 243) possibilita a presença, entre sua “vegetação densa” (ibidem), de “coqueiros abundantes” (p. 241), “palmeiras e canas” (p. 242). A “variabilidade da flora”, abundante nas “encostas cobertas de “vegetação heterogénia” (p. 244), compõe a paisagem, pintada em quadros (em “tons picturais múltiplos”) por Manuel Lopes como “rapsódia monumental” ou “apoteose” (ibidem), aliando as artes que com mestria soube utilizar como expressão: literatura e pintura.

Dentre as espécies observadas por Lopes na Ribeira do Paúl, destaca-se a cana, transplantada da ilha da Madeira para o arquipélago e depois trazida para o Brasil: “A cultura da cana sacarina é a que domina no Paúl. Pelo menos, é a mais vulgarizada” (p. 244).

O ficcionista refere, além da cana sacarina, matéria-prima do grogue ou aguardente caboverdiana, as laranjeiras, as mangueiras, as bananeiras, os cafeeiros como árvores que se espalham pelas montanhas do Paúl nos “varandins de vegetação luxuriante” (p. 244-246).

Como o tamarindeiro (cantado e decantado como árvore secular, 1988, p.333 em diante), Teixeira de Sousa, em *Xaguete*, refere ainda outras das espécies levadas de longe para Cabo Verde: “No ar pairava o cheiro da época da colheita, as espigas amarelecidas, os feijões pendendo dos caules, as abóboras adormecendo na palha, a batata-doce mandando no terreno” (SOUSA, 1988, p. 331).

O coco da Índia veio depois para terras brasileiras. A semente de purgueira, levada de Portugal para as ilhas, abastecerá, segundo projeto financiado pelo Bayer Crop Scienc, a Alemanha do futuro, com biodiesel proveniente de 130 hectares de plantações na ilha do Fogo.

Chamada “ouro verde” em Cabo Verde no século XIX, a purgueira, originária das Caraíbas, transplantada para o arquipélago pelos colonizadores, cobria quase nove mil hectares, por volta de 1830, em Santiago, Fogo e Boa Vista. Porto Gouveia, hoje concelho da Ribeira Grande de Santiago, era o escoadouro das toneladas de purga que abasteciam navios rumo a Portugal e França.

Após o ciclo do açúcar, que desenhou na Ribeira Grande os primeiros anos do povoamento da ilha de Santiago e impulsionou a importação de mão de obra escrava, o ciclo da purgueira terá sido um dos grandes momentos da história da economia do arquipélago. Hoje, o “ouro verde” torna-se uma alternativa viável para a substituição do “ouro negro”, como adiante destacamos.

Sobre a história econômica da Ilha do Fogo com base no comércio local da purgueira e posterior monopólio da indústria nacional, Teixeira de Sousa, em *Ilhéu de Contenda*, evoca, pela voz da personagem Eusébio, os tempos áureos do negócio da purgueira, produto que assumiu um dia relevo na economia do arquipélago:

Ouvia contar ao pai que outrora exportavam purgueira para Marselha por bom preço. Depois que a indústria nacional se assenhoreara dessa oleaginosa, o preço desceu escandalosamente. Antigamente a purgueira era o mealheiro do pobre e a burra do negociante. O povinho vestia-se com a purgueira que colhia. O comerciante pagava em tecidos a purgueira que comprava. Vinham grandes lugres e patachos carregar purgueira. E era negócio que não falhava, quer chovesse, quer não (s.d., p. 26-27).

Também o ambiente de *O escravo*, considerado o primeiro romance de temática caboverdiana, apresenta a flora apropriada ao solo da ilha de Santiago: a purgueira, os zimbrões, as tamareiras. E muitas outras espécies. Observemos:

Em 1835, ali não havia azedinhas, nem as ameixeiras, nem as pereiras, nem outras árvores, que, em seis anos, [...] _ como saudosas do seu país natal _ permanecem tristes, temendo expor seus frutos aos raios abrasadores de este sol africano. Mas, em seu lugar, vereis fartas laranjeiras, abundantes bananeiras, o cajueiro, o zimbrão, a norça, os tamarindos, as palmeiras altas [...], o rubicundo café; a cana-de-açúcar [...] a purgueira [...] o coqueiro, [...] o nespereiro, [...] o caju, [...] os mamões, as papaieiras (D'ALMEIDA, 1984, p. 26 e 44).

Para além das espécies acima referidas, existem ainda em Cabo Verde a lantuna, o carrapato, o sisal, o rícino, a vinha, a macieira, a laranjeira, a figueira de Portugal.

A lantuna é um arbusto rasteiro, aromático, que abunda nas encostas do arquipélago de Cabo Verde. Dizem que quem o sente o seu doce aroma nunca o esquece. Utilizado literariamente como símbolo identitário, inaugura, em texto, o número um da revista *Claridade*.



Inspirado por esses arbustos, Corsino Fortes os assemelha à própria ex-colônia, transformada em nação:

Ó velho arbusto! Que foi colônia
Ó velho arbusto! Sem sombra.

(FORTES, *Árvore & tambor*, 1986, p.25).

Lembremos que, no início da colonização portuguesa em Cabo Verde, foram levados para as ilhas elementos essenciais à vida do homem, que permitissem a sua sobrevivência, para que o arquipélago pudesse assegurar a sua importância (para o colonizador) de entreposto comercial e de placa giratória de mercadorias: plantas e animais, numa primeira fase, provieram do continente africano e de Portugal; mais tarde, da Ásia e do Brasil. Elo atlântico entre os três continentes, o arquipélago funcionou como “um centro de concentração e de difusão de plantas, animais e homens, como porventura nenhum outro nos vastos territórios do mundo tropical” (RIBEIRO apud PEREIRA, www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=143#0200000F#0200000F), as ilhas foram viveiros de aclimação das plantas e culturas em movimento.

Sintetiza o historiador Daniel Pereira, que denomina o arquipélago de “placa giratória”:

Encontram-se, por isso, representadas nas ilhas de Cabo Verde, em maior ou menor escala, as espécies comuns da flora alimentar de todas as partes do Mundo. [...]

Por tudo isso, nas palavras judiciosas de Orlando Ribeiro, em Cabo Verde o campo é mediterrânico, na forma como os terrenos são amanhados, as plantas são americanas e a alimentação é africana, o que nos confere uma dimensão universal na nossa própria maneira de ser, em consequência da localização geográfica do arquipélago que, simultaneamente, funcionou como instrumento universalizador pela função que teve como receptor e irradiador dos elementos em presença na construção e permanência do factor humano nas ilhas cabo-verdianas. (Ibidem).

A simbólica do milho, por exemplo, tem sido largamente estudada por antropólogos e disseminada em textos literários como representante da caboverdianidade, sobretudo em seu fundamento cultural pautado na mestiçagem e no hibridismo. Jorge Barbosa, em poema dedicado à “morna”, associa a modalidade musical que une todos os caboverdianos dispersos pelo mundo por um elo identitário “às folhagens do milharal/ musicando rapsódias em surdina/ nos tectos das casas pobres” do “caboverdiano anónimo”, seu “irmão” (apud FERREIRA, 1975, p.94).

Trazido do Brasil pelo colonizador, o milho maíz ou milho grosso (juntamente com os feijões que lhe estão associados) instalou-se no arquipélago e, de início utilizado como alimento dos escravos e animais, converteu-se na base da agricultura e da alimentação caboverdiana. Com trajetória semelhante à da morna, migrou em ascendência vertical da cuia do escravo para a mesa do senhor. A coroa de milho é um dos elementos do brasão

caboverdiano e o amarelo-milho, uma das cores da atual bandeira.

No poema “País ilhéu”, José Luís Hopffer Almada refere o “pujante milho onírico/da espiga da bandeira” (ALMADA, 1990, p.23), aludindo ao antigo símbolo de Cabo Verde dos tempos do PAIGC e da união com a Guiné Bissau (na bandeira atual, a espiga de milho não figura e esse é simbolizado pela cor amarelo-ouro).

Baltasar Lopes, em Chiquinho, define Cabo Verde como “uma terra que estava bradando por milho para a cachupa”. Várias passagens de *Flagelados do Vento Leste*, de Manuel Lopes, tornaram-se verdadeiros hinos ao milho e à sementeira. No capítulo 1, “Chuva”, João da Cruz, ao “desamparinho da tarde” (crepúsculo), semeia “em pó” (sem chuva, confira-se o belo livro de contos *Semear em Pó*, de Fátima Bettencourt) o milho-esperança, “para lá do último momento”! Mesmo com as “chuvas de outubro tardias e escassas”. Os “milharais dobrados para o Sul”, o milho “viçoso, que agüentava tudo”, não resistirão, todavia, no capítulo “Lestada”, aos aguaceiros que a tudo submergem. O flagelo consiste exatamente no capricho das chuvas. Ora escassas, ora avassaladoras, conforme o soprar dos ventos. Secas de até sete anos (“Havia sete anos, sete dias, sete repartições do mundo que a chuva não caía”) são referidas no texto “Migração”, de Pedro Duarte (1952), o “rosto castanho da terra”, por José Luís Hopffer Almada (1990, p. 82). Na atualíssima narrativa de Danny Spínola, *Os avatares das ilhas* (2008), uma deusa, depois de várias provas, presenteia o herói com uma espiga de milho, símbolo da conquista da caboverdianidade.

Outra árvore-símbolo, neste caso, de africanidade, terá destaque em textos literários caboverdianos: o poilão ou baobá (árvore da savana africana, símbolo da resistência dos povos que as habitam), com seus vários nomes _ imbondeiro, árvore kapok, calabaceira. Referido como local-símbolo (recanto do interior da ilha de Santiago) de beleza e resistência, em virtude de sua idade antiga e seu tronco extremamente volumoso, o poilão habita a série literária como marca cultural de tradição.

É tempo de findar. Poderíamos daqui continuar descrevendo toda a riqueza que se desvela por detrás de uma cortina que teima em ver Cabo Verde como terra seca e miserável, flagelada, em suma. Vários poetas recusaram este rótulo e, tomando este mote, buscamos levantar, na origem das palavras, inúmeras pistas para a apreciação de uma rica diversidade de espécies botânicas que Darwin sabiamente utilizou como base para sua teoria da origem das espécies.

Cabo Verde, “enquanto as mãos /se crispam na areia/[...] sonha milharais e nuvens” (FORTES apud FERREIRA, 1975, p.208). “De pé! O arquipélago ganha vela/porto & terra/ De árvores com hélices nas raízes”. As cicatriz da mão/brotam raízes/Que vicejam a memória dos séculos” (FORTES, *Árvore & tambor*, 1986, p. 50 e 49, respectivamente). *Welwitschia mirabilis* (nome da antologia dos novíssimos poetas caboverdianos), o arquipélago, como esta planta do deserto, que floresce em secular resistência, inventa as boas-águas do futuro: refloresta, dessaliniza a água do mar, produz biodiesel de purgueira, sai do grupo dos países subdesenvolvidos e avança. Com determinação, firmeza, BELEZA.

Referências Bibliográficas

- ALMADA, José Luís Hopffer. *À sombra do sol*. Praia: Edições "Voz di Povo", 1990. v.1.
- ALMEIDA, José Evaristo de. **O Escravo**. 2.ed. Linda-A-Velha: ALAC, 1989.
- BARBOSA, Jorge. *Obra poética*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- BETTENCOURT, Fátima. *Semear em pó*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1994.
- DARWIN, Charles. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. São Paulo: Abril Cultural e Companhia Brasil Editora, s/d. v.1.
- DUARTE, Pedro. *Migração*. Boletim de Cabo Verde, Praia, ano IV, n. 39, dez 1952.
- FERNANDES, Valentim. *Cartas das ilhas de Cabo Verde, de Valentim Fernandes: 1506-1508*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939.
- FERREIRA, Manuel. *No reino de Caliban: antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa: Cabo Verde e Guiné-Bissau*. Lisboa: Seara Nova, 1975. v.1
- FORTES, Corsino. *Árvore & tambor*. Praia-Lisboa: Instituto Caboverdiano do Livro e Publicações Dom Quixote, 1986.
- LOPES, Baltasar. *Chiquinho*. Lisboa: Prelo, 1970.
- LOPES, Manuel. Paul. In: HANRAS, Marie-Christine. *Manuel Lopes, um roteiro iniciático*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1995.
- _____. *Chuva braba (capítulo I, parte II)*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- _____. *Os flagelados do vento leste*. São Paulo: Ática, 1979.
- LOPES, Gilberto. *Introdução à Coleção Dragoeiro*. In: MARTINS, Ovídio. *Tchutchinha*. Praia: Grafedito, [s.d.].
- PIRES, Fernando. *Da Cidade Velha da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano séc.XV-séc.XVIII*. Praia: Edições Uni-CV, 2007.
- SOUSA, Henrique Teixeira de. **Ilhéu de Contenda**, Mem Martins: Publicações Europa América, s.d.
- _____. **Xaguete**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.
- SPÍNOLA, Danny. **Os avatares das ilhas**. Praia: Spleen, 2008.
- VIEIRA, Arménio. **Poemas**. Mindelo: Gráfica do Mindelo, 1981.
- Webgrafia** (Acessos em setembro de 2009)
- Praia de Charles Darwin. **A Semana**, Praia, 8 de fevereiro de 2009.
www.asemana.publ.cv/spip.php?article38761
- O primeiro porto a que chegou o Beagle: Cabo Verde. Blogpaedia, 18/07/2009.
www.blogpaedia.com.br/2009/07/o-primeiro-porto-que-chegou-o-beagle.html
- A importância de Cabo Verde na formação do mundo atlântico. PEREIRA, Daniel.
www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=143#0200000F#0200000F



ESSAS REVISTINHAS QUE SE CHAMAM ALMANAQUE

Yasmin Jamil Nadaf¹

Resumo: Partindo da confissão afetiva da autora deste artigo pelos almanaques, com ênfase nos almanaques de farmácia, cujo período de ouro de circulação no Brasil ocorreu entre as décadas de 1930 a 1950, pretende-se narrar a trajetória do gênero indicando sua recepção por um público diversificado que compreendeu leitores letrados e analfabetos, pobres e abastados, bem como a sua influência pedagógica e ideológica – de civilização e de progresso – paralela ao seu objetivo de entreter, incentivar a leitura e informar regras de higiene, de saúde e de beleza. A “Coleção” do gênero em discussão pertencente à autora constitui uma das maiores reservas desse veículo de comunicação impresso no Brasil.

Palavras-chave: almanaques de farmácia; leitura; história e crítica.

Abstract: Based on the confession of affection for the almanacs by the author of this article, with emphasis on pharmacy almanacs whose circulation golden period took place between the 1930's to 1950's, this paper is intended to narrate the history of the genre indicating its receipt by a diverse audience formed by literate and illiterate readers, poor and affluent, as well as its pedagogical and ideological influence - of civilization and progress - parallel to its goal to entertain, encourage reading and inform rules of hygiene, health and beauty. The “Collection” of the genre under discussion which belongs to the author is one of the largest reserves of this vehicle form of communication in Brazil.

Keywords: pharmacy almanacs; reading; history and criticism.

Armazenar almanaques é uma das minhas funções. Desde menina sou fã inconteste desse gênero, definido por muitos como o impresso “tem de tudo para todos”. Minha iniciação se deu com a leitura do *Almanaque do Biotônico Fontoura*, que atravessou minha infância e pré-adolescência. Toda criança do meu tempo de criança conhecia o Biotônico Fontoura. Todas o provaram (e aprovaram) porque todas queriam crescer fortes e saudáveis, como ditava o rótulo do vidro desse “milagroso” xarope.

O *Almanaque do Biotônico* (depois *Almanaque Fontoura*) foi criado, redigido e

¹ Professora no Curso de Especialização/Letras do Instituto Cuiabano de Educação. Pós-doutora em Literatura Comparada. E-mail: yasminnadaf@terra.com.br; www.yasminnadaf.com.br

ilustrado em 1920 por Monteiro Lobato, nele introduzindo o personagem Jeca Tatu, um caipira que fez tanto sucesso que posteriormente passou a integrar as páginas dos livros do escritor. Lobato era amigo do farmacêutico Cândido Fontoura, o que explica a iniciativa de sua criação: o laboratório trazia em seu catálogo o fortificante Biotônico, entre outros medicamentos que combatiam a lassidão e as verminoses espalhadas pelos quatro cantos do país, e Jeca era um portador do “amarelão” curado com a Ankilostomina Fontoura. A popularidade desse almanaque foi tamanha que sua tiragem oscilou entre dois e três milhões e meio de exemplares durante as décadas de 1930 a 1970.

Da coleção desse almanaque guardei alguns exemplares. Gostava de ler e ver aquela história em quadrinhos do Jeca Tatuzinho dentro de uma revista séria, entregue nas farmácias, e o que, para mim, conferia uma maior notoriedade a esse gibi quando comparado aos demais comprados nas bancas, que eu ia adquirindo e também colecionando. Farmácia, nessa época, era vista como um espaço sagrado, de respeito, habitado por gente com propriedade para curar as nossas dores e feridas.

Na sequência, o *Almanaque Abril* foi outro fiel companheiro dos meus tempos de menina. Eles serviam para facilitar a confecção das minhas tarefas escolares porque, contrariamente aos almanaques de farmácia, estes priorizavam a ciência letrada, culta, dispensando a ciência popular, alma dos almanaques tradicionais.

Na atualidade me regalo com o *Almanaque do Pensamento* e o *Almanaque Brasil de Cultura Popular*, generosamente distribuído aos passageiros a bordo dos aviões da TAM. O primeiro é focado na astrologia: previsões astrológicas, horóscopo chinês, tábua lunar e planetária, datas festivas, feriados e festas religiosas, entre outras curiosidades centradas no tempo, enquanto o segundo é uma réplica (intertextual) dos almanaques tradicionais, com aquele aspecto de “bazar asiático”, onde se encaixam variedades & variedades: cultura e ciência popular e erudita, fatos históricos, humor, receitas caseiras, conselhos diversos, palavras cruzadas e a indefectível carta enigmática.

Somo aos citados almanaques velhos exemplares do gênero que vou curiosamente adquirindo em sebos espalhados pelo Brasil e que me proporcionam um prazer indescritível de retorno a uma grata faceta do meu passado, quando me via uma curiosa leitora-mirim da escrita popular ou erudita sem discriminação; eu amava os almanaques e gibis como amava os clássicos da literatura universal. Igualmente, tais impressos levam-me satisfatoriamente ao passado da cultura popular brasileira, permitindo-me vislumbar o patrimônio histórico de real valor que carregam; nascente para pesquisas e descobertas à mercê dos interessados.

Independentemente da temática central a que serviam ou a que servem todos os almanaques, ou almanak, ou almanack, ou, ainda, almanach, como foram grafados, estão relacionados ao tempo – ano, mês, semana, dia, sol, lua e todas as estrelas –, o que justifica a presença imprescindível do calendário que marca o ritmo da vida. Aliás, algumas editoras distribuíam os livretos com um discreto cordãozinho de barbante introduzido em um pequeno furo no início da margem esquerda de alguns almanaques para sua possível fixação nas paredes ou nas portas das casas dos moradores de menor baixa renda ou do meio rural. Pensavam certamente no fácil manuseio do impresso com o passar dos meses

do ano.

Em minha eclética coleção há almanaques para todos os gostos e sabores. Almanagues com assuntos variados, como o *Almanach Bertrand*, o *Almanach Eu Sei Tudo*, o *Almanaque do Correio da Manhã* e outros que se limitavam a temas mais específicos, como o *Almanak do Mensageiro da Fé*, com ênfase na divulgação da religião católica, o *Almanaque Agrícola Chácaras e Quintaes*, com destaque para a agricultura e avicultura, e o *Almanaque Andorinha*, com a atenção voltada para a exposição dos produtos de uma fábrica de tecidos. O maior volume desse grande veículo de (in)formação/entrenenimento que armazeno se inscreve nos almanaques de farmácia, talvez por serem os de minha preferência. Nessa linha, a lista de títulos é extensa e reúne indiscriminadamente os de menor e os de maior circulação a seu tempo, tais como o *Almanaque d'A Saúde da Mulher*, o *Almanaque Capivarol*, o *Almanaque do Dr. Schilling*, o *Almanaque Brasil*, o *Almanaque Ilustrado de Bristol*, o *Almanaque Xarope S. João*, o *Almanaque do Licor de Cacau Xavier*, o *Almanaque do Elixir Prata*, o *Almanaque Iza*, o *Almanaque Renascim Sadol*, além do já citado *Almanaque do Bitônico* (a listagem completa do meu acervo pode ser apreciada em Anexo).

Nesses almanaques, os principais produtos e medicamentos oriundos de seus fabricantes-editores eram proclamados de modo fervoroso através de propagandas, algumas ilustradas e outras não, ou das cartas de leitores que haviam sido curados com este ou aquele medicamento. Cartas de médicos aconselhando a eficácia das “fórmulas farmacêuticas” dividiam o mesmo espaço tipográfico. A relação desses medicamentos parece ser algo infundável, mas não se pode excluí-los de um artigo dessa natureza, porque os almanaques de farmácia surgiram *a priori* para difundí-los. Entre os mais populares, anotamos as Pilulas de Vida do Dr. Ross, as Pilulas Catharticas do Dr. Ayer, o Mistol e o Nujol do Dr. Schilling, as Pequenas Pilulas de Reuter, o Capivarol (“rei dos tônicos”), o Cognac de Alcatrão Xavier, o Licor de Cacau, o Biotônico Fontoura (o “fortificante de todas as gerações”), o Xarope S. João, o Sadol, o Melagrião, o Renascim, as Pilulas de Bristol (o “purgante caseiro de excelência”), a Pomada Minancora, o Xarope de Pepsina, o Tônico Salvol e uma prateleira de elixires: o Elixir Brasil, o Elixir de Inhamé Goulart, o Elixir Prata e o Elixir Nogueira. Todos eles seguidos de um “cardápio” de beleza que seus respectivos laboratórios ofereciam aos seus clientes para a saúde do corpo – colônias, sabonetes, talcos, pastas dentárias, óleos bronzadores e tonificantes. Uma pungente oferta para a beleza física e mental.

Vivíamos num Brasil de sífilis, gonorréias, flores brancas, tuberculose, tosses e resfriados, raquitismo, anemia, desnutrição, frieiras e coceiras na pele e amarelões (ou opilações), este último considerado o maior flagelo nacional. E os almanques de farmácia, somando-se aos almanaques gerais, assumiram a tarefa de educar sanitária e moralmente um grande número de brasileiros, vítimas desse triste cenário, contando com a vantagem de chegar a rincões que outros veículos impressos não chegavam, e, melhor, sem nenhum custo financeiro para o leitor, que os recebia gratuitamente por cortesia das indústrias farmacêuticas. Esses periódicos atuaram como um importante veículo ideológico, estampando uma escancarada “cruzada civilizatória”, que adveio do final do século XIX e ganhou forças no começo do século XX, e cujo objetivo era transformar o Brasil num território culto e imune das doenças endêmicas e epidêmicas. O Brasil real, negativo, nem o governo, nem

as indústrias farmacêuticas tinham o interesse de mostrar lá fora, ao capital estrangeiro. Assim, além de pedagógico, esses almanaques transformaram-se em agentes políticos – de civilização e de progresso –, cujo entorno, além do entretenimento, era divulgar regras de higiene, de saúde e de beleza.

Nesse sentido, colhemos as palavras publicadas na página de abertura do *Almanach d'A Saude da Mulher* para o ano de 1932:

Saúde e Felicidade! É o que ao “Almanach d'A Saude da Mulher para 1932” se oferece de mais afetuoso para desejar a seus leitores, no limiar do Ano Novo. E, ao formular esse voto, este almanaque o faz com a plena consciência e com a inteira certeza do quanto lhe é dado colaborar na sua realização, graças ao contingente de possibilidades com que concorre para a Saúde e, portanto, para a Felicidade de seus amigos: é que a Saúde, – sem a qual a ventura é sempre ilusória e vã, – encontra aqui os elementos necessários à sua conservação e à sua reconquista quando a tenham atingido as doenças inimigas e traiçoeiras.

Na seqüência destas páginas, prontos para o embate, desfilam, vigilantes, os antigos “Paladinos da Saúde” que se chamam “A Saúde da Mulher”, “Bromil”, “Nutrion”, “Pomada Boro-Boracica”, “Neo-Necatorina” e “Odol” e que, à primeira exortação de socorro, os enfermos se habituaram a ver a seu lado como os Fulminadores invencíveis dos males a cuja extinção se destinam.

Com tal guarda como garantia da Saúde, ficam os leitores aparelhados para enfrentar os obstáculos mais diretamente capazes de deter o passo à marcha da Felicidade ampla e perfeita que lhes deseja o “Almanach d'A Saude da Mulher para 1932”.

Pensamento semelhante escreve-se no *Almanaque Dr. Schilling* para o ano de 1961, e que se dirige de modo mais específico ao público leitor feminino com o seguinte pensamento:

Está claro que quando afirmamos que procuramos fazer este almanaque para “se ler e guardar”, queremos dizer que você o lerá muitas vezes, pelo que ele contém de útil, de prático e de interessante.

Como você poderá ver na contra-capa ao lado, “a casa dos bons produtos domésticos” quis preparar este almanaque de forma a atender ao interesse de leitura de todos, mas, muito especialmente, da mulher brasileira. Neste almanaque você encontrará um grande número de conselhos sobre a alimentação, não apenas na escolha dos alimentos, mas na sua indicação para as várias idades e para os vários tipos de trabalho.

Incluimos também neste almanaque uma série de úteis informações estatísticas. Para a dona de casa, este almanaque, como os outros que anualmente lhe oferecemos, será um verdadeiro “catecismo” de conselhos e sugestões diversas.

Há, além do mais, uma parte literária. Sua matéria literária é de primeira ordem. Divulgamos a trova ou quadrinha popular, que é um gênero de poesia tão ao gosto da nossa gente. Incluimos quatro sonetos de amor de

grandes poetas brasileiros, e poemas escolhidos. Os que colecionarem este almanaque, terão uma pequena antologia de obras dos melhores escritores brasileiros.

Você encontrará, ainda, um variado material informativo, sobre assuntos de interesse geral, feminino ou masculino.

Unindo o útil ao agradável, o belo ao necessário, este almanaque é um pequeno manual de utilidades e boa literatura. Sua leitura será sempre proveitosa.

Por isto, imodestamente, nos permitimos, no momento em que o publicamos e lhe oferecemos, afirmar que se trata de um “almanaque para se ler e guardar”.

Se quiser nos escrever, oferecendo sugestões ou críticas, lhe ficaremos gratos. E aqui nos despedimos, desejando-lhe saúde, beleza e felicidade, até o “Almanaque do Dr. Schilling” de 1962.

Paralelamente a essa empresa, tais impressos ajudaram a diminuir a estatística dos analfabetos, visto que muitos deles serviram de cartilha [improvisada] para o estudo do A-B-C-D, ou incentivaram o indivíduo a aprender a ler para ter acesso as suas ricas informações.

No Brasil, os primeiros almanaques datam do século XIX e o destaque ficou por conta dos almanaques das/ou para as cidades que traziam registros diversos sobre esta ou aquela determinada localidade que o editava. Eles atravessaram o século XX somando-se a outros almanaques que iam surgindo aqui e ali em resposta às necessidades de um grupo, ou de uma empresa ou associação.

Integrado a esse modismo, os almanaques de farmácia brotaram no final do século XIX, com a estréia de *O Pharol da Medicina*, elaborado com o patrocínio da Drogaria Granado do Rio de Janeiro, tendo circulado do ano de 1887 até a década de 1940. O período de ouro dessa espécie de almanaque ocorreu entre as décadas de 1930 e 1950, quando os laboratórios e as indústrias de farmácia constataram o retorno formidável da divulgação e consequente aquisição de seus produtos, graças a intervenção desse porta-voz, calorosamente acolhido tanto pelos letrados, quanto pelos analfabetos, e tanto pelos ricos, quanto pelos pobres do Brasil. O correio era encarregado de distribuí-los para os milhares de leitores de Norte a Sul do país, como informa o editorial do *Almanaque Goulart* para o ano de 1958:

Aqui está o “Almanque Goulart” de 1958, reunindo artigos, informações, humorismo, curiosidades e conselhos úteis, especialmente preparado para ser lido e guardado, tal o volume de notas interessantes.

Representando uma iniciativa de um pequeno grupo de homens, que vivem do (e para o) público, prestando-lhe serviços indispensáveis, esta é uma publicação destinada a todos os grupos, ao povo em geral, das grandes cidades aos pequenos povoados de interior, a todos procurando proporcionar momentos de distração e, ainda, um cuidadoso apanhado de coisas que devem ser conhecidas.

Lançado em grande tiragem, o ALMANAQUE destina-se à leitura de alguns milhões de pessoas, fazendo-se um cálculo pessimista de 4 a 5

leitores por exemplar.

Assim, teria que orientar sua confecção, como em verdade aconteceu, um sentido de interesse geral, abordando e condensando diferentes assuntos, o que esperamos ter conseguido da melhor maneira, circulando do Amazonas ao Rio Grande do Sul, num autêntico e proveitoso giro pelo Brasil, levando a mensagem amiga de seus anunciantes, que são, em última análise, os que tornaram possível sua realização.

Esperando leitor amigo, poder oferecer-lhe algo agradável, temos o prazer de convidá-lo a percorrer as demais páginas.

A REDAÇÃO

Fiel a esse objetivo, o *Almanque Goulart* e seus congêneres atendiam a uma variedade de assuntos entre os anúncios de seus produtos: conselhos culinários; provérbios; frases célebres; divertimentos (piadas, passatempos, jogos, desafios, carta enigmática) e informações para as mais diversas áreas. Todo esse conteúdo cabia em um livrinho que variava em 16, 32 ou 48 o número de suas páginas impressas num pequeno formato de aproximadamente 13 x 18 cm. A publicação era anual, salvo raras exceções, semestrais ou mensais.

Mas qual será a origem desse livro ou livreto ou ainda livrinho lido e amado por milhares de brasileiros? Alguns almanaques editados no Brasil traziam a descrição de seus antepassados, explicando sobre o seu nascimento, as suas variadas tipologias e demais curiosidades a respeito do seu universo.

Um exemplo dessa prática pode ser conferida no *Almanaque Agrícola Chácaras e Quintaes* para o segundo semestre de 1959, em que se lê:

Pelo nome, o almanaque deve ter a origem grego-árabe. Mas há quem faça remontar mais longe a sua aparição, talvez nos tempos de Tut-Ank-Amen, visto como, o mais antigo que se conserva em Londres, foi encontrado no Egito, redigido em papiro, supondo-se ter sido compilado 1600 anos antes de era vulgar.

Em Roma, almanaques ou calendários em geral, existiam desde os tempos do Numa Pompilio, mas já antes, outros povos antigos, como os chineses, os indianos, os gregos, os etruscos, faziam alguma cousa semelhante. Na Europa, escreveram-se almanaques desde os séculos XI e XII, e Lalande sustenta que os primeiros foram organizados por Salomão Jarco em 1150. Um almanaque muito notável sob o aspecto histórico é o de João Müller, que continha as efemérides astronômicas para os anos de 1474-1506, das quais parece terem se valido Colombo e Vespúcio nas primeiras expedições oceânicas. [...]

Não há, a bem dizer, atividade humana que não tenha criado o seu almanaque.

Os astrônomos, os literatos, os poetas, os filósofos, os artistas, os humoristas, os agricultores, os artífices, as mulheres, as famílias, os esportistas, os magistrados, os eclesiásticos, todos tem tido o seu almanaque, e a própria nobreza tem o de Gotha; mesmo os fumantes tem tido almanaques. Entre eles o *Almanach du Fumeur et du Priseur*, publicado em Paris

em 1870, e que, já naquele ano, estava no seu duodécimo ano de vida. Afirmava-se naquela época que o charuto, o cachimbo e o cigarro, eram revolucionários, céticos, motejadores, enquanto que o uso do rapé era pacífico, imponente e civilizador.

Desse modo, o almanaque insere a História e nela se insere. Liturgia do passado, do presente e do futuro, transformou-se em um documento histórico *per si* e que deve e merece ser tratado como tal. De sua chuva de utilidades registrou, registra e certamente registrará (porque goza de muita simpatia e charme para ser vencido pela ação dos tempos modernos) conteúdos do micro e do macro cosmo, impossíveis de serem todos aqui relacionados. São temas infinitos que acompanham a infinitude do tempo e do espaço...

Referências Bibliográficas

LOBATO, Monteiro. *Jeca Tatuzinho*. 35.ed. São Paulo: Instituto Medicamenta Fontoura, 1973.
MEYER, Marlyse (Org.). *Do almanak aos almanaques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

“Coleção” dos almanaques de farmácia pertencentes à autora deste artigo:

Almanak (depois Almanaque) Ilustrado de Bristol. New York/Rio de Janeiro: Lanman & Kemp-Barclay & Co. of Brazil, 1902, 1909, 1943, 1960, 1961, 1964, 1966, 1971.

O Pharol da Medicina. Rio de Janeiro: Granado & Cia., 1908.

Almanak do Dr. Richards. New York/Brasil: Dr. Richards, 1909.

Almanak de Barry. New York/Brasil: Barclay & Co, 1913.

Almanach de Ross. Rio de Janeiro: The Sydney Ross Co., 1928, 1940, 1941.

Almanaque Bayer. Rio de Janeiro: Casa Bayer, 1930, 1950.

O Almanack do Urodonal. 1931.

Almanach (depois Almanaque) d'A Saude da Mulher. Rio de Janeiro: Daudt, Oliveira & Cia Ltda., 1932, 1933, 1934, 1937, 1938, 1940, 1950, 1951, 1952, 1953, 1959, 1962, 1971.

Almanach (depois Almanaque) Capivarol. Rio de Janeiro: Laboratorio Capivarol Ltda., 1934, 1935, 1936, 1937, 1943, 1946, 1949, 1950, 1952, 1953, 1957, 1978, 1980.

Almanack do Elixir Prata. Itapira: Laboratorio Prata, 1934, 1937, 1939.

Almanak Cabeça do Leão do Dr. Ayer. Rio de Janeiro: The Ayer Company of Brasil, 1934.

Almanack Xavier. São Paulo: Xavier Irmãos, 1935.

O Companheiro do Lar. Rio de Janeiro: Lanman & Kemp-Barclay & Co. of Brazil, Julho de

1935 a Junho de 1936.

Almanach Rhodia, continuador, no Brasil, do *Almanach Parisiense* da Casa Grimault & Cia., de Paris, 1936.

Almanak Xarope S. João. São Paulo: Laboratórios Alvim & Feitas, 1936, 1937.

Almanaque Satosin, o *Protetor*. São Paulo: Laboratório Satosin, 1939.

Almanaque do Biotônico. São Paulo/Rio de Janeiro: Instituto Medicamenta Fontoura, 1939, 1942, 1959, 1963, 1965, 1967, 1969, 1970, 1972.

Almanaque Guaraína. Rio de Janeiro: Laboratórios Raul Leite S.A., 1940, 1949.

Almanaque da Pariquyna. Rio de Janeiro: Laboratório Pariquyna, 1941, 1944.

Almanaque Silveira. Rio de Janeiro: Silveira Filhos & Cia., 1941, 1947, 1953.

Elixir Brasil Almanaque. São Paulo: Laboratórios Fitra-Pisani, 1942.

Almanaque Brasil. Rio de Janeiro: Laboratórios Moura Brasil, 1946; Rio de Janeiro: Elo Publicidade e Editora Ltda, 1962, 1969.

Almanaque do Licor de Cacau Xavier. São Paulo: Laboratório Licor de Cacau Xavier S.A., 1950, 1957.

Almanaque Iza. Porto Alegre: Laboratório Kraemer Ltda., 1955, 1977, 1982, 1984, 1988, 1994.

Saúde: Almanaque. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – S.N.E.S (Serviço Nacional de Educação Sanitária), 1957.

Elo - Nosso Almanaque. Rio de Janeiro: Elo-Publicidade, 1957.

Almanaque do Elixir de Inhamé Goulart. Rio de Janeiro: Laboratórios Goulart, 1957.

Almanaque Renascim. Joinville: Laboratório Catarinense S.A., 1957, 1958, 1961, 1971, 1972, 1973.

Almanaque Goulart. Rio de Janeiro: J.Goulart Machado, 1958, 1959, 1960.

Almanaque do Dr. Schilling – Saúde e Beleza. Rio de Janeiro: Dr. Schilling, 1961, 1962.

Almanaque Catedral. São Paulo: Laboratórios e Farmácia Catedral, 1966.

Almanaque Fontoura. Rio de Janeiro: Laboratório Fontoura, 1977, 1979, 1981; São Paulo: Instituto Medicamenta Fontoura S.A., 1982, 1984.

Almanaque Renascim Sadol. Joinville: Laboratório Catarinense S.A., 1981, 1983, 1988, 1989, 1993, 1994, 1996, 1998, 2001, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009.



LÍNGUA/LINGUÍSTICA



**A CONTRADIÇÃO NO ENTREMEIO DOS JORNAIS:
CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE DISCURSO MATERIALISTA¹**

Águeda Aparecida da Cruz Borges²

Resumo: Este artigo tem o propósito de mostrar como funciona o discurso jornalístico. O corpus se constitui de recortes de jornais publicados na década de 70, que deram repercussão à Carta Pastoral: “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalidade social”, de D. Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT. Buscamos fundamentos no dispositivo teórico da Análise de Discurso francesa, difundida no Brasil por Orlandi e colaboradores.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Jornais; Carta Pastoral; D. Pedro Casaldáliga.

Resume: Cet article vise à montrer comment le discours des médias. Le corpus est composé de coupures de journaux publiés dans les années 70, qui donne effet à la lettre pastorale: «Une Église de l’Amazone en conflit avec les propriétaires terriens de la marginalisation et social» de D. Pedro Casaldáliga, évêque émérite de la Prélature de São Félix do Araguaia-MT. Nous examinons les fondements théoriques de l’analyse du discours français, connu au Brésil par Orlandi et al.

Mots-clés: analyse du discours; journaux, Lettre Pastorale, D. Pedro Casaldáliga.

APRESENTANDO A TEORIA

*É porque a língua é capaz de equívoco
que ela é capaz de política.*

(Pêcheux & Gadet, 1981).

Na perspectiva da Análise de Discurso materialista as práticas discursivas são estudadas na sociedade, pois os processos que as constituem são histórico-sociais. Elas funcionam

¹ As primeiras reflexões sobre o funcionamento do discurso jornalístico foram feitas durante a minha pesquisa de mestrado e algumas análises do “corpus” deste artigo estão publicadas em um texto da **Revista Eletrônica Ícone Letras** da UEG. Para o presente artigo ampliamos as análises e aprofundamos o quadro teórico.

² Mestre em Linguística pela UNICAMP e professora da UFMT.

como elementos de mediação necessária entre o homem e sua realidade.

Por isso mesmo, para a elaboração deste artigo que visa analisar o funcionamento discursivo de jornais publicados na década de setenta, os quais deram visibilidade à Carta Pastoral: “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, escrita pelo, hoje bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, buscamos fundamentos na Análise de Discurso, que é uma teoria crítica da linguagem, cuja constituição no fio das ciências sociais e humanas propõe uma área de reinvestigação sobre a linguagem, a história, a sociedade, a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito.

Michel Pêcheux na fundação da teoria colocou em articulação saberes científicos da linguística, enquanto teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos não subjetivos de enunciação; a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos; o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendendo-se nesse campo, a teoria das ideologias.

Essas três regiões teóricas são atravessadas pela teoria do sujeito da psicanálise, que foi reformulada por Lacan, através de seu ‘retorno a Freud’, a qual trabalha com a ideia da não transparência do sujeito.

Em síntese, a Análise de Discurso articula a materialidade linguística, o histórico-social, o político e, seu campo teórico é atravessado pelo sujeito psicanalítico.

Como essa teoria trabalha levando em conta as condições reais de produção da linguagem, considera-se que há lugares para o sujeito dizer, ele se inscreve em posições determinadas ideologicamente numa conjuntura sócio-histórica dada, por se assim é importante sublinhar a época em que foi escrita a Carta Pastoral, em plena ditadura militar; a filiação religiosa do bispo D. Pedro, Teologia da Libertação; os Planos para a Amazônia Legal, o de Integração proposto pelo governo e o de Evangelização proposto pela Igreja Católica e a linha editorial dos Jornais recortados para a constituição do “corpus”.

Ainda é preciso levar em conta, na orientação em que nos filiamos que há sentidos que estão em movimento nas sociedades, historicamente, isto é, o sentido não tem origem e pode mudar de acordo com os diferentes acontecimentos.

Nessa extensão é que há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade. A interpretação do discurso é sempre regida por condições de produção específicas, que aparecem como universais e eternas. É a “ideologia” que produz o efeito de evidência e da unidade, sustentando sobre o já-dito os sentidos institucionalizados admitidos como “naturais”. Há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo Interdiscurso (a memória discursiva ideológica). Tomando as palavras de Orlandi:

A ideologia se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação com da história com a língua, na medida em que esta significa. A conjunção língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia. E é isto que podemos observar quando o objeto do discurso como lugar específico em que se pode apreender o

modo como a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta em seus efeitos na própria língua. (1999, p. 96).

O que se pode afirmar, nessa perspectiva, é que, não há sujeito isento de ideologia e nem discurso do sujeito, pois no discurso os sujeitos se dispersam e o sentido é efeito do interdiscurso.

O interdiscurso é o lugar do não dito, e não é diretamente observável, é todo o conjunto de formulações realizadas e já esquecidas que determinam o que dizemos, refere-se ao campo da exterioridade, da história, da memória. É oposta ao Intradiscurso onde se trabalha o campo linguístico, a linearidade da cadeia, a formulação, ou seja, aquilo que se diz num momento dado, em dadas condições de produção.

Existem duas noções, que estão na base do mecanismo da argumentação nos processos discursivos e que desempenham um papel importante na articulação da linguagem com a ideologia e o político: a primeira é a noção de antecipação, sustentada pelas formações imaginárias (posições sujeito); a segunda é a noção de esquecimento ligada ao interdiscurso (exterioridade discursiva). (ORLANDI, 1999, p. 40).

No caso do discurso Jornalístico, que é o que nos interessa neste texto, podemos recorrer à noção de antecipação, amparada pelo funcionamento das formações imaginárias, e dizer que a imagem que o sujeito jornalista faz de si mesmo é aquela de que ele possui, a informação verdadeira sobre um determinado fato e está autorizado, pela instituição, a dizer o que sabe, ocupando imaginariamente uma posição de imparcialidade.

Em relação à imagem, o jornalista faz do seu leitor virtual é a de que este não conhece e precisa conhecer a informação, ou se já conhece necessita de complementá-la.

A respeito do sujeito leitor, podemos dizer que o jogo de imagem funciona da seguinte maneira: a imagem que ele faz de si próprio é a de que precisa estar informado, estar a par do que ocorre na sociedade em que se encontra inserido.

Sobre a imagem que o sujeito leitor faz do sujeito jornalista podemos dizer o seguinte: além do jornalista saber dos fatos, estes são verdadeiros, já que a sua função é a de buscá-los nos lugares onde eles acontecem, para assim passá-los à frente.

Acrescentamos ainda, que o trabalho com as formações imaginárias está ligado às Formações Discursivas (FDs), uma vez que os sujeitos envolvidos (jornalista, leitor) são projeções imaginárias de posições na estrutura social, melhor dizendo, são posições constituídas nos processos discursivos, e não em indivíduos empíricos.

Também a esse respeito, Orlandi (1987, p. 26) coloca que “prever faz parte da estratégia discursiva, é situar-se no lugar do ouvinte, antecipando representações, a partir do seu lugar de locutor, o que revela a possibilidade de respostas, o escopo do discurso”.

É preciso lembrar, segundo Zoppi-Fontana (1997), que para uma abordagem discursiva que assume os pressupostos teóricos discorridos aqui, a exterioridade não é aquela que apontaria uma objetividade empírica fora da linguagem (o contexto ou a situação a que numerosas teorias sobre a enunciação fazem referência). No nosso caso, é uma ex-

terioridade que intervém materialmente na textualidade como interdiscurso, isto é, como uma memória do dizer, que abrange o universo do dizível e que “fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”. (Pêcheux, 1975).

É, pois, importante estarmos atentos ao modo como se processa a ruptura conceitual analítica da Análise de Discurso em relação ao campo das ciências sociais³.

É nessa linha de reflexão, que pensamos a questão da heterogeneidade e da diferença: todo discurso atesta sua relação com outros (que ele exclui, ou inclui, ou pressupõe, etc.), e com o interdiscurso (que o determina). Pela heterogeneidade, um discurso traz em si sua relação com vários outros, que fazem parte do seu modo de significar.

Conforme Orlandi (op.cit.), podemos dizer, em termos bastante gerais, que a produção da linguagem se faz na articulação de dois grandes processos: o parafrásico e o polissêmico. Isto é, de um lado há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado – a paráfrase – e, de outro, há no texto uma tensão que aponta para o rompimento. Esta é a manifestação da relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente na linguagem. Há um conflito entre o que é garantido e o que tem de se garantir. É na relação entre o dito e o não-dito em certas paráfrases que temos a possibilidade de ver o mecanismo de diferenciação interna das FDs.

Sendo assim a polissemia é a multiplicidade de sentidos e as paráfrases são as formulações diferentes para o mesmo sentido, ou de outra forma como diz Orlandi (ibidem: 37): “em termos discursivos teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo e na polissemia, a produção da diferença”.

Essa relação se dá com a memória, que por sua vez é constituída pela ideologia, a qual coloca em jogo a relação entre a situação e os locutores e estes com a historicidade, interdiscurso, permitindo a retomada de sentidos pré-existentes.

É daí que se dá a necessidade de se pensar o gesto de interpretação como lugar da contradição: é o que permite o dizer do sujeito pela repetição (efeito do já-dito) e pelo deslocamento (historicização). A interpretação se faz assim entre a memória institucional (arquivo) e os é a possibilidade do sentido vir a ser outro, no movimento efeitos da memória (interdiscurso). No domínio do arquivo a repetição congela, estabiliza, no domínio do interdiscurso a repetição contraditória entre o mesmo e o diferente. (ORLANDI, 2007, p. 63).

No sentido de se realizar a análise da relação discurso-língua, a autora (1983, p. 235) propõe que se identifiquem as marcas linguísticas responsáveis pelas diferentes formas de funcionamento dos discursos. Tais marcas podem derivar de qualquer nível de análise linguística (fonológico, morfológico, sintático, semântico) ou de unidades de qualquer extensão (fonema, morfema, palavra, sintagma, frase, enunciado, partes do texto, texto).

Orlandi ainda adverte que as marcas “não funcionam mecanicamente” devendo

³ Pêcheux querendo provocar uma ruptura no campo ideológico das ciências sociais escolhe o discurso e a Análise de Discurso como lugar preciso onde é possível intervir teoricamente (teoria do discurso) e praticamente, constituindo um dispositivo experimental (P. Henry, 1990).

ser tomadas como pistas⁴.

Não é nosso objetivo exaurirmos esta questão, pois vários autores já o fizeram, porém para encerrar as colocações precedentes buscamos novamente Orlandi (1990, p. 35), que diz que “a relação da Análise de Discurso com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa colocar-se no interior de uma relação de confronto de sentidos”. Daí podermos conferir que a concepção de sentido estabelece o limite e a intersecção dos objetos da linguística e da Análise de Discurso, ou seja, a linguística interessa-se pelos sentidos estabilizados, que mostram a língua como produto sedimentado, enquanto a Análise de Discurso interessa-se pelo trabalho do sentido sobre os sentidos, que mostra a língua como um processo.

Pautada neste quadro referencial teórico passamos a tecer algumas observações sobre o “corpus”, ou seja, no que foi constituído historicamente sobre a **questão da terra**, nos registros da Carta Pastoral publicada em jornais nacionais e internacionais, na década de 70, sobre os quais desenvolvemos nossas análises.

A CONSTRUÇÃO DO “CORPUS”

A escolha de um objeto para ser analisado, com fundamentação na Análise de Discurso não é aleatória, os recortes têm que vir com as nossas indagações, pois fazem parte de um *passado real que pulsa em nós na espessura do nosso corpo*⁵, ou seja, é estar num certo tempo presente que mobiliza um certo passado e fala de um lugar da memória que, estruturado pelo esquecimento, funciona, significa por não lembrar.

Trazemos a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva, partindo de uma dialética da repetição e da regularização como tratada por Pêcheux (1985, p. 64):

A memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré- construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

O dispositivo complexo da memória, ainda com as palavras de Pêcheux, sempre vai colocar em jogo a passagem do visível para o nomeado, no qual a imagem atua como operador da *memória social*⁶, trazendo consigo um programa de leitura, um percurso já escrito discursivamente em outro lugar, ocorrendo assim o efeito de repetição e de reconhecimento discursivo que sempre pode ruir sob o peso de um acontecimento novo, que perturba a memória já estabelecida.

Parafraseando Orlandi (ibidem), o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter

⁴ As pistas não são encontradas diretamente. Para atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é [...] indireta. No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo “positivo”, como na linguística. (ORLANDI, 1988, p. 54)

⁵ GUIMARÃES, *I Encontro de Linguagem História e Cultura*, Cáceres-MT, fev/2000.

⁶ Na memória social está a garantia de um efeito imaginário de continuidade, entre as épocas. (MARIANI)

o “corpus” bruto, empírico, neste caso os jornais que publicaram a Carta Pastoral, em um objeto teórico, que critique a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas. Em outras palavras, o trabalho, nessa perspectiva, começa pela conformação do material de análise e se estende em todo o processo de sua construção.

A Análise de Discurso não trabalha com um “modelo de análise” que atenda a todo e qualquer discurso. Os procedimentos metodológicos já passam, desde a delimitação do “corpus”, por um movimento analítico sustentado no aparelho teórico.

Segundo Courtine (1981, p. 24), parte-se de um “universo discursivo”, entendido por Dubois (1969) como um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para estabelecer um campo discursivo de referência que se define como um tipo específico de discurso, como por exemplo, o discurso político de um locutor específico, o qual se qualifica como um “corpus” empírico.

Assim, todos os jornais que divulgaram, comentaram, polemizaram, contrariaram a Carta Pastoral, a própria Carta e documentos que foram fundados a partir dela compõem um campo discursivo referencial, sobre o qual, a partir de um gesto analítico constante, que é o que se prima na metodologia da Análise de Discurso, nos debruçaremos para realizar as análises.

Sendo, o “corpus”, provisório e instável, a partir das análises se organizam os *recortes discursivos*⁷ que o compõem.

No universo dos jornais que publicaram a Carta Pastoral selecionamos os abaixo elencados:

O Jornal O SÃO PAULO da arquidiocese de São Paulo, que já em 23/10/71, comentava com destaque a Carta, e no dia 20/11/71 falava da repercussão que ela estava provocando.

O JORNAL DO BRASIL do Rio de Janeiro, que no dia 11/11/71, publicou editorial: DENÚNCIA DO BISPO, seguido dos dizeres: “Não há dúvida de que o documento do Bispo de São Félix não pode cair no vazio. Surge num momento, de certo modo propício e fere **um tema** que está na cogitação das autoridades, empenhadas em integrar um **País de proporções continentais**, como é o nosso”.

O ESTADO DE SÃO PAULO, defensor e porta-voz dos latifundiários, publicou editorial com o seguinte título: “A MÁ FÉ E A DEMAGOGIA DESTE BISPO” (13/11/71) e o JORNAL DA TARDE (15/11/71), também de São Paulo publicou: “A INJUSTIÇA DO DOCUMENTO SOBRE A AMAZÔNIA”. Os dois editoriais defendem os latifundiários, apresentados como **desbravadores**. Esses editoriais foram elogiados pela Associação dos **Empresários Agropecuários da Amazônia** e pelo dono da Fazenda Suiá-Missu, Hemínio Ometto. O jornal “TRIBUNA DA IMPRENSA”. (11/11/71), do Rio de Janeiro, transcreve trechos da Carta, dando eco às denúncias do bispo. Ainda o Jornal O GLOBO (16/11/71), A FOLHA DE SÃO PAULO (11/11/71), O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Ribeirão Preto, SP; O

⁷ A noção de recorte discursivo foi formulada por Orlandi (1983, p.128-9; 1984, p.13-7) para separar o gesto do linguista, que se segmenta na frase, do gesto do analista de discurso que, ao recortar uma seqüência discursiva, recorta uma porção indissociável de linguagem e situação.

ESTADO DO PARANÁ, PR e FOLHA DO NORTE, PA.

A Nunciatura Apostólica reivindicou cópia do documento que foi traduzido para vários idiomas.

Tamanha repercussão provocou a reação das autoridades.

O Presidente da FUNAI, Gal. Bandeira de Melo e o Ministério do Interior negaram-se a falar sobre a Carta aos jornalistas. Já a SUDAM, através do Cel. Igrejas Lopes, disse que o assunto já era do conhecimento dos organismos de Segurança, e que o “nosso país – é democrático e assegura a qualquer um ter **terra, latifúndios** ou **minifúndios**”. (*Jornal do Brasil*, 11/11/71). O *Jornal A Folha do Norte*, 11/11/71, de Belém do Pará reproduz as críticas do Cel. Igrejas, com a seguinte manchete: “BISPO SEM FÉ PARA IGREJAS”. O Coronel dizia que o documento era “**subversivo**” e “**caluniador**”.

O Presidente do INCRA, José Francisco Cavalcanti, disse que “as denúncias representam uma realidade que deverá ser modificada em breve com as iniciativas já estruturadas de **discriminação de terras**”. (*Jornal do Brasil*, 12/11/71)

O Senador Correia da Costa, da Arena de Mato Grosso, afirmou que “jamais teve conhecimento de **trabalho escravo** no Mato Grosso... e que em Mato Grosso reina **paz social**”. (*Folha de São Paulo*, 11/11/71)

O Governador do Estado, José Fragelli, disse que “o Bispo exagerou ao denunciar injustiças”. (*Jornal O Globo*, 16/11/71).

É preciso reafirmar que a “Igreja de D. Pedro” está inserida na Teologia da Libertação e que o político é um dos seus elementos cruciais. Segundo Eni Orlandi, em “*Fé e Opressão*” (1996), “a Teologia da Libertação é a legitimação dos movimentos sociais que apareceram na América Latina, nos anos 60”.

Sem cair na ilusão de poder resgatar origens, trazemos para compor este trabalho algumas reminiscências, certamente determinadas por razões histórico-pessoais, que vimos percebendo, no processo de elaboração do trabalho.

IDENTIFICANDO CONTRADIÇÕES: A ANÁLISE

A leitura que a imprensa faz dos acontecimentos, mais especificamente, como o discurso jornalístico produz sentido e memória, não é nada ingênua. O ato de noticiar, como descreve Mariani (1998, p. 73), “não é neutro nem desinteressado: nele se encontram entrecruzando-se os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes, bem como ainda que indiretamente dos leitores”.

Assim como outras instituições, a imprensa também pertence ao jogo de forças da sociedade. Avaliamos que ela funciona como forma de “atiçar”, “pôr fogo” no confronto de posições políticas.

Outro fato a ser considerado em relação ao discurso jornalístico é o de que ele representa um discurso institucional específico que objetiva apagar os quantos enunciadores ele congrega. Seguindo o raciocínio de Mariani (idem), a prática jornalística é heterogênea durante o seu processo de produção, mas resulta em uma enunciação homogênea quanto ao produto final.

A mídia inventa, a todo o momento, novas estratégias para atrair leitores e/ou telespectadores. Organiza, coordena os acontecimentos cotidianos mostrando as diversas possibilidades de apresentá-los.

Além desses fatores, as forças políticas em confronto no momento histórico em que ocorre um acontecimento vão constituir também os sentidos produzidos pelas/nas notícias. A atuação da imprensa nos dias atuais influencia, nas situações em que ocorre a tomada de decisões políticas. Como diz Mariani (ibidem), está cada vez mais em evidência o aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia.

É assim que cada jornal vai construindo uma versão do mundo específica e diferente: a imagem da Carta Pastoral, por exemplo, vai mudando conforme ela é falada nos jornais.

Não podemos desconsiderar o modo como um leitor interpreta a notícia, um leitor atento percebe, logo de início, ao ler o jornal, o quanto cada modo de construção textual da notícia também influi na produção de sentidos. O que tal leitor, mesmo sendo mais atento, pode não se dar conta é que o entendimento do processo de construção dos sentidos não pode ser esgotado somente através de uma análise do tipo gramatical, presente em cada jornal, pois não se trata ali apenas de uma mera organização de frases e palavras, estruturadas sob regras, que esconderiam o 'verdadeiro' sentido nas entrelinhas do texto. (MARIANI, ibidem: 65).

De acordo com Orlandi (1996, p. 34), quando se lê, considera-se não somente o que está dito, mas também aquilo que não está dito e que também está significando.

E o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito, mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe... Ou seja, podemos dizer que há relações de sentidos que se estabelecem entre o que o texto diz e o que ele não diz, mas poderia dizer, e entre o que ele diz e o que os outros dizem.

Essas relações de sentido atestam o funcionamento do interdiscurso e, no caso dos jornais analisados, a intertextualidade, i.e., a relação de um texto com outros textos.

Então, as notícias publicadas demonstram na sua constituição textual traços histórico-sociais, que fazem parte dos processos de significação.

O que expusemos até então se presta a quebrar com a imagem, cultivada durante séculos, de que o discurso jornalístico é isento de pré-julgamento, imparcialidade, neutralidade, objetividade de informação.

Parafrazeando Junkes (1994), é na utilização da notícia que se manifestam os processos menos democráticos de formação de opinião, visto os jornais serem conduzidos pelas classes dominantes em conflito, em que cada qual carrega grupos em disputa pelo poder.

A autora acrescenta que a notícia assim como os livros didáticos, principalmente os doados pelo governo, são informações transformadas em mercadorias pelo fato de serem manipulados pelo poder político-econômico que os sustenta.

Em uma entrevista para a *Revista Imprensa*, nº 128 de 1998, O jornalista Paulo

Henrique Amorim fala do que ele considera uma grande ameaça à liberdade e qualidade de informação no Brasil: “a concentração de atividades ligadas à comunicação está nas mãos de uns poucos grupos. A legislação está cada vez mais permissiva quanto a isso. Adverte ainda: Você pensa que existem 800 órgãos de imprensa e na verdade, são um ou dois empregadores”.

Além do mais, conforme Mariani (*op.cit*) a “objetividade” dos fatos, ou seja, sua visibilidade evidente resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já construído. Sendo assim, os jornais ao relatar os acontecimentos já estão exercendo uma determinação nos sentidos.

Podemos assim dizer que o discurso jornalístico está submetido ao jogo das relações de poder vigentes e que o que existe é uma ilusão da neutralidade, imparcialidade, informatividade.

Ainda que a notícia provoque nos leitores as mais diversas reações, resultantes de cada gesto interpretativo, já marcado por um interdiscurso, o jornal atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento. A própria materialidade impressa do jornal: a estrutura lingüística, a linearidade textual, e exigência das regras extraídas dos manuais de redação, fazem com que se sustente a aparente neutralidade do discurso jornalístico.

Entendemos que essa representação da neutralidade termina por produzir a ilusão de que o sentido está apenas na relação leitor/texto, apagando aquilo que concebemos enquanto sentido. Na perspectiva enunciativa/discursiva, os sentidos são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.

A respeito da suposta posição de imparcialidade jornalística, reconhecemos que ela se mantém pela própria história da instituição⁸, que ao negar o sujeito narrador, a partir de suas regras e constituição sob o discurso jurídico, atribui ao leitor/ouvinte, a responsabilidade por qualquer que seja a interferência no sentido, que posto no jornal, supõe-se ser o único, verdadeiro e transparente.

O jornal assume um caráter didático em que as explicações têm, muitas vezes, a forma de causa/conseqüência. Também a operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional como modo de didatizar as informações. Nesse sentido, ele organiza a estabilização de determinados sentidos e apaga outros *possíveis/dizíveis*.

No caso específico do discurso jornalístico sobre a Carta Pastoral, ora confrontamos posições de explicação a seu respeito (esse certo didatismo), ora se apaga qualquer possibilidade que seja do leitor polemizar, questionar, pois os fatos vêm como afirmações absolutas, definições precisas como apresentamos nos recortes elencados abaixo, o primeiro determina a hora da integração na Amazônia e quem deve fazer parte do processo:

(A) O documento do Bispo surge num momento propício e fere

⁸ Sobre o processo de formação da imprensa, ver Mariani (1999). A instituição jornalística “esquece” que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada.

*um tema que está nas cogitações das autoridades empenhadas em integrar um país de proporções continentais como o nosso. **Esta é a hora**, portanto, de o governo examinar a denúncia de um Bispo que vive na Amazônia e se sente no dever moral de contribuir para um regime de justiça social que é **não apenas** uma causa do governo, **mas de todos** os brasileiros. (Jornal do Brasil, 11-11-1971)*

Nesse caso o jornal afirma, define quando Estado e Igreja devem estar juntos na integração do **país = Amazônia: Momento propício, esta é a hora**. Dá explicações sobre o evento, a causa que moveu o bispo a fazer a denúncia e ainda, pelo funcionamento de **não apenas** e, **mas**, enquanto operadores na argumentação, omite a opinião em relação a quem deve participar da integração, ou seja, atribui **a todos os brasileiros** a ação de integrar a Amazônia, eliminando dessa forma a responsabilidade do governo, que é o proponente do Programa de Integração, através da SUDAM. Constrói-se nesse dizer uma orientação, uma direção de leitura sobre o acontecimento.

Os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou imprevisíveis. Em seu funcionamento ele insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com algo ocorrido anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento, não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para tanto, os jornais nomeiam, produzem um encadeamento de explicações sobre aquilo que se fala. (MARIANI, op. cit., p. 67).

Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos. Encontra-se nesse funcionamento um dos aspectos de persuasão que envolve o leitor.

O que acontece é que, pelo discurso jornalístico, vão se cruzando vários discursos como é o caso do religioso, neste caso específico, o católico da Teologia da Libertação, ou o político como é possível notar na fala do Ministro do Interior, que não comenta as denúncias da Carta Pastoral porque:

(B) *“Ela é **mais** da área da SUDAM”. (Jornal do Brasil, 11/11/71)*

É interessante perceber que ao utilizar o advérbio de intensidade **mais** o Ministro deixa subentendido que o assunto é também de interesse do Ministério do interior. Mesmo que este não queira admitir, isso fica posto no discurso.

Ou como segue:

(C) *O Presidente da FUNAI, Gal Bandeira de Melo, afirmou ontem que não pretende abrir debates com as missões religiosas e negou-se, **terminantemente**, a prestar declarações a respeito do documento divulgado pelo bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, **que ele diz** criticar “o abandono em que se encontram os índios Carajás”, e **só falou do trabalho da FUNAI**. (Jornal A Tribuna da Imprensa, RJ, 12/11/1971)*

Situação conveniente para o Presidente que prefere:

(D) Ao invés de falar a respeito das denúncias feitas na CP, O Gal. preferiu proferir uma palestra, **bastante didática**, ilustrada com projeção de slides para **explicar a ação da FUNAI**.

"A FUNAI preparou 70 técnicos de indigenismo para cuidar dos 123 postos (...) o posto indígena é a unidade básica da FUNAI..." **explica o ministro**. (Jornal O Estado de São Paulo, 12/11/71)

(E) Bandeira de Melo **só expôs uma idéia geral da política indigenista do país**. Não respondeu a perguntas relativas às denúncias do Bispo de São Félix do Araguaia, **que considerou "violenta"**. (Jornal da Tarde, São Paulo, 11/11/71).

Aí se confunde o pedagógico e o político, que atravessam o jornal explicando, quantificando, dando esse certo didatismo à linguagem jornalística?

Além disso, observamos que ao relatar que o Presidente da FUNAI recusa-se a falar sobre a Carta Pastoral, o jornal interpreta essa recusa pelo funcionamento do advérbio de intensidade: **terminantemente (C)**, que determina o modo da negação e assim mostra que a neutralidade jornalística é mesmo aparente. E também do advérbio **bastante** determinado pelo adjetivo **didática**, que estabelece o modo da palestra, e porque não, a posição do jornal, ao intensificar a qualificação da mesma: palestra **bastante didática (D)**. Avalizando, dessa forma, os discursos tanto do Ministro do Interior quanto do Presidente da FUNAI.

Como podemos observar os advérbios funcionam como operadores de argumentação e indicam a posição do sujeito que enuncia. Sobre esse funcionamento ver Guimarães & Orlandi (1988).

Algo que nos chama a atenção nos exemplos recortados é a forma como o jornal coloca que o Presidente não falará sobre a Carta Pastoral. Ao mesmo tempo em que restringe o discurso do *outro* pelo sentido derivado do advérbio **só**: **só falou do trabalho da FUNAI** em (C). **Só expôs uma idéia geral da política indigenista no país**, expressa uma marca explícita de heterogeneidade, em que a presença do discurso do Presidente, entre aspas, abre um espaço no interior do discurso jornalístico e acentua sua posição em relação à CP: **Que ele diz criticar** "o abandono em que se encontram os índios Carajás". (C), e **que considerou** "violenta". (E).

Esse paradoxo nos move a buscar fundamentação em Authier (1981, p.127). Com base na autora, podemos dizer que as aspas constituem um uso autonímico que apresenta um duplo movimento: ao mesmo tempo em que mostram um corpo estranho, indicam que o sujeito dele discorda. Elas, as aspas, segundo a autora funcionam para assinalar uma recusa, uma rejeição ao que está sendo incorporado, por seu intermédio o sujeito do discurso questiona a veracidade, a adequação ou a pertinência do discurso do *outro*.

No que toca aos exemplos que trouxemos é importante lembrar que a polêmica aí criada configura-se no discurso do General Bandeira que, ao negar-se a comentar sobre

² N. Lage afirma que entre "a linguagem jornalística e a linguagem didática" há diferenças, pois a primeira é por definição referencial, enquanto que na segunda predomina a metalinguagem, isto é, a explicação ou definição de um item, léxico por outro. De acordo com Mariani (*ibidem*, p. 65) e contrariamente ao autor as análises realizadas para o discurso jornalístico, demonstram que ele funciona de modo a além de informar, persuadir, inculcar o leitor.

a Carta Pastoral, inscreve-se numa posição desfavorável a ela.

Dessa forma, o jornal constrói uma imagem de si mesmo como de quem se mantém numa posição imparcial em relação ao fato. Essa imagem se sustenta no funcionamento do discurso direto que, segundo Mariani (ibidem), tem por característica provocar uma ruptura sintática: **que ele diz criticar, que considerou**. Nos recortes que selecionamos para exemplificar, fica nitidamente delimitado na cadeia discursiva, o objeto: **Criticar o quê?** “o abandono em que se encontram os índios Carajás”. **Considerou o quê?** “Violenta”, que é extraído da cadeia enunciativa normal e remetido a outro lugar. Então o jornal dá eco à vozes diferentes e se distancia.

A noção de heterogeneidade refere o ‘enunciável’ e não apenas o ‘gramatical’. Além disso, refere à produção no sujeito da ilusão necessária e constitutiva do seu modo de enunciação. Produz no dizível, um recorte importante.

○ que podemos perceber é que o jornal faz ouvir “tantas vozes” com perspectivas ou pontos de vista que podem ser identificados, ou não, com o leitor interlocutor.

○ jornalista projeta a imagem de um observador imparcial, produzindo um efeito de distanciamento sobre o que fala. E como não se ‘envolve’ com a questão cria o espaço para emitir opinião, explicar, formar juízos de valor.

Se antes a imprensa posicionava-se como veículo neutro e imparcial, hoje, dizendo como Mariani (ibidem) ela tanto pode lançar direções de sentido a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendência de opinião e dar-lhe visibilidade.

Tudo o que expusemos até aqui não quer dizer que a imprensa é absolutamente autônoma e responsável pelo modo como produz as notícias e para entendermos melhor essa questão é necessário conhecer o caráter institucional da *prática jornalística*¹⁰.

Continuando baseada em Mariani (*op.cit*), a produção de sentidos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos jornalistas, uma vez que eles também são sujeitos históricos, dos leitores e da linha política dominante do jornal.

Dissemos a partir de **C, D, E** que o discurso direto provoca uma ruptura sintática na cadeia enunciativa. Já o discurso indireto não tem compromisso com a textualidade original do discurso citado, o locutor aí o reformula ao seu modo.

É papel do jornal, enquanto autorizado, institucionalizado para tal, organizar as matérias, os outros discursos de modo a mostrar que pode haver várias opiniões sobre um determinado fato, mas nunca um fato diferente do que foi relatado. Recorro mais uma vez à Mariani Sampaio (ibidem, p. 67), que diz:

Em uma palavra a imprensa deve desambigüisar o mundo. Assim, nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e conseqüências: desse modo, quando relatam os acontecimentos, os jornais já estão lhes determinando sentidos.

¹⁰ Lembremos que, de acordo com Pêcheux (1988), a noção de prática discursiva permite criticar o idealismo da concepção de prática de sujeitos, que seriam totalmente responsáveis (e, portanto responsabilizáveis) por seus atos e palavras. ‘Todo sujeito, diz ele, é constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos em cada prática em que se inscreve isso pela determinação [...] do complexo de formações discursivas (FD) no qual ele é interpelado em ‘sujeito - responsável’.

Em relação à instituição que autoriza o dizer jornalístico, podemos acrescentar que não é porque há normas institucionais organizando esse dizer que a prática discursiva necessite de estar amarrada às normas, pois as instituições com normas, regras, também são conseqüentes de processos de linguagem.

A noção de instituição trata da dimensão de normatização ou disciplinarização constitutiva da ordem de possibilidades de um discurso. É pelo funcionamento do discurso que observamos como se dá a legitimação da instituição.

Esse é um processo que funciona no sentido de tornar a instituição 'evidente' e naturais os discursos que dela 'emanam'.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pelo que pudemos observar, a partir dos recortes que utilizamos para mostrar um pouco sobre o funcionamento do discurso jornalístico, é que embora tratem do mesmo assunto, ou seja, a denúncia sobre o latifúndio e a marginalização social feita na Carta Pastoral, em **A,B,D,E**, os Jornais: o *Estado de São Paulo, SP*; *Jornal da Tarde, SP*; se inscrevem numa posição desfavorável às denúncias do bispo, enquanto que no **C**: o *Tribuna da Imprensa, RJ*;, inscreve-se numa posição que favorece a denúncia.

Conforme já dissemos, a prática discursiva não é neutra, imparcial, ou transparente. Os sentidos vão se configurando movidos e controlados pela memória discursiva, são mobilizados interdiscursivamente enquanto exterioridade que afeta constitutivamente o sujeito. É aí que se cria a ilusão do sujeito, o qual não tem domínio do seu dizer, pois não é onipotente.

Para contemplar as nossas reflexões trazemos mais um exemplo:

(F) Não há dúvida, porém, de que o documento do Bispo de S. Félix do Araguaia, perfilhado, pela CNBB, não pode cair no vazio. O país está motivado nesta hora para a grande tarefa da integração. O plano da Amazônia fascina a imaginação nacional e desperta justo... Há três dias o Presidente da República anunciou mais uma medida de impacto, com a iniciativa do PRODOESTE, que cobrirá a última região que faltava para incorporar-se à gigantesca rede de frentes de trabalho em que, com inegável êxito, vem operando o governo federal. (Jornal do Brasil, 11/11/1971).

Não podemos esquecer que em 1971 os interesses eram dos militares, que na figura do presidente Médici comandavam o país, plena ditadura militar, sendo assim, o que quis dizer o jornal com o exagero na colocação de adjetivos: **grande tarefa da integração, gigantesca rede de frentes de trabalho?** O que não disse com: **inegável êxito?** ...

A ênfase dada ao Programa do Governo, Plano de Integração da Amazônia (PIA), é exagerada e por mais que se coloque que o **documento do Bispo não pode cair no**

vazio, é disso que o jornal faz uso para salientá-lo.

Sabemos que em Análise de Discurso se fala de “a” para não se falar de “b”. Também, que não há domínio consciente, nem controle pessoal dos processos discursivos. O que fica no processo de produção de sentido, que é histórico e no qual há um jogo entre história e ideologia são efeitos de sentido. Esse efeito que as condições de produção determinam tem aqui uma direção, a de promover a política do governo: na época o Plano de Integração da Amazônia.

Por aí podemos dizer que o Jornal ao dizer que **não há dúvida que o documento do bispo não pode cair no vazio** produz mais um mecanismo textual de produção do efeito de imparcialidade.

As considerações feitas neste texto permitem avaliar o discurso jornalístico, de acordo com Mariani (*op.cit.*): (...) como monumento histórico-textual, ou seja, como constitutivo e constituído por confrontos históricos nem sempre visíveis nem para os leitores e, às vezes, nem mesmo para a própria imprensa.

Portanto, o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social repetidora de certa ideologia quanto, direta ou indiretamente, se deixa atravessar pelas muitas vozes divergentes também constitutivas da história, nesse caso mais um trecho da história sobre a **questão da terra**, no Brasil, circulada nas “veias” dos jornais.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-RÉVUZ, J. **Palavras Incertas**. Campinas Editora da Unicamp, 1998.
- BOFF, L. “Teologia da Libertação: o grito articulado do Oprimido”. In: **O caminhar da Igreja com os oprimidos. Vozes, s/d.**
- COURTINE, J. J. (1982). “La Toque de Clementis”, xerox. _ (1984. “La Meilleure de langues”. In: **Linguistique Fantastique**. Paris, Denoel, S. Aurox (org).
- DINES, A., VOGT, C., MELO, J. M. (orgs). **A imprensa em Questão**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do Português, Campinas, SP, Pontes, 1987.
- _____. **Os limites do sentido**. Campinas, Pontes, 1995.
- _____. “Texto e enunciação”. In: **Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, 23.1995. p.63-67.
- _____. “Interdiscurso, textualidade e argumentação” In: **Signo y Señá. Revista del Instto de Lingüística de la Fac. de Filosofía y Letras.9**, 1998. P.427-435.
- _____. (org.) **História e Sentido na Linguagem**. Campinas, SP, Pontes, 1989.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, 1997.
- _____. & FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**, Porto Alegre, RS, Editora Sagra Luzzatto 1999.

- LAGE, N.. **Linguagem jornalística**. São Paulo, Ática, 1990.
- MARIANI, B. S. C. **O PCB e a Imprensa: As conquistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, RJ, Ed. Revan, 1998.
- MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1986.
- ORLANDI, E. P. "O estatuto do liberal e a reforma da terra". In: **Religião e sociedade**, 12/3, 1983.p. 65-73.
- _____. **A Linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso**. SP, Brasiliense, 1988.
- _____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas. Ed. da Unicamp, 1992.
- _____.(org.) **Discurso Fundador. A formação do país e a construção do país e a identidade nacional**. Campinas, Pontes, 1993.
- PÊCHEUX, M. (1969) "Análise automática do discurso (AAD-69) ". In GADET, F. &HAK, T. **Por uma análise automática do discurso, uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1990.
- _____. (1975). **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**._Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- _____.(1982) "Ler o arquivo hoje". In ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de Leitura, da história no discurso**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994: 55-67.
- _____.(1983) **O discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas, Pontes, 1990.
- SODRÉ, M. **Reinventando @ cultura, a comunicação e seus produtos**._ Petrópolis, Vozes. 1998.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. **Cidadãos Modernos, discurso e representação**_ Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.



ESTADO E POLÍTICAS DE LINGUA:
AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA COMO PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Ana Maria Di Renzo¹
Francielli Carolina Durigon²

Resumo: Este artigo é resultante da nossa participação no projeto de Cooperação Internacional sob o título “História das Ideias Linguísticas” e que no Brasil se ocupa *Ética e Política das Línguas*, cujo objetivo é (re)construir a história da constituição do saber metalinguístico sobre a língua portuguesa, a partir de uma posição histórica sobre a produção do conhecimento, logo dos seus processos de produção. Dessa forma, pode-se não somente ter acesso à forma como o saber sobre a língua no Brasil se constituiu, mas também como esse mesmo saber constituiu o homem “sujeito nacional”, o cidadão brasileiro. Portanto, a história de que falamos, isto é, fazer história das ideias linguísticas é tratar a própria produção do conhecimento sob a perspectiva de uma política do conhecimento sobre linguagem, o que nos convoca tratar, também, da ética, que, segundo Orlandi (1999), toca “o modo como funcionam os princípios que fundamentam a vida social”. Assim sendo, estudamos a formação do Estado brasileiro, conjugada com a instituição da Língua Nacional e o surgimento da Escola. Isto nos permitiu, portanto, através da (re)leitura discursiva de arquivos, dar visibilidade ao saber produzido sobre a língua e a constituição do sujeito nacional, a partir das condições próprias da nossa história. E, tocados por essa questão, escolhemos o Colégio Liceu Cuiabano de Mato Grosso num período que compreende o final do século XIX e início do século XX, precisamente, na primeira República. Período em que passando de Colônia a Estado independente era preciso gramatizar e/para ensinar a língua nacional. Resulta dessa reflexão nosso interesse pela criação dos grandes Colégios do país e pela formação do cidadão brasileiro que vamos ter como produto da relação Estado/Língua/Sujeito. A construção de instrumentos lingüísticos, pela sua divulgação e pela produção que vai elaborando, institui uma política de língua que, por conseguinte, vai dando forma e identidade a um cidadão. Nosso interesse está no que ele representou na construção do saber sobre a língua no Brasil e na constituição do cidadão Mato-grossense Brasileiro. Em outras palavras, a construção tanto da língua quanto do saber sobre ela está intimamente relacionada com a formação do Estado, processos que nos mostram os modos de sua constituição, logo, da sua história. Ao propormos tal estudo, objetivamos

¹ Orientadora e Profa.Dra. do Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (Campus de Cáceres). Coordenadora do Programa de Mestrado em Linguística da UNEMAT.

² Orientanda e aluna do Programa de Mestrado em Linguística e Pesquisadora do CEPEL-Centro de Estudos e Pesquisas em Linguagem

explicitar essa história, aliando a construção do saber sobre a língua, o nascimento da Escola e a constituição do sujeito nacional.

Palavras-chaves: Língua, História, Discurso, políticas de língua

RÉSUMÉ: Ce travail prend part au Projet de Coopération Internationale *Histoire des Idées Linguistiques*, qui au Brésil s'occupe de *l'Éthique et de la Politique des Langues*, avec le but de (re)construire l'histoire de la constitution du savoir métalinguistique sur la langue portugaise, à partir d'une position historique sur la production de la connaissance, et, donc, des ses processus de production. Ainsi, on ne peut pas seulement avoir accès à la forme comme le savoir sur la langue au Brésil a été constitué, mais aussi, comme ce même savoir a constitué l'homme "sujet national", le citoyen brésilien. De cette manière, l'histoire sur laquelle nous parlons, c'est-à-dire, faire l'histoire des idées linguistiques, c'est traiter la production de la connaissance sur la perspective d'une politique de la connaissance sur langage, ce que nous appelle à traiter aussi de l'éthique, qui, selon Orlandi (1999), touche "le mode comme fonctionent les principes qui fondent la vie social". Par conséquent, nous étudions la formation de l'État brésilien, conjuguée avec l'institution de la Langue Nationale et l'émergence de l'École. Ça nous a permis, à travers la (re)lecture discursive des archives, donner de la visibilité au savoir produit sur la langue et à la constitution du sujet national, à partir des conditions de notre histoire elle même. Touchés par cette question, nous avons choisi le collège *Liceu Cuiabano de Mato Grosso*, de la fin du XIX^{ème} siècle jusqu'au début du XX^{ème} siècle, à la 1^{ère} République. À cette période le Brésil a passe de colonie à État indépendant et il faudrait *grammatiser* et/pour enseigner la langue nationale. À partir cette reflexion nous avons l'intérêt par la création des grands collèges du pays et par la formation du citoyen brésilien qui nous allons avoir comme produit de la relatioÉtat/Langue/Sujet. La construction des instruments linguistiques, par sa propagation et par la production qu'elle élabore, instituit une politique de langue, que donne forme et identité au citoyen. Notre intérêt réside dans la représentation de ce citoyen à la construction du savoir sur la langue au Brésil et à La constitution du citoyen du *Mato Grosso* brésilien, car, la construction de La langue et du savoir sur elle même, est intimement rélationée avec la formation de l'État. À travers ces processus nous pouvons percevoir les modes de la constitution de l'État et, par conséquent, de son histoire. Cet étude a comme objectif expliciter cette histoire, en ajoutant la construction du savoir sur la langue, la naissance de l'École et la constitution du sujet national.

Mots-clès: Langue, Histoire. Discourse, Politique de la Langue

A reflexão proposta neste artigo está pautada nas discussões a respeito da prática do ensino de Língua Portuguesa nas escolas estaduais de forma geral do país, em especial, de Mato Grosso. Fala-se muito sobre o problema da produção da leitura/interpretação e escrita entre os alunos. Cada vez mais os alunos não conseguem estabelecer um sentido

ao texto lido.

O problema da produção da leitura/interpretação entre os alunos não está na ausência de sentido, pois todo leitor atribui algum sentido ao texto, e sim na dificuldade de constituição/construção de sentidos diante de alguns textos, pois, como escreve Orlandi (1996, p. 66-67), “as condições de interpretação não são iguais para todos, pois o conhecimento é distribuído de forma desigual”.

A falta de sentido na leitura por sua vez acarreta nos problemas de escrita, ocasionando a falta de “argumentação” no momento da produção de textos, pois é pela leitura que se produz a escrita. Segundo Indursky (2001), ler e escrever “é mergulhar em uma teia discursiva invisível construída de já-ditos para desestruturar o texto e (re) construí-lo, segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve o sujeito-leitor”.

A leitura é o momento em que se relacionam autor/texto/leitor, e é essa relação que possibilita a interpretação, onde o sujeito-leitor ocupa a posição do sujeito-autor, podendo ou não concordar com ele. Essas posições do sujeito são entendidas como gestos de interpretação. São lugares marcados histórica e ideologicamente, onde o sujeito/leitor/autor e os sentidos são determinados pela relação com a língua. Por isso dizemos que a prática de leitura e escrita são gestos de interpretação tomados pelo sujeito que lê e interpreta, pois não há escrita sem leitura.

Nesse sentido, torna-se relevante analisar discursivamente a prática de leitura e escrita exercida na sala de aula como forma de dar visibilidade a constituição do sujeito aluno que lê e interpreta e que se posiciona numa relação subjetiva com a língua e a exterioridade. Uma vez que, ao tomar um texto para análise, deve-se levar em conta não apenas os elementos linguísticos, pois ele é afetado pela exterioridade que lhe é constitutiva e que se reflete na/pela materialidade da língua.

Tomar a leitura e a escrita na perspectiva discursiva é dizer que “a leitura, portanto, não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade” (Orlandi, 2001, p. 9).

Essa reflexão inscreve-se na teoria da Análise de Discurso, pois, pelos seus procedimentos teóricos e analíticos pode-se compreender em que condições de produção se constitui o sujeito-aluno, ao aprender a sua língua, ao aprender a ler e escrever. Ela trabalha com as condições de produção e com o interdiscurso que inscreve os sujeitos numa situação e numa memória do dizer.

A memória, para Análise de Discurso, estabelece o saber ao discurso, ou seja, todo dizer produzido é efeito do já-dito que se inscreve na história. E, por isso, dizemos que todo dizer é uma interpretação em relação a uma memória. Orlandi (2003, p. 31) afirma:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

○ interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Isso nos mostra que as palavras ditas já fazem sentido, um sentido que já vem inscrito na história. A posição que o sujeito toma na relação com o interdiscurso é que vai produzir sentidos e os gestos de interpretação. A leitura é um campo onde o que não está dito funciona, ressignificando os sentidos ali inscritos pela ideologia. Por isso dizemos que é através da leitura e escrita que o sujeito se constitui, através dos novos sentidos² produzidos.

Nessa direção, Orlandi (2001, p. 17) afirma que a leitura (e a escrita):

[...] não é instrumento, mas é ação que transforma. Dessa forma, não podemos estudá-la fora da sociedade, uma vez que os processos constitutivos da linguagem são histórico-sociais. Resta observar que, nessa relação, não consideramos nem a sociedade como dada, nem a linguagem como produto: elas se constituem mutuamente.

Falar em leitura e escrita é falar, de algum modo, da constituição do sujeito-aluno dentro do espaço legitimado para o ensino da língua, o espaço escolar. Por essa razão nos propomos a analisar a formação do sujeito-aluno legitimado no espaço escolar através das práticas de ensino regulamentadas pela escola, especialmente, tomando a *priori* como *corpus*, a Escola Estadual União e Força, do ensino fundamental e médio. Analisar discursivamente o plano de aula anual de Língua Portuguesa do 9º ano, utilizado no ano de 2009 dará visibilidade às práticas de língua oferecidas pela escola e a concepção de leitura e escrita trabalhada em sala de aula.

Saber ler e escrever significa ser alfabetizado, ser letrado em língua portuguesa. E essa condição permite conquistar um lugar na sociedade, pois o domínio de tal sistema linguístico outorga ao sujeito o pertencimento a uma sociedade, assegurando-lhe o lugar de cidadão urbano e moderno. Assim, ser capaz de construir sentidos diante de um texto é dizer-se alfabetizado, ou seja, a inscrição do aluno como sujeito social, urbano e letrado é ter passado pela escola, que é, segundo Orlandi (2004, p. 152),

[...] o lugar [...] – em que a forma-sujeito-histórica que é a nossa (a capitalista, de um sujeito com direitos e deveres) se configura como forma sujeito urbana: o adulto letrado, cristão, é urbano como projeto. Esse é o imaginário recorrente da civilização ocidental. Porque a Escola adquire toda essa importância? Por que esse sujeito é o sujeito da escrita, o sujeito do conhecimento. Não há urbanidade moderna sem escrita. Não há Estado sem Ciência. E a escrita se aprende na Escola.

Dessa forma, ser sujeito escolarizado é inscrever-se numa identidade de sujeito

² As palavras são inscritas na história, mas ao produzirmos sentidos elas se ressignificam, não pela nossa vontade, mas pela ideologia. Por isso dizemos que, no funcionamento do interdiscurso, o apagamento da memória é fundamental porque permite que os sentidos produzidos sejam outros. O apagamento pode ser o fato de que os sentidos não começam no sujeito, e também, o fato de que, ao dizer, o sujeito interpreta e se posiciona, marcando seu lugar em relação à memória do dizer. Na memória discursiva os sentidos ao mesmo tempo em que se estabilizam, também se movimentam.

nacional, que sabe ler e escrever, apropriando-se de um certo saber sobre a língua.

Segundo Pêcheux (1997, p. 24), “todo processo de significação é constituído por uma ‘mexida’ – deslize – em redes de filiações teóricas, sendo, desse modo, ao mesmo tempo, repetição e deslocamento”. Compreender os efeitos que o ensino de língua produz no sujeito, dá visibilidade a um processo de significação desse sujeito.

Dar visibilidade a esse processo de significação do sujeito implica dizer que pelas práticas de ensino na escola se produz um ideal de aluno, o sujeito escolarizado. O modo como se organiza o aparelho pedagógico da escola age diretamente na formação do aluno. A instituição Escola não é apenas um lugar de adquirir conhecimento, mas também é um lugar de controle, uma vez que ela é “um dos mais complexos aparelhos políticos” de (trans) formação da sociedade.

Para Di Renzo (2005, p. 250) o sujeito escolar se inscreve na repetição “uma vez que o ensino da língua na escola assenta-se sobre o domínio do conhecimento metalinguístico que produz como efeitos o seu enclausuramento nas teias das regras e normas”. Essas regras e normas de certo modo silenciam o sujeito, apagando sua identidade, dando lugar à individualização, ou seja, uniformizando o sujeito em sujeito-escolarizado inscrito num ideal de cidadão, o cidadão moderno, que sabe ler e escrever a língua portuguesa.

Na escola, o sujeito se comporta conforme aquilo que lhe é ensinado, desta maneira ele se vê capturado ideologicamente dentro de várias questões, tais como a valorização da linguagem de prestígio, a didática tradicionalista e o nivelamento do processo de aprendizagem de todos os alunos. Isso dá a esse sujeito o sentimento de aceitabilidade pela sociedade. O sujeito que é estudado, ensinado conforme as regras estabelecidas pela Escola é “julgado” capaz de exercer qualquer atividade dentro do mundo dos negócios. O sujeito sem estudo, sem passagem pela escola não pode exercer nenhuma profissão considerada de valor para a sociedade.

Segundo Vieira (1999 apud Di Renzo 2005, p. 60) “leitura e escrita são elementos constitutivos e definidores de um espaço específico de produção da linguagem: a cidade”. Dessa forma, dizemos que é pela escrita que o sujeito aluno se significa na relação com o social.

A linguagem não pode ser vista apenas como *suporte de pensamento* e nem como um mero instrumento de comunicação, pois conforme Pêcheux e Fuchs (1975) apud ORLANDI (2001, p. 19):

○ sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social. Nele está refletido o modo como o sujeito o fez, ou seja, sua interpretação pela ideologia. O sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes a isso chamamos “ilusão discursiva do sujeito”.

Dessa forma, afirmamos que o sujeito é fruto da linguagem, nela reproduzido ao mesmo tempo em que produz o sentido. O sujeito, dentro de um contexto social, é des-

centralizado, passando a fazer parte de enunciados, onde as condições de produção são formações ideológicas que (re)significam produzindo sentidos. Pois, conforme Maingueneau (1976) apud ORLANDI (2001, p. 19),

O sujeito faz uma seleção em relação aos meios formais (produtos) que a língua oferece e ele o faz de um contexto social. O conceito de discurso despossui o sujeito falante de seu papel central para integrá-lo no funcionamento de enunciados, de textos, cujas condições de possibilidades são sistematicamente articuladas sobre formações ideológicas.

Por essa razão que, ensinar ler e escrever trabalha na relação simbólica com a cidade, como lugar de interpretação. Pela Escola faz funcionar no aluno as obrigações de cidadão, educado, civilizado, disciplinarizado. Trata-se de uma política de língua que homogeneiza os sujeitos, individualizando-os em forma-sujeito de uma concepção do que significa saber ler e escrever dentro de uma sociedade capitalista.

Ao olharmos para a prática do ensino de Língua Portuguesa nas escolas, verificamos que há grande dificuldade na compreensão dos textos, ou seja, cada vez mais os alunos não conseguem atribuir sentidos ao que lêem. Pensando na relação Escola e ensino da Leitura e escrita³, faz-se necessário desenvolver um trabalho que analise discursivamente os mecanismos utilizados para essa prática escolar, com o objetivo de historicizar a imagem do aluno que “lê” e “escreve”, dando visibilidade às relações com a leitura no ensino de Língua Portuguesa e a formação do sujeito-leitor/autor legitimado no espaço escolar.

Nesse sentido, propomos analisar em que concepção de leitura e escrita se inscreve o plano de aula anual elaborado pelos professores de língua portuguesa da escola estadual União e Força. Essa análise implica em saber como se dá essa relação do sujeito aluno com a leitura dentro do espaço de produção, a sala de aula, e os efeitos que essa relação produz fora dele, ou seja, qual a imagem de aluno/leitor que a escola produz e como ele se define num espaço não-escolar. Para Orlandi (2001, p. 7),

Leitura, vista em sua acepção mais ampla, pode ser entendida como “atribuição de sentidos”. Daí ser utilizada indiferentemente tanto para a escrita como para a oralidade. Diante de um exemplar de linguagem, de qualquer natureza, tem-se a possibilidade de leitura.

A noção de Leitura, numa perspectiva discursiva, não se restringe ao que podemos chamar de leitura pedagógica - aprender a ler e escrever -, mas vai além, é possível que através do gesto de ler o sujeito se constitua e se relacione histórica e ideologicamente, atribuindo múltiplos sentidos aos textos. Orlandi (2001, p. 8) afirma ainda que “de forma particular, a noção de que a nossa vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social”, ou seja, é pela leitura que o sujeito constrói a sua história.

³ Leitura e escrita aqui entendida como idéia de interpretação, compreensão e atribuição de sentidos ao texto e não no sentido restrito ao pedagógico, ou seja, a alfabetização.

No plano de aula anual os professores projetam como irão trabalhar desde o objetivo geral, objetivos específicos, conteúdo programático, metodologia, recursos didáticos utilizados, os meios de avaliação escolhido e referencia bibliográfica. No campo do conteúdo programático são descritos os conteúdos a serem ministrados em cada bimestre. E é com base nesse planejamento que o professor elabora os planos de aulas diários de acordo com o andamento da turma.

O plano de aula a ser analisado apresenta objetivo geral, conteúdos bimestrais, critérios para avaliação de textos, metodologia, recursos didáticos, avaliação e bibliografia.

No objetivo geral está assim descrito:

Desenvolver as habilidades de leitura, produção textual e a prática de análise lingüística, envolvendo os diferentes gêneros textuais previstos para o ciclo e seu modo de organização, para que os educandos possam interagir com os vários discursos que circulam socialmente e que traduzem o movimento da sociedade⁴.

Num primeiro momento, percebemos que o plano se inscreve numa visão social da escola, ou seja, o aluno precisa aprender as *habilidades de leitura, produção textual e a prática de análise lingüística, envolvendo os diferentes gêneros textuais(...)* para que os educandos possam interagir com os vários discursos que circulam socialmente. Essa forma de relação de aprendizagem traduz o movimento da sociedade. No entanto, esse aprendizado também deve obedecer a uma ordem, uma organização. Os conteúdos são previstos para (pelo) o ciclo e seu modo de organização. Logo, entende-se que se os alunos desenvolverem todas essas habilidades, dentro de uma organização, serão capazes de se relacionar com a sociedade.

Essa ideia se inscreve na concepção de que só é cidadão aquele que interage com os discursos sociais, e somente através do desenvolvimento de determinadas habilidades, dentre elas, a de ler, escrever e somar, adquiridas formalmente na Escola que se pode dizer-se cidadão. Tal ideia marca, implicitamente, a exclusão social: quem não domina tal conhecimento, não é cidadão, pois não consegue interagir e traduzir como a sociedade se movimenta, se manifesta.

Na divisão dos conteúdos por bimestre é a abordagem de temas para cada um deles. Vejamos:

1º Bimestre:

Temas: Convivência, Família, Liberdade

2º Bimestre:

Temas: Meio Ambiente, Sociedade e Preservação

3º Bimestre

Temas: Tecnologia, evolução e vida

4º Bimestre

Temas: Educação, Cidadania e Solidariedade

⁴ Quando estiver se tratando de um fragmento do corpus todos serão identificados por estarem em itálico e recuado a 3,5 da margem esquerda e 3,5 na margem direita

Essa divisão pode estar se referindo a cada capítulo do livro utilizado pelos professores ou aos temas transversais exigidos pelos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais). Mas as atividades propostas pelo plano em cada bimestre estão aparentemente ligadas a esses temas.

Os gêneros textuais são abordados apenas no 1º e 2º bimestre. Embora em todos haja a produção textual, apenas no 1º e 2º é mencionado o gênero a ser trabalhado e consequentemente, será o mesmo utilizado para a produção textual. No 3º e 4º bimestres há apenas a produção textual com um gênero específico mas que não é mencionado que será trabalhado ao longo do bimestre.

Há sempre referência ao trabalho com os aspectos gramaticais, porém não é citado se será relacionado com o texto ou com frases soltas. O que se pede é concordância nominal e verbal, sujeito, substantivos, complementos verbais, adjuntos adnominais e adverbiais além de vícios de linguagem, palavras homônimas e parônimas e figuras de linguagem.

A prática de leitura não é listada no 2º bimestre. O item leitura vem acompanhado de compreensão e interpretação de texto nos três bimestres.

O conteúdo abordado a cada bimestre não apresenta, aparentemente, nenhuma relação de continuidade, nem por bimestre e nem por atividade trabalhada. Essa perspectiva de ensino nos aponta para o aprendizado sistematizado através da listagem de conteúdos a serem aplicados.

No item “critérios para revisão de textos” está listado o que será cobrado para que o aluno alcance uma boa produção textual:

- Coerência;
- Coesão;
- Estruturação dos parágrafos;
- Sequência e articulação das ideias por meio dos conectivos;
- Correção ortográfica;
- Argumentação;
- Pontuação;

A “revisão de texto” está presente nos conteúdos dos bimestres. No entanto, não há nenhuma referência ao trabalho direto com argumentação, conectivos, parágrafos e pontuação.

Na parte de “metodologia” está disposto apenas que

Será empregada mediante as dificuldades apresentadas pelo aluno durante as atividades propostas em sala de aula (...) o conteúdo será ministrado mediante:

- Explicação oral
- Seminários
- Debates
- Pesquisas
- Leitura de textos verbais e não verbais.

O que nos chama a atenção nessa metodologia é que a prática de escrita não está listada como metodologia de ensino, embora a produção textual apareça entre os conteúdos. A prática de escrita é apagada no momento da metodologia. No quesito leitura não é citada como serão as atividades de leitura. Outra situação que nos desperta é sobre a relação da leitura e escrita. Não há uma relação direta entre essas duas atividades durante os trabalhos propostos por este plano de aula. O trabalho com a leitura deve proporcionar ao aluno o aprofundamento no texto e para a produção textual.

O que percebemos até agora, é que o processo de leitura no plano de aula é apenas uma decodificação do que está no texto, não havendo nenhuma relação com a memória discursiva de leitura, nem com o processo de escrita e autoria desse aluno. A metodologia apresentada não faz referência aos sentidos implícitos nos textos trabalhados em sala de aula e nem tampouco estabelecem relação com outros textos, pois a intertextualidade não aparece em momento algum do plano.

Ao se analisar discursivamente as práticas de leitura e escrita propostas pelo plano de aula, dá-se visibilidade à concepção de leitura e escrita desse instrumento de ensino.

A materialidade dos textos analisados dá visibilidade às formações imaginárias⁵ tanto ao leitor quanto ao produtor do texto como sujeitos mecanizados para exercícios de leituras sem relação direta com a produção textual, o momento de autoria do aluno, isto é, “ensina-se” a ler para fazer os exercícios de escrita inscritos numa relação de literalidade.

Nesse sentido, ao pensarmos na relação do sujeito-aluno com a leitura e escrita na sala de aula, percebemos que a prática oferecida pela escola, e legitimada pelo plano de aula elaborado pelo professor, é individualizante e, conforme Orlandi (2001, p. 105) o sujeito torna-se um indivíduo “passível de controle”. Ou seja, pelas atividades propostas se produzem sujeitos funcionais, homogêneos, não autores. Dessa forma, o aluno é assujeitado às políticas linguísticas, ao que a escola impõe, ele não produz outros sentidos senão aqueles impostos pelo instrumento de ensino. Com isso, o sujeito-leitor não sai da superficialidade da leitura, não produz sentidos, e uma vez não produzindo sentidos ele não se significa, pois é pela interpretação que o sujeito produz sentidos e se significa. Segundo Orlandi (2004, p. 149),

as relações entre os homens são relações de sentidos e procuramos compreender como isso funciona produzindo efeitos de tal modo que, ao significar, os sujeitos se significam. O aluno, ou professor, já têm sentidos pelo fato mesmo de estarem na Escola, que por sua vez se constitui como um lugar de significação (de interpretação) em que os sentidos já estão postos e funcionando antes mesmo que x ou y entrem nela (posições-sujeitos).

As práticas de leitura e escrita produzidas na e pela Escola regulam a relação desse sujeito-leitor com o espaço não escolar, uma vez que ela significa o sujeito na relação com o social.

⁵ Conforme Orlandi (2003, p. 40) “todos esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos de formações imaginárias. Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas nas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição.

Portanto, ao dizermos que pela forma com que se ensina a leitura e a escrita, a Escola individualiza os sujeitos, estamos dizendo que é ela quem regulamenta a relação não só da produção da leitura, mas como os sujeitos se relacionam com a língua, tanto nas ações quanto nos dizeres que se produzem fora dela.

Referências bibliográficas

DI RENZO, Ana Maria. **A constituição do Estado brasileiro e a imposição do Português como língua nacional: uma história em Mato Grosso**, 2006. Tese (Doutorado em lingüística). Instituto de Estudos de Linguagem. Unicamp, Campinas, 2006.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (Orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 5ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Discurso e Leitura**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas SP: Pontes, 2004.

_____. Ética e Política Lingüística. In: **Revista Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Campinas, SP: Pontes, 1998.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico**.

PFEIFFER, Claudia C. Alunos e Professores em busca da autorização. In **Escritos: escrita, escritura, cidade (II)**, p. 09-20, nº 7. Labeurb – Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas SP: Pontes, 1997.



A CIRCULAÇÃO DA CIÊNCIA DA LINGUAGEM NO JORNALISMO CIENTÍFICO BRASILEIRO

Eliana Rosa Sturza¹
Andréa F. Weber²

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre as formas de divulgação jornalística de diferentes áreas da ciência no Brasil. Com o intuito de investigar como as Ciências da Linguagem são significadas no jornalismo do país em contraposição a áreas da Tecnociência, foram selecionadas duas reportagens de *Isto É* abordando 1) o lançamento de um dicionário adaptado às novas normas ortográficas e 2) a vacinação contra a gripe A. Esses textos foram analisados à luz da Teoria da Enunciação, especialmente da Semântica do Acontecimento, e da História das Ideias Linguísticas. Os resultados indicam que tanto as tecnociências quanto as Ciências da Linguagem são apresentadas no jornalismo a partir dos seus produtos científicos, ao mesmo tempo em que os significados associados à última se vinculam mais fortemente ao campo das Artes do que ao das Ciências.

Palavras-chave: Jornalismo; Divulgação científica; Ciências da Linguagem; Teoria da Enunciação; Semântica do Acontecimento.

Resumen: Este artículo presenta una discusión sobre las formas de divulgación periodística de distintas áreas de la ciencia en Brasil. Con el objetivo de investigar cómo las Ciencias del Lenguaje son significadas en el periodismo del país en contraposición a las áreas de la Tecnociencia, fueron seleccionados dos reportajes de *Isto É* tratando sobre 1) el lanzamiento de un diccionario adaptado a las nuevas normas ortográficas y 2) la vacunación contra la Gripe A. Los textos fueron analizados bajo la luz de la Teoría de la Enunciación, especialmente de la Semántica del Acontecimiento, y de la Historia de las Ideas Lingüísticas. Los resultados señalan que tanto las Tecnociencias cuanto las Ciencias del Lenguaje son presentadas en el periodismo a partir de sus productos científicos, al mismo tiempo que los significados asociados a la última se vinculan más fuertemente al campo de las Artes que al de las Ciencias.

Palavras-clave: Periodismo; Divulgação Científica; Ciências del Lenguaje; Teoría de la Enunciación; Semántica del Acontecimiento.

¹ Professora Doutora da UFSM.

² Professora Mestre da UFSM.

Introdução

O jornalismo científico, especialidade que se dedica à cobertura de fatos da ciência dita tradicional, teve início com o próprio advento da imprensa de tipos móveis, em meados do século XV, acelerando a criação de uma comunidade de cientistas na Europa e fazendo com que ideias e ilustrações científicas se tornassem disponíveis a um número maior de pessoas. No final do século XIX, essa especialização jornalística recebe um grande impulso e se expande pela Europa e América do Norte, de modo que, depois da primeira guerra mundial, jornalistas dos dois continentes criaram as primeiras associações de jornalismo científico, com o intuito de reunir informação e conhecimento para interpretar as novas tecnologias bélicas (OLIVEIRA, 2005).

No Brasil, porém, o atraso científico e a repressão à imprensa decorrente dos constantes governos ditatoriais fizeram com que ciência e jornalismo científico passassem a fazer efetivamente parte da agenda governamental e social apenas depois da segunda guerra mundial, tendo como primeiro fato marcante a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Assim, embora já houvesse no país, antes desse período, algumas tentativas incipientes de divulgação científica, são considerados marcos iniciais da atividade no Brasil, pela sua importância histórica, a cobertura jornalística da Guerra de Canudos por Euclides da Cunha, que teve como resultado o livro *Os Sertões*, e a coluna científica semanal de José Reis na Folha de São Paulo, que durou de 1947 até 2002. José Reis também ajudou a fundar a associação brasileira de jornalismo científico, em 1977, em São Paulo (OLIVEIRA, 2005).

A partir da década de 80, essa área recebeu grande impulso no Brasil com a criação de revistas especializadas como *Ciência Hoje*, *Globo Ciência* e *Superinteressante*. Também jornais e revistas de assuntos gerais passaram a dar espaço para esses temas, assim universidades e institutos de pesquisa criaram seus próprios meios de divulgação jornalística da ciência (OLIVEIRA, 2005). Atualmente a oferta de conteúdo científico no jornalismo é, no Brasil, quantitativamente grande, o que contudo, não significa que tenha atingido bons patamares de qualidade. Dessa forma, podemos citar entre suas atuais defasagens a má qualidade de formação dos jornalistas, como aponta a própria autora, e a desigual distribuição dos conteúdos entre as diferentes áreas científicas.

Tendo em vista esse último aspecto, este estudo procura investigar como as ciências da linguagem são noticiadas no jornalismo em comparação com outras áreas da ciência. Observaremos, então, se existem formas de divulgação diferenciadas para campos científicos distintos e como isso é materializado nas páginas jornalísticas de uma revista brasileira que não se propõe científica, mas de assuntos gerais: a revista **Isto é**. Para tanto, selecionamos duas reportagens presentes nesse periódico, veiculadas no mês de abril de 2010, que abordam a vacinação contra a gripe A (ciência farmacêutica) e o lançamento de um novo dicionário adaptado às novas normas ortográficas (ciências da linguagem).

Esses textos serão analisados à luz da Teoria da Enunciação, discutindo aspectos como acontecimento enunciativo, espaço de enunciação, cena enunciativa e sujeitos enunciadores. Também será verificado como os sentidos para ciência, sujeitos da ciência

e produtos científicos se inscrevem na materialidade linguística com a reescritura ao longo do texto a partir de procedimentos de designação por referência.

Este artigo inicia com a apresentação de um referencial teórico sobre a relação entre divulgação científica e ciência linguística, seguida dos princípios e procedimentos teórico-metodológicos utilizados para este estudo. Na sequência, trazemos os resultados da análise interpretados com base no referencial teórico e metodológico. Por último, efetuamos uma síntese dos resultados e comentários finais sobre o assunto.

Referencial teórico: ciência linguística e jornalismo científico

Guimarães (2009) afirma que, nas condições históricas atuais, o domínio da ciência e da tecnologia tem um lugar fundamental na vida das pessoas, que esperam de ambas bem-estar, cura, diversão, trabalho, entre tantas outros benefícios. A ciência conquistou, segundo Auroux (2008), um espaço social de validação, que é indispensável para seu funcionamento harmonioso: um espaço em que a população reconhece a justificativa da existência e as escolhas das comunidades científicas como se tratassem de valores aos quais todos aderem.

Esse reconhecimento *apriorístico* é necessário até porque a ciência não é acessível a todos, devido a fatores como a forte codificação e as dificuldades de aprendizagem (AUROUX, 2008). Além disso, o contato entre cientistas e população em geral é escasso, de modo que é necessário um mediador para que os conhecimentos científicos cheguem até a população. Esse papel, geralmente, é exercido pelos meios de comunicação, através do chamado “jornalismo científico” (OLIVEIRA, 2005).

Assim, conforme Guimarães (2009), de um lado, temos a circulação do conhecimento no interior da chamada comunidade científica. Nesse caso, o conhecimento se dá numa cena enunciativa em que locutor e destinatários são especialistas. E isto se formula por “línguas” específicas de cada domínio de ciência. De outro lado, temos um percurso que busca alcançar setores da sociedade ou a sociedade como um todo. Nesse caso, a cena enunciativa tem como destinatário o público que espera os resultados da ciência. Entra-se, assim, no domínio da divulgação científica e, como um ramo desta, o jornalismo científico.

O processo de divulgação científica por meio do jornalismo começa com a necessidade de identificação do próprio “fato científico”. O que é um acontecimento da ciência? E sendo um acontecimento da ciência, ele também é um acontecimento jornalístico?

Para Auroux (2008), os conhecimentos não são acontecimentos e, por conseguinte, não têm data. São os seus eventuais aparecimentos que têm. E para atribuir uma data é necessário construir uma permanência ou uma identidade para os conhecimentos, como em “o teorema de Pitágoras”, “a teoria do imperfeito”. Já os acontecimentos jornalísticos são selecionados a partir dos chamados “critérios de noticiabilidade”, entre os quais se incluem valores-notícia como atualidade, interesse público e novidade (TRAQUINA, 2005).

Guimarães (2001) observa que muitos acontecimentos de ciência não são acontecimentos de mídia. Um exemplo trazido pelo autor foi a grande divulgação midiática

dos encontros da SBPC na década de 70, os quais hoje não têm mais espaço nos jornais. Para ele, tal evento teve repercussão na mídia menos pelo aspecto científico do que pelo político que assinalava uma resistência à ditadura. Atualmente, conclui o autor a partir da observação de um conjunto de notícias veiculadas nas revistas *Época*, *Isto é* e *Veja*, os acontecimentos do desenvolvimento científico e tecnológico são notícia enquanto relacionados predominantemente ao desenvolvimento tecnológico. O conhecimento em si não é notícia para a grande mídia. O trabalho do cientista, o processo de produção de conhecimento não é notícia, mas sim seus instrumentos, seus resultados contemporâneos. Então, a mídia toma um acontecimento produzido por uma longa história como se ele fosse um acontecimento do presente.

Usando conceitos de “ciência” e “tecnociência” de Auroux (2008), poderíamos dizer que existe uma preferência midiática aos fatos relacionados ao conhecimento científico aplicado (tecnociência) em detrimento do conhecimento científico básico (ciência). Essa ênfase dada pela mídia ao desenvolvimento tecnológico, aos seus produtos, é explicada por Guimarães (2009) não só como resultado de critérios de noticiabilidade jornalísticos, mas por um conjunto de relações político-enunciativas entre Estado, cientista, sociedade e mídia. Para o autor, a mídia reproduz a supervalorização do Estado à tecnociência, representadas especialmente nas suas políticas de fomento.

Se observamos os programas especiais dos agentes de fomento como CNPq, Finep, Fapesp e outros, vemos que eles têm em geral a finalidade de apoiar pesquisas na área da biotecnologia, desenvolvimento tecnológico, informática, energia, meio ambiente. Se observamos, por outro lado, as páginas da imprensa que se dedicam à divulgação científica, ao jornalismo científico, vemos que elas apresentam matérias ligadas às áreas da tecnologia, das ciências da vida e das ciências exatas (GUIMARÃES, 2009, pg. 11)

Assim, existe no discurso da mídia e do Estado, uma divisão idêntica ao discurso tradicional, que separa Humanidades de Ciência e Tecnologia. Essa divisão remete a uma concepção social, pragmática e utilitária do conhecimento, que compreende quase que exclusivamente Ciência e Tecnologia como ciência (GUIMARÃES, 2001). Como efeito disso, segundo o autor, pode-se encontrar nas páginas de jornal um espaço maior destinado à divulgação das ciências exatas, da vida e tecnológicas. As Humanidades são incluídas como ciência, segundo ele, apenas quando elas se reduzem às ciências da vida, quando produzem tecnologia ou estão ligadas a certos artefatos tecnológicos, como um CD a partir de hieróglifos.

A principal preocupação de Guimarães (2001) envolvendo esse fato são seus efeitos sobre a concepção de ciência da população. Por ser a principal mediadora entre povo e cientistas, ao reproduzir a divisão entre ciências e humanidades promovida pelo Estado, a mídia acaba dizendo ao público o que é importante e o que não é em termos de ciência. Além disso, apresenta a ciência como um processo independente dessas mesmas políticas

de Estado, um lugar de descobertas, desvinculado do sociológico, do político, do econômico (HORTA NUNES, 2001).

Para discursivizar a ciência, além dos próprios critérios de seleção e organização dos fatos científicos, é necessário o trabalho direto sobre a materialidade linguística. Ocorre, então, segundo Orlandi (2001), a textualização jornalística do discurso da ciência, cujo objetivo é colocar sob forma acessível ao público os resultados das pesquisas científicas, por meio de um processo linguístico de reformulações (substituições, transformações e também manutenção de certos aspectos formais).

Ainda segundo Orlandi (2001), a textualização jornalística organiza os sentidos de modo a manter um efeito-ciência, em que a terminologia substitui a metalinguagem e serve para dar uma ancoragem científica. Não temos um discurso da ciência, mas sobre a ciência, em que as fórmulas são em geral “eu digo que eles dizem X para que vocês entendam”. E no intuito de “fazer-se entender”, José Horta Nunes (2001) identifica mais do que estratégias de paráfrase, mas também o uso de conhecimentos não-científicos, como profecias e folclore, propiciando uma identificação do leitor com a ciência, apesar da ruptura que se opera entre o erudito/científico e o popular na sociedade.

Considerando então os aspectos apresentados até então envolvendo a discursivização da ciência pela mídia, em especial pelo jornalismo, em que pesam fatos históricos, políticas de Estado, tentativas de adequação linguística, perguntamos: como os fatos da língua e as Ciências da Linguagem se inserem nessa perspectiva? Se ela faz parte das Humanidades, a sua representação jornalística também a diferencia das tecnociências?

A Linguística, motivada pelos sucessos da física e pelo positivismo do século XIX, procurou constituir por quase todo o século XX um objeto enxuto e higienizado, aproximando-se das Ciências Exatas e servindo de parâmetro de cientificidade para as outras Ciências Humanas (OLIVEIRA, 2007). O caráter abstrato da teoria- notadamente a gerativista- passou a ser sinônimo de cientificidade, o que teve incidência, inclusive sobre as fontes de financiamento (Rajagopalan, 2006). Mesmo com esse esforço de aproximação das Ciências Exatas, da Vida, Tecnológicas, ocorrido especialmente com o estruturalismo, teriam conseguido as Ciências da Linguagem associarem-se àquilo que Estado, mídia e população entendem por ciência?

Auroux (1992) também apresenta um outro conceito aplicado às Ciências da Linguagem: o de “instrumentos linguísticos”. Assim como o medidor de pressão é um instrumento médico, para o autor (2002), gramáticas e dicionários são instrumentos linguísticos. Estes são produtos (objetos com utilidade prática), por trás dos quais está a teoria linguística. Se a mídia costuma divulgar a tecnociência, justamente a partir dos instrumentos que ela produz, também a ciência da linguagem teria espaço na mídia a partir desses instrumentos linguísticos?

Por fim, muitos linguístas (BAGNO, 2001 e 2008; RAJAGOPALAN, 2006; OLIVEIRA, 2007) lamentam o fato de estarem pouco presentes na mídia para falar de assuntos de linguagem, para os quais gramáticos e membros da ABL parecem ter preferência. Então, quem seriam os sujeitos produtores de conhecimentos sobre a língua para os veículos de comunicação? Quem tem legitimidade para falar da língua na mídia?

Princípios e procedimentos teórico-metodológicos: Teoria da Enunciação

Pela descrição realizada até aqui, quanto se trata do discurso jornalístico sobre ciência, entra em jogo uma noção fundamental: a de acontecimento. Poderíamos afirmar que cabe ao jornalista transformar um “acontecimento científico” (AUROUX, 2008) – o qual pode estar associado a um “acontecimento histórico” (ORLANDI, 2007) - em um acontecimento discursivo (ORLANDI, 2007). E se tomarmos esse acontecimento discursivo à luz da Teoria da Enunciação, mais especificamente da “Semântica do Acontecimento” (GUIMARÃES, 2005), estaremos diante de um “acontecimento enunciativo”.

De acordo com Guimarães (2005), a proposta da semântica do acontecimento é considerar que a análise da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer. Nesse caso, a enunciação é entendida como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua. Já o acontecimento, ao invés de ser um fato na linha tempo, é antes um fato temporalizador. E isso ocorre porque todo acontecimento de linguagem só possui significação porque projeta em si um futuro ao mesmo tempo em que funciona por um passado. Assim, a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre uma disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo locutor.

Já o locutor se inscreve no acontecimento da enunciação sempre de uma maneira política, entendida por Guimarães (2005, p. 16) como “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. O acontecimento de linguagem só é político por se dar no que o autor chama de “espaços de enunciação”, os quais constituem espaços de funcionamento das línguas, que se dividem, redividem, misturam, em uma disputa incessante, com sujeitos divididos em seus direitos de dizer e modos de dizer. Trata-se de uma disputa entre línguas diferentes ou dentro da mesma língua, onde o que importa é que a divisão é sempre marcada por uma hierarquia política de identidades.

Nesse espaço de enunciação, ainda seguindo as definições do autor, ocorrem cenas enunciativas, em que se configuram modos específicos de acesso à palavra. Assim, formam-se lugares constituídos pelos dizeres e ocupados por pessoas que, embora não sejam, acreditam ser donas desse dizer. São lugares sociais de locutor, como por exemplo, a partir do que nos interessa nesse estudo, de locutor-jornalista e locutor-cientista.

Para entender como se configura o acontecimento na enunciação, Guimarães (2005, p. 08) se propõe a estudar o processo de reescritura da palavra no texto, a qual, ao ser reescriturada já não significa o mesmo porque já está afetada pelo novo domínio em que aparece. Trata-se de observar os “procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito”, por meio de processos como anáforas, substituições, repetições, elipses. Uma forma de observar esses processos é fixando o olhar sobre procedimentos linguísticos como a *designação por nomeação* e a *designação por referência*. A primeira diz respeito à relação em que se está diante de um nome único para um objeto único, uma situação em que se está na ordem do memorável. No segundo caso, se está diante de um fato da ordem da substituibilidade, como modo de determiná-lo, de

predicá-lo.

A partir das noções de acontecimento, este estudo buscará discutir a inscrição dos fatos discursivos analisados como acontecimentos científicos, históricos, discursivos e enunciativos. Para isso, tendo em vista o conceito de reescrituração, pretende observar, a partir das categorias de designação (por referência), que sentidos são atribuídos:

- 1) aos sujeitos da ciência
- 2) à ciência
- 3) ao produto

O corpus de análise será constituído de duas reportagens, uma associada às Ciências Farmacêuticas e outra às Ciências da Linguagem, veiculadas pela revista **Isto é**, no mês de abril de 2010. A primeira, **Reforço contra a gripe suína**, trata do início da vacinação contra a gripe A e a segunda, **O dicionário que fala uma nova língua**, do lançamento de um novo dicionário (ver anexo 1).

Resultados e discussão: Ciências da Linguagem no jornalismo científico

Vamos iniciar nossa discussão observando a questão do “acontecimento”, que envolve os temas selecionados para análise. A reportagem **Reforço contra a gripe suína** se vincula ao acontecimento histórico que foi a epidemia de gripe A, inicialmente chamada de suína, que acometeu diversos países do mundo no início de 2009. Independentemente dos exageros de divulgação da imprensa e até das diversas suspeitas de envolvimento de laboratórios químicos na criação do vírus e do pânico em torno dele, a gripe suína marcou o ano de 2009 com mortes, fechamento de fronteiras, uso de máscaras, cancelamento de atividades escolares, entre outros fatos. Um dos resultados desse acontecimento histórico foi a elaboração da vacina e a larga campanha de vacinação promovida pelo governo federal brasileiro no ano de 2010, que está sendo noticiada por Isto é.

Do mesmo modo, a reportagem **O dicionário que fala uma nova língua** se liga ao acontecimento histórico da reforma ou acordo ortográfica(o), promovido pelos países falantes de Língua Portuguesa. Trata-se de uma padronização na escrita, com impacto sobre de 1 a 3% das palavras dessa língua, conforme seu país de fala. Sem dúvida, uma alteração pequena, mas que igualmente obteve grande repercussão social, que incluiu cartilhas explicativas, alvoroço nas escolas, cursos *online*, novas gramáticas e dicionários, entre outros fenômenos capazes de dar conta da ânsia popular em “escrever certo”. Como resultado desse acontecimento histórico temos o lançamento de dicionários adaptados à nova ortografia, noticiados em Isto é.

Assim, seguindo Orlandi (2007), poderíamos dizer que a gripe A e a reforma ortográfica, por serem acontecimentos históricos, geraram um acontecimento discursivo em torno de si, visível, entre outros espaços, na imprensa, e aqui representado pelas reportagens sobre a vacina e sobre o novo dicionário.

Em termos de acontecimento científico, temos a criação de uma vacina, até então inexistente, contra o vírus. As Ciências Farmacêuticas, motivadas pela disseminação do vírus, direcionaram seu trabalho de pesquisa para essa área, gerando novos conhecimentos científicos, materializados por fim em um produto científico de aplicação, a vacina. Do mesmo modo, a reforma ortográfica motivou não a criação do dicionário, cujo trabalho de elaboração é por demais demorado, mas sua adaptação a esse novo padrão ortográfico da língua. O dicionário pode ser entendido como um produto científico decorrente da pesquisa na área das Ciências da Linguagem por seu trabalho de garimpagem de novas palavras e de novos sentidos para palavras já existentes.

Pode-se dizer, então, segundo a lógica proposta por Auroux (2008), que a vacina e o dicionário criaram a identificação (“é uma vacina”, “é um dicionário”) e o “datamento” (“na data X foi iniciada a vacinação”, “foi lançado”, “foi concluído”), necessários para que o conhecimento científico se torne visível como acontecimento jornalístico. Também, conforme Auroux (1992), o dicionário constitui um instrumento (ou produto) lingüístico, enquanto a vacina pode ser classificada como um instrumento (ou produto) farmacêutico.

Os acontecimentos histórico e científico preencheram os ditos “critérios de noticiabilidade” (TRAQUINA, 2005) necessários para se tornarem também acontecimentos jornalísticos. Conforme observou Guimarães (2001) para o encontro de SBPC na década de 70, cuja divulgação na imprensa se devia mais ao fato político que ele representava em um período ditatorial do que ao seu valor científico propriamente, também a vacina contra a gripe A se tornou acontecimento jornalístico por seu vínculo com o acontecimento histórico da epidemia da gripe. Essa constatação pode vir do simples raciocínio de que muitas vacinas são criadas anualmente sem que obtenham esse espaço na mídia. O mesmo se aplica aos dicionários. Dicionaristas produziram e editoras lançaram dicionários com relativa freqüência no mercado, ao longo dos séculos XX e XXI, em geral, com pouco interesse da mídia. Dessa forma, também o novo dicionário se tornou acontecimento jornalístico por sua relação com o acontecimento histórico do acordo ortográfico.

Assim, concordamos com Guimarães (2001), quando argumenta que a produção do conhecimento em si não tem valor de notícia, mas sim seus produtos, seus instrumentos, como é o caso da vacina (produto farmacêutico) e do dicionário (produto lingüístico). Acrescentaria ainda, que mesmo esses produtos para se tornarem notícia têm ainda de estar vinculados a outros valores, como acontecimento histórico, que crie uma maior mobilização social em torno dele. Como um dos principais critérios de noticiabilidade do jornalismo é a atualidade dos fatos, ele insere também a ciência dentro dessa perspectiva, de modo que para a ciência ser notícia ela tem de estar ligada a um fato atual, como algum um lançamento, uma campanha, um evento de demonstração, um teste ou um recorde de vendas, por exemplo. E isso contribui para outro aspecto já apontado por Guimarães (2001): para um tratamento a-histórico da ciência.

Em termos de acontecimento enunciativo, as notícias sobre a vacina e sobre o dicionário se dão, antes de tudo, em um espaço de enunciação de língua portuguesa de variante brasileira, padrão, escrita e de estilo jornalístico. Nesse espaço de enunciação, constrói-se uma cena enunciativa que envolve um locutor-jornalista invariavelmente, como

redator da reportagem, e outros locutores considerados autorizados a falar sobre os temas em questão, sejam eles locutores-cientistas ou não.

Com base no conceito de designação por referência, proposto por Guimarães (2005), podemos identificar quem são os locutores autorizados a falar nas reportagens de Isto é e como eles são identificados pelo locutor-jornalista. Esses processos evidenciam quais sentidos são produzidos em torno dos produtos científicos aqui observados, a partir da escolha e da designação de sujeitos autorizados e competentes a falar sobre eles. O quadro abaixo demonstra esse fato.

Sujeitos das Ciências da Linguagem	<p>Criadores do produto: <i>Sacconi/ o autor/ pesquisador preciosista e compulsivo/ dicionarista.</i></p> <p>Comentaristas do produto: <i>especialista em livros didáticos/ professora da Universidade X/ cantor, compositor e articulista/ poeta, filólogo e primeiro secretário da ABL/ escritor e jornalista e autor do Best Seller intitulado "O pai dos Burros"/ a professora gaúcha/ escritora e autora de programas de televisão.</i></p>
Sujeitos das Ciências Farmacêuticas	<p>Criadores do produto: <i>não há menção</i></p> <p>Comentaristas do produto: <i>infectologista do Instituto de infectologia X/infectologista do hospital X/ infectologista do Hospital Y.</i></p>

Quadro I - Sujeitos da enunciação

O quadro acima demonstra que no caso da vacina não há menção aos cientistas elaboradores desse produto farmacêutico, nem sequer ao laboratório ao qual estão vinculados. Já no tratamento dado ao dicionário, há identificação constante do seu produtor, "Sacconi", o qual fornece, inclusive um depoimento ao jornalista. Isso retira do produto vacina a ideia de autoria e atribui sua produção ao trabalho anônimo e coletivo, como se pressupõe ser o trabalho da ciência. Já o dicionário tem sua autoria reescrita ao longo do texto por designações por referência como "autor", "dicionarista", "pesquisador". Nessas designações, vemos que os sentidos flutuam entre o cientista (pesquisador), o cientista especializado (dicionarista) e o executor de uma obra (autor), nesse caso, literária.

No que diz respeito aos sujeitos autorizados a falar sobre tais produtos científicos, vemos que, no caso da vacina, temos apenas os cientistas especializados (*infectologistas*), referenciados durante todo o texto apenas por seu título de especialização e vinculados a diferentes espaços institucionais (hospitais, institutos) de produção de conhecimento científico relacionado a vacinas. Já no caso do dicionário, são chamados a compor a cena enunciativa sujeitos com diferentes especializações e não necessariamente vinculados à produção de conhecimento lingüístico, como uma *especialista em livros didáticos*, um *cantor, compositor e articulista*, um *poeta, filólogo e primeiro secretário da ABL*, um *escritor e jornalista e autor do Best Seller intitulado "O pai dos Burros"* e uma *escritora e autora de programas de televisão*. Trata-se de sujeitos cujas profissões exigem um conhecimento epilingüístico da linguagem, mas não metalingüístico (conforme definição de AUROUX, 1992). E mais do que isso, com

exceção da especialista em livros didáticos, os demais se vinculam em ampla medida ao campo das artes (poeta, compositor, escritor) e são designados como tal de forma enfática, por várias especialidades artísticas combinadas: “cantor, compositor e articulista” ou um “poeta, filólogo e primeiro secretário da ABL”. A escolha desses sujeitos, assim como essas escolhas designativas, aproximam novamente as Ciências da Linguagem da arte e a afastam da concepção tradicional de ciência.

Além disso, apenas uma linguista pode ser entendida como tal no texto, porém sem ser designada como linguista. Ela é apresentada apenas como professora universitária e coordenadora de uma *pesquisa inédita sobre neologismos*. O próprio Sacconi é apresentado como *dicionarista* e não *linguista*. Esse fato vem ao encontro das críticas de Bagno (2001 e 2008), Rajagopalan (2006) e Oliveira (2007) sobre a ausência de linguistas na mídia quando o assunto é sua especialidade: língua.

Voltando às questões de autoria, vemos que o próprio produto linguístico, o dicionário, é nomeado a partir de seu produtor *Grande dicionário Sacconi da Língua Portuguesa*, corroborando uma prática muito comum entre dicionaristas de personalizar o dicionário como obra sua, como se fosse resultado do trabalho de uma única pessoa e não da pesquisa científica coletiva. Também isso aproxima o produto científico linguístico de uma produção artística ao invés de científica. Vejamos como o dicionário é designado por referência na reportagem.

Produto linguístico	<i>Dicionário/ instrumento de formação/ resultado de quatro décadas de pesquisa/ Grande dicionário Sacconi da Língua Portuguesa/ a obra/ novo dicionário/ dicionário recém-lançado/ mais que um tradutor de palavras/ a obra de Sacconi/ o Sacconi/ menina dos seus olhos/ pai dos burros/ livro de cabeceira/ o próprio Sacconi/ seu trabalho/ meu trabalho.</i>
Produto farmacêutico	<i>Vacina/ reforço contra a gripe suína/ vacina H1N1/ vacina A/ medicamento contra o vírus/ novo medicamento contra o vírus/ droga/ remédio/ novo remédio contra o H1N1</i>

Quadro II- as designações para o produto científico

Enquanto o produto farmacêutico é designado por palavras cujo sentido não foge muito da terminologia técnica (*vacina, medicamento, remédio, droga*) e de sua função (*reforço contra a gripe suína*), os sentidos para o dicionário são reescritos a partir do campo da arte (*obra, menina dos olhos, livro de cabeceira*), de sua função (*instrumento de formação, mais que um tradutor de palavras*) e de seu próprio autor (*a obra de Sacconi, o Sacconi, o próprio Sacconi*). Nesse último caso, a estratégia concorre para a própria publicização do autor.

Vemos então que, embora vacina e dicionário sejam produtos/instrumentos científicos, eles recebem tratamentos e sentidos diferentes nas páginas da mesma revista, de modo que a vacina parece mais ciência do que o dicionário. Assim, embora a Linguística enquanto área de conhecimento tenha mostrado ao longo de sua existência essa tentativa de aproximação com as Ciências Exatas, conforme Rajagopalan (2006) e Oliveira (2007), para a mídia essa proximidade não existe, uma vez que o estudo da língua é visualizado não por seu método, com testes, rigor, generalizações, mas por seu uso social.

Não espanta, porém, que a interpretação jornalística seja essa, até porque nas próprias universidades os cursos de Letras se vinculam a cursos de “veia artística”: Comunicação, Artes Visuais, Teatro, Design. A mesma vinculação e tratamento são dados às Ciências da Linguagem pelas políticas de Estado, o que reafirma a observação de Guimarães (2009) de que mídia e Estado compartilham a mesma concepção do que é mais ou menos ciência.

Nosso último interesse de observação dizia respeito à designação por referência da área da ciência envolvida no processo de produção desses produtos científicos, ou seja, a qual (ou quais) campo do saber seria atribuído o mérito do desenvolvimento do produto. Porém, ao contrário do que esperávamos, essa informação parece não ter muita importância ou estar pressuposta na apresentação das especialidades dos entrevistados. Assim, a ciência responsável pela produção da vacina não é mencionada e a opção por atribuir esse feito às Ciências Farmacêuticas foi nossa, por uma questão de conhecimento prévio. As Ciências da Linguagem, por sua vez, foram mencionadas, contudo, em uma única passagem, que não remete exatamente à área científica assim nomeada, mas a um campo de fenômenos envolvendo a língua: *“Uma língua não pára de incorporar novas expressões, devido, principalmente, a um fenômeno da lingüística chamado neologia”*.

Ciências da Linguagem	Linguística
Ciência Farmacêutica	-

Quadro III – As designações para a ciência

Partindo da observação e Guimarães (2001 e 2009) de que existe nas editorias das grandes revistas do país uma evidente divisão entre Ciências Exatas, Naturais, da Vida e Humanas, procuramos verificar em que editoria da revista tais reportagens são alocadas. Essa descrição é visível no quadro abaixo:

<p>Reportagem 1: <i>Reforço contra a gripe suína. Brasileiros começarão a testar novo medicamento contra o vírus. E o governo registra baixa adesão à campanha de vacinação.</i></p> <p>Editoria: Medicina & Bem-estar</p> <p>Data: 16 de abril de 2010</p> <p>Edição: 2110</p>	<p>Reportagem 2: <i>O dicionário que fala uma nova língua. Chega às livrarias o Sacconi, a mais atualizada obra do gênero e primeira a incorporar comentários, inovar no registro de passagens históricas e seguir rigorosamente a nova ortografia</i></p> <p>Editoria: Cultura</p> <p>Data: 23 de abril de 2010</p> <p>Edição: 2111</p>
--	--

Quadro 4- Editorias das reportagens

Assim, a reportagem sobre o dicionário faz parte de uma editoria chamada “Cultura”, e dentro dela de uma seção fixa chamada “Livros”. Já a reportagem sobre a vacina se inclui em uma editoria chamada “Medicina e bem estar”, sem uma seção fixa.

Brasil	Especial
Cultura	Mundo
Comportamento	Economia e Negócios
Medicina e bem-estar	Tecnologia e meio ambiente

Quadro 5- Editorias de Isto é

Vemos assim, que novamente o produto linguístico, o dicionário, é associado à arte, ao ser inserido em uma seção que trata de livros, cinema, artes visuais. Outra editoria em que as Ciências da Linguagem poderiam ser inseridas é a de “Comportamento”, em geral utilizada para divulgar conhecimentos que academicamente chamaríamos de “Sociais” ou “Humanos”. Mas isso não é efetuado, até pelo próprio caráter do produto linguístico em questão: trata-se de um livro, logo de literatura, logo de arte. Essa alocação justifica o tom “comercial da reportagem”, já que os produtos comentados na seção de cultura em geral aparecem a partir de julgamentos de valor feitos por críticos de literatura, de cinema, de artes plásticas.

As outras editorias fixas da revista são “Especiais”, “Brasil”, “Mundo”, “Tecnologia e meio ambiente”, “Economia e Negócios”. Pela própria nomeação das editorias, vemos que não há uma divisão evidente entre fatos científicos e outros fatos não-científicos, o que poderia ser evidenciado por uma editoria nomeada de “Ciência”, por exemplo, em oposição à “Cultura” ou “Comportamento”. Assim, os fatos científicos, pelo menos em Isto é, são distribuídos em editorias organizadas mais bem “por assuntos” do que por “grau de cientificidade”, embora assuntos humanos sejam separados de assuntos tecnológicos, médicos ou ambientais.

Considerações finais

Os resultados da análise mostram que o acontecimento histórico é um fator jornalisticamente determinante para a divulgação do acontecimento científico na revista Isto é, que é uma revista de assuntos gerais. Assim, tanto o lançamento do dicionário quanto o início da campanha de vacinação contra a gripe A são o carro-chefe da notícia, ao qual a produção científica se vincula mais bem como pano de fundo. Essa importância do acontecimento histórico também pode ser observada no fato de que as editorias da revista não separam ciência de não-ciência explicitamente, como poderiam realizar a partir da criação de uma editoria denominada “Ciência”, por exemplo. Os assuntos científicos são, então, distribuídos em editorias identificadas por assuntos (medicina e bem-estar, comportamento, economia e negócios, etc.).

Outro critério importante na seleção de notícias científicas para divulgação jornalística é a questão do produto científico, nesse caso farmacêutico por um lado e lingüístico por outro, de modo que não é a produção do conhecimento e sua historicidade que interessam ao jornalismo científico, mas sim o seu resultado material, nesse caso, uma vacina e um dicionário. O jornalismo, por adotar a atualidade como critério de noticiabilidade, faz com que a divulgação da ciência dependa de fatos atuais para ter visibilidade, como lançamentos, campanhas, testes.

Com relação às formas de divulgação das distintas ciências pelo jornalismo, vemos que elas variam no que no que diz respeito aos sujeitos autorizados a falar sobre o produto científico em questão. Dessa forma, nas Ciências Farmacêuticas, não existe atribuição de autoria ao produto científico, ao passo que nas Ciências da Linguagem existe, ocorrendo uma atribuição individual de autoria, como se fosse uma elaboração independente do trabalho de outros dicionaristas e da própria Ciência da Linguagem. Desse modo, as Ciências Farmacêuticas pressupõem trabalho coletivo, tal qual prevê a produção do conhecimento científico, enquanto as Ciências da Linguagem pressupõem trabalho individual, tal qual o artístico.

Esse sujeito produtor do dicionário é designado por referência, na maioria das vezes, pelo seu próprio nome, por “autor” e por “dicionarista”. O nome próprio, Sacconi, que nomeia também o produto dicionário, assim como a designação “autor”, remete à produção artística individual. Já “dicionarista” remete a uma especialidade dentro das Ciências da Linguagem, tal qual “infectologista” está para as Ciências Farmacêuticas. Nesse aspecto, as duas ciências apresentam semelhanças. Porém, esse sujeito não é designado como “linguista” na textualidade da reportagem, mas apenas como *dicionarista*. Tampouco o linguista é o único sujeito autorizado a comentar os resultados da sua ciência, ao contrário do que ocorre com o cientista das Ciências Farmacêuticas, como veremos abaixo, e quando isso ocorre, ele não é mencionado por essa designação, mas por “professor”.

Assim, diferem as pessoas autorizadas a falar sobre o assunto nas duas reportagens: nas Ciências Farmacêuticas, apenas infectologistas são trazidos para comentar o tema, isto é, profissionais especializados numa área dessa ciência, que atuam como cientistas em hospitais e institutos de pesquisa. Já nas Ciências da Linguagem estão autorizados a comentar o tema profissionais não-cientistas e não vinculados às Ciências da Linguagem, tais como jornalistas, escritores, produtores de televisão, cantores, que podem ser mais bem caracterizados como detentores de conhecimento epilingüístico e com atividades vinculadas à arte.

A vinculação da ciência lingüística à arte também é marcada pela inserção da reportagem analisada na editoria *Cultura*, em uma seção denominada *Livros*. Assim, a ciência lingüística é significada pelo seu produto, que por sua vez é historicamente vinculado à literatura ficcional, que é arte. Certamente um livro de farmacologia não estaria alocado ali. O modo como o próprio produto dicionário é reescrito por designação por referência também o associa a sentidos artísticos (*a obra, a menina dos olhos*), o que é reforçado pela atribuição de autoria individual do produto, como já comentado anteriormente.

Vemos que, além desses atributivos, o dicionário recebe outros mais variados e com significativa criatividade semântica (*instrumento de formação, resultado de quatro*

décadas de pesquisa, mais que um tradutor de palavras, etc), enquanto a vacina é tratada de maneira mais objetiva, por terminologia técnica (*droga, medicamento, remédio*), logo, com sentidos mais controlados. Essa seleção linguística revela a vinculação do produto com a concepção de ciência do locutor: Ciências da Linguagem são arte, logo, permitem mais criatividade nas palavras, enquanto Ciências Farmacêuticas são ciência, logo, exigem marcas enunciativo-discursivas mais objetivas.

Por fim, vemos que tanto para as Ciências Farmacêuticas quanto para as Ciências da Linguagem não é considerado fundamental pelo jornalismo científico citar a área da ciência da qual cada uma faz parte, a ponto de apenas a Linguística receber uma pequena menção no texto, remetendo, porém, mais à área de fenômenos do que à área da ciência.

Desse modo, observa-se que existem diferenças na divulgação jornalística das distintas ciências, que são reveladoras da concepção de ciência que permeia o senso comum, o Estado e até a comunidade científica. Tal concepção separa áreas mais ou menos científicas, dividindo Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas das Ciências Humanas. E, nesse contexto, as Ciências da Linguagem são situadas notadamente como Artes e a partir de seus produtos linguísticos.

Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- AUROUX, S. **A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências**. Campinas: Editora RG, 2008.
- BAGNO, M. **A dupla personalidade lingüística da mídia impressa: discurso prescritivista X prática não normativa**. Seminário "Mídia, educação e leitura", 13º Congresso de Leitura do Brasil – COLE. Campinas, julho de 2001. Disponível em http://www.marcosbagno.com.br/conteudo/arquivos/art_dupla_personalidade_midia.htm
- BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 50 ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- GUIMARAES, E. (Org). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia e sociedade**. Campinas: Pontes, 2001.
- GUIMARAES, E. (Org). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia e sociedade**. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. **Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.
- GUIMARAES, E. Acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: GUIMARAES, E. (Org). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia e sociedade**. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. A ciência entre as políticas científicas e a mídia. In: GUIMARAES, E. (Org). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia e sociedade**. Campinas: Pontes, 2001.

-
- _____ **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.
- _____ **Linguagem e conhecimento**: produção e circulação da ciência. In: Revista Rua. Campinas. N. 15, V.2. pg. 5-14. Novembro de 2009.
- NUNES, J. H.. Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não-ciência. In: OLIVEIRA, F. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2005.
- OLIVEIRA, G. A virada político-lingüística e a relevância social da lingüística e dos lingüistas. In: CORREA, D. **Relevância social da lingüística: linguagem, teoria e ensino**. Ponta Grossa: UEPG/Parábola, 2007.p.79-93.
- ORLANDI, E. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: RAJAGOPALAN, K. **Repensar o papel da lingüística aplicada**. In: MOITA LOPES, L. P. (org). Por uma lingüística aplicada interdisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006, pg. 149-168.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005.



A PRODUÇÃO DO CONSENSO NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR

Joelma Aparecida Bressanin¹

Resumo: Neste estudo apresentamos uma análise discursiva da produção do consenso em políticas de formação continuada do professor de Língua Portuguesa. Objetivamos compreender que discursos sobre a formação docente e o papel do professor estão se materializando nessas políticas públicas, tendo em vista que a relação entre o sujeito e a instituição é afetada pela ideologia.

Palavras-chave: consenso; formação continuada; GESTAR II.

Abstract: This study presents a discursive analysis of the production of consensus on policies of continuing education of teachers of Portuguese. We aim to understand that discourses on teacher training and teacher's role are materializing these policies, given that the relationship between the subject and the institution is affected by ideology.

Keywords: consensus; continuing education; GESTAR II.

Introdução

A ênfase dada ao papel do professor como agente fundamental na materialização das políticas educacionais de formação continuada é o tema deste estudo. Em síntese, esta temática tem emergido como uma das grandes preocupações da educação nos últimos anos e como eixo de muitas contradições, pois se faz necessário reconhecer o alcance e os limites da formação profissional na transformação de práticas pedagógicas e sociais. Desta forma, não se pode atribuir ao professor o papel de responsável absoluto por “erros” e “acertos” no sistema educativo, pois quando se trata de política de públicas de ensino estamos diante de condições de produção que se estabelecem por meio de relações de poder, que envolvem elementos que integram a formação docente como: leis, programas curriculares, programas de avaliação da aprendizagem, saberes, escola entre outros. Todos estes elementos situam a formação no âmbito de mudanças ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, a escola e seus profissionais vivenciam essas mudanças sendo afetados pelo simbólico e pelo histórico (político).

¹ Doutoranda em Linguística – UNICAMP e docente da UNEMAT, campus Jane Vanini. E-mail: joelmaab@hotmail.com

Queremos, nesse texto, mostrar que em alguns documentos, principalmente nos programas de formação continuada, as textualidades surgem não como espaço sem falhas, mas como o lugar para se questionar a evidência de sentidos que são historicamente constituídos.

Deste modo, o principal objetivo desta investigação é analisar as políticas públicas de ensino, visando, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, a compreender quais sentidos se evidenciam e quais são silenciados nos discursos de programas de formação continuada do professor. Para tanto, selecionamos o Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR II) inserido em 2009 no estado de Mato Grosso.

Relações sociais na escola, na cidade

Pensar o espaço urbano como um espaço particular de significação é considerar que as relações entre os homens são relações de sentidos, visto que ao significar, os sujeitos significam. Dessa forma, refletir sobre o lugar que a Escola ocupa no estabelecimento e administração de sentidos para a cidade enquanto Instituição implica tomar a sua localização na cidade, não como mero contexto empírico, mas como condição de existência simbólica (ORLANDI, 2004). Para a autora, “a escola significa como significa porque está onde está, ou seja, faz parte da cidade. Esse é um forte componente de suas condições de produção e mesmo quando se localiza empiricamente em outro lugar, ela carrega os sentidos de urbanidade” (p. 149).

Do ponto de vista discursivo, a noção de espaço deixa de ser uma noção instrumental e idealista presente no domínio dos projetos urbanistas enquanto abstrações e passa a ser pensada como processo de produção de um espaço em que as práticas públicas são afetadas pelo simbólico, pela historicidade. Afetadas pelo real e pelo imaginário (ORLANDI, 2010).

Nessa perspectiva, a cidade se inscreve numa verticalização de relações urbanas sociais, resultante da indistinção entre o *socius* (o aliado) e *hostis* (o estrangeiro), em um confronto político que produz a marginalidade e a segregação nem sempre visíveis, porém sensíveis. E, a escola significa dentro desse processo de verticalização, se configurando como um lugar em que as exclusões, as divisões e a falta fazem seu sentido. Sentidos estes que quando se trata de políticas públicas urbanas acabam se convertendo em questão meramente administrativa. São sobre tais ações administrativas do Estado na Escola que propomos refletir nesse trabalho, ou seja, compreender o que se passa entre o jurídico e o administrativo, face ao político, pensando o consenso e as políticas públicas no que diz respeito à formação continuada de professor de Língua Portuguesa.

As políticas de formação continuada

As políticas públicas de ensino no Brasil têm se pautado, nas últimas décadas, no discurso de combate ao “fracasso escolar”, difundido, particularmente, a partir do Índice

de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que combina informações de desempenho em exames padronizados realizados pelos programas de Avaliação do Ensino Fundamental e Médio – SAEB e ENEM, dos quais o governo se serve para adotar medidas de reestruturação do sistema educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por exemplo, recebeu acréscimos no seu Artigo 62 (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009) passando a qualificar a formação continuada como direito social e os meios de sua realização também passaram a ser regulamentados, administrados, previstos, conforme podemos notar nos incisos 1º e 2º:

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

Vemos que uma rede de formação “continuada” no sentido de “capacitar” os profissionais da educação vem se estabelecendo por intermédio do discurso jurídico. E a adoção de recursos tecnológicos e a inserção da educação a distância (EaD) como possibilidade de superar os espaços geográficos e tempo escolares fixos.

Assim, a formação continuada torna-se uma prática necessária ao Estado e diversos projetos e programas foram oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC), muitos deles em parcerias com instituições superiores e/ou convênios com órgãos não-governamentais².

Tais ações resultaram, mais recentemente, na instituição da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério e da Educação Básica (Decreto nº 6.755, de 29 de jan. de 2009), do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Portaria Normativa nº 09, de 30 de junho de 2009), da Rede Nacional Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica (Portaria Normativa nº 1.129, de 27 de nov. de 2009) que propuseram o Edital de Chamamento Público (Diário Oficial nº 36, de 24 de fev. de 2010) do MEC, cujo objetivo é convocar instituições de ensino superior públicas a apresentarem projetos para cursos de formação continuada nas modalidades presencial e semipresencial.

A consolidação dessa prática, em Mato Grosso, também vem se configurando com a alteração da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT - (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, nº 23.401, de 26 de jun. de 2002), que redistribuiu os cargos de direção e assessoramento e compreendem dentre os diferentes órgãos, o responsável pela sua execução, a saber: a Superintendência de Desenvolvimento e Formação de Profissionais da Educação (SUFP) e os Centros de Formação e Atualização de Professores (CEFAPROS).

Os CEFAPROS congregam vários cursos de formação continuada advindos da parceria com o MEC, e também organizados por eles próprios, sendo seu lócus na escola dentro da proposta denominada “Sala de Professor”. Atualmente são quinze polos de CEFAPROS que atendem mais de cento e quarenta municípios. A atuação de cada um desses

² Refiro-me aos programas oferecidos pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), tais como: “Acelera Brasil”, “Se liga”, “Circuito Campeão” e outros.

centros se realiza diretamente no desenvolvimento das propostas junto aos profissionais e às escolas. E assim ocorreu na execução do Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR), selecionado para esse estudo em razão de ser o programa que estava em vigor no momento em que definíamos nosso recorte de pesquisa.

É importante ressaltar que em 2001, através do convênio estabelecido entre o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola)³ e a Secretária da Educação (SEDUC), o projeto piloto, o GESTAR I, destinado às séries iniciais, foi implantado em 16 escolas estaduais. Em 2002, expandiu-se para 12 municípios. Diante desses números, houve uma reestruturação do programa, de forma que atendesse a demanda do Estado. Nos anos seguintes foi desenvolvido o GESTAR II, destinado às séries finais do ensino fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa ou Matemática, inserido em Mato Grosso em 2009, sob a coordenação do Estado na SEDUC e da Universidade de Brasília (UnB) com acompanhamento online.

Os materiais didáticos de cada área, Língua Portuguesa ou Matemática, formam um conjunto constituído de 01 (um) caderno do Formador, 01 (um) Guia Geral, 06 (seis) cadernos de Teoria e Prática (TP), 06 (seis) cadernos de Atividades de Apoio à Aprendizagem (AAA) na versão do professor e 06 (seis) cadernos de Atividades de Apoio à Aprendizagem (AAA) na versão do aluno.

A formação aconteceu por meio de estudo individual do professor desses cadernos de TP (Teoria e Prática), de oficinas coletivas ministradas por profissionais do CEFAPRO, que receberam treinamento e acompanhamento pedagógico feito pela Universidade de Brasília (UnB) para atuar como formadores do GESTAR II. A opção pela modalidade semipresencial se deve ao fato de os professores cursistas estarem em exercício, ou seja, por não ser viável afastá-los da sua função para realizar a formação que lhes falta.

Essa modalidade fundamentada pela teoria e pelos pressupostos da educação a distância oferece estratégias de estudo individual, apoiada pelos cadernos teórico-práticos para o “estudo autônomo e independente” (BRASIL, 2008, p.15, Guia Geral do GESTAR II). Assim, o papel do professor é fundamental para a boa execução da proposta e sua tarefa de mediar a aprendizagem do aluno é definida como um processo ativo construído ao longo do trabalho:

O trabalho do Gestar II se baseia na concepção sócio-construtivista do processo de ensino-aprendizagem. Nesta visão, alunos e professores constroem (sic) juntos o conhecimento em sala de aula, por meio de uma relação interdependente, apoiada no interesse e na participação ativa dos alunos e da atuação do professor como mediador entre os alunos e o conhecimento social e historicamente construído. (BRASIL, 2008, p.22, Guia Geral do GESTAR II).

Nesse sentido, interessa-nos pensar sobre o que está sendo proposto aos professores como “estratégias de estudo individual” para o estudo “autônomo e independente”. Queremos compreender em que medida tais “estratégias” podem ser mais “eficazes” do que as

³ O Fundescola é um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), com a interface das secretarias estaduais e municipais de Educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e financiamento proveniente do Banco Mundial (BIRD).

de outros programas de formação já oferecidos no Estado? Como se organiza a proposta pedagógica do Gestar II de Língua Portuguesa e que tipo de relações esta estabelece com os Parâmetros Curriculares Nacionais?

3. A noção de competência

Conforme relatamos, o GESTAR II é um programa de formação continuada semi-presencial voltado para as áreas de Língua Portuguesa e Matemática, que tem por objetivo o aprofundamento teórico-metodológico para a melhoria das práticas pedagógicas.

O programa destaca que sua finalidade é elevar a “competência” dos professores e de seus alunos e, conseqüentemente, melhorar a capacidade de compreensão e intervenção sobre a realidade sócio-cultural. A noção de “competência” adotada se pauta em Perrenoud⁴, que definiu competência como “a capacidade que os indivíduos têm de atuar em uma situação complexa, mobilizando conhecimentos, habilidades intelectuais e físicas, atitudes e disposições pessoais” (cf. BRASIL, 2008, p. 24, Guia Geral do GESTAR II). No caso dos professores, essa mobilização se dá no ato de identificar os elementos presentes na ação docente, dando-lhes sentido e tratamento apropriados na perspectiva de garantir uma educação de qualidade.

Em outras palavras, “competência” refere-se à capacidade decorrente de conhecimento que alguém tem (ou irá adquirir) sobre algo. Diz respeito à habilidade, inteligência, talento, etc. É essa direção que as políticas de formação de professores tomam quando propõem elevar a “competência dos professores e dos alunos”, ou seja, o discurso dos programas de formação continuada de professor se constitui de outras vozes, dizeres outros, advindos de formações discursivas também outras que nele se manifestam, configurando-se num discurso pedagógico⁵.

Outro aspecto que nos chama a atenção é a ênfase dada pelo GESTAR II à motivação do profissional, ou seja, ao “entusiasmo” pelo aperfeiçoamento:

Assim parece essencial o seu entusiasmo por essa dupla face, a busca constante do aperfeiçoamento pessoal e profissional, o que determina a necessidade da incessante busca de melhoria de seu desempenho como leitor e escritor, mas também como interlocutor-ouvinte, papel essencial de sua atuação em sala de aula, em que a escuta e a leitura do texto do aluno são condições para a consecução do objetivo maior do ensino-aprendizagem de Língua. (BRASIL, 2008, p. 37, Guia Geral do GESTAR II).

Nesse sentido, o professor profissional é aquele que aprende o tempo todo, pesquisa sobre sua prática, investe em constante formação, resolve os problemas com sabedoria, é criativo e sensível, interage com seus alunos, tem motivação, sabe atuar bem para ensinar bem, etc. Dessa forma, a formação inicial e continuada passa a fazer parte de um processo

⁴ PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

⁵ Ver ORLANDI, P. Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

contínuo que forma o profissional da educação e, ao mesmo tempo, a profissão de educador e a própria escola. Ambas as dimensões, inicial e continuada, apóiam-se em princípios e pressupostos comuns, o que situa alunos e professores como sujeitos, valorizando suas experiências pessoais e seus saberes da prática, ou seja, que pensa a relação professor e aluno como uma relação humanitarista “professor e aluno se ligam por vínculos, construídos ao longo do trabalho de aprender-ensinar, que são laços afetivos e de compromisso” (BRASIL, 2008, p. 22, Guia Geral do GESTAR II).

De acordo com Bertoldo (2007), essas políticas primam pela ideia de que a conscientização do professor constitui condição suficiente para que “transformações positivas ocorram na sala de aula de língua configurando-se uma lógica, segundo a qual essa conscientização seria feita via teoria, ou seja, atualizar teoricamente o professor seria uma chave para a resolução de problemas de ensino” (p. 145).

As atividades de leituras

O Programa GESTAR II, no TP 4, intitulado *Leitura e Processos de Escrita I*, toma o conceito de leitura como um processo de atribuição de significado em situação de interação e explica que o fato de a leitura ser de interesse de diversas teorias e ciências, seu conceito varia conforme os enfoques e as áreas de conhecimento. Não se estendendo nessa discussão, apenas justifica que ao final apresenta uma bibliografia a esse respeito e reforça que o entendimento da “leitura como produção de significado” tem decorrências importantes para o seu ensino e aprendizagem. O programa propõe:

Nas próximas unidades vamos ampliar a discussão já feita e trabalhar outros pontos fundamentais na orientação de nosso trabalho com a leitura. Na primeira, vamos ver as implicações do conceito de leitura adotado para o ensino e aprendizagem. Vamos tratar de dois pontos que, sempre presentes nas etapas de leitura, antecedem todas elas e definem boa parte do sucesso do ato de ler: os objetivos da leitura e os conhecimentos prévios do leitor. Na segunda, abordaremos os procedimentos ou estratégias que podem ajudar nossos alunos a mergulharem no texto. (BRASIL, 2008, p.69, TP4 do GESTAR II).

Respalado nas orientações dos PCNs, o trabalho de leitura proposto pelo programa parece estar intimamente ligado à execução de procedimentos didáticos mecânicos, pois considera que a leitura é realizada em “etapas”, o que implica determinados “procedimentos ou estratégias”, como pode ser percebido numa das atividades do AAA 4, na aula 1: *Ler para compreender*, sugerida ao professor:

Atividade 1:

Antônio é um garoto de 12 anos, que foi convidado para uma festa em sua escola, na qual estarão todos os seus colegas. Porém, no dia da festa, antes de sair de casa, ele sentiu-se mal, percebeu sua temperatura muito alta e constatou que estava com febre.

Antônio já sabia que remédio (antitêrmico) deveria tomar, mas não lembrava a dosagem do medicamento. Como ele poderia descobrir a dose adequada para aquela situação?

A sugestão feita ao professor é que ele selecione uma bula de um antitêrmico e faça cópias desta para trabalhar na sala de aula. Dificilmente tal atividade não resultará em uma prática do tipo, localizar informações no texto, buscar a resposta que está posta no texto. A atividade proposta parece ser mais um pretexto para se trabalhar “gêneros textuais” do que a leitura em si, pois não garante uma prática de leitura compreensiva e não é diferente de outras atividades também propostas em livros didáticos que direcionam o aluno a buscar informações apenas no texto.

Ocorre no contexto da sala de aula a atividade de “leitura e interpretação” como duas atividades distintas, conforme analisa Pfeiffer (2003), como se fosse possível separar: “primeiro, apenas ler (decodificar) e posteriormente, interpretar (trabalho de reflexão sobre o sentido que é inerente à palavra)” (p.90). Em seus estudos sobre o funcionamento do livro didático, a autora mostra como não é dado ao aluno espaço para que ele reflita sobre a leitura, pois todas as respostas são dadas antes que ele responda às questões e, mesmo quando o aluno se posiciona e tece algum comentário, este é ignorado pelo professor. Para Pfeiffer, estas respostas vêm via fala do professor, baseada no livro didático que assume as vestes do discurso científico da verdade unívoca, pois há sempre nas aulas uma “busca pela ‘síntese interpretativa’ que checa o conhecimento adquirido via repetição mneumônica” (p.95).

A prática da leitura proposta pelo programa GESTAR II também se configura como um exercício de repetição, de memorização e insere numa visão pragmática: que vê a linguagem como ação intencional, controlada pelo sujeito e que toma a história apenas como contexto e não como parte constitutiva dos sentidos e da linguagem.

Para a análise de discurso, o leitor deve se relacionar com os diferentes processos de significação que acontecem no texto, buscando compreender como o texto funciona enquanto objeto simbólico, como ele produz sentido e não procurar descobrir “onde está o significado do texto” (ORLANDI, 1999, p.70).

De acordo com Pêcheux (1997, p. 59), nos encontramos diante de “uma nova divisão do trabalho de leitura, uma verdadeira reorganização social do trabalho intelectual, cujas consequências repercutirão diretamente sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica.” Enquanto que para a escola “aprender a ler e escrever” visa à apreensão de um sentido unívoco, o trabalho sobre a plurivocidade do sentido é condição para o desenvolvimento interpretativo do pensamento.

Compreender a leitura enquanto trabalho simbólico no espaço aberto de significação que aparece quando há textualização do discurso é também apreender a textualização do político. Conforme Orlandi (2001, p.68), “leitura atesta os modos de materialização do político. Ler é fazer um gesto de interpretação configurando esse gesto na política da significação”.

Silva (2007), analisando o funcionamento discursivo dos PCNs, buscou compreender as relações que se estabelecem entre a língua, o sujeito e a história na política de escolarização, ou seja, os efeitos da história, da ideologia e do político nas práticas linguísticas e pedagógicas propostas pela atual política de escolarização da língua nacional.

A autora recortou alguns enunciados para análise e reflexão, uma delas é: até que ponto a mudança de paradigmas (mencionadas pelos PCNs) “deriva não se sua inadequação a uma realidade empírica, mas de sua incompatibilidade com escolhas éticas no campo da Ciência” (SILVA, 2007, p.146). Em sua análise, a autora encontrou pistas e vestígios para a compreensão do processo discursivo em torno da língua que se materializa nos enunciados e na própria estruturação dos PCNs.

Segundo Silva, há um descompasso no centro da proposta apresentada pelo documento: “um sujeito intencional, cognoscente e moral em contraposição a teorias e metodologias conservadoras, enquanto práticas sem sujeito: uma relação entre uma noção de teoria e uma outra de prática ligada ao pragmatismo e ao tecnicismo” (SILVA, 2007, p.147). E observa que essa discrepância, paradoxo ou contradição entre valores proclamados e ação efetiva é um dito constante do discurso sobre educação.

Para a autora, os PCNs se apresentam como um lugar estratégico, em termos político-sociais, para se tratar de uma questão social nunca resolvida, a da pobreza, dos excluídos, dos carentes, dos marginalizados da sociedade, como se adotando uma outra estrutura e noções como as de ciclos, princípios, eixos, temas, área e outros, fosse superar as contradições entre objetivos proclamados e objetivos alcançados. O fato é que ao atribuir à educação a função de vencer essas dificuldades, pelo estabelecimento da relação entre educação e cidadania, o documento acaba apagando o social, o político e a própria cidadania.

Assim também vem sendo os programas de formação continuada que se respaldam nos PCNs, pois ao responsabilizar o professor pela formação eficiente e pelo sucesso na execução da proposta, apaga o político. Ao atribuir essa tarefa ao professor, o Estado se desobriga de seus compromissos sócio-educacionais, deixa de propor reformas que realmente atuem na solução dos problemas sociais, colocando a “culpa” no profissional.

O GESTAR II de Língua Portuguesa se propõe como um “programa inovador” em relação aos outros programas de formação existentes pela “busca um caminho de mão dupla entre teoria e prática e pelo enfoque da linguagem como fenômeno cultural” (BRASIL, 2008, p.34, Guia Geral do GESTAR II), entendendo que o papel do professor é aplicar em sala de aula os conhecimentos teóricos que estudou nos cadernos de teoria e prática, adequando-os a sua realidade local. Entretanto, a forma como está organizada a proposta pedagógica (que não é diferente de um manual didático) parte da seleção de textos de diversos gêneros textuais, com atividades a serem respondidas pelo professor nos TPs e pelo aluno nos AAAs. Destacamos que as atividades dos TPs não possibilitam a construção do conhecimento pelo professor, mas a construção de um saber fazer pedagógico, mecânico, similar ao que o aluno realizará da sala de aula, pois é um verdadeiro simulacro: o professor em formação assume o lugar do aluno e o formador, o papel do professor.

O trabalho “autônomo e independente” do professor cursista se reduz a capacidade individual de aprendizagem, o que Duarte (2003, p.11) considera como a pedagogia do “aprender a aprender”, que se trata de uma concepção voltada para a formação, nos indivíduos, da disposição para uma constante e infatigável “adaptação à sociedade regida pelo capital”. Para o autor, a chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, que constitui, por si mesma, uma ilusão que cumpre determinada função na reprodução do capitalismo contemporâneo: a de enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e enfraquecer a luta por uma revolução que leve a superação da formação social neoliberal.

Concordamos com Duarte (2003) que o trabalho educativo é uma atividade intencionalmente dirigida por fins, e é preciso perceber que as armadilhas dessas pedagogias do “aprender a aprender” acabam impedindo que ações efetivamente educativas ocorram.

Pfeiffer (2010), refletindo sobre a articulação das políticas públicas com as teorias, visando a compreender o funcionamento das políticas de ensino, compartilha essa visão e mostra que a formulação dessas políticas se sustenta pelo gesto da *adaptação*. A autora destaca que a regularidade construída nos diferentes espaços de circulação de sentidos como o das teorias do “aprender a aprender” vigentes nas políticas instituídas e legitimadas indica-nos que “a demanda histórica pela ‘capacidade de adaptação’ é uma prática consensual que estabiliza a sociedade capitalista tal como é” (PFEIFFER, 2010, p.87).

Algumas considerações

A análise de discurso nos permite dizer que os discursos presentes nas políticas públicas de ensino sobre a formação profissional e sua mediata e ilusória qualificação apontam para uma sobreposição do político pelo administrativo, responsabilizando o professor pela sua atuação e seu fracasso. Justifica-se assim a presença desses programas enquanto textualizações de modos de interpelação dos sujeitos pela administração jurídica do Estado.

Essa desresponsabilização do Estado delega aos profissionais da educação o “entusiasmo” no enfrentamento dos problemas, no compromisso emergencial e imediato de resolvê-los, o que pouco contribui para a construção de uma escola materialmente de qualidade, muito menos para a formação de uma identidade profissional “autônoma”. Cabe aos indivíduos incorporarem a segregação econômica e, individualmente, justificarem seu fracasso pelo insucesso da escolarização, ou seja, se o aluno não aprende a ler ou se o professor não aprende a ensinar a ler, a responsabilidade pelo desenvolvimento de sua (in) capacidade e (in)competência é do próprio sujeito.

Enfim, o discurso que se materializa nas políticas de formação continuada penetra no imaginário das pessoas e essas passam a pensar e agir em conformidade com o imaginário produzido, mediante obtenção do consenso. É claro que há algumas implicações, pois a ação proveniente dessas representações sociais em confronto com a nossa formação social produz contradições e faz emergir resistências.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. I e II Ciclos. Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa gestão de aprendizagem escolar – GESTAR II. Guia geral. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa gestão de aprendizagem escolar – GESTAR II. Caderno de teoria e prática 4 – TP 4: leitura e processos de escrita I. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa gestão de aprendizagem escolar – GESTAR II. Atividades de apoio à aprendizagem 4 – AAA 4: leitura e processos de escrita I. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- BERTOLDO, Ernesto Sergio. Políticas de formação de professores de língua e seu impacto no sujeito-professor. In: FERREIRA, M. C. & INDURSKY, F. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p.145-152.
- DUARTE, Newton (2003). **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. 1 ed. 1 reimp. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. ORLANDI, P. Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- _____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. (Org.) **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, Editora RG, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. [Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral]. In: Eni Orlandi (Org.) **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 2 ed. Editora da Unicamp, 1997.
- PFEIFFER, Claudia Castellanos. O leitor no contexto escolar. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **A leitura e os Leitores**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 87-104.
- _____. Políticas públicas de ensino. In: ORLANDI, Eni P (Org.) **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, Editora RG, 2010. p. 85-99.
- SILVA, M. V. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, E. P. (Org.) **Políticas linguísticas no Brasil**. Campinas, Pontes Editores, 2007. p. 141-161.



A PROSTITUIÇÃO REPRESENTADA NOS NOVOS FORMATOS TELEJORNALÍSTICOS: A ABORDAGEM DISCURSIVA DO TEMA NOS PROGRAMAS A LIGA E PROFISSÃO REPÓRTER

Leandro Eduardo Wick Gomes¹

Resumo: Programas telejornalísticos como *A Liga* e *Profissão Repórter* apresentam novas estratégias discursivas em relação ao modelo padrão. Com características advindas de *reality shows* e de documentários, os programas analisados abordam o mesmo tema: prostituição. Este trabalho pretende analisar como a enunciação tem o desafio de construir o dizer verdadeiro no campo ideológico da relação entre os produtores do programa e o telespectador, considerando as construções textuais internas.

Palavras-chave: discurso; prostituição; televisão, jornalismo.

Abstract: Telejournalistics Programs such as *A Liga* and *Profissão Repórter* present new discursive strategies in relation to the standard model. These programs exhibit characteristics of reality shows and documentaries and feature the same theme: prostitution. This study aims to examine how the enunciation has the challenge of constructing a true speech in the ideological field of the relationship between the show's producers and viewers, considering the internal textual constructions

Keywords: discourse; prostitution; television; journalism.

¹ "Docente da UFMT" para que fique igual ao dos outros artigos.

A realidade na linguagem telejornalística

Conhecer o mundo em que convivemos está cada vez mais complexo. As fronteiras se dissiparam e tudo é capaz de gerar interesse. As relações sociais, que se baseavam em uma vizinhança, são reconstituídas em esfera global, com várias possibilidades de interação e troca de informação. As formas de agir e pensar se relativizam nessa amplitude também, o indivíduo busca conhecer a si e ao seu entorno através dessas relações não mais presenciais. A tecnologia se põe como plataforma de comunicação e conhecimento para formação desse novo perfil de sociedade.

A percepção desse mundo se dá por meio de um registro do real baseado na literatura, na fotografia, no audiovisual e na internet. Essa forma de mediação entre o indivíduo e seu entorno desfaz todas as fronteiras do conhecimento e cria novos discursos que sugerem uma reconstrução da realidade imediata. Pelos meios de comunicação, McLuhan (1995) já anunciava nos anos de 1960 o mote publicitário de “conheça agora e pague depois”. Nas próprias agências de viagens, através de informações com fotos e vídeos do local, o turista poderia conhecer as belezas e costumes de vários lugares turísticos. Toda a experiência do indivíduo estaria vinculada às expectativas construídas em seu contato com o local mesmo antes de chegar, através da propaganda.

O discurso construído pela imagem, através da fotografia, e em seguida do cinema e da televisão, reforçou a estratégia de conhecer sem estar presente. O vislumbamento pelo assunto posto em cena fez com que as experiências se tornassem desejadas, mas que não necessariamente remetessem ao contato direto com aquilo que é representado. Conhecemos as culturas, lugares e pessoas sem a presença.

Por mais realista que fosse, a fotografia não causou tanto impacto quanto o cinema, pois este foi a primeira forma de representar imagens em movimento. Em uma das exibições dos primeiros filmes, os irmãos Lumière, em 1895, espantaram o público ao exibir na sala de cinema a chegada de um trem à estação que parecia prestes a atropelar o espectador. Como forma documental, a imagem conquistou um *status* de credibilidade destacada em relação a outras formas de representação, mesmo considerando mecanismos computacionais capazes de alterar o registro do real e até mesmo criar imagens totalmente virtuais.

A televisão é o meio de comunicação mais abrangente no Brasil e não se pode ignorar a sua enorme influência na formação de opinião, nos valores culturais e práticas sociais. Diante de consumo em massa, as narrativas e os jogos de argumentação e interpretação entre os participantes do processo de comunicação são estrategicamente pensados, pois qualquer discurso na TV é amplificado. Dentre todas essas possibilidades discursivas da imagem em movimento como novelas, filmes, *reality shows*, videoclipes e outros, o documentarismo e o telejornalismo se apresentaram como específicas em relatar o real ou uma versão dele. Dois elementos são característicos de ambos os gêneros informativos: a apuração das informações e o testemunho dos personagens. Essas semelhanças facilitaram a proposta de programas híbridos na TV, que utilizam conceitos do jornalismo com valorização de elementos narrativos do documentarismo.

Mesmo com o pressuposto de se valorizar o relato dos fatos, a imprensa sempre tem intrínseco o desafio ético de equilibrar nos discursos as determinações ideológicas de diferentes falas dos atores, tendo em vista o espaço privilegiado que ocupa na sociedade. Fiorin (1988) afirma que a enunciação é uma combinação de elementos linguísticos com propósito de exprimir pensamentos, assim ressalta que nenhuma comunicação é neutra, as relações entre os sujeitos são marcadamente ideológicas. No discurso, os interlocutores da comunicação devem ser considerados competentes de qualidades que se comuniquem dos dois tipos, modais e semânticas.

Machado (2000) aponta que a construção da realidade no discurso telejornalístico se dá através de uma sucessão de depoimentos e falas, cada elemento com sua carga ideológica. Contudo, o modo breve e circunstancial desse mosaico de falas extrapola o controle ideológico da instituição jornalística em prol da fluidez da realidade midiaticizada. O objetivo é fazer-criar na representação, sem necessariamente fazer o telespectador se atentar para os recursos utilizados. A interpretação e aceitação do público dependem do seu repertório cultural e de sua relação com o meio de comunicação.

Diferente da proposta de registro do real através das câmeras no telejornalismo padrão, os programas que escolhemos para refletir tratam de um desmascaramento de critérios de produção, seja na manifestação de pensamentos e expressões dos repórteres, como suas decisões subjetivas, suas posturas editoriais, seus critérios de valor da informação, entre outros. Através desse arquivo visual, podemos reconstruir traços desses atores midiáticos e suas relações com os personagens noticiosos.

Os programas para esta análise são o *Profissão Repórter*, da Rede Globo e *A Liga*, da Rede Bandeirantes. Suas propostas são de informar, seus formatos, porém, variam do clássico telejornalismo quando ambos cedem vozes aos personagens de forma mais consistente. Nesses programas, as vidas das pessoas são retratadas com mais profundidade (não significa dizer que com a devida profundidade). Nesses casos, as experiências de interação entre repórteres e personagens são mais importantes que os fatos. A adesão dos apresentadores/repórteres nesses programas às rotinas dos seus personagens significa também uma aproximação ideológica, portanto, deixa de ser uma construção que objetiva imparcialidade (pressuposto de registrar a ideologia dos distintos grupos envolvidos). O modo de presença do repórter nas histórias é o ponto selecionado para reflexão, distinto de outros programas telejornalísticos.

A produção do discurso

No mundo das linguagens, faz-se necessário compreender como elas são organizadas para obter sentido entre as pessoas envolvidas no processo comunicativo. A partir dos primeiros estudos de Saussure (1969) sobre a língua como sistema, temos por premissa as semelhanças manifestas em diferentes estruturas discursivas. Uma delas, segundo Courtés (1979), é reconhecer que uma narração não é limitada a contar uma história com fatos que se sucedem um após o outro, adotando uma perspectiva do sujeito e de sua ação, mas que a narração se constrói na relação entre enunciador e enunciatário no texto em uma

sucessão de estabelecimentos de contratos.

Os estudos que analisam as estruturas internas do texto o consideram como um objeto de significação, mas ele também é analisado como objeto de comunicação entre dois sujeitos, inserido numa sociedade e relacionado com o contexto histórico e cultural que, conseqüentemente, contribui para formar o seu sentido. A leitura semiótica possibilita conciliar as análises tanto interna como externa do texto, examinando “os procedimentos da organização textual e, ao mesmo tempo, os mecanismos enunciativos de produção e recepção do texto” (BARROS, 1999, p. 8).

Nessa consideração das características do enunciador e do enunciatário pressupostas no discurso, a imagem de si definida na tela pelo enunciador se dá através de escolhas das pessoas que participam do programa e legitimam o discurso, como também do cenário, músicas, enquadramentos, montagens, entre outros. Em relação à imagem do telespectador, projeta-se um perfil, um modo de como interpretar a mensagem telejornalística, tendo como referências experiências e pesquisas de audiência anteriores. O objetivo dessas considerações é conquistar uma maior adesão ao programa, promover uma intersubjetividade e delegar o caráter verossímil do discurso para quem assiste.

Para compreender o discurso de *A Liga* e *Profissão Repórter* na televisão, é necessário analisar um conjunto organizado de elementos que cria uma unidade, subordinado a certas leis, com determinado critério de relação para formar o sentido. Os programas de televisão são considerados textos sincréticos porque reúnem no mesmo meio várias linguagens: a visual, verbal escrita e oral, musical, gestual, proxêmica e outras. A significação do texto é obtida pelo conjunto das linguagens, não se deve, no entanto, considerar que cada uma delas tenha seu próprio sentido, mas a relação de todas as linguagens é que produzem o sentido do texto. Mesmo ao considerar a significação de um texto sincrético como um todo, um primeiro passo para analisá-lo seria discernir as unidades mínimas que compõem o discurso. De certa forma, o texto audiovisual é ancorado no discurso verbal, no desenvolvimento das narrativas, mas a construção dos efeitos de sentido é mais eficiente à medida que se estabelece melhor relação estratégica entre as diversas linguagens.

Greimas (1974, p. 9) afirma que a construção da verdade no texto depende de uma intertextualidade, “cada enunciado [...] apóia-se sobre uma argumentação, ou melhor, uma demonstração [...], um outro discurso que lhe é paralelo e que fundamenta este enunciado”. Através, então, de elementos internos do texto articulados com as percepções do mundo natural é que o sentido será formado. O texto não irá se referir ao real, mas será articulado para representar o real dentro de si mesmo, ou seja, as situações e as personagens reconhecidas no mundo natural terão seus simulacros construídos internamente.

Essa construção do discurso tem componentes de aspectualização (do tempo, do espaço e das pessoas) revestidas de elementos figurativos determinados por um eixo temático capaz de gerar a coerência discursiva. Fiorin (2001, p. 42) destaca que “o sujeito é o ponto de referência das relações espaço-temporais”. Como o enunciador produz um texto num determinado contexto e época, a enunciação estabelece as categorias espaciais e temporais de acordo com as categorias da pessoa. Dessa forma, o espaço e o tempo são dependentes do *eu* que neles se enuncia. Os demais elementos discursivos que se manifestam

no texto audiovisual são a figurativização e tematização. A figuratividade, para Bertrand (2003, p. 154), produz ou restitui “parcialmente significações análogas às nossas experiências perceptivas mais concretas”. Quanto à tematização, este se apresenta como alicerce dos elementos figurativos a ponto de “uni-los para indicar sua orientação e finalidade, ou inseri-los num campo de valores cognitivos ou passionais” (2003, p.213).

Assim sendo, como premissa teórica para análise, reconhecemos os programas de TV sugeridos como texto com linguagem sincrética, articulados em duas instâncias na enunciação, a narrativa (estrutura interna) e a ideológica (estrutura sociocomunicativa entre os sujeitos da enunciação). Esses valores discursivos serão manifestados através de reconstrução a partir de uma escolha dos personagens (sujeitos - repórteres e entrevistados) e das rotinas vividas pelos entrevistados selecionados (espaço - ambiente do trabalho / tempo - dia a dia atual). O nível figurativo promove a comparação com a realidade (acrescidos de recursos técnicos que ampliam essa percepção, como a edição, sonorização e enquadramentos de câmera). Por fim, todas essas referências se reúnem através de uma tematização, nesse caso, a prostituição.

A construção do discurso verídico nos programas *A Liga* e *Profissão Repórter*

Embora as histórias das personagens sejam o ponto forte dos programas *A Liga* e *Profissão Repórter*, o que se destaca nesses produtos audiovisuais jornalísticos são as incursões dos repórteres nas histórias. Esse mediador das experiências acaba assumindo um papel ativo na representação da realidade e, reconhecido dentro de seu próprio conteúdo, torna-se um dos principais sujeitos do relato. Interessamos saber a respeito das seguintes perspectivas: a primeira, sobre o fato de mostrar o real como ele pode ser, contextualizado com as ações captadas de bastidores e a segunda, quanto à alteração desse real com a mesma presença denunciada das equipes de reportagem.

Os programas em 2010 foram veiculados às terças-feiras. Eles não utilizam imagens em estúdio, todas as ações ocorrem nas ruas, enfatizando o repórter em ação. A exceção são alguns rápidos comentários de Caco Barcelos com os jornalistas na ilha de edição do *Profissão Repórter*. *A Liga* tem duração de uma hora, possui quatro repórteres, suas carreiras são reconhecidas em outras áreas, como músico, atriz e comediante. Com meia hora de duração, o *Profissão Repórter* também tem quatro jovens, identificados como jornalistas com pouco tempo de experiência, que se dispõem a revelar os bastidores da produção das reportagens.

Todas as histórias se tornam mais atraentes porque os depoimentos não seguem uma narrativa linear em um local específico. Há, na montagem, uma valorização das situações. Todas as ordens dos depoimentos são alternadas, com imagens ilustrativas, pausas visuais, efeitos sonoros e caracteres na tela. Nas escolhas que se faz na organização/direção das cenas, não é só a imagem que se mostrará definidora da observação do real, mas o encadeamento delas.

Ambos os programas abordaram a prostituição como tema em 2010, O *Profissão*

Repórter transmitiu no dia 25 de maio, enquanto *A Liga* exibiu no dia 15 de junho. Ao considerar os elementos informativos que podem agregar valor às condições de entrevista, *A Liga* divulgou dados que correspondem ao faturamento do setor e quais as principais regiões de São Paulo para determinado tipo de oferta de sexo. Já o *Profissão Repórter* enfatizou como os jornalistas conseguiram entrar em contato com as fontes e como foi desempenhado o papel de supervisor através de comentários do jornalista Caco Barcelos. O enfoque é determinado pelo que conhecemos como a linha editorial do programa. O enunciador determina certo tipo de postura para promover a comunicação, assim, o conteúdo, a abordagem e a ideologia são manifestados na escolha e conversas dos personagens (repórteres e entrevistados), cenários e momentos.

No jornalismo, a reconstrução do real depende do relato dos entrevistados, essa delegação de voz traz credibilidade e proximidade entre os atores das histórias narradas e o telespectador. Ambos os programas enfocam parcialmente o tema ao considerar somente os profissionais de sexo nesse mercado. No *Profissão Repórter*, Caco Barcelos questiona a falta da aparição dos clientes da acompanhante de luxo Mariah, mas em alguns momentos com a equipe em Russas (sertão do Ceará) e no Rio de Janeiro (bairro da Lapa) os clientes apenas ilustram a rotina dos profissionais de sexo. Essa forma ilustrativa também ocorre no *A Liga*, eles são identificados através de cenas flagrantes, com identidades preservadas. Tal perfil editorial afasta-se do jornalismo clássico, que pretende ouvir as partes envolvidas do tema em questão e ressalta a característica de documentário, no qual a história do depoente é suficiente.

Na representação dos sujeitos dentro do discurso, ambos os programas têm em comum uma profissional do sexo que é acompanhante de luxo, outra que trabalha em cabaré precário e uma travesti com uma influência em seu grupo e trabalham nas esquinas. Pode-se observar que as escolhas são através de estereótipos para buscar uma representação preconcebida das diferentes categorias dentro desse grupo. Como o programa da TV Bandeirantes tem o dobro de duração, apresenta-se também um garoto de programa e outra casa de prostituição, mas sem informações diferenciadas. Aborda-se as mesmas situações: frequência de público, quartos utilizados, movimento noturno na rua e nos bares. Tal estratégia tem sua significação mais compreendida no universo da figurativização, em que a recorrência em outros cenários amplia a noção do tamanho do mercado da prostituição.

Embora o tema principal seja a prostituição, o assunto se desenvolve considerando os seguintes aspectos comuns aos dois programas: o uso da internet para divulgar os serviços, a alta remuneração no mercado de luxo, perfil dos clientes e a precariedade nos locais populares e nas ruas. Uma ressalva é a abordagem sobre drogas, o *Profissão Repórter* apenas comenta na última cena que a casa de prostituição foi fechada duas semanas depois pela polícia por ser também um ponto de drogas, revelando uma pauta pertinente, mas sem ser explorada.

Já no *A Liga* fica um pouco mais evidente o assunto sobre drogas, com a confissão de dois entrevistados, um ainda como usuário. A postura de confidente do repórter não é alterada, ele não faz nenhum questionamento como valor negativo. O garoto de programa afirma que o crack é bom para emagrecer e isso é determinante na profissão, porém a razão

dada pelo narrador do programa é a dificuldade da profissão, o que se torna incoerente com o testemunho.

Esse exemplo ilustra algo recorrente, o perfil editorial de assumir um ponto de vista dos profissionais do sexo. Os programas registram uma adesão às proposições dos entrevistados, sem contra-argumentações. No *Profissão Repórter*, mesmo com o travesti batendo em um jovem bêbado que desistiu do programa, não houve nenhuma reação contrária ou intervenção do jornalista. Mais adiante, em conversa na ilha de edição, o repórter confessa que não soube como agir diante da agressão. Uma exceção dessa relação de cumplicidade entre jornalista e entrevistado é quando Ana Paula (profissional do sexo de Russas/CE) comenta que está grávida de sete meses e, mesmo assim, bebe e fuma constantemente. A repórter pergunta se não faz mal beber tanto, com um tom de voz que não concorda. Em resposta, Ana Paula cita que seu outro filho reclama disso (“tão pequeno, mas tão cheio de razão”).

Essa característica de abordar um ponto de vista é típica da linguagem de documentário, o telejornalismo clássico tem como pressuposto ouvir outros tipos de fontes, como autoridades, clientes, pesquisadores, associações e demais grupos que podem ser pertinentes. Quando percebemos o hibridismo dos gêneros, cria-se um novo formato que transcende às características dos gêneros anteriores. As características enunciativas específicas que se desenvolvem nesse formato é a valorização da mediação: a produção do programa é revelada, já que se revelam as inseguranças dos repórteres da Globo, como no caso da agressão do travesti, focaliza-se o perfil comediante de Rafael Bastos, quando pede uma vaga para trabalhar também, já que se paga bem e destaca-se a interpretação da atriz Tainá que representa uma garota de programa nas ruas, orientada pela sua entrevistada e acompanhante de luxo Sabrina.

Os programas definem outras questões editoriais distintas, não ressaltadas neste trabalho, mas de modo convergente, nossa análise era observar algumas estratégias discursivas. Na enunciação, as definições dos sujeitos, referencializados no espaço e tempo, ocorrem simultaneamente em duas instâncias: dentro e fora do discurso são próximas: Exterior (além) do discurso sobre prostituição, os programas são semanais, após o horário nobre das novelas que objetivam uma audiência ampla inerente à televisão, respaldados por uma credibilidade investigativa com os repórteres na rua. Dentro deste específico discurso analisado, temos mediadores que apresentam admirações, surpresas e cumplicidade com acompanhantes de luxo, travestis e profissionais de sexo que trabalham em ambientes precários. Essa relação comunicativa no interior desse discurso revela uma abordagem humanizada, de aproximação entre os enunciadores e sugerem que tal intimidade se estenda para fora da tela, alcançando o público, que, por sua vez, pode se sentir não só informado, mas envolvido pelos relatos.

Toda a veracidade atribuída está justamente em desvelar as condições de espaço e tempo das personagens e suas ações desenvolvidas. A delegação de vozes para que elas reconstituam suas rotinas e histórias reforçam a veracidade. O dizer verdadeiro se consolida com a adesão da audiência, que em seu repertório tem outros relatos e experiências sobre o assunto. A representação da prostituição nesses programas de TV é um exemplo

da abordagem temática que se repetirá na outras semanas, com estratégias enunciativas bem definidas, eles se mostram capazes de manter o interesse do público para fidelizar o consumo dos próximos episódios durante as semanas seguintes.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1999.
- BERTRAND, Dennis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- CAPPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício A. de. **Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.
- COURTÉS, Joseph. **Introdução à semiótica narrativa e discursiva**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 2001.
- FLOCH, Jean-Marie. **Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral**. Documento de estudo do Centro de Pesquisa Sociosemióticas. São Paulo: CPS, 2001.
- GREIMAS, A. Julien. **Semântica estrutural**. Tradução. H. Osakape e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.
- _____. Enunciação, uma postura epistemológica. In: **Revista Brasileira de Semiótica. Significação**. Ribeirão Preto: CES, n 1, jun. 1974. p 9-25.
- HOHLFELDT, Antonio (org). **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- GOMES, Leandro E. W. A Igreja Universal como atração na TV: a representação midiática do discurso religioso. In: PINTO, Aroldo; Alves, Fábio (org). **Representações sociais em comunicação**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007. p. 29-50.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- PAOLI, J. Antonio. **Comunicación e información**. México: Trillas, 1987.
- PEIRCE, Charles S. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1975.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hacker, 1999.
- SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo: Hacker, 2001.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.



A DINÂMICA LEXICAL DA LINGUAGEM JORNALÍSTICO-POLÍTICA EM TEXTOS ESCRITOS EM LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX

Pedro Antonio Gomes de Melo¹

Resumo - A dinâmica do léxico é resultado da criatividade linguística do falante e das necessidades de representação da realidade. Os neologismos são criados a partir da utilização dos processos de formação de palavras e o surgimento destas novas unidades léxicas na língua está vinculado às inovações do mundo exterior, uma vez que o léxico corresponde ao nível linguístico mais diretamente ligado à realidade extralinguística. Neste artigo, apresentamos uma reflexão sobre a formação lexical neológica observada em textos jornalístico-político escritos na imprensa periódica em língua portuguesa contemporânea na primeira década do século XXI. Esta investigação do léxico, objetiva descrever a neologia na mídia escrita e seus fatores internos e externos relacionados a essa formação vocabular.

Palavras-chave: Léxico; Língua portuguesa; Linguística; neologismo.

Abstract - The dynamics of the lexicon of linguistic creativity is a result of the speaker and the needs of representing reality. The neologisms are created from the use of processes of word formation and the emergence of these new lexical units in language is tied to the innovations from the outside world, since the lexical level corresponds to the language more directly connected to extra-linguistic reality. This article presents a reflection on the lexical formation neological observed in journalistic and political texts written in the press in contemporary portuguese in the last decade of XX century. This investigation of the lexicon, aims to describe the neology in print media and its internal and external factors related to the training vocabulary.

Keywords: Lexicon; Portuguese language; Linguistics; neologism.

¹ Graduado em Letras: português / inglês pelo Centro Estudos Superiores de Maceió - CESMAC, especialista em língua portuguesa e mestre em linguística pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Atualmente, é professor assistente de língua portuguesa e linguística da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL e da Faculdade São Vicente de Pão de Açúcar FASVIPA.
E-mail: petrus2007@ibest.com.br

Apresentação

Os neologismos são algo de necessário à sociedade contemporânea, participante de mudanças e ávida por novidades. Estas novas formações vocabulares são responsáveis pelo crescimento lexical da língua, dando ao sistema linguístico expansão, pois as línguas vivas, isto é, “que serve de instrumento diário de comunicação entre os indivíduos componente de uma nação” (SILVA, 2010, p. 15) não podem ficar na inércia, precisam crescer, precisam acompanhar as transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais passa uma nação, para que possam servir de instrumento atualizado de interação social.

Neste artigo, faremos uma reflexão sobre a neologia, seguida de uma exposição dos processos responsáveis pela dinâmica léxica do português contemporâneo na formação e/ou criação de neologismos na linguagem jornalística-política em sua modalidade escrita na última década do século XX no Estado de Alagoas.

Como forma de delimitarmos o campo de observação do fenômeno linguístico investigado, optamos pelo exame de textos jornalísticos escritos, pois a imprensa escrita periódica possui uma linguagem dinâmica, resultado da necessidade de sua constante atualização para informar seus leitores, como também para exprimir situações novas ou noticiar novas ideias e objetos criados, conseqüentemente, formando palavras novas.

É oportuno ressaltarmos que a nossa opção pela investigação do léxico a partir da modalidade escrita, no presente artigo, não significa a falta de consciência do valor linguístico da modalidade falada para os estudos da língua(gem), mas, para o propósito deste trabalho de cunho lexicológico e/ou lexicográfico, essa nos pareceu ser a escolha mais apropriada.

Para Matoré (1972), essas duas disciplinas que estudam o léxico mantêm necessariamente uma forte relação de interdependência e complementaridade entre si. Apesar da relação de completude entre elas, Nunes (2006, p. 149) explica-nos que, a distinção fundamental entre “Lexicologia e Lexicografia está no fato de que a primeira, com o estudo do léxico, desenvolve um saber especulativo, enquanto que a segunda, com a produção de dicionários, caminha para o desenvolvimento de um saber prático”.

O princípio adotado neste estudo como discernimento para reconhecermos uma palavra como nova no acervo lexical da Língua Portuguesa do Brasil, foi o critério do não-registro dessa unidade lexical nas seguintes obras: *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2009) e *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (2009), que são, após o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, os dicionários de palavras mais utilizados, no Brasil, do português contemporâneo.

Admitimos o critério da não-dicionarização como caráter neológico de uma palavra, pois concordamos com Carvalho (1983, p. 48), quando afirma que “o dicionário é a fonte segura do estudo do léxico. A ele recorremos, quando hesitamos quanto à grafia e o significado de um termo”. Sendo assim, os vocábulos já registrados nos citados dicionários de palavras do português brasileiro não terão *status* de neologismos nas observações realizadas neste estudo.

Finalizando esta apresentação, destacamos que a neologia consiste em um tema

fundamental para descrição do léxico segundo uma ótica científica, contribuindo para um melhor entendimento desse sistema, visto que sua evolução lexical, embora constante, passa despercebida ao próprio usuário da língua geral.

Na verdade, a língua é neológica por natureza, já que toda sociedade evolui, conseqüentemente também evolui o seu sistema linguístico, sendo incontestável que a língua se vale fundamentalmente de mecanismos lexicais, em *lato sensu*, para cumprir os propósitos comunicativos de interação social entre seus usuários.

Os dados que compuseram a amostragem da linguagem jornalística escrita na imprensa periódica do Estado de Alagoas na última década do século XX foram coletados em dois momentos cronologicamente distintos. A primeira coleta de dados foi realizada no período de março a julho de 1996 nos jornais: *Gazeta de Alagoas*, *O Jornal* e *O Diário*. O segundo momento da coleta de dados correspondeu ao período de julho a dezembro de 1998. Foram seguidos os mesmos procedimentos metodológicos adotados na primeira coleta, salvo a substituição do periódico *O Diário* pelo jornal *Tribuna de Alagoas*, pois aquele não circulava mais no Estado de Alagoas.

Este corpus foi resultado de uma pesquisa de mestrado em Linguística realizada na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Neste artigo, utilizaremos apenas alguns exemplos de neologismos detectados no referido corpus para ilustrarmos as reflexões aqui apresentadas.

Julgamos suficiente o uso de até 3 ocorrências de neologismos, quando possível, para ilustrarmos cada processo de formação de palavras novas, já que se torna desaconselhável um número maior de exemplificações por sobrecarregar o texto.

O Léxico E Sua Neologia Na Língua Portuguesa Em Sua Variante Brasileira

O léxico consiste no inventário aberto de palavras de que uma dada língua dispõe. De forma geral, podemos considerá-lo como sinônimo de vocabulário. Na verdade, o vocabulário é o léxico individual de um dado falante/ouvinte.

Léxico e vocabulário se encontram em relação de inclusão, isto é, o vocabulário é sempre uma parte, de dimensões variáveis conforme a solicitação do momento, do léxico individual, que por sua vez, faz parte do léxico global.

Conforme Katamba (1993, P. 99), “o léxico não é uma lista passiva de palavras e de seus significados, mas um lugar cheio de vitalidade em que as regras são usadas ativamente para criar novas palavras.” Trata-se de um repertório aberto, quer dizer, capaz de se enriquecer e se ampliar sempre.

Filologicamente, estudos lexicais possibilitam não apenas conhecermos a língua em si mesma, mas também, questões extralinguísticas relacionadas às comunidades que a fala, ou seja, estudar o léxico implica também resgatar a cultura de um povo. Isquierdo e Krieger (2004, p.11) explicam-nos que “como repertório de palavras das línguas naturais traduz o pensamento das diferentes sociedades no decurso da história”.

Do ponto de vista sociolinguístico, Biderman (1981), concebe o léxico como o patrimônio social da comunidade por excelência, juntamente com outros símbolos da herança cultural. Partindo dessa abordagem, o léxico é transmitido de geração a geração como

signos operacionais, por meio dos quais os indivíduos de cada geração podem pensar e explicar seus pensamentos e ideias.

O sistema lexical de uma dada língua dispõe de diferentes regiões linguísticas, a saber: as gírias (linguagem comum a um mesmo grupo social); os jargões (vocabulário típico de uma dada especialidade profissional); os estrangeirismos (palavras estrangeiras incorporadas à língua); os arcaísmos (vocábulos e/ou expressões que caíram em desuso) e os neologismos (palavras recentemente formadas e/ou criadas).

Segundo Carvalho (2009, p. 19), o léxico é “a menos sistemática das estruturas linguísticas, o léxico depende, em grande parte, da realidade exterior, não-linguística”, ele reflete a cultura da comunidade, a qual serve de meio de expressão, visto que, no momento em que se cria algo de novo ou surgem novos fatos sócio-político-culturais, há uma necessidade de nomeá-los, formando-se novas palavras; esses itens lexicais, por serem uma criação individual, podem ser aceitos ou não, ter vidas breves, caindo no esquecimento.

A constituição do acervo lexical do Português é basicamente latina. A Língua Portuguesa representa o estado atual do *sermo vulgaris* passado por inúmeras transformações na Lusitânia; por isso não é de estranhar que a língua dos romanos constitua o substrato de nossa língua. O idioma dos romanos sobrevive nas atuais línguas românicas como antecedente imediato dessas línguas, sua dinâmica lexical se apresenta como um fenômeno linguístico de caráter universal, já que todas as línguas vivas estão em constante transformação e ampliação. Isso ocorre de maneira lenta e gradual que geralmente passa despercebida ao falante/leitor. (cf. MELO, 2008)

No entanto, não só do acervo latino se valeu a Língua Portuguesa, já que houve também a influência de outros idiomas de povos invasores (ou não-invasores), em seu acervo lexical. Podemos detectar a existência de elementos aloglóticos pré-romanos e pós-romanos, introduzidos na fase da formação da língua; elementos aloglóticos das modernas línguas europeias, latinas e não-latinas; elementos aloglóticos de línguas extraeuropeias, resultado dos descobrimentos (cf. CARVALHO, 2009).

E ainda houve, na Língua Portuguesa, variante usada no Brasil, pelas condições de ocupação e colonização, uma grande influência dos substratos indígenas e dos falares africanos, justamente no campo lexical, pelas necessidades comunicativas surgidas. Portanto, também se enriqueceu a Língua Portuguesa do Brasil de uma gama considerável de palavras não registradas no Português falado em outros continentes.

No que diz respeito a palavras não vernáculas, ou seja, os empréstimos e os estrangeirismos, podemos afirmar que são muito frequentes no mundo moderno, sobretudo os anglicismos, que se vêm propagando por todas as línguas, em virtude do papel hegemônico exercido pelos Estados Unidos da América. Assim sendo, decorrentes de contato interlinguístico, não poderia ser diferente no sistema lexical do português brasileiro contemporâneo.

De fato, o idioma inglês tornou-se a língua universal da ciência e da tecnologia, por conseguinte, representa uma fonte lexical muito fecunda na formação do léxico das línguas modernas. A frequência dos anglicismos, no acervo português do Brasil, demonstra a relação da língua com o mundo exterior; na medida em que há mudanças de ordem econômica entre as nações, essas modificações se refletem também no sistema linguístico,

sobretudo em seu léxico.

Assim, os estudos diacrônicos mostram que a incorporação de unidades léxicas neológicas representa o desenvolvimento do léxico dos idiomas. Essas transformações linguísticas são motivadas também por influências de fatores de naturezas diversas: geográfica, sociocultural, histórica, entre outros. Esse desenvolvimento lexical se faz através dos processos de formação de palavras, portanto com os recursos linguísticos que a própria língua oferece.

Essa ampliação e/ou renovação lexical pode ser condicionada por fatores externos e internos à língua.

No âmbito dos primeiros, as evoluções sócio-econômico-culturais parece-nos ser um dos elementos extralinguísticos mais atuantes nesse processo de dinamização lexical junto com a criatividade comunicativa dos falantes. Esse desenvolvimento modifica o meio, faz com que o homem, envolvido no processo de evolução, crie e reformule certos termos e expressões linguísticas. Já em relação aos internos, parece-nos que os mecanismos derivacionais proporcionam aos usuários diversas possibilidades nas combinações para formação lexical. Tornando-se mais produtivos na função de criar neologismos.

Em suma, a língua está sempre recebendo forças externas e internas em sentidos opostos, não-excludentes, mas complementares. As primeiras dão um cunho novo à expressão são as forças dinâmicas da linguagem. As segundas asseguram a sua conservação, são as forças conservadoras da linguagem, responsáveis pela impressão de que a língua em uso encontra-se estática. Todavia, temos conhecimento que só aparentemente a língua se apresenta inerte. Em outros termos, Freitas (2007) explica-nos que, toda língua é o produto de forças que sobre ela atuam: a centrífuga, que corresponde à força externa, e a centrípeta, que corresponde à força interna.

Desse modo, A inovação lexical, ampliando e/ou renovando o léxico, torna-se verificável na medida em que signos linguísticos são criados e/ou formados ou sofrem modificações e/ou acréscimos em seus significados. Trata-se de um processo inerente à língua e não uma ameaça à sua continuidade.

Na verdade, essa dinâmica é uma característica necessária a todas as línguas e poucos se dão conta dessa evolução, porque é feita de modo inconsciente e coletivo. No entanto, o aparecimento de novos termos e significados é fácil de ser constatado, sobretudo nos meios de comunicação escrita.

Para corroborar o supradito, faz-se necessário citarmos Barbosa Apud Isquerdo e Oliveira (1998, p. 34) quando afirma que:

É lícito definir a norma do universo léxico como o lugar de equilíbrio dinâmico, o lugar do conflito e o epicentro da tensão entre aquelas forças contrárias. Esse equilíbrio e essa tensão são observáveis com clareza, em qualquer etapa sicronicamente considerada de uma língua, por três aspectos: a conservação de grande parte do léxico, o surgimento de novas unidades lexicais, o desaparecimento de outras. Distinguem-se, entre as unidades que permanecem as que apresentam freqüência de atualização estável, crescente ou declinante.

A Formação Neológica Em Textos Escritos Pela Imprensa Periódica Do Estado De Alagoas Na Última Década Do Século Xx.

Toda língua se constitui fundamentalmente por duas classes de palavras: as que refletem o universo extralinguístico, nomeando as coisas, as qualidades e os processos, cujo grupo constitui o léxico – um sistema aberto em constante ampliação, e as que funcionam apenas dentro do sistema linguístico, aquelas palavras de significação interna como os morfemas gramaticais, responsáveis pela organização e estrutura da língua.

Os processos neológicos de formação lexical, registrados em textos jornalísticos escritos na mídia impressa, são os mecanismos pelos quais os novos itens lexicais do sistema aberto são formados e/ou criados na língua. Esses recursos linguísticos atuam em nível fonético-fonológico, morfossintático e semântico-lexical.

No português contemporâneo, variante usada no Brasil, os processos mais produtivos na formação neológica são a Derivação e a Composição, que, apesar de completamente diferentes no procedimento de formar palavras, unem-se na função de formá-las e, conseqüentemente, tornam-se os mais fecundos na ampliação e/ou renovação do acervo lexical do sistema linguístico em questão.

A derivação consiste no mecanismo pelo qual as novas unidades lexicais são formadas a partir da anexação de afixos (prefixo e/ou sufixo) a uma base autônoma. Como exemplificado nos neologismos dos enunciados (01) e (02), respectivamente.

(01) “Uma **superagência** oficial formada por funcionários da Polícia Federal.” [O Diário, 05/06/1996, p. 7, grifo nosso]

(02) “Sempre pode ser **dorotheizado** a qualquer instante.” [O Diário, 09/05/1996, p. A-10, grifo nosso]

Basilio (2007) explica-nos que os afixos apresentam funções sintático-semânticas definidas: essas funções delimitam os possíveis usos e significados das palavras a serem formadas pelos diferentes processos de derivação.

Vale destacarmos que todo processo derivacional ocorre em torno de uma só palavra primitiva, de um só radical. A tradição gramatical considera afixos apenas as formas presas (não-autônomas). Todavia, registram-se ocorrências de palavras novas formadas a partir de unidades léxicas que não são reconhecidas como prefixos, mas palavras autônomas com categorias gramaticais definidas. Porém, podem ser detectadas na função prefixal, sendo assim inclusas na derivação, formando neologismos. Dentre esses itens lexicais as formas *mal-*, *não-* e *recém-*, tradicionalmente classificados como advérbios ou substantivos, e *com-* classificado como preposição anexam-se a bases autônomas, não com a função de adjunto, mas para formarem novas unidades lexicais. Como podemos observar nas sentenças (03), (04), (05) e (06).

(03) “e os novo Deputados e Senadores não querem que lhes caiam nos ombros a possível culpa de alguma coisa **mal-elaborada, maldiscutida** ou **malredigida**.” [O Jornal, 11/11/1998, p. A / 2, grifo nosso]

(04) “A decisão foi tomada ontem em protesto contra a **não-implantação** do piso de três mínimos pelo governo.” [O Jornal, 08/10/1998, p. capa, grifo nosso]

(05) “Há poucos dias, recebi visita do **recém-empossado** Ministro da Justiça paraguaio.” [O Jornal, 01/11/1998, p. A / 2, grifo nosso].

(06) “Os **com-terra**, com cristo! os sem-terra, com Calixto.” [Gazeta de Alagoas, 16/06/1996, p. A-2, grifo nosso]

Na Língua Portuguesa do Brasil, geralmente, os morfemas prefixais não mudam a categoria gramatical da base a que se unem. Entretanto, é possível registrarmos em textos jornalísticos escritos na última década do século XX, os prefixos *anti-* e *macro-* unidos a uma base substantiva atribuindo-lhe função de adjetivo, ocorrendo o processo de recategorização. Portanto, podemos afirmar que em certos casos os prefixos mudam a classe da palavra a que se agregam na função de formar neologismos.

(07) [...] “mas fez a maioria no Senado, aliás uma **superbancada**, com 28 senadores a partir de 1999.” [O Jornal, 27/10/1998, p. A / 2, grifo nosso].

(08) [...] “criou ontem por decreto cinco novos ministros: Comunidade de Estados Independentes (CEI), Comércios, Assuntos Regionais, Assuntos Nacionais e um encarregado da política **antimonopólios**.” [Tribuna de Alagoas, 23/09/1998, p. 14, grifo nosso].

(09) “A comissão especial de inquérito da Câmara Municipal de Maceió pôs o ventilador na **macrodrenagem** e insiste em levantar a denúncia de **macrofatura** [...] para evitar o suposto **macroprejuízo**.” [Gazeta de Alagoas, 06/09/1998, p. A 4, grifo nosso].

(10) “Campanha **pró-Alagoas** repercute no congresso.” [O Diário, 16/07/1996, p. capa, grifo nosso].

Acreditamos que essas unidades estejam se gramaticalizando como prefixos, ampliando, assim, os recursos comunicativos da língua, sobretudo para expressar novos conceitos, surgidos a partir do desenvolvimento político, econômico e social.

O processo de formação derivacional subdivide-se em prefixal, sufixal, parassintética e regressiva. Porém, na tradição gramatical, acrescenta-se como processo de formação derivacional a conversão, denominada pela nomenclatura gramatical brasileira como derivação imprópria.

No entanto, a conversão é um processo com características próprias, pois não há anexação de afixos à nova palavra formada, nem há redução de elementos em sua formação mórfica, a nova palavra é formada pela recategorização, isto é, pela mudança de sua categoria gramatical. Portanto, não se trata de um processo derivacional; além do mais, no fenômeno da conversão ocorre um processo semântico e não morfológico que é a caracterização do processo derivacional. É o contexto em que está inserida a unidade lexical que nos permite observar o fenômeno da conversão (BASÍLIO, 2007).

(11) “O Deputado Federal José Thomaz Nonô (PSDB) diz que está mais à vontade com sua nova função dentro do partido **tucano**.” [Gazeta de Alagoas, 09/05/1996, p. A - 3, grifo nosso].

(12) “O Partido Verde (PV) e o Partido da Social Democracia (PSD) já decidiram que vão lançar candidato **laranja** à Prefeitura de Maceió.” [Gazeta de Alagoas, 16/06/1996, p. A - 5, grifo nosso].

Do ponto de vista linguístico, as unidades léxicas tucano e laranja, *a priori*, são classificados morfológicamente como substantivos que designam objetos (pássaro e fruta,

respectivamente). Entretanto, nos enunciados (11) e (12) funcionam como adjetivos, caracterizando os substantivos a que se referem.

No processo de derivação prefixal, a nova palavra é obtida a partir da anexação de um prefixo a uma base. Já na derivação sufixal, a nova forma lexical é formada a partir da anexação de um sufixo a uma base. “Na Língua Portuguesa, os sufixos lexicais servem principalmente para acrescentar a um termo a ideia de grau e a de aspecto, ou para transformar uma palavra de uma classe para outra”. (CARVALHO, 1983, p. 79)

Ao contrário do que ocorre com os prefixos que guardam certo sentido, de maneira mais ou menos clara, com relação ao sentido da palavra primitiva, os sufixos, geralmente vazios de significação, têm por finalidade formar paradigmas de palavras da mesma categoria gramatical.

(13) “**Tucaneando** - Na última quarta-feira, 16 de maio, dia da emancipação política de Cururipe” [...] [Gazeta de Alagoas, 19/05/1996, p. A – 4, grifo nosso].

(14) “O que mais dificulta a **bolização** dos políticos é o fato de o parlamentar-candidato não ter opção de licenciar-se.” [Gazeta de Alagoas, 29/05/1996, p. A – 4, grifo nosso].

(15) “**Prefeitável** - O deputado estadual Luciano Amaral comanda também o diretório municipal do PSDB em Major Isidoro.” [O Diário, 24/05/1996, p. 3, grifo nosso]

Na derivação regressiva, a nova unidade lexical é formada pela redução da palavra primitiva. Em outros termos, ocorre o fenômeno da derivação regressiva quando a criação e/ou formação do neologismo deve-se à supressão de um elemento considerado de caráter sufixal. Esse processo torna-se importante na formação de substantivos derivados de verbos que são chamados de deverbais e são sempre abstratos.

Esse procedimento de formação de palavras se opõe às derivações prefixal e sufixal que são progressivas, pelo fato de haver redução de uma palavra já existente. Faz-se mediante supressão de elementos terminais (sufixos ou desinências). Conforme os dados coletados neste trabalho, a derivação regressiva não apresentou produtividade lexical na formação de neologismos na linguagem jornalística escrita na imprensa do Estado de Alagoas.

A derivação parassintética ocorre quando a palavra nova é obtida por acréscimo de afixos (prefixo e sufixo) ao mesmo tempo a uma base, de forma que a exclusão de um ou de outro morfema derivacional resulta numa formação lexical inaceitável na Língua Portuguesa. Nesses neologismos ambos os afixos são corresponsáveis pela nova acepção que se introduz. Logo, o que distingue a derivação parassintética dos outros processos derivacionais é o fato de o acréscimo dos afixos ser simultâneo, como ocorre nas palavras destacadas na sentença (16).

(16) “Deve ser esse **neoburrismo** ou **neocavalismo**, de que falo.” [Gazeta de Alagoas, 09/05/1996, p. A-2, grifo nosso]

O prefixo *neo-* e o sufixo *-ismo* afixaram-se simultaneamente a uma base nominal formando um novo vocábulo. Percebemos que a exclusão de um ou de outro afixo dessas unidades lexicais neológicas apresentadas resulta numa forma lexical não existente no léxico português.

No caso de formação lexical por composição, o novo item lexical é formado a

partir da junção de mais de uma base autônoma para obtenção de uma nova palavra. Enquanto, na derivação, o processo de formação envolve afixos, que são elementos fixos, na composição, ao contrário, o procedimento de formar palavras envolve a união de uma base à outra. Convém assinalarmos que na palavra composta, os elementos primitivos perdem a autonomia de significação em benefício de uma unidade semântica, isto é, um único conceito, novo, global. Essas composições lexicais desempenham função de palavras, tendo-se unidades sintáticas se cristalizando numa função morfológica ou lexical.

O que caracteriza e define a função do processo de composição é a sua estrutura, de tal maneira que, das bases que se juntam e/ou aglutinam para formar uma palavra, cada uma tem seu papel definido pela estrutura. Essa é sintática, diferentemente do que ocorre nos casos de derivação.

No processo de formação neológica composicional, podemos distinguir duas formas de composição: a justaposição e a aglutinação. Nos compostos formados de palavras ou radicais pertencentes a classes gramaticais diferentes, de estruturas sempre binárias, tem-se um elemento que é o principal, o núcleo, e um elemento que é o especificador, o adjunto. São, portanto, compostos determinativos ou subordinativos.

Na formação dos compostos por justaposição, também denominada de composição perfeita, não há alteração morfo-fonética e/ou gráfica nas bases que se unem para formar a nova palavra. Nas palavras justapostas, os termos associados não conservam a sua individualidade semântica, mas apenas sua individualidade formal.

(17) “Se depender das atuais perspectivas, a candidatura de Ronaldo Lessa vai disputar com o **ex-prefeito-tampão** o segundo turno.” [O Jornal, 09/06/1996, p. A - 3, grifo nosso].

(18) “Já que nunca passava de 10% chegou a ser chamado de **candidato-garçom** em comparação à gorjeta dada a esses profissionais.” [O Jornal, 11/10/1998, p. A / 3, grifo nosso].

(19) “com o advento do voto eletrônico, o que substituirá a expressão ‘**poca-urna**’? será ‘**queima-computador**’ ou ‘**explode-chip**’?” [O Jornal, 04/10/1998, p. A / 3, grifo nosso].

(20) “Ambos com discagem gratuita, que fazem parte da Central de Atendimento (**disque-seca**) montada pela SUDENE.” [Tribuna de Alagoas, 13/11/1998, p. 5, grifo nosso].

Já na formação dos compostos por aglutinação há perdas morfo-fonéticas e/ou gráfica nas bases (ou em uma das bases) que formam o novo vocábulo. Esse fica subordinado a uma única acentuação prosódica, ordinariamente a do último vocábulo

(21) [...] “inaugurou também um laboratório médico e um centro de saúde bucal (**escovódromo**).” [Gazeta de Alagoas, 11/05/1996, p. D -14, grifo nosso].

(22) “Entre os projetos de nascimento em defesa dos direitos homossexuais está a criação de um **namoródromo** gay.” [Gazeta de Alagoas, 22/06/1996, p. A - 2, grifo nosso].

(23) “Dignidade para os **Brasiguaios**.” [O Jornal, 08/11/1998, A / 9, grifo nosso].

Nos neologismos compostos, esses itens lexicais juntos fazem parte de uma só classe de palavra formando uma nova palavra-base, em que prevalece a unidade semântica. Em outros termos, esses compostos constituem componentes frásicos com o valor de uma uni-

dade lexical. Como foi exemplificado nos enunciados (17), (18), (19), (20), (21), (22) e (23).

Além dos dois processos principais na formação neológica na função de formar palavras novas, derivação e composição. Há outros mecanismos linguísticos, embora menos gerais, usados pelo falante no procedimento de formar novas palavras, que também contribuem para o enriquecimento do acervo lexical da Língua Portuguesa, a saber: hibridismo, a abreviação vocabular, a acrossemia, a conversão, as formações onomatopáicas e o redobro.

Esses procedimentos lexicais são normalmente pouco abordados nos compêndios gramaticais modernos, como também nas gramáticas tradicionais, que pecam pela sumaria e pela insuficiência de análise. (cf. BUENO, 1968; ALMEIDA, 1985; MESQUITA, 1996; LIMA, 2000; CUNHA; CINTRA, 2008; BACHARA, 2009; entre outros).

O hibridismo consiste no processo de formação lexical no qual a nova palavra é composta a partir de elementos de sistemas linguísticos diferentes. Por exemplo, nas sentenças (24) e (25), detectamos elementos linguísticos do português e do inglês nas formações neológicas.

(24) “Os moradores do conjunto Stella Maris estão revoltados com a possibilidade de o **PM-Box** que eles próprios construíram no residencial ser transferido para outro local.” [O Jornal, 10/11/1998, p. A / 3, grifo nosso]

(25) “com o advento do voto eletrônico, o que substituirá a expressão ‘poca-urna’? será ‘queima-computador’ ou ‘**explode-chip**’?” [O Jornal, 04/10/1998, p. A / 3, grifo nosso].

A abreviação vocabular é um caso particular da derivação regressiva, mas com características linguísticas próprias. Genericamente, o processo derivacional regressivo ocorre também através da mudança da categoria gramatical (recategorização), já no caso da abreviação, apesar de ocorrer redução do vocábulo, esse permanece na mesma classe de palavra da unidade lexical reduzida. Na derivação regressiva há redução específica: elimina-se no vocábulo derivado o sufixo ou a desinência do derivante, no caso da abreviação, a redução não se pauta por critérios específicos e homogêneos, podendo a unidade lexical nova ser obtida a partir da redução ao prefixo ou corte de sílabas. Como ocorre nas frases (26) e (27).

(26) “Decisão do TC reabre debate sobre a **macro** (macrodrenagem)”. [O Jornal, 11/11/1998, p. A / 4, grifo nosso].

(27) “Mas, se as **micro** (microempresa) e pequenas empresas são as usinas geradoras de pontos de trabalho.” [O Jornal, 30/12/1998, p. A / 2, grifo nosso].

Pensamos que o procedimento de reduzir vocábulos na formação de unidades lexicais novas vem ratificar o aspecto dinâmico da língua, visto que, evidentemente, são palavras longas que sofrem redução a favor da comunicação mais ágil e mais rápida, até limites que não prejudicam a compreensão destes signos linguísticos na linguagem jornalística em sua modalidade escrita.

A Acrossemia constitui um tipo especial de formação de vocábulos e de fecundidade lexical relevante na Língua Portuguesa hodierna, na qual a unidade lexical nova pode ser formada a partir da redução de uma expressão substantiva a seus elementos: letras, sílabas iniciais, mediais ou finais. Trata-se, portanto, de um mecanismo fonomorfológico

de criação lexical que nem sempre os fonemas são encadeados nos significantes desses signos linguísticos, todavia, segue o princípio de linearidade, nessa particularidade reside toda vitalidade do processo acrossêmico na língua e sua produtividade lexical.

Alves (1990, p. 56) afirma que esse tipo de formação lexical “é resultado da lei de economia discursiva. O sintagma é reduzido de modo a torna-se mais simples e mais eficaz no processo de comunicação”, porém, somente exerce tal papel se essas formações forem identificadas pelo receptor. Essa identificação dependerá da competência linguística e, mais ainda, do conhecimento de mundo do mesmo.

Por serem práticas e cômodas aos usuários da língua, as siglas e os acrônimos “estão se multiplicando cada vez mais na língua portuguesa contemporânea do Brasil e fazem parte quase que insubstituivelmente em textos escritos e/ou falados em quase todos os níveis de uso da língua”. (MELO & BRITO, 2009, p. 135).

Nos enunciados a seguir, temos registros de neologismos criados com siglas nas frases (28) e (29) ou derivados dessas unidades lexicais (siglas ou acrônimos) nas frases (30) e (31).

Siglas: FHC – (Fernando Henrique Cardoso) + FMI – (Fundo Monetário Internacional)

(28) “Sai hoje o pacote **FHC-FMI**.” [O Jornal, 28/10/98, p. Capa, grifo nosso].

Sigla: PHD – (*Philosophiae Doctor*) + DEUS (substantivo masculino concreto)

(29) “Comandados por **PHDeuses**,” [...]. [Gazeta de Alagoas, 18/06/1996, A -2, grifo nosso].

Acrônimo: IBOPE – (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) + -ANO (sufixo popular)

(30) “Os erros **ibopeanos**.” [O Jornal, 11/10/1998, p. B / 8, grifo nosso].

Sigla: PDV – (Programa de Demissão Voluntária) + -ISTA (sufixo grego de *istés*)

Quanto à aceitabilidade no acervo da língua dessas formas neológicas, entendemos como um indício de que as formações acrossêmicas já se encontram no domínio linguístico popular, o fato de os acrônimos e as siglas derivarem palavras novas, revelando sua integração no acervo lexical do Português. Por conseguinte, sendo reconhecidas na formação lexical como verdadeiras palavras.

O processo de redobro ou reduplicação se apresenta como um recurso de caráter morfológico, no qual o neologismo é obtido a partir da repetição ou reduplicação completa ou parcialmente da base que formará a nova palavra. Em outros termos, consiste na criação de forma lexical pela repetição de outra preexistente, sem ou com alteração de sua estrutura fônica. No enunciado (31), há registro de neologismos formados através redobro total e nos enunciados (32) e (33) neologismos formados por reduplicação parcial.

(31) “Ele mesmo, o **catorze-catorze**, a confraria mandou confeccionar o troféu e vai mandar para Brasília.” [O Jornal, 09/10/1998, p. A / 3, grifo nosso].

(32) “A turma ‘**collorida**’ montou uma farsa” [O Jornal, 14/07/1996, p. A - 13, grifo nosso].

(33) “Fenômeno não foi a eleição, será a **vollta**.” [O Jornal, 18/04/1996, p. A - 2, grifo nosso]

No caso das formas das sentenças (32) e (33) de repetição parcial, os neologismos

foram formados pela duplicação da consoante lateral [l] com uma conotação semântica relacionada ao Ex-presidente da República Federativa do Brasil Fernando Collor de Mello. A repetição do grafema “l” nas palavras remetem aos dois lls do sobrenome da referida personalidade política brasileira.

É pertinente destacarmos que os elementos repetidos (letras, sílabas ou palavras) não apresentam interesse quanto à questão das relações sintáticas. Todavia, são relevantes quanto às relações semântico-fonéticas da língua. Por conseguinte, a característica essencial do redobro consiste em concatenar duas ou mais formas explorando o efeito semântico, gráfico e/ou sonoro daí decorrente. Esse recurso linguístico era muito comum na morfologia do indoeuropeu.

As formações onomatopaicas ou onomatopeias são palavras que procuram imitar sons, voz ou ruídos de objetos ou animais, contudo não há uma idêntica reprodução do som ou ruído originário pelo vocábulo criado, mas apenas uma aproximação destes.

(34) “O **plim-plim** da emissora de Roberto Marinho não quer se tornar alvo de campanha política na seara alagoana.” [Gazeta de Alagoas, 24/04/1996, p. 3, grifo nosso]

Para Alves (1990, p. 12), a criação onomatopaica “está calcada em significantes inéditos. Entretanto, [...] não é totalmente arbitrária, já que ela se baseia numa relação, ainda que imprecisa, entre a unidade lexical criada e certos ruídos ou gritos”. Podemos considerar uma arbitrariedade relativa em oposição a uma arbitrariedade absoluta e esse tipo de neologismo é pouco comum na linguagem jornalística impressa no Estado de Alagoas, pois, geralmente os neologismos têm sua gênese em formas linguísticas pré-existentes.

Considerações finais

Os aspectos abordados no presente artigo, envolvendo a formação neológica na linguagem jornalística escrita na última década do século XX no Estado de Alagoas, permitem-nos tecer algumas considerações finais.

Primeiramente, a neologia está presente na língua, também de maneira efetiva na modalidade escrita, contribuindo à ampliação e/ou renovação do léxico. Pode ser considerada como um fenômeno linguístico de caráter universal, uma vez que toda língua viva se expande, se transforma, evolui, sobretudo seu acervo lexical.

Esses vocábulos novos atestam a criatividade comunicativa e a necessidade de novas unidades lexicais na função de nomear a realidade extralinguística do usuário da língua, ou seja, o aparecimento de novas realidades sócio-econômico-culturais geralmente, propicia e, às vezes, até obriga, a criação de neologismos em favor da economia discursiva.

Todavia, para formarmos uma palavra nova, não basta apenas a criatividade: torna-se necessário, também, obedecermos a certas regras inerentes à língua para compormos os vários segmentos que formam a estrutura da nova unidade lexical. Caso contrário, seria impossível decodificá-la. No entanto, acreditamos que essas normas ou regras de formação de palavras não são conscientes no usuário (leitor/escritor) no momento da formação lexical.

Essa dinamicidade léxica está condicionada a fatores externos e internos à língua. Na verdade, uma língua está sempre recebendo força centrífuga e força centrípeta em sentidos opostos, não excludentes, mas complementares.

A dinâmica lexical, no âmbito dos fatores externos, depende principalmente da evolução das necessidades comunicativas da sociedade que a usa, e esta evolução se encontra diretamente relacionada ao crescimento intelectual, social e econômico dessa mesma sociedade.

Essas novas unidades lexicais se não desaparecerem, desneologizar-se-ão, ou seja, integrar-se-ão ao léxico geral da língua. A dicionarização pode representar a continuidade de seu uso, conseqüentemente, a sua integração no acervo lexical do português.

A grande parte dos neologismos tem sua origem em formas linguísticas pré-existentes ligadas a determinadas noções e utilizadas em novas formações lexicais, estabelecendo uma ligação com conhecimentos anteriores. Os vocábulos novos podem ser formados a partir de processos autóctones ou por adoção de um item lexical de outra comunidade linguística.

A produtividade lexical do processo derivacional por prefixação, em muitos casos, decorre de um desejo de economia discursiva por parte do falante/emissor porquanto uma frase negativa, expressa por uma palavra formada por prefixação, torna-se mais econômica do que uma construção sintática negativa; da mesma forma são os casos do emprego de elementos prefixais seguidos de substantivos exercendo uma função adjetiva.

Podemos interpretar esse procedimento lexical como um indício de que a formação lexical segue uma tendência natural da língua em favor da economia expressional.

Já na formação lexical por composição, a justaposição imediata é bem mais produtiva do que a justaposição mediata; a estrutura justaposta por substantivo mais substantivo (subst. + subst.) pode ser considerada como o modelo de estrutura morfológica mais produtiva entre todas as estruturas compostas de caráter neológico.

Na formação lexical por aglutinação, os neologismos são formados por truncação linguística de bases autônomas e não-autônomas que se aglutinam, ocorrendo perda mórfica e/ou gráfica em um ou mais elementos que constituem a nova palavra.

A produtividade lexical dos processos de formação dos compostos tem na justaposição sua fonte mais produtiva na criação de neologismos. Acreditamos que essa fecundidade léxica pode ser interpretada como uma tendência linguística, na qual há um favorecimento à formação lexical em que não ocorra perda mórfica entre os constituintes da nova palavra, em favor de regras linguísticas conservadoras inerentes à língua, com a finalidade de assegurar a conservação desse sistema linguístico.

Além da derivação e da composição, também, são registrados na formação neológica da língua portuguesa outros mecanismos lexicais menos gerais na formação e/ou criação de novos vocábulos. Embora menos importantes, também contribuem para a ampliação e/ou renovação do léxico português.

A acrossemia é um desses processos de formação vocabular menos gerais e bastante frequente na formação de palavras novas na linguagem jornalística escrita.

Essa produtividade lexical, nesse gênero de linguagem, é previsível, uma vez que o citado mecanismo linguístico consiste em um processo moderno e generalizado na imprensa periódica. Podemos relacionar a grande fecundidade lexical da acrossemia ao dinamismo da linguagem jornalística que exige o máximo de informações com um número mínimo de palavras. Dessa forma, motivando o uso de formações acrossêmicas como as siglas e os

acrônimos.

Atualmente, as instituições são menos conhecidas por suas denominações completas do que pelas siglas e/ou pelos acrônimos correspondentes, em virtude da não-necessidade do usuário da língua de reconhecer, em muitos casos, a forma plena subjacente à forma acrográfica. Essas formas lexicais, uma vez criadas e vulgarizadas, passam a ser reconhecidas como palavras primitivas, inclusive formando derivados.

Além da acrossemia, podemos detectar a formação lexical por redobro, esse mecanismo apresenta uma produtividade regular na mídia escrita. Trata-se de um procedimento de formação neológica que se caracteriza pela exploração do efeito semântico-visual decorrente da repetição lexical, com a finalidade de acentuar o aspecto durativo do citado processo de formação neológica.

Os neologismos formados por redobro podem apresentar uma repetição parcial ou total. O surgimento dessas novas unidades a partir da repetição total (ou reduplicação) de bases é mais fecundo lexicalmente do que por meio da repetição parcial.

O usuário da língua ao criar um neologismo tem, muitas vezes, plena consciência de que está inovando, neologismando, criando e/ou formando novas unidades lexicais, quer pelos processos autóctones, quer pelos processos não-autóctones. Essa sensação neológica é traduzida, nos textos jornalísticos, por processos visuais como as aspas, o tipo de letra, a presença ou ausência do hífen, entre outros, que visam realçar o resultado da criatividade lexical na modalidade de língua escrita.

Muitos dos neologismos cairão no esquecimento e não serão mais lembrados, enquanto outras formações lexicais, dentro de algum tempo, não mais serão percebidas como novas, devendo ser incorporadas ao léxico da Língua Portuguesa do Brasil. E, ainda, as renovações e/ou inovações da produtividade lexical do Português atual, variante usada no Brasil, devem ser entendidas apenas como uma amostra limitada do que esse tema pode proporcionar, se pesquisado mais amplamente. Essa limitação é, no entanto, imposta pela própria amplitude e largueza da temática do trabalho ora realizado.

O surgimento de novas unidades lexicais na língua está vinculado às inovações do mundo, isto é, a comunidade evolui, conseqüentemente evolui também seu sistema linguístico, já que ao léxico corresponde o nível linguístico mais diretamente ligado à realidade extralinguística pelas necessidades surgidas.

Referências bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo : Global, 2009.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo** : criação lexical. São Paulo : Ática, 1990.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 33. ed. São Paulo : Sairava, 1985.

BASILIO, Margarida. **Teoria lexical**. 8. ed. São Paulo : Ática, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro : Nova

Fronteira/ Lucerda, 2009.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estrutura mental do léxico. In: **Estudos de filosofia e linguística**. São Paulo : T. A. Queiroz / Universidade de São Paulo, 1981, p. 131-45.

BUENO, Francisco da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 7. ed. São Paulo : Saraiva, 1968.

CARVALHO, Nelly. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa**. São Paulo : Cortez, 2009.

_____. **Linguagem jornalística: aspectos inovadores**. Recife : Secretaria de Educação de Pernambuco - Associação de Imprensa de Pernambuco, 1983.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro : LEXIKON, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba : Positivo, 2009.

FREITAS, Horácio Rolim de. **Princípios de morfologia**. 5. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro : Lucena, 2007.

ISQUERDO, Aparecida Negri.; KRIEGER, Maria da Graça. (orgs). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. II Campo Grande : EDUFMS, 2004.

_____.; OLIVEIRA, Ana Maria P. Pires. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande : EDUFMS, 1998.

KATAMBA, Francis. **Morphology**. Houndmills : The Macmillan Press, 1993.

LIMA, Rocha, **Gramática normativa da língua portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro : J. Olympio, 2000.

MATORÉ, G . **La méthode en lexicologie**. 2. ed. Paris : Didier, 1972.

MELO, P. A. G. de. Relevância do estudo do latim e sua Derivação Portuguesa na Formação do estudante dos cursos de Letras Clássicas e Vernáculas. In: SILVA, Eliane Bezerra da; MELLO, Janaina Cardoso de (org). **Literatura, História e Linguagens: Diálogos possíveis**. João Pessoa: EDUFPB, 2008. pp. 29-37.

_____; BRITO, Bartolomeu Melo. A incompreensão da acrossemia como fator condicionante à inadequação conceitual e à imprecisão terminológica nas aulas de português na educação básica. In: SILVA, Eliane Bezerra da; MELLO, Janaina Cardoso de (org). **Diversidade cultural: Universidade e etnias negra e indígena em Alagoas possíveis**. João Pessoa: EDUFPB / UNEAL, 2009. pp. 29-37.

MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo : Saraiva, 1996.

NUNES, José Horta. IN: GUIMARÃES, Eduardo (org). **A Palavra e a Frase**. Campinas, SP, Pontes Editores: 2006.

SILVA, José Pereira da. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro : Edição do Autor, 2010.



BLOGS DE COMENTÁRIOS POLÍTICOS: ALGUMAS NOTAS SOBRE ETHOS SEMIOTIZADO¹

Roberto Leiser Baronas²

*Em política o que te dizem nunca é tão importante quanto o que você
ouve [e vê] sem querer.
Millor Fernandes*

Resumo: No Brasil, há no campo da lingüística e no da comunicação, nos mais variados domínios, diversos estudos que se debruçam sobre o hipergênero blog. Todavia, até o presente momento, o uso do *blog* na política ainda não foi sistematicamente estudado, sobretudo no domínio dos estudos do discurso. Neste artigo, tomamos como objeto de estudo *blogs* de comentários políticos. Trabalharemos mais especificamente com o Blog do Fernando Rodrigues e o Blog do Josias de Souza, dados a circular no site do UOL. Para dar conta do objeto eleito, nos apoiaremos em Dominique Maingueneau (2006 e 2010). Nosso objetivo central é descrever/interpretar como na enunciação desses blogs emergem determinadas imagens dos locutores, engendradas não só na relação entre o dito e o mostrado, mas, sobretudo na relação entre esses últimos e o *ethos semiotizado*.

Palavras-chave: Discurso, lingüística, política, mídia e blog.

Abstract: In Brazil, there are in the linguistics and communication fields, in various domains, several studies that focus on the hyper gender blog. However, until now, the use of the blog in politics has not been systematically studied yet, especially in the field of discourse studies. In this article, we take as an object of study blogs from political commentary. We will work more specifically with Fernando Rodrigues's blog and Josias de Souza's blog, which were circulating on UOL website. To handle our elected object, we will support us in Dominique Maingueneau (2006 and 2010). Our main objective is to describe/interpret how in the enunciation of these blogs emerge some images of the speakers, engendered not only in the relationship between the said and shown, but especially in the relationship of these and the *ethos semiotized*.

Keywords: Discourse, linguistics, politics, media and blog.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi objeto de comunicação durante o Colóquio Cenas da Enunciação II, realizado pelo Centro de Estudos FEsTA no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP no período de 16 a 18 de novembro de 2010.

² (DL-PPGL-UFSCar-CNPq)

Primeiras palavras

Com a difusão em massa da Internet no Ocidente em meados dos anos oitenta do século passado, o uso de suas mais diversas ferramentas tem possibilitado um aumento da participação popular em diferentes setores da sociedade. No caso da política, o uso da ferramenta *blog* tem propiciado em diversos países do mundo, sobretudo, nos Estados Unidos, país tradicionalmente com pouca afeição popular pelos sufrágios eleitorais, por conta mesmo de sua complexidade, longa duração e, algumas vezes, pouca confiabilidade no processo de apuração dos votos, uma participação cada vez maior da população nas eleições norte-americanas. Em razão desse aumento de participação, rapidamente os partidos políticos americanos e também os candidatos a cargos eletivos deste país passaram a fazer uso dos *blogs*, como uma das ferramentas para arrecadar fundos para suas campanhas e também para textualizar suas plataformas de trabalho. Estudos como o de Serfaty (2004 e 2006) têm evidenciado que nos Estados Unidos o uso de *blogs* tem mudado substancialmente a prática dos atores políticos quer sejam eles candidatos, eleitores, militantes ou comentaristas.

No Brasil, há no campo da lingüística e no da comunicação, nos mais variados domínios, diversos estudos que se debruçam sobre os *blogs*³. Todavia, até o presente momento, o uso do *blog* na política ainda não foi sistematicamente estudado, sobretudo no domínio dos estudos do discurso. Neste artigo, tomamos como objeto de estudo *blogs* de comentários políticos. Trabalharemos mais especificamente com o Blog do Fernando Rodrigues (<http://uolpolitica.blog.uol.com.br/>) e o Blog do Josias de Souza (<http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/>), dados a circular no site do *Universo On Line* – UOL. A eleição dos *blogs*, Blog do Josias de Souza e o Blog do Fernando Rodrigues, hospedados no site do *Universo On Line* – UOL, como objeto de estudo se deve ao fato de que estes dois *blogs* são os que possuíram o maior número de acessos durante os dez primeiros meses de 2010.

Para dar conta do objeto, nos apoiaremos em Dominique Maingueneau (2006 e 2010) com o objetivo de descrever como num mesmo processo discursivo emergem determinadas instâncias subjetivas, imagens dos locutores na enunciação dos *blogs* e se configuram também universos de sentido que correspondem a essas instâncias subjetivas.

Ao tomar os *blogs* como objeto de estudo, cremos poder fazer avançar não só os

3 Referimo-nos aqui aos estudos brasileiros de KOMESU, Fabiana Cristina. Entre o público e o privado: um jogo enunciativo na constituição do escrevente de *blogs* na Internet. Campinas: UNICAMP, 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005; LOBO, Luiza. Segredos públicos: os *blogs* de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2007; MAGNABOSCO, Gislaine Gracia; ROMUALDO, Edson Carlos. Blog Papo de Amiga – Suporte ou Gênero Textual? In: Seminário do CELLIP – Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná, XIX, 2009, Cascavel, PR, 2009; MARCUSCHI, Luiz Antônio. A questão do suporte nos gêneros textuais; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antônio C. (orgs). Hipertexto e gêneros digitais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. MARSHALL, Débora. Pesquisadores da linguagem no ciberespaço: um estudo sobre o gênero homepage pessoal. Santa Maria: UFMS, 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: RS, 2005; OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho. Diários públicos, mundos privados. Diário íntimo como gênero discursivo e suas transformações contemporâneas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea), Universidade Federal da Bahia, Salvador: BH, 2002; PEREIRA, Ana Cláudia Barreira Gomes. Blog, mais um gênero do discurso digital? In: SIGET – Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 4., 2007, Santa Catarina. Anais..., Santa Catarina, 2007; PRIMO, Alex. Os *blogs* não são diários online: matriz para a tipificação da blogosfera. In: Revista Famecos, Porto Alegre, n.36, 2008; PRIMO, Alex e SMANIOTTO, Ana Maria Reczek. *Blogs* como espaços de conversação: interações conversacionais na comunidade de *blogs* insanus; SCHITTINE, Denise. Blog: comunicação e escrita íntima na internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; SOUZA, Aguinaldo Gomes. Gêneros virtuais – algumas observações. In: Revista Letra Magna – Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 04, n.07, 2007.

estudos que se debruçam sobre ferramentas tecnológicas que possuem uma presença muito forte na nossa sociedade, mas também pensamos ser possível compreender de uma maneira um pouco mais acurada, o papel que tal ferramenta tem na construção de determinadas interpretações políticas na nossa sociedade. Ademais, acreditamos que o estudo proposto possa também fazer progredir, mesmo que minimamente, as discussões sobre a questão dos gêneros e hipergêneros discursivos ligados à Internet.

Um pouco de teoria

O vocábulo *blog* é uma criação bastante recente⁴. Trata-se de um termo criado a partir do neologismo *blogosfera* que faz referência não só aos textos publicados nesse suporte, mas também aos diversos *links* e hipertextos que dão acesso a outros *blogs*. Os *blogs* têm como uma de suas características mais marcantes a facilidade no acesso. Eles permitem que qualquer pessoa com um mínimo de trânsito em informática possa postar textos, imagens, fotografias, comentários sobre si mesmo, etc. Outra característica marcante do *blog* é o fato de que ele é bastante interativo, isto é, sua configuração permite que os leitores comentem quase que simultaneamente o que foi postado pelo autor. O *blog* também possibilita que se verifique o grau de circulação do que foi postado, isto é, se determinado assunto foi bastante acessado ou não. Ademais, é possível dizer que o *blog* inverte a cronologia das postagens, pois permite que os leitores tenham acesso às últimas postagens primeiro e as primeiras são automaticamente arquivadas. No tocante aos aspectos linguístico-enunciativos, o *blog* por lado coloca em circulação um conjunto de neologismos tais como *blogar*, *tuitar*, *post*, *postar*, *clicar*, *permalink*, *browser* etc e, por outro, reproduz um modelo de enunciação que tende a se transformar em norma padrão na Internet que é a escrita oralizada, construída num tom bastante informal.

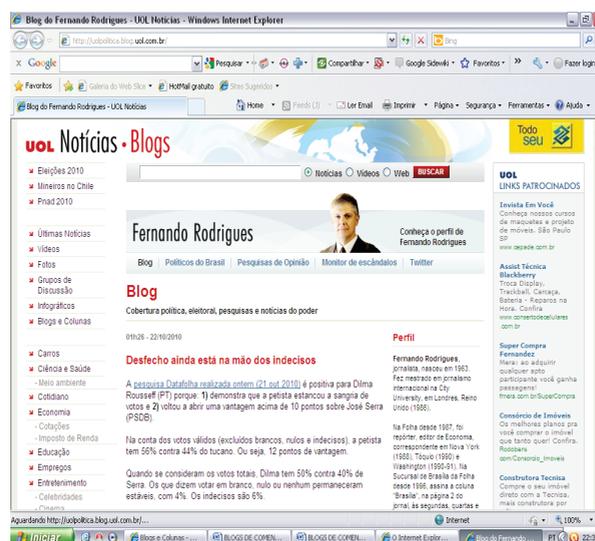
Os *blogs* de comentários políticos por sua vez, sobretudo os que elegemos como objetos de análise, se organizam de uma forma bastante diferente dos *blogs* pessoais. Os *blogs* de comentário têm uma arquitetura que se assemelha muito ao de um *site*, isto é, um leiaute com diversas seções que dão acesso aos mais variados tipos de texto e de *links*. Os aspectos linguístico-enunciativos também são distintos dos *blogs* pessoais. Nestes últimos mobiliza-se uma escrita oralizada, num tom “apresentação de si”, já nos primeiros, prima-se ora por uma escrita muito próxima da escrita jornalística ora por uma escrita *quase-literária*.

A autoria dos *blogs* individuais também é bem diferente dos *blogs* de comentários políticos. Nos primeiros, tem-se geralmente como autor um indivíduo que não tem formação em jornalismo, já nos segundos, seus autores são quase que majoritariamente jornalistas. Aliás, na grande maioria das vezes, trata-se de jornalistas que trabalham também em outros suportes tais como jornais impressos, *on line*, revistas, etc.

⁴ Para uma história bastante detalhada desta palavra, ver V. Serfaty, 2004, *The Mirror and the Veil: An Overview of American Online Diaries and Blogs*, Amsterdam, New York, Rodopi, p. 19-22.

Análise descritiva/discursiva dos blogs

Os *blogs* eleitos para a análise estão hospedados no site do UOL na seção UOL – Notícias, Blogs e Colunas. Nesse *link* estão hospedados ao todo 22 *blogs*. Todavia, desse total somente 05 tratam diretamente de política. Os outros 17 transitam pelos mais diversos assuntos tais como economia, esporte, ciência, tecnologia, cotidiano, etc. Os dois *blogs* têm como autores jornalistas da *Folha de S. Paulo*. No “sumário” de *blogs*, ao lado dos *links* de acesso estão as fotos dos autores, bem como o nome do *blog*, a chamada do assunto sobre o qual o *blog* transita e também outra chamada, indicada por uma pequena seta que vem depois da expressão “Último post”, trazendo o texto mais recente dado a circular pelo autor. Acompanha a chamada do último *post* a data em que o mesmo foi publicado. Os *blogs* podem ser acessados tanto pela fotografia dos seus autores quanto pelo nome e pelas chamadas. Todos esses *links* enviam o leitor diretamente aos *blogs*. Vejamos a seguir como se estruturam as páginas iniciais dos dois *blogs*.



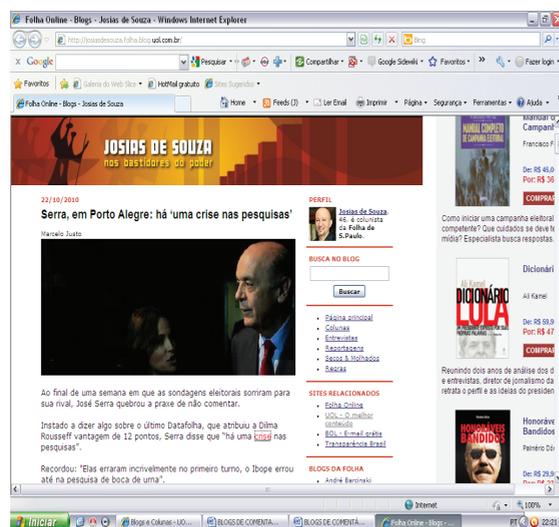
O Blog do Fernando Rodrigues (imagem acima) tem uma estrutura um pouco diferente da do Josias de Souza (imagem abaixo). No primeiro, no alto da página, ao lado do nome do autor aparece a sua foto, seguida do enunciado “Conheça o Perfil de Fernando Rodrigues” e logo abaixo em sentido horizontal, aparecem grafadas em azul as diferentes seções que o compõem: Blog; Políticos do Brasil; Pesquisas de Opinião, Monitor de Escândalos e *Twitter*. Não é possível identificar em que local a fotografia do rosto de Fernando Rodrigues foi tirada. A fotografia evidencia que o autor está vestido de terno e gravata.

Na sequência da página, logo abaixo das seções aparece o termo Blog (grafado em vermelho) e logo abaixo se repete a chamada que aparece no sumário dos *blogs*: “Cobertura política, eleitoral, pesquisas e poder”. Depois, aparecem o horário e o dia em que o texto do jornalista foi postado. Na sequência, com o título grafado em vermelho, aparece o *post*.

Depois do texto, aparecem a pergunta “Quer seguir o blog no *twitter*?” e um *link* de

acesso ao *twitter* do jornalista. Ao rolar a página é possível ter acesso a outros *posts* do autor. Ao lado do último *post*, aparece o termo “Perfil” e logo abaixo uma série de informações curriculares sobre o autor. Na sequência destas informações curriculares, estão os *links*: Regras de uso; Busca; Categorias e Histórico. A partir deste último *link* é possível acessar os textos que foram publicados desde a data de entrada em circulação do *blog* em 2005. Todos os *post* estão dispostos ao longo do período de uma semana.

Os *posts* do Blog do Fernando Rodrigues são textos bastante curtos com um número de palavras que varia entre 200 e 300. Seus parágrafos dificilmente ultrapassam a 3 linhas. O autor quase não mobiliza fotografias em seus *posts*. Esses textos quando fazem referência a uma informação publicada em outro veículo, possuem um *link* que os remete diretamente à fonte citada. Outra singularidade desses *posts* é o fato de que o nome do autor aparece somente no final do texto e não no início como costumeiramente acontece em outros gêneros. Tais textos parecem se constituir numa espécie de resumo das principais informações que foram publicadas na grande imprensa, acrescido de uma opinião pessoal do autor.



O *blog* do Josias de Souza apresenta uma arquitetura distinta da do Blog de Fernando Rodrigues. Enquanto no primeiro todas as seções estão dispostas na horizontal, no segundo, elas estão na vertical. O nome do *blog* do Josias também está disposto de forma diferente do *blog* do Fernando Rodrigues. Neste último, aparece uma espécie de “fachada” com o nome Fernando Rodrigues e uma fotografia do seu rosto. No primeiro, o nome Josias de Souza aparece em letras brancas no interior de uma imagem que representa a Esplanada dos Ministérios em Brasília. Abaixo do nome está escrito, “Nos bastidores do poder”. A fotografia do rosto do jornalista aparece do lado esquerdo dos *posts*, logo abaixo da palavra Perfil. É possível perceber que a fotografia foi tirada em uma biblioteca e o jornalista está vestido com terno, porém sem gravata. Do lado direito da fotografia está escrito, “Josias de Souza, 46, é colunista da Folha de S. Paulo”. Ao clicar em Josias de Souza é possível ter acesso ao seu currículo resumido, bem como ao seu *email*. Os *posts* publicados por Josias são bem mais longos que os publicados por Fernando Rodrigues. Se os primeiros têm

entre 200 e 300 palavras os últimos possuem em média 900 palavras. Abaixo dos posts do Josias está escrito “Siga o blog no twitter” e também “Escrito por Josias de Souza” e a hora da publicação. A seguir, é possível observar 4 links: “Comentários | Enviar por email | Entrevistas | Permalink⁵”. Este último remete o leitor ao último post do autor.

Ao rolar um pouco mais a página para baixo é possível observar a mensagem “As manchetes desta quinta”, referindo-se às mensagens de capa do dia publicadas nos principais jornais brasileiros. Na seqüência há vários links, a partir dos quais é possível acessar as manchetes dos jornais: Globo; Folha, Estadão; JB; Correio; Valor; Estado de Minas; Jornal do Comércio e Zero Hora. Depois desses links, está escrito: “Leia os destaques de capa de alguns dos principais jornais do país”, na seqüência, “Siga o blog no twitter”; “Escrito por Josias de Souza às [] horas” e novamente os links “Comentários | Enviar por e-mail | Permalink”.

Outra diferença em relação ao Blog do Fernando Rodrigues é o fato de que o Blog do Josias traz antes dos posts algumas charges que foram publicadas em outros suportes, em jornais por exemplo. Além disso, o Blog do Josias traz alguns posts em forma de entrevistas. Essas entrevistas são realizadas geralmente com os mais variados atores políticos brasileiros: ministros, senadores, deputados, etc. Junto às entrevistas estão as fotografias dos entrevistados. Essas fotografias geralmente são do rosto dos entrevistados.

É possível observar também que alguns posts trazem reproduções de obras artísticas como é o caso de “Descida da Cruz” - *The Descent from the Cross* -, um óleo sobre tela do alemão Max Beckmann, pintado em 1917, colocada logo abaixo do título do texto “Um desfecho a Dirceu”, publicado em 30 de outubro de 2005.

Do lado direito do Blog do Josias, logo abaixo do link “Perfil”, dispostos um abaixo do outro e grafados em vermelho, é possível acessar os links: “Busca no Blog”; “Sites Relacionados”; “Blogs da Folha”: “Folha Online em Cima da Hora”; “Arquivo”, “XLM” e “Leia este Blog no Celular”. No link “Arquivo” é possível acessar todos os posts que já foram publicados no blog, desde 01 de outubro de 2005. Os posts estão organizados em um período de 30 dias.

Sobre o ethos no Blog do Fernando Rodrigues

Dominique Maingueneau com base no mirante da Análise do Discurso de orientação francesa reconfigura a noção de ethos, pensando-a não mais como uma escolha consciente do Locutor tal qual acredita Ducrot, mas em termos de um processo enunciativo em que determinados sujeitos são levados a se inscrever em uma determinada posição discursiva. Para o linguista francês “A noção de ethos possui um laço crucial com a reflexividade enunciativa e, também permite articular corpo e discurso”.

Enquanto Ducrot acredita que o ethos está associado ao Locutor enquanto tal - L - pertencendo à esfera do mostrar, Maingueneau entende que o sujeito se constitui numa

⁵ Segundo os autores Primo e Smanioto (2010) *permalink* se constitui num recurso que permite que cada post de um blog tenha seu próprio link, que aponta diretamente para ele (e não para a página principal do blog) apresentando-o no topo da janela do browser.

instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso. Ou seja, um lugar sócio-histórico materializado em discurso. Instância essa que não pode ser concebida como uma simples perspectiva enunciativa, na qual o sujeito conscientemente se desloca e passa a falar de diferentes posições enunciativas, mas como uma “voz”, associada a um “corpo enunciante” historicamente determinado.

Maingueneau afirma que qualquer texto, independentemente de ser escrito ou oral “tem uma “vocalidade” específica que permite relacioná-la a uma caracterização do corpo do enunciador, a um “fiador” que por meio de seu “tom”, atesta o que é dito”. É esse fiador que garantirá que a enunciação da instância subjetiva seja aceitável ou recusável. Há para o teórico do discurso francês “um mundo ético do qual o fiador é parte prenante e ao qual ele dá acesso. É por meio de sua própria enunciação que um discurso, apoiando-se em estereótipos culturais, deve encarnar o que prescreve”.

Em recente estudo sobre as instâncias subjetivas que se manifestam em anúncios redigidos por postulantes nos sites de relacionamento da internet, Maingueneau (2010a) afirma que a singularidade desse tipo de anúncio “é que o locutor deve valorizar um produto que é ele mesmo (...) o locutor como suporte da enunciação, o “locutor-L”, deve promover as qualidades do “locutor-Lambda”, ou seja, do ser no mundo apreendido fora da enunciação, de modo a provocar o interesse de um potencial parceiro. Através de sua maneira de dizer, ele pode mostrar sua personalidade com os traços que supõe serem os mais favoráveis aos seus interesses”. Em termos mais discursivos é possível descrever segundo Maingueneau quatro tipos de planos de *ethos* nesses anúncios:

Através do *pseudônimo* que cada anunciante deve adotar (“Gatinha”, “Bill”, “Sonhador”, “Doçura”, “Zorro”, “White French Man”...). Encontramos aqui as restrições que se impõem a marcas comerciais e autores de literatura. O pseudônimo contribui fortemente para a construção do *ethos* discursivo. Ele influi tanto na produção quanto na leitura: esperamos do anunciante que enuncie em função do pseudônimo escolhido: “Carinho” cabe mal a um *ethos* agressivo, “Amigo” perfila um *ethos* masculino terno e protetor. O leitor correlaciona, assim, espontaneamente, o *ethos* ativado pelo pseudônimo e o *ethos* ativado pelo texto.

Como *ethos dito*: o anunciante pode, de fato, dar informações sobre si mesmo que contribuirão para ativar certo *ethos* não-discursivo, que o leitor confrontará com o *ethos* discursivo. Podemos encontrar aí dois tipos de informação: de ordem social (residência, estado civil, profissão...) e, o que é mais frequente, de ordem psicológica (personalidade, gostos...) que relevam mais diretamente do *ethos*: “Sou uma mulher atenciosa e paciente”, “adoro a solidão”, “meus amigos me acham teimoso”... No entanto, a distinção entre esses dois tipos de informação, sociais e psicológicas, é frágil, na medida em que as informações mais factuais tendem a desembocar no psicológico: é o que ocorre com o porte físico, a cor dos cabelos, a profissão... que implicam estereótipos nos mundos éticos ou comportamentos e traços de caráter indissociáveis. Em particular, as indicações em matéria de gosto (“adoro a música de Brahms”, “gosto de fazer trilha”, “costumo ir a museus”...) são propícios para ativar mundos éticos.

Como *ethos* propriamente discursivo, *mostrado*, é construído pelo destinatário a partir de índices que são dados pela enunciação: escolhas de ordem lexical, complexidade da sintaxe, ritmo das frases, jogo de planos enunciativos (parênteses, ironia, paródias...), etc., mas também qualidade ortográfica ou riqueza e natureza cultural (uma alusão a tal pintor italiano da Renascença, a tal escritor contemporâneo, ao rock ou ao rap...).

Como *ethos* construído a partir da ou das fotos do anunciante. Convergentes ou não com o *ethos* discursivo, essas fotos inevitavelmente levam o destinatário a construir um *ethos*. Sua presença não é obrigatória, mas o site incentiva fortemente seus clientes a usarem esse espaço, argumentando que os anúncios que não são acompanhados de fotos têm menor probabilidade de despertar interesse num eventual parceiro.

No *blog* de comentário político do Fernando Rodrigues não se trata como no anúncio de *site* de relacionamentos de mostrar por meio da maneira de dizer a personalidade do locutor com “os traços que supõe serem os mais favoráveis aos interesses dos destinatários”, mas de mostrar que os *posts* que dá a circular são passíveis de crédito. Se nos anúncios de *site* de relacionamento “o locutor deve valorizar um produto que é ele mesmo”, no *blog* de comentário político, o locutor deve valorizar o seu *post*, torná-lo o mais crível possível para o leitor.

Discursivamente, no *blog* do Fernando Rodrigues é possível perceber três planos distintos de *ethos*: *dito*, *mostrado* e *semiotizado*⁶. Todavia são planos diferentes dos apontados por Maingueneau em anúncios de *sites* de relacionamento. As diferenças de planos se devem ao fato de que são instâncias subjetivas que emergem de locutores que estão inscritos em gêneros discursivos distintos.

a) Como *ethos* dito, o autor por intermédio do seu Perfil fornece aos seus leitores informações sobre si mesmo que contribuem para ativar certo *ethos* não-discursivo, que o leitor confrontará com o *ethos* discursivo. Encontra-se aí um único tipo de informação: de ordem social (percurso profissional do jornalista). Vejamos a seguir o Perfil do jornalista:

Fernando Rodrigues, jornalista, nasceu em 1963. Fez mestrado em jornalismo internacional na City University, em Londres, Reino Unido (1986). Na Folha desde 1987, foi repórter, editor de Economia, correspondente em Nova York (1988), Tóquio (1990) e Washington (1990-91). Na Sucursal de Brasília da Folha desde 1996, assina a coluna “Brasília”, na página 2 do jornal, às segundas, quartas e sábados. Mantém uma página de política no UOL desde o ano 2000 com informações estatísticas e analíticas sobre eleições, pesquisas de opinião e partidos políticos. Em 2007/08 recebeu uma fellowship da Fundação Nieman, na universidade Harvard (Cambridge, MA, nos Estados Unidos).

Esse tipo de informação sobre o percurso profissional do locutor leva o leitor a construir a imagem de um sujeito que está legitimado a veicular as informações políticas que dá a circular em seu *blog*, portanto que seus *posts* são dignos de credibilidade;

⁶ Entendemos, diferentemente de Maingueneau, que o *ethos* semiotizado se constitui não apenas a partir do uso de fotografias por parte dos locutores, mas também pelo uso dos mais diversos recursos semióticos em seus *posts*; blogs e links com os quais dialoga.

Como *ethos mostrado* o autor por intermédio de seus *posts* fornece ao seu leitor alguns índices que ajudam o destinatário a construir determinadas imagens do autor. Os *posts* de Fernando Rodrigues têm em média 200 palavras. Trata-se de textos bastante concisos e objetivos com pouquíssima adjetivação e frases que não ultrapassam a quatro linhas e que resenham a(s) principal(is) notícia(s) veiculada(s) ou que ainda serão veiculadas por outros suportes midiáticos, sobretudo, por jornais impressos, *on line* e canais de TV. Vejamos a seguir um texto postado no blog em 05/11/2010 às 11:03 h.

Oposição e governo devem exercer seus papéis, diz Lula
presidente fará pronunciamento em rede nacional sobre a última eleição
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva gravou um pronunciamento que será transmitido hoje à noite, às 20h, em cadeia nacional de rádio e de TV. A fala dura aproximadamente 4 minutos e meio.

Lula faz uma prestação de contas sobre o processo eleitoral deste ano, num tom de celebração da democracia. Dirá que o Brasil deu uma “aula de democracia” ao mundo. E, principalmente, que passado o calor da campanha eleitoral, agora oposição e governo terão de exercer seus papéis para contribuir com o país.

Ao mencionar e dar relevância ao papel que a oposição tem numa democracia, Lula tentará reduzir o clima envenenado que dominou as relações pós-eleitorais entre governistas e partidos anti-Dilma Rousseff.

Esse pronunciamento, gravado hoje cedo, não será o último que Lula fará para se despedir dos brasileiros. Haverá algo bem mais formal no final do ano.

Por meio desses textos curtos com léxico e sintaxe bastante simples, que ora resenham o que já foi dito e ora antecipam o que ainda vai ser dito em outros suportes midiáticos, o locutor leva o leitor a construir a imagem de um sujeito bem informado e objetivo, isto é, um *sujeito antenado* que não se posiciona em relação ao que veicula;

a) Como *ethos semiotizado* construído a partir da fotografia do locutor e de outros recursos semióticos mobilizados no *blog*. A fotografia do locutor está tanto no sumário dos *blogs*, na seção UOL – Notícias, Blogs e Colunas, quanto na página principal do *blog*. Trata-se de uma fotografia que mostra o rosto e parte do corpo do locutor. É possível perceber um tom sereno no seu rosto e também que o locutor está vestido de terno e gravata, mostrando a sua formalidade. Vejamos a fotografia presente no *blog*.



A fotografia leva o leitor a reiterar o *ethos* do locutor construído nos dois outros planos, qual seja a de um *sujeito antenado*, competente, objetivo que veicula em seu *blog* informações políticas isentas, portanto dignas de total credibilidade.

Sobre o *ethos* no Blog do Josias de Souza

Como no Blog de Fernando Rodrigues, no de Josias de Souza é possível perceber três planos distintos de *ethos*: *dito*, *mostrado* e *semiotizado*.

Como *ethos* dito, o locutor por intermédio de seu Perfil indica aos seus leitores informações sobre si mesmo que contribuem para ativar certo *ethos* não-discursivo, que o leitor confrontará com o *ethos* discursivo. Encontra-se aí um único tipo de informação: de ordem social (idade e filiação institucional do jornalista). Essa informação diferentemente do Blog de Fernando Rodrigues é dada de forma bastante sucinta. Vejamos a seguir o Perfil do jornalista: “Josias de Souza, 46, é colunista da Folha de S. Paulo”. Todavia, se o leitor clicar sobre o nome Josias de Souza será remetido a um conjunto de informações mais detalhadas sobre o percurso profissional do locutor. Por exemplo, que “Em 2001, ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo (Regional Sudeste) com a série de reportagens batizada de “Os Papéis Secretos do Exército”.

Esse tipo de informação leva o leitor a construir um *ethos* do locutor um pouco diferente do Blog do Fernando Rodrigues. Neste último, o leitor é levado, a partir da descrição do percurso profissional do locutor, a construir a imagem de um sujeito que está legitimado a veicular as informações políticas que dá a circular em seu *blog*, portanto que seus *posts* são dignos de credibilidade. No primeiro, é a filiação institucional do locutor à *Folha de S. Paulo* é que leva o leitor a dar credibilidade aos *posts* do locutor. O locutor se ancora institucionalmente para dar credibilidade aos seus *posts*.

Como *ethos* *mostrado* o autor por intermédio de seus *posts* fornece ao seu leitor algumas pistas que ajudam o destinatário a construir determinadas imagens do autor. Os *posts* de Josias de Souza têm em média 800 palavras e geralmente vêm acompanhados por uma fotografia. O locutor, apesar de mobilizar frases bastante curtas em seus textos, geralmente, elas não passam de duas linhas, se utiliza de um léxico rebuscado. Por exemplo, “Dilma Rousseff trocou a *azáfama* de uma Brasília mergulhada em especulações sobre o ministério pela tranquilidade de uma praia”. O texto também é rico em adjetivações: “Com 1.200 m², o imóvel está assentado no alto de um morro. Em volta, mata nativa. Defronte, uma *generosa* vista do mar que banha a praia de Patizeiro”. O locutor, diferentemente do Blog do Fernando Rodrigues, deixa bastante explícita a sua opinião em seus *posts*: “Quando voltar a Brasília, mergulhará no oceano de exigências partidárias. Demandas que dão ao seu futuro governo uma incômoda aparência de Arca de Noé”.

Vejamos a seguir um texto, do qual extraímos os exemplos acima, postado no *blog* em 05/11/2010 às 08:01 h.

Dilma é vista na casa de empresário em praia baiana

Tuca Reinés/Casa Vogue



Na última quarta (3), Dilma Rousseff trocou a azáfama de uma Brasília mergulhada em especulações sobre o ministério pela tranquilidade de uma praia.

Decolou em jatinho particular sem informar para onde iria. Deve-se aos repórteres Ana Flor, Matheus Magenta e Jorge Araújo a descoberta do paradeiro de Dilma.

Em notícia veiculada na Folha, a trinca informa que a presidente eleita foi vista numa luxuosa casa de Itacaré, na Bahia.

Com 1.200 m², o imóvel está assentado no alto de um morro. Em volta, mata nativa. Defronte, uma generosa vista do mar que banha a praia de Patizeiro.

A casa pertence a um empresário paulista pouco conhecido: João Paiva. Projetou-a o arquiteto Claudio Bernardes (1949-2001).

Em dezembro de 2007, o “paraíso tropical” do empresário foi capa da revista “Casa Vogue”. Aqui, o texto.

Deve-se ao ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos a organização do repouso de Dilma.

Descobriu-se, de resto, que há reservas em nome de Dilma e da filha dela, Paula, numa badalada hospedaria de Itacaré, Txai Resort. Coisa fina.

A trégua de Dilma se estende até este domingo (7). No início da semana, de volta à faina, ela embarcará para Seul. Com Lula, debaterá a guerra cambial, no G-20.

Quando voltar a Brasília, mergulhará no oceano de exigências partidárias. Demandas que dão ao seu futuro governo uma incômoda aparência de Arca de Noé.

Outra característica do *ethos mostrado* do locutor é que em alguns de seus posts ele faz alusão a fragmentos de textos literários: “Agora”, diria o infante, “Inês é morta”. Com base nesses textos mais longos do que os do Blog do Fernando Rodrigues com um léxico rebuscado, rico em adjetivações, aludindo muitas vezes a excertos literários ou a obras de arte famosas, mais marcado em termos de posicionamento ideológico, o locutor leva o destinatário a construir uma imagem de um sujeito erudito que pode se colocar na posição

de quem não apenas narra um determinado fato, mas tem legitimidade para emitir opiniões sobre esse fato.

a) Como *ethos semiotizado* construído a partir da fotografia do locutor e de outros recursos semióticos mobilizados no *blog*. Do mesmo modo que no Blog do Fernando Rodrigues, a fotografia do locutor está tanto no sumário dos *blogs*, na seção UOL – Notícias, Blogs e Colunas, quanto na página principal do *blog*. Trata-se de uma fotografia cujo fundo é uma biblioteca que mostra todo o rosto e uma pequena parte do corpo do locutor. É possível perceber um tom bastante alegre e jovial no seu rosto e também que o locutor está vestido de terno, todavia sem gravata, evidenciando certa quebra de formalidade. Vejamos a fotografia presente no *blog*.



A fotografia do rosto do locutor, tendo ao fundo uma biblioteca, reforça o *ethos* construído nos outros dois planos, qual seja o de um sujeito erudito que filiado a uma instituição como a *Folha de S. Paulo* tem total legitimidade para enunciar o que enuncia em seus *posts*. Todavia, como dissemos, o *ethos semiotizado* não se dá apenas pelo uso de fotografias, mas também pelo uso de outros recursos semióticos. Por exemplo, a mobilização em determinados *posts* de obras de arte de pintores internacionalmente consagrados, ou mesmo de anúncios de exposição dessas obras. É o caso, por exemplo, do texto “Um desfecho a Dirceu”, publicado em 30 de outubro de 2005, no qual o locutor mobiliza o quadro “Descida da Cruz” - *The Descent from the Cross* -, um óleo sobre tela do alemão Max Beckmann, pintado em 1917. Essa obra de arte é colocada logo abaixo do título do *post*.

Um desfecho à Dirceu



Em homenagem a José Dirceu (PT-SP), que classifica o seu infortúnio como uma “Paixão” particular, aí está “Descida da Cruz” (The Descent from the Cross), um óleo sobre tela do alemão Max Beckmann, pintado em 1917. A comparação com Dirceu termina na crucificação. No seu caso, a ressurreição, se vier, terá de esperar pelos oito anos de inelegibilidade. Como Dirceu, o expressionista Beckmann entende de pelejas. Serviu na Primeira Guerra Mundial. Depois, padeceu depressões e alucinações. Vêm daí as imagens brutais que impregnam toda a sua obra. Veja [AQUI](#) esta e outras 86 obras primas de uma exposição online estacionada no sítio do MoMA de Nova York.

Breves considerações finais...

Viviane Serfaty (2006) em sua análise sobre o papel dos blogs, sobretudo os de comentários políticos, nas eleições presidenciais americanas de 2004 nos diz o seguinte:

Les medias traditionnels et, notamment, la television, tendent vers l’euphemisation du conflit en raison, entre autres, de l’exigence de rentabilite vis-a-vis des annonceurs. Les blogs politiques, par contre, privilegient l’engagement personnel. Par la radicalite deliberee de leurs prises de position, ils reintegrent dans la sphere publique une dimension de conflictualite tres proche de celle du pamphlet. Les exemples d’Eschaton (atrios.blogspot.com), partisan des democrates, ou du republicain John Hinderaker (powerlineblog.com), demontrent une polarisation tres nette des positions respectives. Or, dès vues aussi tranchees ne trouvent guere de place dans les medias, sinon sous forme de tribunes libres, generalement attribuees a des personnalites connues ; si ces textes d’opinion provoquent des reactions de la part des lecteurs ou de l’audience, celles-ci sont soigneusement selectionnees et formatees. Les blogs politiques, par

contre, se construisent précisément sur leur vision partisane de l'actualité et sur les polémiques qu'ils instaurent et entretiennent dans une incessante confrontation idéologique.

Nossa breve análise sobre o *ethos* nos *blogs* do Fernando Rodrigues e o do Josias de Souza mostrou que embora os locutores levem seus leitores a construir imagens distintas de si, ambos possuem certa homogeneidade em termos de posicionamento ideológico, isto é, em seus *posts* não é possível perceber uma diferença acentuada em termos de posicionamento acerca dos temas que dão a circular. Contudo, é possível perceber no Blog do Josias de Souza um engajamento maior por parte do locutor. Nesse sentido, poderíamos dizer que enquanto o *blog* do Fernando Rodrigues se inscreve num modo de escritura que se assemelha ainda ao de outros suportes midiáticos mais tradicionais, tais como a televisão e a grande mídia impressa, ou seja, uma escrita que tende por conta mesmo da necessidade cada vez maior de acessos a *eufemizar* os conflitos, o *blog* do Josias de Souza se apresenta como uma espécie de *tribuna livre de orador único* em que dá a circular *posts* bastante polêmicos⁷. Essa característica do *blog* de Josias de Souza o aproxima dos *blogs* de comentários políticos americanos, cujo modo de escritura está, segundo Serfaty, muito próximo ao de um panfleto.

Um aspecto que também merece destaque na análise empreendida é o fato de que a língua é investida diferentemente nos dois *blogs*. Enquanto no Blog do Fernando Rodrigues a língua é mobilizada da forma mais objetiva possível, no Blog do Josias ela recebe um tratamento bastante apurado. Acredito que esses dois tratamentos diferentes dispensados à língua não tenham a ver com dar a acesso a uma determinada personalidade do locutor como é caso dos anúncios de *sites* de relacionamento, analisados por Maingueneau, mas com o fato mesmo de se tentar construir diferentes estratégias de legitimação do dizer, visto

⁷ Minha Casa, Minha Vida e a malversação da verdade. Um surto de dissimulação varre o programa Minha Casa, Minha Vida. No lançamento, em março de 2009, prometia-se a entrega de 1 milhão de casas até o final de 2010. Com o tempo, as casas foram sendo convertidas em promessas de papel. Em vez de moradias prontas, passou-se a falar de número de contratos. Em 30 de junho, a Caixa Econômica anunciou que o volume de contratos assinados era de 520,9 mil. Em 26 de agosto, o Ministério das Cidades elevou a conta para 604 mil. Em 10 de setembro, a Caixa alou em 630,9 mil contratos. No mês seguinte, 15 de outubro, a conta da pasta das Cidades já somava 732 mil. Neste final de semana, o ministro Márcio Fortes tonificou o número de contratações de moradias para alguma coisa "na faixa de 800 mil unidades". Empenhado em continuar ministro, Fortes repisou a meta de 2010: "Perseguimos o objetivo de fechar 1 milhão de residências contratadas". Antes, trombeteavam-se os números da Caixa. Agora, o ministro incluiu na conta "unidades" supostamente contratadas pelo Banco do Brasil. Fala também de casas que serão erguidas sobre os alicerces de "ações do próprio Ministério das Cidades". Acomoda a coisa toda num mesmo balaio: "Tudo isso faz parte do Minha Casa, Minha Vida." Para medir a taxa de embromação que separa os anúncios oficiais daquilo que realmente acontece é preciso responder: Afinal, quantas chaves foram às mãos de felizardos proprietários? O governo foge da resposta como os sem-teto da chuva. Em 13 de agosto, as repórteres Andréa Michael e Daniela Lima informaram que a Caixa omitia de suas divulgações propagandísticas os dados desfavoráveis. A instituição abstinha-se de informar a quantidades de casas efetivamente levantadas. Alegava não dispor do levantamento. Lorota. Os números existiam, mas só chegavam às mãos dos "parceiros do programa". No balanço de 30 de junho, manuseado pelas repórteres, anotou-se: Para a clientela mais pobre, de até três salários mínimos, haviam sido contratadas 240,569 mil casas. Desse total, apenas 1,2% chegara ao telhado. O número de chaves efetivamente entregues era ainda mais modesto: escassas 565 moradias. Ou 0,23% do contratado. No dia seguinte, 14 de agosto, inquiriu-se Dilma Rousseff sobre a miudeza dos números. Na resposta, ela preferiu tratar dos contratos, não das casas: "Estamos dando um show, porque tem mais de 500 mil [unidades] contratadas, quando se dizia que não conseguiríamos 200 mil". Quanto ao esconde-esconde das informações que tratam das casas prontas, Dilma escorregou: "Aí você pergunta para a Caixa. Não tenho a menor condição de responder. Se não mostrou, está errado..." "...A Caixa tem um dos melhores desempenhos dos últimos anos em matéria de habitação". Pelo cronograma oficial, depois de contratada, a casa demora entre um e dois anos para ficar pronta. Significa dizer que, cumprida a meta de 1 milhão de contratos, as últimas casas prometidas por Lula seriam entregues em 2012, segundo ano da gestão Dilma. Na propaganda eleitoral de 2010, Dilma adicionou ao já prometido um segundo andar de promessas. Disse que vai entregar mais 2 milhões de unidades. Falou de casas, não de contratos. Considerando-se o déficit habitacional do Brasil (5,6 milhões de moradias, numa conta de 2008), o flagelo merece o tratamento de prioridade. Natural que, em fase de campanha, a marquetagem açule os sonhos. Mas a malversação da verdade, quando é muita, costuma resultar em desculpa esfarrapada e frustração. Post publicado por Josias de Souza em 14/11/2010, às 20:04 h.

que, o que está em jogo nos *blogs* de comentários políticos é a credibilidade das informações políticas veiculadas nos *posts*.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ M. R., HALL Th. E., 2004, **Point, Click, Vote: The Future of Internet Voting**, Washington DC, The Brookings Institution Press, 204 p.
- ANDERSON D. M., CORNFIELD M. éd., 2003, **The Civic Web: Online Politics and Democratic Values**, Lanham, Rowman and Littlefield, 192 p.
- BIMBER B., DAVIS R., 2003, **Campaigning Online: the Internet in US Elections**, Oxford, Oxford University Press, 224 p.
- CORNFIELD M., 2004, **Politics Moves Online: Campaigning and the Internet**, New York, The Century Foundation Press, 120 p.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- DAVIS R, 1999, **The Web of Politics: The Internet's Impact on the American Political System**, Oxford, Oxford University Press, 224 p.
- **Politics Online: Blogs, Chatrooms and Discussion Groups in American Democracy**, Londres, Routledge, 2005, 176 p.
- FOUNTAIN J., 2001, **Building the Virtual State: Information Technology and Institutional Change**, Washington DC, The Brookings Institution Press, 256 p.
- GIMMLER A., 2001, « Deliberative democracy, the public sphere and the Internet», **Philosophy and Social Criticism**, n° 7 (27), 4, p. 21-39.
- HILL K. A., HUGHES J. E., 1998, **Cyberpolitics: Citizen Activism in the Age of the Internet**, Lanham, Rowman and Littlefield, 224 p.
- KAMARCK E., NYE J., 1999, **Democracy.com: Governance in a Networked World**, New York, Hollis Publishing, 221 p.
- NORRIS P., 2001, **Digital Divide? Civic Engagement, Information Poverty and the Internet Worldwide**, Cambridge, Cambridge University Press, 320 p.
- MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1989.
- _____. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- _____. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- _____. **Termos-Chave de Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- _____. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- _____. **O contexto da obra literária- Enunciação, escritor, sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- _____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

- _____. **Cenas da enunciação**. Curitiba, PR: Criar Edições, 2006.
- _____. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010a
- _____. **Aphorisations politiques, médias et circulation des énoncés**, 2010b. (no prelo para publicação).
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- PÉLISSIER N., 2002, « La plume dans la toile: l'identité des journalistes à l'épreuve des réseaux numériques », **Médiamorphoses**, n° 4, p. 45-51.
- PRIMO, Alex. Os blogs não são diários online: matriz para a tipificação da blogosfera. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.36, 2008, p.122-128.
- _____. SMANIOTTO, Ana Maria Reczek. **Blogs como espaços de conversação: interações conversacionais na comunidade de blogs insanus**. Disponível em: www6.ufrgs.br/limc/PDFs/conversação.pdf.
- REYNOLDS G. H., 2003, «Weblogs and journalism: back to the future?» **Nieman Reports**, n° 57 (3), p. 81-82.
- SERFATY V. éd., 2002, **L'Internet en politique, des États-Unis à l'Europe**, Strasbourg, Presses universitaires de Strasbourg, 423 p.
- 2002, « Forms and functions of conflict in online communities », **Cercles**, n° 5, p. 183-197, <http://www.cercles.com/n5/serfaty.pdf>. **Blogs politiques aux États-Unis**
- 2003, «La persuasion à l'heure d'Internet: quelques aspects de la cyberpropagande», *Vingtième siècle*, n° 80, octobre-décembre, p. 123-131.
- 2004, « Online diaries: towards a structural approach», **Journal of American Studies**, n° 38 (3), p. 457-471.
- 2004, **The Mirror and the Veil: An Overview of US Online Diaries and Blogs**, Amsterdam, New-York, Rodopi, 154 p.
- 2005, article « Internet », **Dictionnaire des élections européennes**, Y. Déloye éd., Paris, Economica, 2005, p. 396-399.
- SHANE P. M. éd., 2004, **Democracy Online: The Prospects for Political Renewal Through the Internet**, Londres, Routledge, 279 p.
- WARSCHAUER M., 2003, **Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide**, Cambridge, The MIT Press, 272 p.
- WEBSTER F., 2001, **Culture and Politics in the Information Age: A New Politics?** Londres, Routledge, 231 p.



UMA IMAGEM VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS: A FALHA DA LÍNGUA NO INFOGRÁFICO
IMPRESSO

Silvia Regina Nunes¹

Resumo: Observo uma reportagem da revista *Veja* e analiso um infográfico impresso para compreender os efeitos de sentido instaurados pela relação entre suas formas materiais, visual e verbal. Esta relação torna visível uma falha da linguagem dando visibilidade ao tropeço de sua imaginária instrumentalidade. A forma visual perturba a lógica e a completude de uma língua unitária, pois (re)afirmar a inequívocidade da forma visual (desenhos, fotografias, tabelas, etc.), põe em cena a incompletude da língua, já determinada por esta forma visual para se significar.

Palavras-chave: infográfico, discurso, língua, forma visual, forma verbal.

Abstract: I observe a report in *Veja* magazine and I analyze a printed infographic to understand the effects of senses produced by the relation between its material forms: visual and verbal. In this relation becomes apparent the claudication of language, as well as is visible the stumbling of its instrumentality. The visual form disturbs the logic and completeness of the language, for (re)assert the stability of the visual form (drawings, photographs, tables, etc), showing the incompleteness of language, already determined by this visual form to signify.

Key-words: infographic, discourse, language, visual form, verbal form.

Introdução

Neste texto, observo a formulação de um infográfico impresso e analiso os efeitos de sentido instaurados pela relação entre suas formas materiais, visual e verbal. Os pré-construídos do discurso jornalístico sustentam o funcionamento do infográfico. Mariani (2006, p. 34) salienta que o discurso jornalístico se produz embasado num pretensão domínio da referencialidade, porque se baseia em uma concepção de linguagem em que a língua funciona como instrumento de comunicação de informações. Desse processo decorrem os

¹ Doutoranda em Linguística - UNEMAT/UNICAMP/CAPES/FAPEMAT

efeitos de sentido de objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade das informações jornalísticas, efeitos de sentidos que observamos também no infográfico.

Há um discurso sobre o infográfico que o coloca como “transmissor de informações” e como “nova tecnologia da informação”. As informações seriam transmitidas de maneira mais rápida, eficiente e agradável e por ser uma nova tecnologia da informação seria possível, por causa da computação gráfica, o aperfeiçoamento dos processos de montagem de imagens permitindo, para as revistas e jornais que realizassem tiragens impressas mais próximas umas das outras. Para Scalzo (2003, p. 74), a infografia seria “uma maneira de fornecer informação ao leitor utilizando um conjunto de gráficos, tabelas, desenhos, fotos, legendas, ilustrações, mapas, maquetes. (...) acima de tudo, informação visual”. Tais discursos produzem efeitos de sentido funcionalistas para este material, relacionados a uma perspectiva instrumental de linguagem.

Considero o infográfico uma tecnologia de linguagem - conforme observa Orlandi (2005, p. 12) - e o compreendo enquanto materialidade significativa que imbrica formas como o verbal, o visual, a sonoridade, entre outras. É um material que abre a possibilidade da observação do funcionamento da língua e do sujeito, bem como a produção dos sentidos nessa relação, pois como assevera Orlandi (2005):

Nada é indiferente na instância do significante. [...] Os diferentes materiais e as diferentes superfícies determinam diferentes relações com/de sentidos. Escrito, ou oral, letra ou sinal, superfície plana ou multidimensional, parede, papel, faixa, letreiro, painel, corpo. Textura, tamanho. Cor, densidade, extensão, tudo significa nas formas de textualização, nas diversas maneiras de formular. Jogo da formulação, aventuras dos trajetos que configuram sua circulação. Acaso e necessidade. (ORLANDI, 2005, p. 205)

O infográfico compõe-se n(d)estas diferentes formas materiais, com estas diferentes superfícies. Um funcionamento diferente. Na circulação, observo os efeitos instaurados pelos trajetos das cores e sons, das tabelas, das fotos e desenhos, numa diversidade de tamanhos e texturas que se conjugam com o verbal, visto que nesse material há uma injunção à formulação escrita. Esse funcionamento transdimensional e multisimultâneo o torna interessante para a compreensão de diferentes gestos de leitura, já que essas diferentes formas significantes instauram diferentes trajetos de sentidos na memória.

Sustentada pela escritura do discurso jornalístico, a formulação verbal do infográfico dá visibilidade a uma concepção de língua transparente, instrumental, que resultaria numa pretensa logicidade do sentido. O sujeito jornalista ocupa uma posição determinada institucionalmente pela mídia e nesta injunção à literalidade e transparência da língua, essa posição é determinada pelos esquecimentos que a constituem, ou seja, o da origem dos sentidos e o da literalidade da linguagem. Uma posição-sujeito pragmática.

Trajetó teórico

Em relação a estes esquecimentos, Pêcheux (1997) afirma que este funcionamento se dá de duas formas: o esquecimento número **um**, que é ideológico, e o esquecimento número **dois**, que é da ordem da enunciação (formulação). Assim, o esquecimento número **um** seria da ordem do inconsciente e resultaria no modo pelo qual se é afetado pela ideologia. A ilusão de ser origem das palavras conforma o funcionamento desse esquecimento, bem como também reflete o sonho adâmico, isto é, o do sujeito inaugural, que é o de estar dizendo, pela primeira vez, todas e quaisquer palavras fazendo-as significar por seu controle e conforme sua vontade.

O esquecimento número **dois** é da ordem da enunciação (da formulação) e produz a impressão da realidade do pensamento, ou seja, tudo o que se diz só poderia ter um sentido *x*, que seria literal. Essa *ilusão referencial*, conforme pondera Orlandi (2007), funciona por um efeito ideológico que instaura uma relação direta entre a linguagem, o pensamento e o mundo, estabelecendo a relação natural entre a palavra e a coisa. O esquecimento número **dois** é parcial, isto é, reformulável, pois é possível voltar ao modo como se diz para reformular como foi dito. Nesse movimento, observa-se o funcionamento da língua em seu jogo sintático, pois, segundo Orlandi (2007, p. 35), “o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”.

O fato de significar-se pelos esquecimentos não atesta um funcionamento negativo dos sentidos, mas estruturante do sujeito. Estes esquecimentos não são voluntários, da ordem do psicológico, mas constitutivos do movimento dos sentidos e dos sujeitos. Orlandi (2007) salienta que esses esquecimentos não são defeitos, mas uma necessidade para que a linguagem funcione, e por serem estruturantes não há acesso deliberado a eles, mas flagrantes de seu funcionamento.

O modo de funcionamento do esquecimento número **dois** relaciona-se à formulação do infográfico. Orlandi (2005) coloca que formular é “dar corpo aos sentidos”. Para a autora, na formulação, pelo equívoco (falha da língua na história), corpo e sentido se atravessam. Dessa forma, como o homem é um ser simbólico, “este tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos [e este] corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social e isto também não lhe é transparente” (ORLANDI, 2007, p. 09-10). É de esta forma que a autora reafirma que na formulação há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras, pois é o momento em que o sujeito diz o que diz e se assume autor representando-se na origem do que diz, com sua responsabilidade, entre outros gestos, e sua determinação exterior, fato que funciona na ambiguidade de ser determinado pela exterioridade e determinador-formulador de seus dizeres. Para Orlandi (2005, p. 10) é na formulação que essa contradição se realiza, pois é a formulação que dá o contorno material ao dizer instaurando o texto. A formulação se faz num ponto em que atravessa o interdiscurso, fazendo se movimentar, desta forma, a memória discursiva. A noção de formulação é, assim, “a atualização, a textualização da memória” (2007, p. 16).

A formulação relaciona-se à noção de texto. Esta noção, proposta por Orlandi (2005) como unidade de análise, produz condições para a compreensão dos processos

discursivos do infográfico. Segundo a autora, texto, na análise de discurso, “se constitui como delimitação imaginária, instaurando na incompletude do discurso um contorno material imaginariamente finito”, isto é, uma unidade de análise do discurso que, enquanto tal, é uma superfície lingüística fechada em si mesma (tem começo, meio, não-contradição e fim). “É na noção de texto que se explicita o estatuto técnico (e tecnológico) da produção da linguagem. Ou seja, a linguagem como instrumento – a dimensão pragmática da linguagem, suas tecnologias, arregimentando a própria imagem que se faz dela (...)” (ORLANDI, 2005, p. 15).

Um texto, portanto, é sempre um conjunto de formulações entre outras possíveis. Desta maneira, pela formulação do infográfico é possível compreender seu movimento, ou seja, como se corporificam os sentidos, como eles se mostram linearizados, estabilizados, contidos, domados. A observação desse processo é produtiva para a compreensão dos efeitos de leitura que são produzidos, pois na relação entre o discurso e texto parte-se da variação (discurso) para a unidade (texto), “a variação é que institui a textualidade, as margens” (ORLANDI, 2005, p. 13). Sendo assim, unidade e dispersão estão em funcionamento e tornam visíveis os gestos de interpretação.

Juntamente com a noção de texto funcionam as noções de função-autor e de efeito-leitor. Uma relação constitutiva. Estas noções, segundo Orlandi (1996), são muito afetadas pela inserção no social. A função-autor é determinada pela exterioridade e são mais visíveis os procedimentos disciplinares que recaem sobre ela. Por isso, é uma instância em que há um maior apagamento do sujeito. Segundo Orlandi (1996), a função-autor é importantíssima para a compreensão dos movimentos de interpretação, pois nela há maior visibilidade dos efeitos da historicidade inscrita na linguagem. A determinação que afeta a função-autor funciona, pelo menos, de duas formas: por um lado pela sua relação com o interdiscurso, ou seja, não se “pode” dizer coisas que não tenham sentido; de outro lado, as coisas que tem sentido devem ser ditas a um interlocutor determinado, de uma maneira determinada, constituindo, assim, o efeito-leitor. Essas determinações instauram processos imaginários que vão representar o que Orlandi chama de o “confronto entre a história do dizer do autor e a história de leitura do leitor” (ORLANDI, 1996, p. 75).

A função-autor organiza o texto apresentando-o com começo, meio, não-contradição e fim, a isto Orlandi (2005, p. 65) chama textualidade. Para a pesquisadora, sempre que houver esta organização haverá a função-autor funcionando, pois faz parte da ideologia jurídica que o sujeito seja responsável pelo que diz e faz parte dos pré-construídos do discurso jornalístico que a posição do jornalista seja tão responsável quanto. A função-autor, desta forma, produz uma relação organizada - em termos de discurso - produzindo um efeito imaginário de unidade. Assim sendo, se de um lado há uma “função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido”. (ORLANDI, 2005, p. 65).

Há uma distância não preenchida entre o discurso e sua textualização, distância que instaura um espaço de interpretação em que se movimenta tanto a função-autor, quanto se constitui, imaginariamente, o efeito-leitor. A este processo Orlandi (2005, p. 68) denomina efeito material da leitura, pois tal espaço atesta a movência das posições do sujeito, como

também atesta a abertura do simbólico para que se possa entrar no discurso pela textualidade. Esta possibilidade de abertura do simbólico remete ao imbricamento das formas significantes do infográfico e então pergunto: *como a forma visual do infográfico significa em relação à escritura (forma verbal) jornalística? Que efeitos de sentidos são produzidos nessa relação?*

Efeitos de autoridade no discurso jornalístico

Selecionei o infográfico impresso *O ciclo do etanol* (reproduzido a seguir) publicado na revista *Veja* de 19 de março de 2008. Este infográfico é parte integrante de uma reportagem de onze páginas que tem como título: *70 questões para entender o etanol*. A reportagem está organizada com uma introdução ao assunto (produção, industrialização e distribuição do etanol) e em seguida são formuladas as 70 questões, já com suas respectivas respostas, que objetivam a compreensão do que é, para que serve, como se produz/industrializa e distribui o etanol, entre outras informações, conforme o recorte seguir:

1 O que são os combustíveis “verdes”? São aqueles cuja emissão de CO₂ durante o processo de produção ou no cano de descarga dos carros é menor que a proveniente do diesel e da gasolina.

2 Quais são os combustíveis “verdes”? Os mais viáveis são o etanol e o biodiesel. O hidrogênio líquido e a eletricidade produzida por baterias não emitem nenhum tipo de fumaça quando utilizados como combustíveis de automóveis. Seu uso, porém, ainda é restrito por problemas de distribuição e de pouca autonomia.

3 Qual o menos poluidor? A forma como os combustíveis são produzidos deve ser levada em conta na resposta e não apenas o que escapa do cano de descarga. A produção de hidrogênio exige gasto de eletricidade, o que, por sua vez, requer a queima de carvão e petróleo em termelétricas. Em termos globais, 60% da energia elétrica vem do carvão, a mais poluente das fontes energéticas. [...]

[...] **68 Quanto o Brasil está investindo em tecnologia?** O Brasil investe 100 milhões de dólares por ano, enquanto os Estados Unidos investem 1,5 bilhão de dólares por ano somente em pesquisa.

69 Quanto seria o investimento ideal? O Brasil precisaria investir pelo menos quinze vezes mais do que isso para empatar com os Estados Unidos e se manter na disputa pela posição de liderança.

70 Caso os estados unidos cheguem antes ao Etanol de celulose, o Brasil estará ultrapassado? Não totalmente. Bons acordos podem garantir acesso à tecnologia. As plantas tropicais oferecem mais quantidade de biomassa do que as plantas de regiões temperadas. Até essa vantagem a natureza deu ao Brasil na corrida pelo combustível do futuro.

Esta formulação, por meio de perguntas já com suas respectivas respostas, produz efeitos de sentido retórico e pedagógico (discurso autoritário) no modo como organiza o assunto. Esta textualização produz um efeito de leitura que dá visibilidade a um espaço logicamente estabilizado que é sustentado “pelas técnicas materiais, instrumentais, pela ló-

gica disjuntiva, pelo uso regulado de proposições lógicas” (percentagens, gráficos, tabelas, etc.) (PÊCHEUX, 2006, p. 30).

Nesse funcionamento, é possível observar que o discurso jornalístico se significa enquanto um manual, uma forma abstrata² que reduz a possibilidade da falha da língua na história, pois se o manual for seguido “corretamente” não haverá nenhum entendimento errado. A compreensão de um discurso autoritário³ é possível na formulação com formas assertivas com o verbo “ser” que estanca a possibilidade de se pensar diferente, conforme: “O que **são** os combustíveis verdes? **São** aqueles que...”; “Quais **são** os combustíveis verdes? Os mais viáveis **são**...”. Este funcionamento conforma um espaço logicamente estabilizado para a língua e os sentidos, pois para cada pergunta, há, inequivocamente, uma resposta fundamentada no/pelo discurso científico.

As questões são formuladas imaginando um efeito-leitor cuja compreensão dos sentidos é determinada pela repetição formal, isto é, uma elaboração abstrata, um exercício que não historiciza o dizer, somente o organiza, o administra. Assim, a compreensão do processo de produção do etanol, com seus benefícios e problemas (como é sua fabricação nos diversos países, seu rendimento, seu alcance, a economia, a melhoria do meio ambiente), entre outros assuntos, dá visibilidade a uma escritura formulada para transmitir (constituindo uma relação direta entre a língua e o mundo) informações (neste caso dados) e administrando sentidos sobre o etanol.

Contudo, a formulação deste infográfico não “brota do nada”, mas constitui-se pelos trajetos numa memória discursiva já determinada por oposições, tais como: “é ou não é” e, desta forma, não há espaço para deslocamentos, pois o infográfico recorta uma memória discursiva⁴ que põe em funcionamento a lógica, o controle, a exatidão.

Discurso infográfico: administração dos sentidos

Na formulação do infográfico temos a organização das etapas do plantio e colheita da cana para a fabricação do etanol. A função-autor (jornalista-designer-editor) textualiza o infográfico inscrevendo-se numa formação discursiva científica, como o da aritmética ($1 + 3 + 4 + 5 - 2 = 309$ quilos), da química: **CO₂, dióxido de carbono**, das medidas de capacidade: **quilos, litros**, da física: na flechas (forma visual) com as quais indica a emissão do **CO₂**.

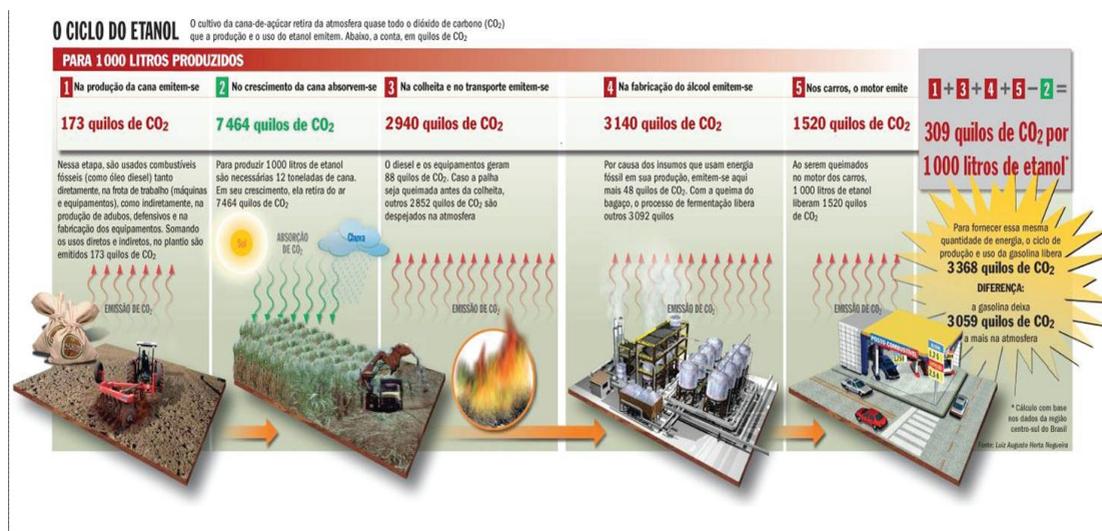
Essa formação discursiva científica funciona ao modo do discurso jornalístico (ou seria vice-versa?), sustentando-se, igualmente, nos pré-construídos de literalidade e transparência dos sentidos. A formulação do que se compreende pelo processo de produção do etanol significa por essa injunção ao científico, reiterada pelas convenções da soma aritmética. Esse funcionamento produz efeitos de comprovação para as cinco fases pelas

² Para explicar como é a forma abstrata, Orlandi (1990) remete à relação entre os elementos de um sistema linguístico, tendo a língua em seu funcionamento autônomo, imanente, sem relação com a exterioridade (em que se excluem o sujeito e a situação). É a forma que se faz visível na análise linguística e nos exercícios formais sobre a língua, tais como: repita comigo, identifique, circule, etc.

³ Conforme Orlandi (1996).

⁴ A memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999).

quais a produção do etanol é realizada, instaurando efeitos de linearidade e inequívocidade para sua compreensão. Conforme o recorte, a seguir:



Ciclo do Etanol⁵

O modo como o infográfico está textualizado produz uma imaginária estabilidade lógica da formulação escrita, sustentada numa possibilidade de relação direta entre imagem (desenhos-ilustrações e números) e língua, ou seja, entre palavras e coisas.

A forma visual põe em relação às cores verde e vermelha (atualizando o discurso da regulação do trânsito) movimentando, na memória discursiva, os sentidos do que seja liberdade (verde) e perigo (vermelho). Em relação à produção do etanol, a fase número 2 que é a do **crescimento da cana** está formulada na cor verde e, por isso, fica significada como livre dos perigos de emissão de CO₂, visto que este é absorvido pela cana durante seu crescimento. Já as fases 1 + 3 + 4 + 5 apontam para efeitos de sentido de perigo, sustentados pela memória da cor vermelha, pois a emissão de CO₂ na produção, colheita e transporte da cana, na fabricação do álcool e utilização destes nos carros é um agravante da poluição do meio ambiente.

A formulação visual do trator no trabalho da preparação do solo para o plantio é determinada por uma memória discursiva que põe em funcionamento o que ocorreria cotidianamente, um fato natural na agricultura. Contudo a retomada do processo específico de plantação, crescimento e colheita da cana, dá visibilidade um determinado processo de preparo, que seria o ideal. Outras formações discursivas deslocariam a legibilidade desta série, como por exemplo, o silenciamento⁶ da presença do trabalhador rural neste processo, uma presença já descartada pelo imaginário do que seria a agricultura ideal (não a real) no Brasil. Efeitos de sentido de que a tecnologia está tão avançada que o trabalhador rural estaria obsoleto irrompem nos trajetos por esta memória discursiva, visto que a ideologia da mecanização agrícola sustenta esse silenciamento. A imbricação das materialidades verbal

⁵ O ciclo do etanol. Disponível em http://veja.abril.com.br/190308/popup_energia.html - acesso em 10 de março de 2011.

⁶ O silêncio é considerado como um continuum absoluto, o real da significação, o real do discurso. Além do silêncio fundador (movimento de sentidos, função da relação da língua com a ideologia), Orlandi (1993) distingue a política do silêncio, subdividida em: silêncio constitutivo e silêncio local (silenciamento).

e visual põe em circulação sentidos de avanços tecnológicos insuperáveis, no entanto a ausência do trabalhador rural neste processo desencadeia possibilidades de divisão sob essa aparente unidade, o que produz sentidos diferentes para o avanço tecnológico na relação com o cortador de cana.

A relação entre as formas visual e verbal podem, a partir da análise realizada, indicar algumas compreensões. Sendo o equívoco compreendido por Orlandi (2005) como a “falha da língua na história” e observando a afirmação de Pêcheux (1997) de que não há ritual sem falhas, compreendemos que na textualização do infográfico sobre o *Ciclo do Etanol* alguma coisa falha. A noção, sustentada pelos pré-construídos do discurso jornalístico, de que há um sistema lingüístico que funcionaria de maneira transparente e literal e que conseguiria dizer (significar) (de) tudo para todos, de maneira lógica, falha.

A formulação do infográfico, imbricando o visual e o verbal, dá visibilidade ao equívoco entre suas formas materiais significantes, pois a forma verbal funciona sob a sobredeterminação da forma visual (desenho do trator, do fogo, do sol e da chuva, etc.) projetando um efeito-leitor estabilizado, um efeito-leitor que não põe em xeque tais formas visuais, uma vez que no discurso cotidiano ouvimos recorrentemente que “uma imagem vale mais que mil palavras”.

Considerações (não) finais

Observar o discurso jornalístico e, especificamente, o discurso infográfico é pensar sua estrutura-funcionamento, uma estrutura determinada por imperativos que pressupõem o funcionamento de uma língua objetiva e neutra, instaurando um ritual de se significar pela completude e pela lógica, numa estabilização dos sentidos e dos sujeitos.

Circula na sociedade um imaginário de que com a imagem a informação se tornaria mais fiel, ou mais “real”, contudo a textualização do infográfico nos indica que a linguagem serve para comunicar, mas também para não comunicar (PÊCHEUX, 1997), pois pode haver, por exemplo, o silenciamento de formas significantes que teriam a possibilidade da produção de efeitos de sentidos os mais diversos. Este processo mostra que os sentidos não são fixos e que a ideologia jornalística é um ritual com falhas.

A imagem, neste processo, faz oscilar a ordem da escrita, que funciona neste material pelo efeito de sustentação no discurso jornalístico, contudo, neste espaço logicamente estabilizado, fica visível que a língua não consegue abarcar todos os sentidos, visto que busca no efeito de completude da forma visual a administração dos sentidos e manutenção de um “mundo semanticamente normal” (PÊCHEUX, 2006).

A relação da forma verbal com a visual torna visível a falha de uma possível transparência da linguagem, põe a nu o tropeço de sua imaginária instrumentalidade. A materialidade visual *perturba* a evidência da língua unitária, perturba sua pretensa completude e faz trabalhar a contradição: (re) afirmando uma inequivocidade da forma visual (desenhos, fotografias, tabelas, etc.), mas assim, e neste movimento, mostrando a incompletude da língua que precisaria desta forma visual para “completar” seus sentidos.

De uma posição materialista, ao contrário do que faz circular o discurso jornalís-

tico, assumimos juntamente com Gadet e Pêcheux (2004, p. 35) que o real da língua é a incompletude, e o real da história, a contradição. Desta forma, nem o real da língua, nem o da história são diretamente apreensíveis, nem transparentemente inteligíveis como põe em cena a formulação do infográfico analisado.

Referências Bibliográficas

- FRANÇA, Ronaldo. **70 questões para entender o etanol**. Revista Veja, Editora Abril, Edição n.º 2052, 19 de março de 2008. Disponível em http://veja.abril.com.br/190308/p_104.shtml - Acesso em 10 de março de 2011.
- FRANÇA, Ronaldo. **O ciclo do etanol**. In 70 questões para entender o etanol. Revista Veja, Editora Abril, Edição n.º 2052, 19 de março de 2008. Disponível em http://veja.abril.com.br/190308/popup_energia.html - Acesso em 10 de março de 2011.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas- SP: Pontes, 2004.
- MARIANI, Bethania. **Sentidos de Subjetividade: Imprensa e Psicanálise**. In Revista POLIFONIA. Cuiabá, Ed. UFMT, 2006, V. 12 N. 1 p. 21-45.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas - SP: Pontes, 2007.
- _____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas - SP: Pontes, 2005.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas - SP: Pontes, 1996.
- _____. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1990.
- _____. **As formas do silêncio. No movimento dos sentidos**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas – SP: Pontes, 2006.
- _____. **Papel da memória**. In: Achard, P. et al. **Papel da Memória** (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003.



LINGUAGEM E
EDUCAÇÃO

Vani Maria de Melo Costa¹

*“Dizer da história do corpo é o mesmo que
dizer da histórica da vida”
(Sant’ Anna /2004,p.03)*

Resumo: O presente artigo relaciona dois conceitos: *corpo e história*, para conhecer melhor as concepções de corpo já elaboradas. Foram selecionados os autores e aportes imprescindíveis à constatação das variadas concepções de corpo interpretadas a partir da situação socioeconômica e cultural de cada momento histórico, porque o tempo foi mais um personagem desta busca. Parece pretensiosa a ideia de identificar as variações de concepção de corpo no decorrer da história, em verdade, o é. Todas as definições encontradas foram valorizadas, as de senso comum e as acadêmicas, desde que expressassem consonância com marcos teóricos da Cultura, Sociologia, Filosofia, Fisiologia, da História e da Psicologia. O estudo inicia com a pré-história e termina no tempo contemporâneo, com a percepção de que, embora difícil, é possível falar do corpo, ao longo do tempo. Os autores que compuseram os aportes teóricos foram: Eibl Eibesfeldt (1977), Carmen Soares (2004) Denise Bernuzzi Sant’ Anna (2004), Jean-Paul Sartre (1997), Jaques Lacan (1949), Karl Marx (1867), Meuleau Ponty (1941), Lev Semenovitch Vygotsky (1968) e Alexander Lowen (1978). Inicialmente o texto apresenta a justificativa de sua elaboração e uma proposta de discussão sobre o corpo, focada em um problema conceitual dualístico e polêmico. E seguida, a história do corpo com os resultados da pesquisa documental realizada. Nas considerações finais, um breve comentário para dar destaque às variadas concepções de corpo e sua contribuição com a superação do comentário acerca do dualismo psicofísico, como possibilidade que a autora vislumbra ao percorrer a *trilha* histórica, deixada pelo legado humano.

Palavras-chave: Corpo, História, História do corpo, Dualismo psicofísico e corpo.

Resumen: El presente artículo relaciona dos conceptos: *cuerpo y historia*, para conocer mejor las concepciones de cuerpo ya elaboradas. Fueran seleccionados los autores e aportes imprescindibles a la confirmación de las variadas concepciones de cuerpo interpretadas a partir de las condiciones sociales, económicas y culturales de cada momento histórico,

¹ Professora do Departamento de Pedagogia da UNEMAT, campus de Cáceres, mestre em Ensino Público pela Universidade Federal do Mato Grosso- UFMT e doutora em Ciências Psicológicas pela Universidade de Havana/Cuba.

porque el tiempo fue uno más entre otros personajes de esta búsqueda. Parece pretenciosa la idea de identificar las variaciones en el concepto de cuerpo, hacia el tiempo, en un recorrido histórico, en verdad, lo es. Todas las definiciones encontradas fueran valoradas, las populares y las académicas, desde que representasen los marcos teóricos de la Cultura, Sociología, Filosofía, Fisiología, Historia y de la Psicología. El estudio empieza en la pre-historia y culmina en el tiempo contemporáneo, con la percepción de que, aun que difícil es posible hablar de cuerpo, a lo largo del tiempo. Los autores que componen los aportes teóricos son: Eibl Eibesfeldt (1977), Carmen Soares (2004) Denise Bernuzzi Sant`Anna (2004), Jean-Paul Sartre (1997), Jaques Lacan (1949), Karl Marx (1867), Meuleau Ponty (1941), Lev Semenovich Vygotsky (1968) y Alexander Lowen (1978). Inicialmente lo texto presenta la justificativa de su elaboración y una propuesta de discusión a respecto de cuerpo, fijada en un problema conceptual dualístico y polémico. Sigue la historia del cuerpo y los resultados de la pesquisa documental realizada. En las consideraciones finales, se presenta un rápido comentario para destacar las variadas concepciones de cuerpo y su contribución a la superación de lo dualismo psicofísico, una posibilidad que la autora vislumbra en su hecho de caminar por la historia, la misma que constituye el legado humano.

Palabras Clave: Cuerpo, Historia, Historia de lo cuerpo, Dualismo psicofísico y cuerpo.

A definição de corpo, um problema conceitual

Analisar a história do corpo pela ótica da evolução de sua concepção mostra alguns ensaios, com relativo êxito na definição do termo: *corpo*. Dois destes ensaios merecem destaque por sua amplitude e difusão, nos quais emergem a forma dual de pensar o corpo, forma esta, embasada em duas ciências, a Fisiologia e a Psicanálise.

A visão dual de corpo é aquela que ora prioriza a mente e ora a materialidade do corpo. Em meio a esse dualismo psicofísico o corpo passa ser definido segundo as duas vertentes teóricas mencionadas anteriormente, a vertente que o sacraliza por sua condição de casa da alma e do espírito, ambos imortais, enquanto de outro lado, a vertente que o negligencia por sua condição material e mortal, o corpo concebido em sua vulnerabilidade e inevitável perecibilidade.

A vertente Psicanalítica concebe o corpo como suporte físico da mente, todavia, explica o seu aspecto imaterial de: inteligência, emoção e sentimento. A vertente fisiológica é válida e necessária para explicar a base biológica o corpo, sobretudo da expressão corporal. Porém, não suficiente para chegar à plenitude de sua caracterização. Mesmo assim, a vertente fisiológica contribui com investigação psicológica o corpo, porque traz subjacente a influência da convivência em sociedade, com cultura e história, o que maximamente se aproxima de uma interpretação mais holística (3) de corpo.

○ uso do termo *plenitude* na referência de corpo se deve à necessidade de caracterizá-lo de forma a dar a ideia da completude percebida em suas várias dimensões: a física (materialidade do corpo em si e por si mesmo); a fisiológica (a inter-relação de sistemas e funcionamento); a social (lôcus das interações interpessoais); a histórica (a relação de

espaço-tempo da existência do corpo); a energética (a sua força motriz) e a cultural (orientações quanto ao modo como o corpo vive, como atua e reage). Em outras palavras, seria buscar descobrir os atributos que libertam o corpo de sua reclusa condição material, para tanto, o desafio está em unificar tais conceitos em uma única concepção de corpo.

A história do corpo: corpo, mente e corpomente

A história do corpo tem mostrado a submissão conceitual ao dualismo psicofísico (o material e o não material) com a tendência de ver as coisas dentro do simplismo do pensamento primitivo, em que o mundo somente poderia ser percebido em duas dimensões, acima e abaixo do olhar (terra e céu). Talvez a concepção psicofísica do corpo seja um mero resquício do pensamento primitivo fortemente tendencioso em simplificar tudo que vê, para também simplificar o entendimento de tudo que está no entorno. O mesmo que dizer: *é preto ou branco* (como se não houvesse cinza), *sim ou não*, *alto ou baixo*, *longe ou perto*, enfim, claras tentativas de fugir do meio termo, porque isso significaria complicar o entendimento e favorecer o equívoco. Contudo, o simplismo conceitual, teve seus efeitos danosos, a arbitrária fragmentação da ideia de corpo, banalizou tudo que lhe diz respeito e alijou o corpo da concepção mais completa de si mesmo. Além disso, o homem *educado* (pelo grupo familiar e escolar, no trabalho e no lazer) sempre pareceu ter dificuldade em perceber claramente e sem preconceitos o próprio corpo, susceptível aos prejuízos que tal dificuldade representa, ou seja, a dupla realidade a que se submete a pessoa, quando sua consciência é separada do corpo. A história do corpo se apresenta sob uma ordem cronológica, em que a intenção é destacar a forma como o corpo é concebido ao longo da história.

Pré-história: O corpo, o mito e a interpretação do mundo

Por mais contraditório que possa parecer, o homem primitivo talvez seja único e original, no que tange ao modo de viver em um ambiente e se percebe como parte dele (ambiente). Nos desenhos rupestres, objetos de pesquisa em sítios arqueológicos espalhados pelo mundo, oferecem muitas informações acerca da relação próxima do homem com o ambiente. Não se trata de achados de fácil interpretação, para isso é preciso considerar a aurora do pensamento humano, com a inerente dificuldade do homem primitivo, até mesmo a sua inabilidade para compreender as leis dos fenômenos naturais e considerar que tudo parecia estar em seus inícios. O incompreensível era mitificado, um recurso para explicar o inexplicável e conduzir a percepção do entorno, que o captava, em conformidade com a compreensão mítica destes mesmos eventos.

Os trabalhos rupestres mostram a representação de corpo do homem primitivo, deles emergem a sua relação mítica com o mundo circundante, cheia de medos, de sensações de impotência diante dos mistérios e da agressividade dos eventos naturais que provavelmente colocavam a vida em risco. As posturas e posições corporais, expressadas nos desenhos,

dão alguma informação de como os homens primitivos concebiam o corpo. A percepção de si mesmos se sustentava na forma como explicavam um mundo ameaçador, pelo temor que sentiam diante do perigo. Eibel Eibesfeldt (1977, p.109) sugere que o homem é um ser geneticamente pré-programado para enfrentar e superar riscos. Por isso os grupos familiares primitivos se organizavam para protegerem a mulher, a prole, os alimentos, a liderança e o território. A necessidade de proteção reforçou a concepção da vida em grupo, ou em coletividade e não como indivíduos, embora não seja possível afirmar a total ausência da individualidade. Há indícios claros da individualidade no homem primitivo, por exemplo, na ação de enterrar os seus familiares, proteger as crianças e as mulheres, cuidar dos feridos e admirar àqueles que conquistavam posições de liderança, no grupo, por meio de disputas pessoais e, quase sempre, mortais. Uma vez que o posto de liderança fosse constantemente disputado, não é difícil supor que o indivíduo primitivo poderia ter idealizado melhorar a sua posição no grupo, almejar a liderança, ou aliar-se ao líder. Nesta direção, a individuação poderia sustentar o coletivo. Em outras situações, as decisões coletivas sobrepujavam os ideais individuais. Esta afirmação se sustenta em estudos antropológicos que mostram a atitude de um idoso enfermo, em separar-se do grupo para não retardar a jornada pela sobrevivência, dos demais indivíduos.

O conceito de coletividade pode aparentemente nublar o conceito de individualidade, é irresistível imaginar um homem primitivo em seu cotidiano, lutando pelo alimento, usando seu corpo para solucionar os problemas diários, tais como: beber água no rio usando as mãos em formato de concha, cavando a terra com as mãos em formato de garras para retirar raízes e se alimentar, enfim, agarrando, pegando, saltando, caminhando, agachando e fazendo todo o tipo de coisas que posteriormente lhes foram fontes de novas ideias e criações. Talvez estas informações permitam vislumbrar a aurora do papel do corpo como mediador entre o homem primitivo e as superações das dificuldades ambientais. O corpo do homem primitivo estava em sintonia e intimidade com o ambiente, com a satisfação das necessidades e a solução dos problemas imediatos do cotidiano, no tempo em que não existiam tantos instrumentos, o corpo, em si, era o instrumento de mediação do homem com o mundo.

Antiguidade: Índia e Egito

Da pré-história para a antiguidade, um enorme salto temporal para encontrar a cultura asiática, uma entre as mais antigas do mundo a conceber o corpo em duas dimensões que se fundem: a espiritualidade e a política. Para os hindus, em especial, a concepção de corpo emerge de cultura milenar, cujo entendimento da materialidade do corpo aceita a sua *pluralidade*, em camadas sobrepostas e interdependentes, que identificam as dimensões do corpo: a física, a fisiológica, a energética, a social, a psicológica, a filosófica, entre outras. O corpo material se constitui de outros tantos corpos: o mental, emocional, espiritual, e todos formam partes de um só corpo a ser conhecido parte por parte, para definir a sua materialidade, necessidades e desejos de elevação espiritual.

A ideologia budista (4) e a bramanista (5) apresentam o consenso de que o espírito deve liberta-se de todo o tipo de dependência do mundo material para que o corpo seja conhecido em sua essência. Os bramanistas conseguem ouvir as batidas do próprio coração, o ruído do sangue a correr pelas artérias e outros sons do corpo, habilidade esta considerada quase impossível para o homem ocidental. A cultura asiática valoriza o domínio do corpo e a liberação do espírito, entende que o corpo aprisiona o espírito com suas necessidades e dependências. Estas, por sua vez, são as causadoras das sensações de incompletude e insatisfação que submetem o corpo a um estado de sofrimento constante. Por isso, o corpo precisa ser dominado, reeducado para não desejar o impossível, somente assim, seria possível aplacar a dor e libertar o espírito do sofrimento.

A ideia de libertação do espírito, por si só, implica em supremacia do espírito sobre o corpo, porém é preciso cuidado em tal afirmação. Paradoxalmente a esta ideia, os povos asiáticos também enfeitam magnificamente seus corpos com tintas de cores variadas, tecidos, brilhos, pedras preciosas, semipreciosas e outros realces, cujo efeito leva a crer tratar-se de povos vaidosos. Para Lobsang Rampa (6) “o corpo é a vitrine do espírito” (1959). O homem e a mulher de cultura hindu indicam a sua classe social pelo tipo de vestimenta, tatuagens e jóias que usam, transformando o corpo um objeto de informação social. Todavia, a vaidade comum a todas as castas revela a sua valorização e sugere que entre eles o corpo não esta relegado ao espaço da obscuridade, do esquecimento ou do apagamento.

Hindus e egípcios têm características culturais comuns, seus corpos trazem as marcas de suas identidades definidas segundo a condição de nascimento, um corpo é nobre porque assim determinaram os deuses, e como tal, devia ter a aparência divina que os destacava dos demais, os não nobres. Mesmo após a morte, a mumificação separou e diferenciou o nobre e o rico, daqueles que, sem recursos, eram condenados ao pó. Tais padrões culturais indicam que o domínio do corpo foi essencial para estes povos e seus desejos de encaminhar o espírito, após a morte, para a conquista da felicidade eterna.

Subliminarmente, as culturas, hindu e a egípcia sugerem o corpo como barreira para a evolução do espírito e, por mais que o ornamentem, este permanece um empecilho à própria transcendência. Estas mesmas culturas estimulam a ornamentação do corpo para delimitar as fronteiras socioeconômicas, para marcar as distâncias entre classes sociais, tanto em vida, como após a morte. Os egípcios mumificavam os corpos (dos ricos, cultos e sacerdotes) para que estes servissem de moradia da alma, na eternidade. Em outras culturas, o corpo cremado incandesce com o efeito do fogo (símbolo da purificação e da renovação), vira cinzas e solta fumaça. Os indianos cremam o corpo para liberar o espírito da matéria e alcançar a vida eterna, embalado pela fumaça que sobe aos céus.

Em ambas as culturas (hindu e egípcia), o corpo mumificado ou cremado é concebido como condutor da alma, guardião de sua última jornada. A atribuição de tal responsabilidade ao corpo denuncia a sua importância, como condutor, o corpo é transmutado e purificado para acompanhar a alma, e provavelmente se transformar nela.

Período clássico: Grécia

O pensamento clássico, em destaque o socrático, caracteriza-se pela importância dada ao espírito inquieto, que busca com a ironia descobrir e interpretar o mundo circundante. Segundo Sócrates (469-399 a.C), o conhecimento está dentro de cada homem e mulher, e sugere ser suficiente a aplicação do método indutivo para chegar à elaboração dos conceitos científicos sobre todas as coisas.

É difícil encontrar registros claros de como Sócrates tratava as questões relacionadas ao corpo, o que se sabe é que a partir do pensamento socrático foi possível a criação de escolas secundárias de pensadores, a exemplo, os hedonistas. O hedonismo se refere ao modo de vida de determinados grupos de pessoas, cujo único interesse é a satisfação dos desejos do corpo. Sabe-se, pelos registros históricos, da não aceitação da sociedade da época, ao modo de vida de Sócrates, sobretudo ao tipo de relação que este mantinha com os pupilos. Sócrates postulou que para conhecer profundamente as sensações corporais e o prazer, estes deveriam ser explorados na dimensão de seus limites. A conclusão é de que Sócrates destacou o corpo como recurso importante na procura por respostas que levariam ao conhecimento.

Platão (428/27-348/47 a.C), quase ao mesmo tempo de Sócrates, discutiu a dialética, a física e a ética, ressaltou a espiritualidade e o divino. Aparentemente, reforçou o dualismo conceitual de seu antecessor. Entretanto, um olhar mais atento descobre que, também à sua maneira, Platão delegou dimensões ao corpo. Em número de três, estas dimensões retratam o corpo racional, o irracional e o apetitivo. A dimensão racional é superior às demais porque se localiza no cérebro, a irracional no peito e a apetitiva nas entranhas. Por mais estranho que pareça, Platão localiza a imaterialidade do corpo dentro do próprio corpo, por isso ele pode ser o primeiro a deixar uma abertura para a superação das concepções dualistas e corpo, as mesmas que tanto dificultam a sua compreensão. Sem parecer otimismo excessivo, e mesmo ciente de que Platão tenha concebido o corpo uma prisão da alma, o relevante nele é percepção de que o corpo teria funções subjetivas. Platão atribuiu capacidade de subjetividade ao corpo, o retirou da pura e única condição material, com isso, inseriu algo mais a esta discussão. Ao mesmo tempo em que admitiu a existência das funções subjetivas, alertou quanto à necessidade de manter os exercícios físicos, para que a alma sã habitasse um corpo sã. Contudo, o pensamento de Platão deixa dúvidas se haveria, ou não, dualidade em seu conceito de corpo.

Aristóteles fez importante ingerência na concepção de corpo e o insere no âmbito do pensamento metafísico. Embora a metafísica alije o corpo do mundo sensível, a idéia aristotélica de existência do corpo como algo individual e real, merece destaque. O corpo não é imóvel, tem movimento e por isso produz causa e efeito. Essa ideia permite a ancoragem de outra, também defendida por Aristóteles, a de que o corpo não é um mero objeto material, porque tem poder para transformar as coisas, ao mesmo tempo em que se transforma.

Hipócrates (460-377 a.C) acreditou na ideia de que a natureza condiciona a saúde humana, este filósofo se encontra entre os primeiros a atribuir ao corpo qualidades como:

frio, úmido, quente e seco. Se ainda fosse vivo, poderia ser considerado um naturalista, devido ao postulado de que os alimentos deveriam combinar com os humores das pessoas, alimentos frios para pessoas frias, quentes para as pessoas quentes e assim por diante. Hipócrates concebeu o corpo não alienado das coisas do seu entorno, e sim sintonizado com a natureza.

A cultura grega em geral, difundida nos contextos das cidades-estado, deixa pistas da concepção diferenciada de corpo, um exemplo, Esparta e Atenas. Em Esparta, o perfil de homem predominante na educação dos jovens era o da virilidade, força e coragem, atributos essenciais aos soldados destinados às guerras. Em Atenas o perfil se definia pela formação do jovem, hábil nos jogos individuais e coletivos, versado nas artes na literatura, na oratória e na filosofia, atributos do homem culto. Ambas as cidades cultuaram a beleza do corpo forte ou suave, os contornos e definições do corpo, feminino e masculino, deveriam levá-lo mais próximo possível da perfeição.

Idade Média: as oscilações conceituais de corpo, atraso e avanço das ciências

A Idade Média mostra um período não tão inócuo, quanto se pensava. Graças à coragem de muitos, o conhecimento foi produzido, mesmo que sob o obscurantismo *da luz das velas*, devido às ameaças da Santa da Inquisição europeia (7). Entre todos os pensadores deste período, se deve justiça a Santo Tomas de Aquino, por romper laços com filosofia aristotélica e unir alma e corpo em um só composto substancial. Para o tomismo, o corpo educado se transforma em santuário da alma, o que revela a supremacia da alma sobre o corpo. Mesmo não tendo superado o dualismo psicofísico entre matéria e mente, Tomas de Aquino colocou o corpo em um patamar mais elevado, quando lhe atribuiu uma valoração mais próxima àquela dada à alma. Ao enfatizar, conceitualmente, que a alma deve a sua existência ao corpo, a visão tomista deu início ao entendimento de que existe uma relação de interdependência entre o corpo e a alma.

Não obstante a todo obscurantismo da Idade Média, nessa época as concepções clássicas de corpo foram definitivamente superadas, talvez influenciadas pela aproximação dos ares do renascimento.

Com o advento da Fisiologia e as descobertas das funções internas que revelaram os sistemas biológicos do corpo, a preocupação com a condição física do indivíduo se centrou nos alimentos, vistos como combustíveis da máquina corporal e garantia de vida saudável. Simultaneamente, surgiu a percepção de que o alto índice de mortes na população europeia e da facilidade com que proliferavam as pragas nocivas à saúde (endemias e pandemias), teria como causas as cidades com seus esgotos a céu aberto e na precária higienização do ambiente e do corpo. Interessante notar que não somente o corpo foi alvo de preocupações, mas também o ambiente ao seu redor.

Leonardo da Vinci (apud SANT'ANNA) escreveu em seu tratado de pintura, o seguinte:

Se o corpo precisa de ossos para a sua sustentação e armadura, a terra tem as pedras para a sua sustentação. Se o homem tem um lago de sangue que se deriva em veias, o corpo da terra possui o mar que se ramifica

em diversos rios. O frio, o seco, o quente e o úmido são tanto qualidades da água, do fogo, da terra e do ar quanto dos quatro humores que participam de maneira essencial do funcionamento fisiológico: o sangue, elemento quente que vem do coração, o fleugma (8) o elemento frio que vem secretado pelo cérebro, a bÍlis amarela, elemento seco que vem do fÍgado, a bÍlis negra originada do baço, formavam os quatro humores do homem (Sant`Anna/04, p.13).

Por muito tempo, a definição dos quatro humores do corpo, serviu de diretrizes para a medicina ocidental.

Da Vinci faz a equivalência entre as energias do corpo e as energias do planeta terra, tal como Heródoto, observou a importância das composições quÍmicas, quando relacionadas às reações de humor do homem. A expressão de tristeza ou alegria, desconfiança ou confiança, seriam reações emocionais e sentimentais advindas tanto do exterior, como do interior do corpo. Assim, o corpo material expressa a sua subjetividade, segundo o contexto vivenciado, influenciado pelas reações quÍmicas ao ambiente. Da Vinci magistralmente explorou as reações humanas e fez e sua habilidade em manipular as cores, a arte de provocar variadas emoções e sentimentos.

Idade Moderna: Segunda metade do século XVII

Baruch Spinoza (2007) oferece ao mundo a primeira possibilidade concreta de se superar o dualismo psicofÍsico do corpo, mas para isso é necessário um olhar capaz de compor integralmente o pensamento de que os homens são passivos e ativos de corpo e alma, nem a alma pode determinar o corpo e nem a alma pode determinar o corpo e nem esse pode determinar à alma o movimento e a atividade.

 teocentrismo d lugar ao geocentrismo e este ao antropocentrismo (9), são ideias que subsistem juntas por longo tempo em embates motivadores do desenvolvimento cientÍfico, a capacidade intelectual se torna mais aguçada, a investigação cientÍfica é atingida pelos questionamentos agressivos, acerca de seus métodos de investigação, o empirismo experimento um estremecimento interior, que o obrigou a rever seus conceitos. Surgem novas teorias no panorama cientÍfico, entre elas, se destaca Lavoisier e a máxima: *na natureza nada se perde e nada se cria, tudo se transforma*. Por conclusão obvia, o corpo se transforma, portanto, a matéria  transmutvel.

Contemporaneidade

A contemporaneidade não seria a mesma sem Michel Foucault, tão pouco as concepções de corpo do passado, porque o seu pensamento as iluminou e, com propriedade, as sintetizou em uma intenção geral sobre a preocupação com o corpo. A constatação de Foucault de que no passado a preocupação com o corpo era a de que este fosse bem alimentado. A partir do século XII, a preocupação se desloca para a sexualidade o

corpo, ou suas práticas sexuais. Por consequência deste deslocamento conceitual, surgiu a necessidade da formulação de um conjunto de códigos para controlar o corpo social. Consequentemente, as pessoas se submetem aos códigos urbanos em nome da segurança (SANT`ANNA/04ps.13 y 14). O código de conduta foi resultante das transformações nos modos de vida social e estabeleceu poder de controle sobre o corpo sendo muito reforçado pelas posições dogmáticas das igrejas. Para Foucault (11), o corpo é um objeto controlado socialmente, subjugado por normas e códigos, mesmo assim, a maior contribuição deste pensador esteja em sua concepção de corpo social orgânico, com a capacidade de rebelar-se frente ao controle social, justamente por estar organizado (FOUCAULT, 1994). Na obra "Historia da loucura" (1961), o autor parece desejar libertar o corpo de todas as contradições geradas pelos códigos sociais.

Até o momento histórico abordado, o aspecto transcendente do corpo, a alma, espírito, mente sempre foi alvo de maior atenção e valorização, por outro lado, o materialismo naturalista, a exemplo da escola psicológica: o comportamentalismo privilegia o corpo o corpo a ponto de afirmar que a consciência é apenas a exteriorização do comportamento. Já o materialismo dialético, visto nas ideias de Karl Marx (1867), (10) define o corpo como objeto e, nas relações mercado-capital, o corpo adquire atributos negociáveis no mercado de trabalho. Com tais atributos lhe é permitida a condição de inserção e competitividade. Porém, afetado pela lei da oferta e da procura, o trabalhador se obriga a vender a sua força de trabalho a quem oferecer valor mais alto, e isto o transforma em mercadoria usada à conveniência do comprador, por isso, a necessidade de se ter criado as leis trabalhista (COSTA, 2005).

Merleau Ponty (1941) oferece uma visão alternativa de corpo, diferente da visão marxista de redução do corpo a objeto negociável, no mercado de trabalho (crítica da autora). Ponty concebeu o corpo em duas funções dinamicamente interdependentes, de sujeito e objeto, enquanto sujeito é objeto e enquanto objeto é sujeito. Um objeto que não está dentro do espaço, ele está no espaço e é o espaço, o espaço do corpo, interna e externamente. Completa ainda: "A especialidade do corpo é a o desdobramento do seu ser de corpo, é a maneira pela qual se realiza como corpo. [...] As diferentes partes de meu corpo, seus aspectos visuais, táteis e motores, não estão simplesmente coordenados" (Ponty, 1941, p. 160).

Todos os movimentos do corpo estão à disposição, a partir de suas significações comuns. Por isso, nas primeiras tentativas de apreensões da criança, ela não olha as mãos, e sim o objeto alvo da apreensão. Os diferentes segmentos do corpo não são conhecidos em seu valor funcional e sua coordenação não é aprendida. O indivíduo, sentado à mesa, pode visualizar as partes do corpo que estão escondidas pela mesa, pode também contrair o pé, dentro do sapato, e o ver. Este poder pertence ao indivíduo, mesmo para partes do corpo que nunca viu. O que é reconhecido não é o que frequentemente é visto e sim a representação visual do que, no corpo é invisível para o indivíduo. Ponty parece complexo com a colocação do corpo e suas partes invisíveis, por outro lado, se observar que enquanto o sapato é colocado, o olho visa o sapato e não o pé, a ideia da invisibilidade de partes do corpo parece mais fácil de ser compreendida. Sobretudo quando Ponty comenta:

Cada um de nós se vê por um olho interior, [...] Assim, a conexão dos seguimentos do nosso corpo e a de nossa experiência visual e nossa experiência tátil, não se realiza pouco a pouco e por acumulação. Não reúno as partes do meu corpo, uma a uma: esta tradução e esta reunião são feitas de uma vez por todas em mim, são meu próprio corpo (PONTY, 1941, p. 160 e 161).

A conexão de partes do corpo é antecipação da ação deste (conjunto de movimentos), em função do sentido e função do objeto de interesse e da própria ação. A articulação das partes do corpo, em uma ação única, acontece, não pelo corpo em si, mas pelo valor e valoração que o objeto representa, pela necessidade e o interesse que se tem do objeto da ação.

O corpo é sujeito da ação, ao mesmo tempo, o objeto que a realiza, com isso, Ponty sugere a fusão do corpo ao objeto, devido à importância do objeto, alvo da ação que transforma o corpo em objeto do sujeito que a pratica. Exemplifica com o bastão que não separado do braço e sim uma extensão deste. Assim como o garfo é a extensão da mão e do braço na alimentação, ou a caneta extensão do corpo no ato de escrever.

Ponty pode não ter a precípua intenção de se contrapor ao dualismo psicofísico presente na concepção de corpo, mas as suas ideias contribuem para a contraposição ao dualismo conceitual de corpo, quando apresenta a *síntese do corpo próprio* (p. 159 e 163) como sinergia existente entre consciência e corpo, em que a consciência é corpo (sujeito e objeto) se percebendo com tal.

Outros autores fazem parte desta seleção, deles foram retirados pressupostos que mostram intimidade com a concepção de corpo, entre eles: Sartre (2003), Lacan (1949), Vygotsky (2005) e Lowen (1982). Seleção esta, realizada com cuidado especial porque, embora sintônicos, os autores são representantes de correntes de pensamento diferentes.

No existencialismo de Jean Paul Sartre (2003), (11) tem uma definição fenomenológica de corpo, que se resume na consciência do próprio corpo. Aparentemente a materialidade poderia estar relegada a um segundo plano. O papel de Sartre na seleção ora colocada, a princípio, não se firmaria como parceiro argumentativo, em defesa das concepções holísticas de corpo. Fazê-lo seria reafirmar o dualismo que privilegia a mente em detrimento ao corpo, o que contrapõe à concepção holística. Entretanto, um olhar mais aguçado sobre os pressupostos de Sartre na obra, *O SER E O NADA* (Ed.2003) revela neste autor, um parceiro de grande peso teórico.

Explica o autor que a percepção humana é, em si, um fenômeno (Sartre, 2003, p. 15 e 59), isto porque, por meio da consciência, pode o corpo transcender para fora de si e somente quando o faz para fora, consegue identificar-se enquanto corpo. A força maior que leva o corpo à sua transcendência é a mesma que faz com que os corpos das pessoas necessitem da presença de outras pessoas para manter a existência corporal (SARTRE, 2003, p. 232).

O corpo percebe a sua existência no que Sartre chama de *as estrutura imediatas do PARA-SI*, que envolvem o conceito de *EM-SI*:

[...] o ser da Consciência, na medida em que este ser é Em-si para se nadificar (12) em Para-si, permanece contingente; ou seja, não pertence à consciência o direito de conferir o ser a si mesma, nem o de percebê-lo de outros [...] trata-se de valor e não de fato ... o Em-si é para perder-se em Para-si. O Para-si é o Em-si que se perde como Em-si para fundamentar-se como consciência (Sartre, 2003, p. 130 e 131).

O que parece tão sedutor no pensamento sartreano é a própria percepção não isolada de corpo, a percepção do corpo Em-si somente acontece como resultado da percepção do corpo Para-si, que por sua vez, é o Em-si que se nadifica e transforma em consciência. A formação do Para-si carece do outro (outra pessoa) para formar o Outro (eu), que se pode sintetizar a partir da percepção de outras pessoas sobre aquele que se percebe percebido por elas. Sartre vai além, *dialoga* com Platão e considera um ponto de vista curioso: o corpo é aquilo que individualiza a alma (p. 393). Consensual a Platão, Sartre completa: “Seria inútil, apenas, supor que a alma possa desgarrar-se desta individualização, separando do corpo pela morte ou pelo pensamento puro, pois a alma é o corpo, na medida em que Para-si é a sua própria individualização” (SARTRE, 2003, p. 393).

Nesta direção, Jaques Lacan (1936 e 1949) denomina *especular* (13) a relação que o indivíduo tem com outros. Também denomina como *estádio do espelho*, o momento do desenvolvimento infantil, em que o bebe, antes dos seis meses não reconhece a própria imagem no espelho. Ao ser colocado a ver a própria imagem espelhada, procura atrás do espelho, pelo outro bebe que imagina estar ali. Após esta idade, processualmente, com a contribuição dos familiares que se comunicam com ele, por meio de: brincadeiras, carícias táteis, comentários e olhares, o bebê aprende que a imagem no espelho é a sua própria.

A relação especular entre pessoas é essencial, embora olhar nos olhos do outro seja uma questão cultural, para algumas culturas a troca de olhares pode ser interpretada como desrespeito, para outras é essencial à comunicação, aumenta o sentido de aceitação social. Apesar das diferenças culturais, o que se destaca no pensamento de Lacan é o pressuposto de “que é no olhar do outro que cada indivíduo se reconhece como tal”, mesmo que se aliene no olhar do outro, distanciando-se do *eu* desejado (LACAN, 1949, p.163-164).

Em Lacan e Sartre, o indivíduo precisa de outros indivíduos para auto identificar e conceber, ambos fundamentam a consciência como ato social, não refém da materialidade do corpo, o indivíduo não se individualiza sem a contribuição de outras pessoas, ou sem projeta-se nelas.

Também foi chamado o pensador Lev Semenovich Vygotsky (1986), um autor que traz ao diálogo a ideia de que corpo usa instrumentos e mediação para desenvolver e aprender, aprender sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. Vygotsky, em sintonia teórica com Spinoza, elaborou a famosa frase: “Não se sabe o que pode o corpo, ou o que se pode tirar da consideração de sua natureza própria” (14). No tocante aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, é difícil estabelecer limites ao corpo. Um indivíduo passa a vida em processos de desenvolvimento e de aprendizagem, processos estes que resultam em novos processos de transformação. Assim, não parece prudente ter a pretensão de

predizer a fronteira do potencial do corpo.

Em Vygotsky, os signos mentais são incorporações do corpo, integrados à conduta, os indivíduos são o que aprenderam a ser no orgânico social, com a ajuda de outros com maior experiência. O corpo mostra o resultado de sua adaptação aos contextos aos quais se insere. Expressa também o modo como percebe o mundo, com as marcas da emoção e dos sentimentos que afloram, delineando o corpo e lhe proporciona experiências.

A vivência é pessoal, um mesmo ambiente, com iguais recursos materiais, oferecidos aos indivíduos não lhes garante um desenvolvimento também igual. Isso porque, cada evento que passa no ambiente é percebido por cada um de maneira diferente e, a reação às mudanças do entorno é pessoal, ou seja, diferente para cada corpo.

Alexander Lowen (1982) aborda as sintonias e desajustes de sintonia, da expressão do corpo, que percebe e reage à realidade. A percepção e a reação da realidade podem estar em sintonia, ou em desajuste de sintonia com o real, afetam a emoção e os sentimentos e levam o indivíduo a criar o sistema de mecanismos de defesa, com o qual enfrenta as dificuldades da vida, com os seus encantos e desencantos.

Os estudos de Lowen iluminam a conduta humana em detalhes muito específicos, interpretada por ele a partir de posturas físicas, passando pela posição do corpo, seus movimentos, gestos e pequenas alterações que se expressam como variações importante, capazes de mudar o sentido geral de uma expressão corporal. O autor faz uso da fisiologia e caminha pelo campo das idéias condutistas, sem se deixar contaminar ou dominar por esta concepção comportamentalista. A conduta humana é fruto da interação da pessoa com o ambiente, da influencia das relações sociais e da cultura, muito valorizada na compreensão da existência das pessoas, porque nas expressões corporais, de cada uma, ele percebe a presença de tais influencias.

Lowen é um psiquiatra com larga experiência terapêutica, o foco de sua atenção é dirigido para a conduta corporal de seus pacientes, as palavras são interpretadas a partir da conduta devidamente relacionadas aos seus contextos. Nas terapias loweanas cada palavra parece passar pelo filtro do corpo, a aceitação ou não, da relação dos pacientes com o seu corpo revela detalhes da história de vida dos mesmos. Além disso, Lowen não se limita à presença física de seu paciente, ou ao momento do diálogo com ele. Em cada caso busca a história da família, do trabalho, do lazer, bem como em outras histórias para argumentar em favor do não isolamento do indivíduo. Para ele, ninguém é um indivíduo isolado em si mesmo, as relações sociais estão presentes no sujeito e em suas expressões corporais. Tanto para Vygotsky, como para Lowen, o corpo é a tela das emoções e dos sentimentos de origem externa e interna, emana a própria vivência, o modo como o sujeito/paciente se percebe percebido por outro do seu entorno.

Considerações finais

Após ter realizado um percurso pela história, dialogado com alguns autores, é chegado o momento de finalizar e reafirmar que o presente trabalho não teve a pretensão de definir a história do corpo, muitos autores, que ao tentar antes, expressaram dificuldades

em fazê-lo. Constatou-se que tais dificuldades são reais e mesmo sendo reais, ficou comprovada a preocupação com o corpo ao longo dos tempos, o que tornou possível dialogar com as ideias e seus autores, estabelecer sintonias e contrapontos e, com isso, lançar outras à discussão. Muito ainda há para ser debatido na direção de uma definição holística de corpo, uma vez que o seu trato holístico provou ser uma tendência presente não somente no pensamento dos séculos XX e XXI, e sim um pensamento crescente na história humana. Aos autores, os créditos merecidos, porque tiveram a coragem e a convicção necessárias à exposição das ideias, mesmo que avançadas para o tempo em que estas foram formuladas. Graças a todos eles, a superação do dualismo psicofísico existente na concepção de corpo, passou a ser uma possibilidade real.

Índice de Referências

- (1) Prof^a. Dra. Vani Maria de Melo Costa, efetiva na disciplina Psicologia da Educação, no Departamento de Pedagogia, da UNEMAT, campus de Cáceres, mestre em Ensino Público pela Universidade Federal do Mato Grosso, UFMT e doutora em Ciências Psicológicas pela Universidade de Havana/Cuba, ref.p1
- (2) Conceber o corpo como partes estanques, ou seja, de um lado a alma, de outro a matéria (corpo). Dicionário de Psicologia/2003 ref. p3
- (3) A tendência em sintetizar unidades em totalidades organizadas; o corpo como um todo organizado. Dicionário Aurélio, ref. p.2.
- (4) Sistema ético, religioso e filosófico, fundada por Siddharta Gautama, o Buda, na Índia Central em 563 a 483 a.C., ref.p5
- (5) Organização social, política e religiosa, votada para a orientação litúrgica do Veda, exercida por sacerdotes hindus, ref.p.5
- (6) Lobsang Rampa, filósofo tibetano dos séculos XIX e XX, autor de: Manto amarelo, Entre os monges do Tibet, A sabedoria dos Lamas, O médico de Lhasa, A terceira visão e outros, ref. p.6.
- (7) Movimento da Idade Média, liderado pela Igreja católica, em combate aos hereges, pagãos e insurgentes ameaçadores da fé, com a prática da investigação e do julgamento, geralmente culminados com sentenças de morte, ref. p 9.
- (8) Também pode ser grafado: fleuma, humor corporal, estado de ânimo. Dicionário Aurélio, Ref.p10.
- (9) Estágios da evolução do pensamento científico, em que o foco no divino se desloca para o entendimento da organização do sistema solar e deste para a compreensão da origem e evolução da raça humana. Dicionário Aurélio, ref. p. 11.
- (10) O capital, seção 4, obra de Karl Marx (1867), ref. p.12.
- (11) Michel Foucault, autor de: Sexualidade e solidão, publicada em 1994, ref.p.12.
- (11) Jean Paul Sartre autor de: O ser e o nada, (2003), em que explora a concepção de homem sob a visão do existencialismo, corrente de pensamento, iniciada por Sören Kierkegaard (1813-1835), ref. p.14.
- (12) Nadificar, transformar em nada, conceito usado por Sartre (2003) para fundamentar a transcendência do corpo, ref. p.15.
- (13) A comunicação olho no olho, a busca pela afirmação no olhar do outro, ref. p.15.
- (14) B. Spinoza "Ética" Parte 3, Proposição 2, Escólio, ref.p.16. Autentica, Belo Horizonte 2007

Referências Bibliográficas

- Beatón. Guillermo Arias, **A pessoa no Histórico Cultural**, Linear, SP/2005.
- Costa. Vani M. De Melo, **A expressão Corporal e a sua relação com a Situação Social de Desenvolvimento em crianças de idade escolar de um assentamento campesino brasileiro**. Tese de doutorado, UH/2006.
- Eibesfeldt. Eibl, **O homem pré-programado**. Alianza Editoria, Madri 1977.
- Foucault. Michel, **Sexualidade e solidão**, Ed. Perspectiva, SP/1994.
- _____, **História da Loucura**, Ed. Perspectiva, SP/1978.
- Lacan. J, **O estádio do espelho como formador da função do EU, tal como se nos revela na experiência psicanalítica**, Escriptos I, Buenos Aires/1949.
- Lajonquière. Leandro de, **DE PIAGET A FREUDO**, Ed. Vozes, RJ/1992.
- Lowen. Alexander, **Bioenergética**, Summus-Editorial, 6ª edição, SP/1982.

-
- _____, **O corpo traído**, Summus-Editorial, 6ª edição, SP/1979.
- Marx. Karl, **O capital**, seção 4, obra de (1867).
- Ponty. Maurice Merleau, **A Fenomenologia da Percepção**, Ed Vozes, 1ª edição/1941, SP, tradução/1971.
- Rampa. T. Lobsang, **A terceira visão**, Ed. Record, RJ/1978.
- _____, **Entre os monges do Tibet**, Ed. Record, RJ/1963.
- _____, **A sabedoria dos Lamas**, Ed. Record, RJ/1965.
- Sant`Anna. Denise Barnuzzi, **Corpo e História, Cadernos de Subjetividade**. PUC, SP/1996.
- _____, **O prazer justificado, história e lazer**, CNPq, Marco Zero/1994.
- _____, **Políticas do corpo**, Ed. PUC/SP/1995.
- _____, **O corpo entre antigas referências e novos desafios**, Cadernos de Subjetividade, PUC/SP/1998.
- Sartre. Jean-Paul, **O ser e o nada**. Ensaios de Ontologia Fenomenológica. Ed. Vozes, Petrópolis RJ/1997.
- Soares. Carmen, (org.) **Corpo e história**, Ed. Autores Associados, Campinas, SP/2004.
- Spinoza. B. "Ética", Parte 3, Proposição 2, Escólio/Cuba/Havana/2005.

REVISTA



ECOS

RESENHA

MARTÍNEZ PEREIRO, Carlos Paulo. **A man que caligrafando pensa.**
A Corunha: Universidade da Corunha, 2010.

Henrique Marques Samyn¹

De muitos modos é perceptível a (lamentável) distância que ainda separa a literatura galega do Brasil, algo sobretudo notável no que diz respeito aos autores contemporâneos. Se ocasionalmente é possível encontrar quem reconheça o nome de Rosália de Castro (embora dificilmente isso venha a ocorrer fora dos restritos círculos de escritores, pesquisadores acadêmicos ou beletristas – que, mesmo quando reconhecerem o nome da autora de *Cantares galegos*, possivelmente não demonstrarão familiaridade com Pondal e Curros Enríquez, outros protagonistas do *Rexurdimento*), tarefa árdua será encontrar quem possa nomear dois ou três autores mais recentes. Os livros galegos não frequentam as estantes das nossas livrarias; além de alguns esforços isolados de tradução e divulgação, o que encontramos são hercúleas iniciativas de um reduzido conjunto de pesquisadores que buscam revelar ao público brasileiro a riqueza da literatura criada na Galiza.

Entre os nomes cujo desconhecimento mais deve ser lamentado, está, sem dúvida, o de Uxío Novoneyra. Autor prolífico, ferrenho defensor da língua e da cultura galegas, criador de uma obra poética de inegável valor e sentido universal, Novoneyra faleceu em 1999 – e seu desaparecimento apenas serviu para consolidar a sua importância, que culminou com a sua celebração no *Dia das Letras Galegas* de 2010, sustentada pelo amplo movimento que se concretizou num abaixo assinado que viria a reunir mais de mil assinantes de todo o mundo. Como geralmente ocorre, a homenagem a Novoneyra suscitou um conjunto de relevantes publicações em torno de sua obra; entre elas, merece destaque *A man que caligrafando pensa*, de Carlos Paulo Martínez Pereiro.

Ensaísta várias vezes premiado, eminente catedrático da Universidade da Corunha, Martínez Pereiro já publicara anteriormente diversos estudos acerca da articulação entre literatura e plástica, cabendo a menção a dois especificamente relacionados à obra de Novoneyra, publicados no Brasil e na Galiza na série *Estudos Galego-Brasileiros* (organizados por Maria do Amparo Tavares Maleval e Francisco Salinas Portugal). *A man que caligrafando pensa* desenvolve os *insights* apresentados naqueles artigos, em direção a uma abordagem relevante e singularíssima que, a partir da obra de Novoneyra, empreende uma densa investigação sobre a historicidade das relações entre a dialética plástico-literária – desde o “inicial desterro da imagem e a vitória da palavra” (por meio do qual buscou combater as representações idolátricas o cristianismo que, ao longo dos séculos III e IV, oficialmente se consolidava no Império Romano), passando pela clivagem estabelecida entre a poesia (criadora) e a pintura (reprodutora) no âmbito das poéticas setecentistas, até a busca pela fusão das linguagens artísticas empreendida pelas vanguardas e pela busca de uma “obra de arte total”.

¹ Doutor em Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestre em Psicologia Social e em Filosofia Moderna e Contemporânea pela mesma instituição.

Para apresentar esse percurso, que servirá como pano de fundo para sua análise da poética de Novoneyra, Martínez Pereiro mobiliza uma quantidade impressionante de informações, cabendo a menção – porque nos interessa em particular – a notável habilidade com que evoca e (argutamente) analisa importantes nomes da poesia brasileira, desde Augusto de Campos e Décio Pignatari até Arnaldo Antunes e Marcelo Saheá; não obstante, a erudição do ensaísta se estende também para a poesia portuguesa e para a sempre desafiadora pintura de Reimundo Patiño, que exerceria marcante influência sobre a obra do poeta do Courel.

O fulcro do estudo – o tratamento da obra caligráfica de Uxío Novoneyra – constitui um exercício analítico de rara perspicácia, demonstrando com densidade e pertinência à inesgotável criatividade e o perene inconformismo de um poeta sempre disposto a reinventar-se. Martínez Pereiro faz virem à tona os diferentes questionamentos, as infinitas alusões e as perspectivas dialógicas subjacentes à escrita de Novoneyra, que assim buscaria, por exemplo, transpor a verbalidade para a representação caligráfica, ou desenvolvendo a poética neotrovadoresca por meio de grafismos medievalizantes. Revela-se especialmente frutífero o modo de exposição adotado, que colhe do vasto *corpus* poético exemplos aproximáveis pela similaridade de recursos desenvolvidos; dessa forma, o ensaísta fornece ao leitor não leituras de obras isoladas, que forneceria apreciações parciais da obra de Novoneyra, mas uma interpretação totalizante, que apresenta adequadamente o multifacetado talento do poeta luguês.

A man que caligrafando pensa é, enfim, uma obra produzida com argúcia e exemplar rigor intelectual, que merece ser conhecida não apenas pelos que se dedicam aos estudos em torno da produção literária galega, mas também por todos os que percebem na literatura uma prática dialética, sempre em busca de novas possibilidades e articulações.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A revista Ecos publica artigos originais nas áreas de Literatura e Linguística, em português, inglês e espanhol;
2. Os artigos devem estar acompanhados de uma carta de encaminhamento, com nome, e-mail, telefones e endereço completo dos autores;
3. O recebimento dos artigos, sua aceitação ou recusa serão comunicados aos autores pela comissão editorial da revista;
4. Serão fornecidos três (03) exemplares gratuitamente aos autores;
5. Os trabalhos deverão ser digitados em Word for Windows, obedecendo à formatação a seguir:

a) Configuração de página:

- Tamanho do papel: A4
- Margem superior e esquerda: 3,0 cm
- Margem inferior e direita: 2,5cm
- Medianiz: 0 cm

b) Título do trabalho:

- Times New Roman 12, negrito, alinhamento centralizado.

c) Nome do autor seguido da instituição e titulação

- Autor: Times New Roman 10, negrito;
- Nome da instituição: em caixa alta entre parênteses, alinhamento à direita.

d) Artigos:

- O artigo deverá vir acompanhado de um resumo (até 10 linhas) e 05 palavras-chave em português e em língua estrangeira, em Times New Roman 12, alinhamento justificado, com espaçamento 1,5 entre linhas.
- Redação do artigo: Times New Roman 12, alinhamento justificado, com espaçamento simples entre linhas, margem 1,5 de primeira linha.
- As citações acima de três linhas deverão ser recuadas 4,0 cm da margem esquerda, com alinhamento justificado, sem aspas e sem itálico.

e) As referências bibliográficas devem vir ao fim do artigo, e não em notas de rodapé;

f) As notas explicativas deverão vir em notas de fim, e não no rodapé;

g) As citações e referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da ABNT 6023/NBR, cuja obediência se constitui em um critério para aprovação do texto para publicação.

h) As citações no corpo do texto e recuadas seguirão o seguinte modelo:

- Citações Diretas: citações no corpo do texto menores que três linhas, entre aspas.
- Se a citação ocupar um espaço maior que três linhas, deve ser: destacada do texto, recuada, com corpo menor e sem aspas. Ex.: fonte 12 no texto, fonte 11 na citação.

[...] quase todos os exemplos de dialetos literários são deliberadamente incompletos. O autor é um artista, não um lingüista ou um sociólogo, e sua proposta é antes literária que científica. Realizando seu compromisso entre a arte e a lingüística, cada autor toma sua própria decisão a respeito de quantas peculiaridades da fala de seu personagem ele pode representar de forma proveitosa. (IVES, 1950, p.138).

- Corte da citação: deve ser grafada com [...].

- Incorreções: a expressão latina [sic] deve vir seguida da palavra grafada incorretamente.

- Citação de citação: seguida das expressões apud e sobrenome do autor da obra consultada, fazendo-se desta última a referência bibliográfica completa.

i) As referências bibliográficas devem obedecer ao alinhamento à esquerda e deverão ser nos seguintes moldes:

- **Livros como um todo**

ARROJO, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1992.

- Capítulos de livros

- Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo

ALKMIN, T. M. A variedade lingüística de negros e escravos: um tópico da história do português no Brasil. In: MATTOS E SILVA, R. S. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 317-335.

- Único autor para o livro todo: substitui-se o nome do autor por um travessão de 6 toques após o “In”.PRETI, D. *A língua oral e a literatura: cem anos de indecisão*. In: _____. *A gíria e outros temas*. São Paulo: EDUSP,1984, p.103-25.

- Publicação periódica

MOLLICA, M. C. Por uma sociolingüística aplicada. DELTA, São Paulo, v. 9, n. 1, p.105-111, 1993.

- Dissertações e teses

HATTNER, A. L. Uma ponte sobre o atlântico: poesia de autores negros angolanos, brasileiros e norte americanos em uma perspectiva comparativa triangular. 1998, 173 f. Tese (Doutorado em Letras) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- Artigo de jornal

ALMINO, J. A guerra do “Cânone Ocidental”. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 ago. 1995. Mais!, p.3.

- Textos em meio eletrônico

DIAS, M. B. União homossexual: aspectos sociais e jurídicos. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/aj/dfam0003.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2002.

j) O trabalho deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico abaixo:

revistaecos.unemat@gmail.com Tcom cópia para agnaldosilva20@uol.com.br

k) Serão aceitos textos de docentes doutores e mestres de instituições de educação superior brasileiras e estrangeiras.